

COLLECCÃO

DÀ

LEGISLAÇÃO NOVISSIMA

DO

ULTRAMAR

1904

VOLUME XXXII



LISBOA

COMPANHIA TYPOGRAPHICA

12 e 20, Rua do Ferregal de Baixo, 12 e 20

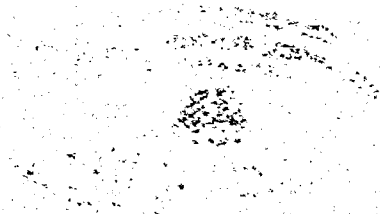
1905



THE

AMERICAN PEOPLE

LIBRARY



INDICE CHRONOLOGICO

DO VOLUME XXXII

DA

LEGISLAÇÃO NOVISSIMA DO ULTRAMAR

1904



Janeiro	Pag.		Pag.
4—Portaria confirmando a concessão de mil hectares de terreno no concelho de Novo Redondo.....	3	8—Officio indicando os vencimentos das praças que regressarem a S. Thomé e Príncipe para completarem as suas comissões.....	8
11—Officio resolvendo acerca do abono de subsidio de 120 réis aos officiaes em comissão.....	3	10—Officio dando esclarecimentos sobre a applicação do ordenado de qualquer cargo vago.....	9
12—Portaria mandando fazer propostas para modificação dos regulamentos do alcool.....	4	10—Officio declarando não serem os juizes substitutos obrigados a residencia.....	9
15—Decreto concedendo por aforamento 597 hectares de terreno baldio em Lourenço Marques.....	4	10—Officio communicando ter-se tornado extensivo a tres estações postaes da India o serviço de cartas e caixas com valor declarado.....	9
15—Decreto autorisando a estação postal de Mormugão a permutar vales provinciaes.....	5	12—Officio declarando o sentido em que deve ser tomado o isolamento de officiaes.....	9
19—Officio indicando os abonos a fazer aos officiaes nomeados para servir em no ultramar.....	5	13—Portaria approvando o programma de concurso para o exclusivo de carreiras de automoveis entre Mossamedes e Cubia.....	10
21—Portaria estabelecendo o processo para liquidação do tempo de serviço dos empregados de fazenda.....	6	17—Portaria mandando suspender os processos de execução por contribuição predial rustica na ilha de S. Thiago.....	14
23—Officio auctorisando o abono de passagem para o reino aos missionarios de duas associações religiosas servindo em Moçambique.....	6	18—Officio mandando restabelecer a ajuda de custo para visitas ás autoridades ecclesiasticas superiores.....	15
23—Officio mandando observar as disposições do decreto de 20 de dezembro de 1888 sobre subsidio de residencia.....	6	18—Decreto providenciando para a manutenção da neutralidade de Portugal na guerra da Russia com o Japão.....	15
26—Officio indicando a gratificação do commandante interino da fortaleza do Monte, em Macau.....	7	19—Officio auctorisando a despesa de expediente dos commandos militares de Timor.....	16
26—Portaria estabelecendo uma classe unica de apontadores do caminho de ferro de Malange.....	7	20—Portaria concedendo ao Banco ultramarino isenção de direitos relativos á installação de uma fabrica de asucar em Angola.....	17
26—Portaria approvando a modificação da equivalencia das fracções da libra sterlinga nos portos do caminho de ferro de Lourenço Marques.....	7	23—Officio fazendo recommendação para que os industriaes de Angola concorram á exposição industrial no Cabo da Boa Esperança.....	17
29—Officio determinando a remessa, em separado, para a metropole, das caixas com valor declarado.....	8	25—Alvará approvando os estatutos da Associação commercial da Beira.....	18
Fevereiro		Março	
5—Portaria estabelecendo o modo de fazer a escolha do pessoal aduaneiro para S. Thomé e Príncipe.....	8	1—Portaria regulando, provisoriamente, em Moçambique os direitos sobre o peixe secco procedente de Mossamedes.....	119
6—Officio mandando considerar duplicadas as verbas para fardamento ás praças indigenas em S. Thomé e Príncipe.....	9	1—Officio declarando extensiva aos officiaes inferiores da companhia indigena de artilharia de Cabo Verde a elevação do auxilio para rancho.....	120

	Pag.		P a
3—Offício enviando uma informação sobre as recompensas dos expositores de Angola na exposição de Paris de 1900.	25	20—Portaria mandando tornar extensivo ao ultramar, na parte applicavel, o regulamento telegraphico internacional de 1903	137
4—Portaria declarando a quem deve ser levado em conta, para o recenseamento eleitoral na India, o imposto da lavra de palmeiras.	26	21—Offício auctorisando remunerações por serviços extraordinarios aos emoregados de contabilidade das obras publicas de Angola.	137
9—Portaria mandando nomear em regados especiaes para as alfândegas de Benguella e Mossamedes.	26	21—Decreto approvando o regulamento sobre protecção de patentes de invenção e marcas industriaes e commerciaes.	138
9—Offício declarando a quem devem fazer-se as requisições judiciaes de praças do vapor «Duly» em Timor.	27	21—Offício mandando vigorar por mais seis mezes o art. 77.º do regulamento da capitania dos portos de Cabo Verde.	146
10—Offício declarando deverem ser gratuitas as rubricas dos livros do registro commercial.	27	22—Offício auctorisando gratificações pela organização da estatistica postal da India de 1902.	146
10—Decreto approvando o regulamento telegraphico internacional.	28	23—Offício declarando não ser susceptivel de interpretações diversas o art. 6.º dos preliminares da pauta do Ambriz.	146
10—Decreto rejeitando um recurso sobre a posse pela Camara municipal de São Thomé de uma estrada entre duas propriedades agricolas.	120	23—Portaria declarando não involver o regimen pautal de 12 de julho de 1902 a moeda de prata portugueza importada na Guiné.	147
11—Offício auctorisando o abono permanente de subsidio aos officiaes da 2.ª companhia indigena de infantaria de Angola.	120	25—Offício communicando ter-se ordenado a expedição de malas do correio de Lisboa para Catumbella.	147
17—Decreto approvando a tabella dos emolumentos consulares.	120	27—Offício confirmando a faculdade conferida a Junta de saude de Moçambique de arbitrar licenças para a India.	148
23—Contracto de troca de alguns talhões de terreno em Lourenço Marques, partilhados com o Estado segundo o contracto confirmado por decreto de 17 de dezembro de 1903.	127	30—Portaria dando denominações a alguns postos militares em Angola.	148
24—Decreto rejeitando um recurso de Manuel Dias da Graça contra a sua demissão do logar de professor d'instrução primaria em São Thomé.	133		
30—Offício declarando não haver logar a correições na comarca de Barlament, de Cabo Verde.	133		
		Maio	
Abril		2—Decreto fixando o dia 26 de junho para a eleição geral de deputados às Côrtes.	149
4—Portaria declarando caduca a concessão de um jazigo de p-troleo em Timor.	134	2—Decreto levantando de direitos os paramentos e alfaias religiosas importados com a devida auctorisação.	149
5—Portaria concedendo isenção de direitos a varios objectos para a pesca em Mossamedes.	135	2—Decreto rejeitando um recurso sobre a aposentação de um apontador d'obras publicas de Angola.	150
8—Offício dando indicações para a revisão da tabella de lotações de empregados publicos em Timor.	135	3—Portaria concedendo isenção de direitos de material á Companhia assucareira de Angola.	150
11—Portaria modificando a de 3 de setembro de 1903 sobre a construção do caminho de ferro de Malange.	136	3—Portaria auctorisando o pagamento em prestações das contribuições em Cabo Verde.	150
12—Offício declarando qual o tempo de serviço militar a attender para a aposentação dos empregados civis.	136	7—Portaria mandando continuar os estudos sobre a doença do somno em Angola.	151
13—Offício indicando o vencimento das praças indigenas de Cabo Verde transferidas para S. Thomé e Príncipe.	136	9—Offício communicando ter sido auctorizada a criação de um logar de fiel do palacio de Baueu (Timor).	151
18—Offício approvando a divisão dos serviços de escrivão de fazenda e de recebedor entre os dois empregados da alfândega da ilha do Sal.	136	11—Decreto approvando o estatuto do instituto «Infante D. Afonso».	151
20—Decreto dissolvendo a Camara dos deputados.	136	16—Decreto concedendo o aforamento de um terreno baldio na Munhuana (Lourenço Marques).	159
20—Offício mantendo o direito de aposentação aos antigos distribuidores postais da India.	137	17—Decreto negando provimento n'um recurso contra um despacho do governador geral de Angola sobre a vença do imposto do alcool.	159
		17—Decreto approvando o regulamento da contribuição de juros em Cabo Verde.	160

	Pag.
18—Accordão negando provimento a um recurso contra a validade da eleição da Camara municipal de Loanda	173
19—Officio approvando duas Portarias do governador geral d'Angola sobre serviço dos correios e emissão de vales	174
21—Officio solicitando mappas para a publicação do 2.º annuario estatístico.	175
21—Officio approvando a interpretação dada ao artigo do decreto de 24 de dezembro de 1896 relativo á competencia do juiz municipal de Mormugão.	176
24—Officio (circular) mandando elaborar tabellas para rancho.	177
27—Officio dando esclarecimento sobre propostas de preço nos concursos para adjudicação de terrenos em Moçambique	177
27—Officio declarando por quem devem ser pagas as custas no tribunal superior do contencioso fiscal.	178
27—Officio dando instrucções relativamente á organização de um dictionario postal das provincias ultramarinas.	178
31—Portaria auctorisando a transferencia de uma concessão de terrenos em Angola para a firma Galhardo & Fonseca	182

Junho

6 Officio (circular) mandando fazer recomendações ao pessoal dos correios sobre o deposito de quantias pagaveis em diversos paizes	182
15—Officio dando esclarecimentos acerca do lançamento, pelas Camaras municipales, de addicções á contribuição de renda de casas	182
15—Officio resolvendo sobre as gratificações dos delegados da comarca de Loanda como curadores.	183
15—Officio determinando a forma de serem cobradas as contribuições atrasadas em Angola.	183
16—Decreto dando provimento n'um recurso contra um accordão do Conselho de provincia de São Thomé e Príncipe sobre decima de juros.	183
16—Decreto negando provimento n'um recurso contra um accordão da Junta consultiva do ultramar sobre decima industrial em Cabo Verde.	184
16—Decreto rejeitando um recurso de um official do ultramar contra a sua reforma no posto de major.	185
16—Decreto rejeitando um recurso de um official do ultramar contra a sua preterição para o posto de major.	185
16—Decreto concedendo 22.000 hectares de terreno, sito no archipelago de Bijagóz, na Guiné.	185
17—Portaria prorogando o praso para a abertura das carreiras de automoveis em Loanda e na Lunda	186
17—Officio (circular) indicando providencias contra o impudismo das forças militares.	187
18—Officio approvando, com alterações, a distribuição de fundos para obras publicas em Cabo Verde.	187

	Pag.
23—Decreto negando provimento n'um recurso extraordinario contra um accordão do Conselho de provincia d'Angola sobre contribuição industrial.	187
25—Decreto approvando o regulamento para a exploração das ostreiras em Moçambique.	188
25—Decreto approvando as tabellas de emolumentos da Secretaria do Governo e das Administrações de concelho em Timor.	192
27—Officio approvando as condições da concessão para se utilisar uma queda de agua no rio Dande.	194
28—Officio declarando como deve ser paga a despesa de livros e expediente da Curadoria dos serv. ções e colonos de S. Thomé e Príncipe.	195

Julho

1—Portaria nomeando uma Comissão a fim de estudar e propor os regulamentos para o recrutamento de praticas indigenas	195
4—Officio indicando a gratificação dos facultativos estranhos ao quadro de saúde da India.	196
9—Decreto concedendo o aforamento de 5 hectares de terra em Lourenço Marques a José Rodrigues Fernandes.	196
9—Idem, a Joaquim Dias.	197
9—Idem, a João de Carvalho.	198
11—Officio communicando as providencias tomadas para occorrer ás vacaturas nos correios.	199
14—Decreto approvando o regulamento para o exercicio da pesca a vapor na bahia de Lourenço Marques.	199
14—Decreto auctorisando uma companhia estrangeira a conservar por tempo illimitado propriedades adquiridas em Lourenço Marques.	204
14—Decreto approvando o regulamento mineiro do territorio de Manica e Sofala	204
14—Decreto tornando extensivo ao ultramar o de 21 d'outubro de 1863 (sobre estabelecimentos insalubres, incommodos ou perigosos).	235
14—Officio auctorisando as delegações de duas agencias de emigração em Angola	277
15—Portaria creando o lugar de chefe da contabilidade e expediente da 2.ª Divisão dos caminhos de ferro de Loanda.	277
16—Portarias auctorisando a transferencia de duas concessões de terrenos.	277
16—Portaria concedendo a um agricultor de S. Thomé e Príncipe o direito de importação de uma embarcação a vapor.	278
19—Officio (circular) indicando quaes os emolumentos concedidos pelo decreto de 15 de julho de 1903 aos empregados das Secretarias dos Governos	278
20—Officio approvando uma Portaria provincial sobre empréstimos de sementes aos cultivadores de Cabo Verde.	278

	Pag.
21—Officio recommendando o fornecimento á Sociedade de geographia de Lisboa de resenhas das observações meteorologicas	281
22—Portaria approvando uma resolução sobre depositos a exigir nos afloramentos de terrenos em Moçambique a requerentes sem titulo e occupantes	281
25—Decreto prescrevendo a forma de punir os desobedientes ás intimações das autoridades sanitarias em Lourenço Marques	282
25—Decreto negando provimento n'um recurso contra um despacho do governador geral da India sobre contribuição predial	283
25—Decreto regulando a contagem do tempo de serviço em Timor e S. Thomé e Princip. para as licenças segundo o decreto de 14 d'agosto de 1900	285
25—Decreto dando provimento n'um recurso contra o despacho do governador geral da India sobre a reversão para o Estado de uns terrenos da Comunidade de Embaracém	285
25—Decreto permitindo a caça de certas aves em Lourenço Marques desde 1 de novembro a 30 d'abril	286
25—Portaria auctorisando uma companhia estrangeira a adquirir e conservar immobiliarios nos territorios de Manica e Sofala	287
25—Idem, idem	287
25—Decreto approvando o regulamento da Comissão de pescarias de Moçambique	287
27—Officio estabelecendo o pessoal da Direcção do correio de Bolama	290
30—Officio (circular) recommendando a exacta observancia da lei na classificação das despesas	290

Agosto

4—Officio declarando quaes os vencimentos do juiz de direito de uma vara substituindo o de outra	290
6—Decreto alterando alguns artigos das instrucções para aforamento de terrenos	291
6—Decreto organisando a policia rural na ilha de S. Thiago de Cabo Verde	294
8—Portaria nomeando uma Comissão para estudar os meios de dar novo impulso á exploração algodoeira	297
9—Officio (circular) aos presidentes das Relações e procuradores da Corôa e fazenda sobre a venda de moeda não corrente dos espolios	298
10—Officio (circular) mandando reconhecer os funcionarios consulares dos Estados Unidos como encarregados dos interesses dos subditos das republicas de Cuba e do Panamá	298
11—Officio (circular) declarando ser o decreto de 15 de julho de 1903, sobre emolumentos, applicavel ás Secretarias dos districtos	298
13—Officio mandando cessar nas estações postaes o uso de se apregoarem os nomes dos destinatarios das correspondencias	299

	Pag.
18—Officio auctorisando o augmento de um amanuense na Repartição de fazenda da ilha do Principe	299
18—Officio declarando dever contar-se para a aposentação o tempo de serviço interino	299
19—Officio (circular) mandando substituir a tabella dos abonos ao correio da metropole pelas cartas com valor declarado	299
22—Officio declarando não incidir sobre as multas a contribuição industrial dos empregados aduaneiros	301
26—Decreto approvando o regulamento da cadeia publica de Macau	301
27—Officio (circular) mandando dar conhecimento aos inspectores de fazenda das auctorisações de despesas militares	310
30—Officio (circular) resolvendo não terem direito ao abono de ajuda de custo por viagem os officiaes do exercito do reino ..	310

Setembro

3—Officio prorogando o praso para a cobrança voluntaria de contribuições em São Thomé e Principe	311
7—Officio prorogando o praso para a companhia das minas de ouro de Manica fazer o deposito de réis 20:000\$000	311
9—Decreto concedendo vantagens especiaes de promoção aos officiaes subalternos dos quadros do ultramar	311
9—Decreto approvando o regulamento de serviços e trabalhadores indigenas em Lourenço Marques	312
9—Decreto permitindo á Santa Casa da misericórdia de Diu fazer, annualmente, duas ou mais loterias	318
9—Decreto auctorisando algumas estações postaes de Moçambique a permutar vales provinciaes	320
9—Decreto applicando a Angola algumas das disposições dos decretos sobre aforamentos de terrenos em Moçambique	320
9—Decreto auctorisando uma sociedade estrangeira a conservar por mais de dez annos bens immobiliarios em Inhambane	323
10—Portaria ordenando a substituição das actuaes estampilhas do imposto do sello	323
10—Officio auctorisando em Timor o serviço de encomendas postaes com valor declarado e sujeitas a embargo	324
17—Decreto auctorisando a concessão de licenças para occupação de terrenos aos colonos portuguezes em Porto Alexandre e Bahia dos Tigres	325
19—Decreto dividindo o territorio continental do districto de Moçambique em quatro capitánias-môres	327
20—Decreto approvando o orçamento das provincias ultramarinas para o exercicio de 1904-1905	332
20—Decreto auctorisando o Governo a conceder a exploração da planta	

Pag.

Pag.

Outubro

«Almeidina» nos terrenos do Estado em Angola.....	1049
20—Decreto abrindo concurso para a adjudicação do jazigo de petroleo em Laclubar, districto de Timor.....	1052
20—Decreto regulando a exportação, pelas alfandegas, de Moçambique, de cabras e bodes da raça angora e de avestruzes.....	1055
20—Decreto auctorisando o Governo a conceder a exploração de plantas de gutta-percha nos terrenos do Estado em Moçambique.....	1055
20—Decreto regulando o aproveitamento dos bancos de ostras percliferas, madreperolas e coraes na provincia de Moçambique.....	1057
21—Officio (circular) dando instrucções para se conhecer no fim de cada mez o estado dos cofres das recebedorias e thesourarias geraes.....	1059
21—Portaria ampliando o numero de voaes da Comissão de estudo da cultura do algodão.....	1059
21—Decreto auctorisando a creação em Cabo Verde, Angola e Moçambique de uma escola para o ensino de varias linguas.....	1060
21—Decreto auctorisando o Governo a mandar proceder á adjudicação das obras do porto de Macau.....	1061
21—Decreto reduzindo o preço dos aforamentos de certos terrenos no porto de Lourenço Marques.....	1062
21—Decreto auctorisando o Governo a mandar proceder ás obras de saneamento da cidade de Loanda...	1064
21—Decreto auctorisando o Governo a mandar proceder ás obras de saneamento da cidade de Lourenço Marques.....	1067
22—Officio approvando gratificações aos chefes das alfandegas em Cabo Verde pelo desempenho de serviços postaes.....	1068
22—Officio mandando cessar a praxe de se abonarem passagens a criados dos Residentes na provincia de Angola.....	1068
23—Portaria concedendo isenção de direitos para uma balança-ponte importada pela Companhia agricola do Dande.....	1069
24—Decreto estabelecendo a forma de levar a effeito as obras da 3.ª secção do porto de Lourenço Marques.....	1069
26—Officio indicando o abono a fazer aos officiaes que substituirem, provisoriamente, os governadores de districto.....	1071
27—Portaria nomeando uma Commis-são para estudar o regimen dos monopolios em Macau.....	1071
27—Officio solicitando a remessa de mapas para a organização da estatística industrial das colonias.....	1072
29—Officio mandando passar em triplicado as guias de vencimentos dos officiaes vindos para o reino.....	1074
30—Officio (circular) solicitando propostas de alterações ás tabellas de receita e despesa.....	1074

1—Officio declarando quem deve mandar fazer os cartões para os boletins do registo criminal.....	1075
3—Portaria concedendo licença a uma companhia para exploração da planta «Almeidina» em Angola.....	1075
6—Officio declarando não carecer de nova confirmação uma professora de instrucção primaria da India...	1075
11—Portaria fazendo recommendações sobre a concessão de licenças para occupação de terrenos no districto de Moçamedes.....	1075
15—Officio auctorisando o emprego de uma chalupa como pontão no Porto Grande da ilha de S. Vicente.....	1076
17—Portaria concedendo isenção de direitos para duas charruas importadas pela Companhia commercial de Angola.....	1076
17—Decreto auctorisando a Empresa agricola do Principe a conservar bens immobiliarios por mais de dez annos.....	1076
20—Officio estabelecendo a condição de que depende a accumulção de gratificações por accumulção de serviços.....	1076
24—Decreto mandando substituir por outra a tabella de portes de correspondencias postaes de Macau.....	1077
26—Decreto concedendo por aforamento um terreno baldio em Lourenço Marques.....	1077
26—Officio approvando a Portaria provincial que regulou a armazenagem de bebidas alcoolicas na Guiné.....	1078
31—Portaria concedendo licença para a exploração da gutta-percha em Gaza e Inhambane.....	1079

Novembro

8—Officio solicitando a remessa de estatísticas dos eleitores recenseados.....	1079
9—Decreto concedendo por aforamento um terreno sito no districto militar de Gaza.....	1080
11—Officio indeferindo um pedido dos funcionarios da Guiné sobre abatimento no preço dos medicamentos.....	1081
11—Portaria resolvendo duvidas sobre a isenção de direitos das machinas importadas para a agricultura e industria.....	1081
12—Officio declarando valer como nomeação régia a classificação de director dos correios do Congo dada a um 2.º official.....	1082
12—Decreto contendo a proclamação de sua majestade a Rainha a Senhora Dona Maria Pia como regente do reino.....	1082
12—Decreto estabelecendo o formulario a seguir nos diplomas officiaes durante a regencia do reino.....	1082
17—Decreto concedendo por aforamento um terreno sito nos suburbios de Lourenço Marques.....	1083
17—Decreto mandando dar por terminada a commissão aos commissarios do	

Governo junto de sociedades anónimas.....	1084
17—Portaria resolvendo duvidas sobre o processo para perfazer a percentagem minima aos empregados aduaneiros de Cabo Verde.....	1086
19—Officio resolvendo duvidas sobre as concessões de terrenos na Guiné.....	1088
22—Portaria fixando o maximo das indemnisações pelos prejuizos de mercadorias no caminho de ferro de Lourenço Marques.....	1089
22—Officio formulando um questionario aos agronomos e regentes agricolas, e aos encarregados da arborisação em Angola.....	1089
23—Portaria fixando o termo do praso da isenção de pagamento de direitos concedida á Companhia de São Vicente de Cabo Verde.....	1090
24—Officio approvando alterações na distribuição de fundos de obras publicas de Cabo Verde.....	1090
24—Decreto dando provimento n'um recurso contra um accordão do Conselho administrativo de Lourenço Marques sobre annullação de um aforamento de terrenos municipaes.....	1093
24—Portaria mandando proceder a um rigoroso inquerito sobre o desastre do destacamento da columna de operações no Cuenene.....	1094
24—Decreto approvando o regulamento para o serviço marítimo em Cabo Verde.....	1095
24—Carta de lei determinando a cobrança das receitas do Estado no exercicio de 1904-1905 e a sua applicação ás despesas publicas.....	1116
26—Portaria determinando o pagamento, pelo Leal Senado de Macau, dos juros de um capital pertencentes á dotação do seminario diocesano.....	1140
28—Officio mandando cumprir a legislação vigente sobre a ajuda de custo e abonos aos officiaes que vão servir no ultramar.....	1140
29—Portaria providenciando sobre a adopção de compendios nas escolas de ensino primario do ultramar.....	1140
29—Officio communicando a prorrogação do regimen vigente em Cabo Verde para a navegação de grande cabotagem.....	1141
30—Officio (circular) mandando remittir colleções de productos coloniaes á escola academicade Lisboa para um museu colonial.....	1141
30—Portaria mandando formular propostas para se proceder á revisão do Codigo administrativo de 1842 e legislação co-relativa.....	1142
30—Portaria mandando formular propostas para a organização judicial das provincias ultramarinas.....	1142
30—Portaria providenciando para serem reunidas n'um só diploma as disposições sobre concessões de terrenos.....	1143
30—Decreto auctorisando a permutação de vales provinciaes pela estação postal de Bicholim.....	1144
30—Portaria mandando formular propostas para a modificação da organização militar do ultramar.....	1144

30—Decreto regulando a despesa do ultramar, realisada na metropole, para o exercicio de 1904-1905.....	1145
30—Portaria determinando a remessa de informações sobre modificações das pautas ultramarinas.....	1146
30—Portaria determinando a remessa de informações sobre melhoramentos sanitarios nas provincias ultramarinas.....	1147
30—Decreto alterando a composição da companhia mista da guarnição de S. Thomé e Príncipe.....	1147
30—Decreto desclassificando a fortaleza de São Philippe, na provincia de Angola.....	1147

Dezembro

2—Portaria mandando elaborar propostas para o ensino technico e profissional nas provincias ultramarinas.....	1148
6—Officio desapprovando uma resolução do governador do districto de Timor sobre taxas de licenças dos commerciantes.....	1143
7—Officio declarando competir ás Camaras municipaes deliberar sobre taxas de licenças para estabelecimentos abertos até ao toque de recolher.....	1149
7—Officio providenciando sobre o exercicio do cargo de escrivão de fazenda do concelho da Boa Vista, em Cabo Verde.....	1149
7—Decreto regulando a concessão de licenças para corte de madeiras no districto militar de Tete.....	1149
7—Portaria suscitando a observancia da de 14 de novembro de 1898 sobre obras e melhoramentos nas provincias ultramarinas.....	1150
7—Decreto approvando as «Instruções» para a cobrança do imposto de palhota nos territorios da Companhia de Moçambique.....	1150
9—Portaria (pelo Ministerio da justiça) declarando competir aos secretarios dos tribunaes do commercio a guarda dos processos commerciaes findos.....	1154
9—Portaria (pelo Ministerio da justiça) regulando a intervenção dos secretarios dos tribunaes commerciaes nos processos de fallencias.....	1154
9—Portaria (pelo Ministerio da justiça) providenciando para o efficaz cumprimento do art.º 100.º do regulamento do registo predial.....	1154
9—Portaria mandando formular propostas para a constituição das esquadras de drilhas e flotilhas do ultramar.....	1153
9—Officio dando esclarecimentos sobre a isenção de impostos em certas encomendas postaes.....	1155
10—Officio dando instruções para o registo na respectiva conservatoria dos contractos de aforamento de terrenos feitos pela Companhia de Moçambique.....	1156
14—Officio declarando a quem devem ser confiados em Timor os presos condemnados a trabalhos e os compelidos.....	1157

	Pag.		Pag.
15—Decreto regulando a arrecadação e entrega dos espólios dos militares falecidos em campanha no ultramar.....	1157	24—Decreto approvando o regulamento para o serviço de assignaturas de publicações, periodicos, por intermédio do correio.....	1164
15—Portaria declarando quaes os privilegios transferidos para a Companhia hulheira da Zambezia.....	1159	24—Decreto approvando o regulamento para o serviço de cobranças por intermédio do correio	1171
17—Portaria deferindo uma reclamação do Banco ultramarino sobre contribuição industrial.. ..	1159	26—Officio declarando não carecer de confirmação o secretario do Governo de Timor	1185
24—Decreto dissolvendo a Camara dos deputados.....	1159	26—Portaria nomeando uma Comissão para formular um plano de balisagem e pharolagem da costa de Moçambique	1185
24—Decreto extinguindo a 3.ª companhia de deposito da provincia de Moçambique	1160	27—Officio indicando quaes os impostos que devem pagar os medicamentos para as pharmacias do Estado....	1185
24—Decreto approvando o regulamento das concessões de licenças para linhas telegraphicas e telephonicas particulares em Cabo Verde.....	1160	31—Decreto approvando o regulamento para a pesca da baleia em Cabo Verde	1185

COLLECÇÃO

DA

LEGISLAÇÃO NOVISSIMA DO ULTRAMAR

1904



COLLECÇÃO

DA

LEGISLAÇÃO NOVISSIMA DO ULTRAMAR

1904

JANEIRO

Nos termos do decreto com força de lei de 14 de outubro de 1891, Sua Majestade El-Rei ha por bem confirmar a concessão feita pelo governador geral da provincia de Angola, em Portaria provincial, n.º 92, de 7 de fevereiro de 1901, a L. J. de Albuquerque & C.^a, negociante em Novo Redondo, de mil hectares de terreno baldio, para exploração agricola, situado na região de Amboim, proximo das libatas do Quitongo-Quinhanga e Quimpito, no concelho de Novo Redondo, districto de Loanda, da provincia de Angola.

Os concessionarios ficam expressamente obrigados ao cumprimento das disposições do § 2.º art. 1.º (fôro de 10 réis por hectare), art. 3.º e 4.º, com as vantagens do art. 5.º, do decreto com força de lei de 4 de dezembro de 1861, e bem assim ás disposições do decreto com força de lei de 9 de novembro de 1899, relativo á transferencia de concessões.

O que, pela Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao governador geral da referida provincia para os devidos effeitos.

Paço, em 4 de janeiro de 1904.— *Manuel Raphael Gorjão*.

(Boletim official d'Angola n.º 8).

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.— S. Ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar encarrega-me de dizer a v. ex.^a, em resposta ao seu officio n.º 3:784, de 10 de dezembro findo, que o abono de 120 dias de subsidio, a que cada official pode ter direito, nos termos do art. 27.º do decreto de 14 de novembro de 1901, tem directa relação com um anno completo de exercicio na comissão em que se achar, como se deprehende dos preceitos dos n.ºs 3 e 5 da régia Portaria de 9 de abril de 1902 e v. ex.^a opina no citado officio.— Deus guarde a v. ex.^a— Inspeção geral da fazenda do ultramar, em 11 de janeiro de 1904.— Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Conselheiro governador geral do Estado da India.— O Inspector geral, *José Navarro de Andrade*.

(Boletim official da India n.º 21).

Tendo-se suscitado por vezes duvidas sobre a interpretação dos diversos diplomas que regulam o regimen do alcool nas provincias ultramarinas, pedindo-se mesmo, por parte dos agricultores de alguns districtos, modificações a algumas das suas disposições, e con-vindo colligir elementos para ser estudada a conveniencia de fazer uma revisão dos regulamentos, em ordem a simplificar a sua execução, procurando conciliar os interesses da agricultura e da industria com os da fazenda publica: determina Sua Majestade El-Rei, pela Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, que os governadores das provincias ultramarinas, ouvindo os governadores de districto e tendo em vista as reclamações dos interessados, proponham as modificações que, em harmonia com as condições e circumstancias de cada provincia, se lhes afigure conveniente fazer nos regulamentos do alcool, a fim de serem as suas propostas devidamente estudadas e apre-ciadas, e submittidas á decisão do Governo.

Paço, em 12 de janeiro de 1904.— *Manuel Raphael Gorjão.*

(Boletim official d'Angola n.º 9.)

Tendo-me requerido Fritz Wirth, subdito allemão, proprietario e residente em Lourenço Marques, na provincia de Moçambique, a concessão, por aforamento, de 1:000 hec-tares de terreno baldio no districto de Lourenço Marques, d'aquella provincia, sitos á esquerda do caminho de ferro de Lourenço Marques ao Transvaal, entre os kilometros 14,500 e 18,500, confinando por nordeste com a zona reservada a este caminho de ferro, por suêste com o terreno pedido por Alex. Uebel e Abel Fabião, por noroeste e sudoeste com terrenos baldios, conforme consta do annuncio publicado no *Diario do Governo* n.ºs 237, 238 e 239, de 22, 23 e 24 de outubro de 1903;

Havendo no concurso para a adjudicação em hasta publica da parte disponivel do referido terreno 597 hectares, a que se procedeu na Direcção geral do ultramar em 23 de dezembro d'aquelle mesmo anno, sido apresentada por Antonio de Assis Camillo, como procurador de Henrique Salles Henriques, uma proposta offerecendo pagar o fôro an-nual de 550 réis por hectare, e não tendo o requerente comparecido, nem se havendo feito representar no concurso;

Havendo o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar reco-nhecido o impedimento interposto pela Commissão das terras do districto de Lourenço Marques sobre cerca de 403 hectares de terreno requerido, por haverem d'este ultimo sido já concedidos de aforamento 100 hectares a Aurelia Dolores da Silva Telles, 100 hectares a Manoel do Nascimento Ornellas e 100 hectares a Emilio Julio Domingos Pes-queira; ainda por já haverem anteriormente sido requeridos por José Rodrigues Amaral Leal 100 hectares no referido terreno; e, finalmente, por estarem cerca de 3 hectares occupados pelas ruas separando algumas das concessões supracitadas:

Havendo sido publicado no *Diario do Governo*, n.º 295, de 31 de dezembro de 1903, o aviso de que foi adjudicado a Henrique Salles Henriques o aforamento de 597 hec-tares de terreno, differença entre os 1:000 hectares requeridos por Fritz Wirth e os 403 sobre que foi interposto impedimento pela Commissão das terras do districto de Lourenço Marques;

Havendo o adjudicatario apresentado na Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar o certificado de deposito de caução, feito em 12 de janeiro do corrente anno, correspondente a 300 réis por cada hectare de terreno que lhe foi adjudicado:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º É concedido a Henrique Salles Henriques o aforamento de 597 hectares no terreno baldio do districto de Lourenço Marques, da provincia de Moçambique, sito á esquerda do caminho de ferro de Lourenço Marques ao Transvaal, entre os kilome-tros 14,500 e 18,500, confinando por nordeste com a zona reservada a este caminho de ferro, por sudeste com o terreno pedido por Alex. Uebel e Abel Fabião e por noroeste e sudoeste com terrenos baldios, cuja área assim limitada mede 1:000 hectares, dos quaes foram excluidos:

1.º 100 hectares aforados a Aurelia Dolores da Silva Telles por Portaria pro-vincial, n.º 724, de 3 de novembro de 1903;

- 2.º 100 hectares aforados a Manoel do Nascimento Ornellas por Portaria provincial, n.º 679, de 20 de outubro de 1903;
- 3.º 100 hectares aforados a Emilio Julio Domingos Pesqueira por Portaria provincial, n.º 611, de 16 de setembro de 1903;
- 4.º 100 hectares anteriormente requeridos por José Rodrigues Amaral Leal;
- 5.º Cêrca de 3 hectares de ruas já existentes para serventia dos terrenos aforados acima mencionados.

Devendo ainda reservar-se uma rua de 10 metros de largura entre o terreno agora concedido e o pedido por Alex. Uebel e Abel Fabião, bem como ruas da mesma largura no prolongamento das já existentes nos kilometros 17 e 18 do referido caminho de ferro, e, sendo necessario, uma outra rua, tambem de 10 metros de largura, no prolongamento da que venha a estabelecer-se entre o terreno requerido por José Rodrigues Amaral Leal e o aforado a Manoel do Nascimento Ornellas.

Art. 2.º O terreno descripto e definido no artigo 1.º do presente decreto é destinado á agricultura.

Art. 3.º O concessionario será obrigado a pagar pelo referido terreno, nos termos do regulamento geral provisório de 2 de setembro de 1901 para a execução da carta de lei de 9 de maio do mesmo anno sobre concessões de terrenos no ultramar, o fôro annual de 550 réis por hectare.

Art. 4.º A concessão designada no artigo 1.º do presente decreto é feita sem prejuizo dos direitos assegurados aos indigenas pelos artigos 2.º 3.º e n.º 2.º do artigo 8.º da carta de lei de 9 de maio de 1901, e pelos paragraphos 1.º, 2.º e 3.º do artigo 2.º, n.º 2.º do artigo 10.º e artigo 139.º com seu § unico do regulamento geral provisório de 2 de setembro de 1901.

Art. 5.º fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar.

Paço, em 15 de janeiro de 1904. — REI. — *Manuel Rapha l Gorjão.*

(Diário do Governo n.º 18 — Rectificação aos n.ºs 14 e 19).

Sendo conveniente tornar extensivo á estação postal de Mormugão, no Estado da India, o serviço de permutação de fundos por intermédio do correio: hei por bem, nos termos dos decretos de 19 de outubro de 1900 e 27 de novembro de 1902, auctorisar a referida estação de Mormugão a permutar vales provinciaes, devendo este novo serviço começar em execução no dia 1 do proximo mez de abril.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar.

Paço, em 15 de janeiro de 1904. — REI — *Manuel Raphael Gorjão.*

(Diário do Governo n.º 14).

Ill.º e ex.º sr.—Em referencia ao seu offiio, n.º 3:024, de 24 de novembro do anno findo, encarrega-me s. ex.ª o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de dizer a v. ex.ª que, em offiio, n.º 68, de 1 de julho de 1902, foi communicado o despacho de 28 de junho, no qual se determina que os officiaes nomeados para servirem no ultramar em conformidade com os art. 5.º e 6.º do decreto de 14 de novembro de 1901 são abonados, desde o dia do seu embarque, de soldo e gratificação da patente e arma ou serviço, e da respectiva subvenção indicada no art. 10.º d'esse decreto. Isto é o que está em vigor para os officiaes n'aquellas condições, e, para os que vão desempenhar commissões extraordinarias, existe o despacho de 21 de junho de 1902 que determina que sejam abonados, desde o dia immediato ao da sua apresentação n'este Ministerio, do soldo da respectiva patente, vencimento a que têm direito durante a viagem.

Em vista do que fica exposto, ao major de infantaria Eduardo Cassassa Alvares Peireira deve ser-lhe abonada a gratificação de exercício durante a viagem.

Deus guarde a v. ex.^a 7.^a Repartição da Direcção geral de contabilidade publica, em 19 de janeiro de 1904.— Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Conselheiro governador geral da provincia de Angola.— O chefe da Repartição, *João Duarte Figueiredo Bastos*.

(Boletim official d'Angola n.º 12)

Sua Majestade El-Rei, attendendo á deficiencia com que por vezes têm vindo do ultramar processos de empregados de fazenda requerendo aposentação ou as licenças facultadas pelo decreto de 11 de agosto de 1900; ha por bem ordenar, a bem do serviço, o seguinte:

1.º A liquidação do tempo de serviço effectivo dos empregados de fazenda nas provincias ultramarinas, tanto para os fins da aposentação, como para os das licenças de que trata o citado decreto de 11 d'agosto de 1900, será feita em Portaria dos governadores das respectivas provincias e districto autonomo; e a sua copia na integra é documento indispensavel para o despacho do Governo.

2.º Proceder se ha a esta liquidação na Secretaria geral, não sómente em vista d'uma certidão narrativa do tempo de serviço, na qual se declarem as faltas, licenças e outras interrupções, passada pela Repartição respectiva, mas tambem das informações da Repartição superior de fazenda e da mesma Secretaria geral, baseadas no que constar a tal respeito dos assentamentos ou registos relativos ao interessado. Não havendo faltas ou licenças a mencionar, assim o certificará tambem a mesma liquidação.

O que, pela Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, se comunica aos governadores das mesmas provincias ultramarinas e districto autonomo para seu conhecimento e devida execução.

Paço, em 21 de janeiro de 1904. — *Manuel Raphael Gorjão*.

(Boletim official de Cabo Verde n.º 8).

Ex.^{mo} e rev.^{mo} sr. — Com referencia ao officio de v. ex.^a, datado de 14 de novembro ultimo, incumbem-me o ex.^{mo} Ministro da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.^a que, por despacho de 9 do corrente mez, auctorisou que aos missionarios das associações portuguezas «Fé e Patria» e «Missionaria portugueza», bem como aos auxiliares dos mesmos, sejam dados os mesmos direitos, quanto a passagens, que a todos os outros missionarios do Real Padroado, a fim de poderem, em caso de doença, ou passado o tempo prescripto, vir refazer suas forças á Europa.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 23 de janeiro de 1904. — Ex.^{mo} e rev.^{mo} sr. Bispo de Argos, prelado de Moçambique. — O director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Inédito).

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — S. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar encarrega-me de dizer a v. ex.^a, em resposta ao officio, n.º 2:858, de 11 de novembro do anno findo, que devem ser observadas as disposições contidas no decreto de 20 de dezembro de 1888, que não tenham sido alteradas pelos preceitos do art. 27.º e seu § 3.º do decreto de 14 de novembro de 1901, continuando, portanto, o abono do subsidio de residencia por mudança de collocação nos corpos e por tempo de 30 dias nos termos do art. 2.º do primeiro dos citados decretos.

Deus guarde a v. ex.^a — Inspeção geral de fazenda do ultramar, em 25 de janeiro de 1904. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Conselheiro governador geral da provincia de Angola. — O inspector geral, *José Navarro de Andrade*.

(Boletim official d'Angola n.º 8).

III.^{mo} e ex.^{mo} sr. — S. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar encarrega-me de dizer a v. ex.^a, em resposta ao officio, n.º 647, de 4 de dezembro findo, que, nos termos do art. 139.º do decreto de 14 de novembro de 1901, a gratificação a abonar ao commandante interino da fortaleza do Monte é a estabelecida na respectiva tabella de despesa para o exercicio de 1903-1904 — 30\$000 réis mensaes — quando, nos termos do mesmo decreto e artigo, o desempenho interino d'esta commissão não prejudique o serviço da companhia de artilharia a que pertence o official nomeado a que v. ex.^a allude no citado officio.

Deus guarde a v. ex.^a — Inspeção geral de fazenda do ultramar, em 26 de janeiro de 1904. — III.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador da provincia de Macau. — O inspector geral, José Navarro de Andrade.

(Inédito).

Sua Majestade El-Rei, conformando-se com a proposta do director dos caminhos de ferro de Loanda, ha por bem determinar o seguinte: os fiscaes de obras ou apontadores, a que se refere o artigo 14.º da Portaria de 3 de setembro de 1903, que regula os serviços da construcção do caminho de ferro de Malange, e bem assim a Portaria de 23 de dezembro de 1903, formarão uma classe unica, com os vencimentos que até agora correspondiam á primeira classe.

Paço, em 26 de janeiro de 1904. — Manuel Raphael Gorjão.

(Diário do Governo n.º 23).

Sua Majestade El-Rei: ha por bem approvar a Portaria, n.º 797, de 7 de dezembro de 1903, do Governo geral da provincia de Moçambique, que modifica a equivalencia do shilling e do penny, nas fracções inferiores a meia libra sterlina, nos portes cobrados na linha do caminho de ferro de Lourenço Marques ao Transvaal.

Paço, em 26 de janeiro de 1904. — Manuel Raphael Gorjão.

(Boletim official de Moçambique n.º 10).

Portaria provincial a que se refere a régia Portaria supra

N.º 797. — Determinando o § 1.º da Portaria do commissario régio, n.º 16, de 2 de julho de 1898, que nos portes cobrados na linha de caminho de ferro de Lourenço Marques ao Transvaal serão as fracções inferiores a meia libra sterlina recebidas em moeda portugueza, á razão de 240 réis o shilling e de 20 réis o penny; e

Considerando que a fixidez de tal equivalencia traz, sem vantagem para o publico, prejuizo para a fazenda nacional;

Tendo em vista o que sobre o assumpto me representou o director do caminho de ferro, e ouvido o governador do districto de Lourenço Marques;

Hei por conveniente determinar o seguinte:

Artigo 1.º Nos portes e despesas accessorias das mercadorias e de bilhetes de passageiros, expedidos e emitidos pelo caminho de ferro de Lourenço Marques para outra linha d'álém das fronteiras e vice-versa, e dentro da mesma linha, serão as fracções inferiores a meia libra sterlina recebidas em moeda portugueza ao cambio que será fixado por trimestres e publicado em aviso no *Boletim official*.

Art. 2.º Para os fins do artigo precedente será o cambio no primeiro trimestre, a partir da data da presente Portaria, computado á razão de 300 réis o shilling e 25 réis o penny.

Art. 3.º Fica assim modificada a Portaria do commissario régio, n.º 16, de 2 de julho de 1898, até ulterior resolução do Governo de Sua Majestade.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir assim o tenham entendido e cumpram. — Governo geral em Lourenço Marques, 7 de dezembro de 1903. — O governador geral interino, Thomaz Antonio Garcia Rosado.

III.^{mo} sr. — Accedendo a um pedido da Direcção geral dos correios e telegraphos foi, por despacho de 25 de janeiro corrente, determinado que os correios ultramarinos remetam para a metropole, em separado das cartas com declaração de valor «as caixas com valor declarado», descriptas no competente modelo e fechadas em sacco especial, sendo este incluído no das encomendas ou dentro da mala das correspondencias ordinarias, sobrescriptado para a 6.^a secção da estação central dos correios de Lisboa e mencionado na *feuille d'avis* da mesma mala. Queira, portanto v. s.^a dar n'este sentido as ordens necessarias ás estações suas subordinadas para que de futuro assim se cumpra. Deus guarde a v. s.^a — 3.^a Repartição da Direcção geral do ultramar, em 29 de janeiro de 1904. — III.^{mo} sr. director dos correios da provincia da Guiné. — O chefe da Repartição, *Belchior José Machado*.

(Boletim official da Guiné n.º 11)

FEVEREIRO

Sendo necessario estabelecer, para os effeitos da execução do art.º 18.º da Organização aduaneira daa provincias de Angola e de S. Thomé e Príncipe, a forma por que ha de ser feita a escolha e nomeação do pessoal do circulo aduaneiro da provincia de Angola que, por transferencia, tem de ir servir temporariamente no circulo aduaneiro da provincia de S. Thomé e Príncipe: Sua Majestade El Rei, conformando-se com a proposta do governador geral interino da provincia de Angola, ha por bem determinar que essa escolha se faça por escala entre os mais modernos empregados de cada classe do quadro, tendo em vista as suas aptidões, competencia e notas de serviço, fazendo-se excepção, porém, dos que já tenham destacado e servido n'aquelle circulo.

O que, pela Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao governador geral interino da provincia de Angola, para os devidos effeitos.

Paço, em 5 de fevereiro de 1904. — *Manuel Raphael Goryão*.

(Diario do Governo n.º 34)

III.^{mo} e ex.^{mo} sr. — S. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar encarrega-me de comunicar a v. ex.^a que, por seu despacho de 30 de janeiro findo, auctorizou que fôsse extensivo ás praças de pret indigenas d'essa guarnição o preceituado no § 1.º do art.º 5.º do decreto de 8 de novembro de 1900, devendo, por este motivo, considerar-se duplicadas as verbas para fardamento ás referidas praças, consignadas na tabella das despesas ordinarias para o exercicio de 1903-1904.

Deus guarde a v. ex.^a. — Inspeção geral de fazenda do ultramar, em 6 de fevereiro de 1904. — III.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador da provincia de S. Thomé e Príncipe. — O inspector geral, *José Navarro d'Andrade*.

(Inédito)

III.^{mo} e ex.^{mo} sr. — S. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar encarrega-me de dizer a v. ex.^a, em resposta ao officio, n.º 1:137, de 16 de novembro do anno findo, que as praças que regressarem a essa provincia a fim de completarem as suas commissões devem perceber, durante esse periodo, os vencimentos que lhes eram abonados anteriormente á execução do decreto de 14 de novembro de 1901, que reorganizou as forças ultramarinas.

Deus guarde a v. ex.^a. — Inspeção geral de fazenda do ultramar, em 8 de fevereiro de 1904. — III.^{mo} e ex.^{mo} sr. Conselheiro governador geral da provincia de Moçambique. — O inspector geral, *José Navarro de Andrade*.

(Inédito)

III.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Incumbe-me s. ex.^a o Ministro de recommendar a v. ex.^a que, quando por effeito de vacatura em qualquer cargo publico, esse cargo seja desempenhado por funcionario que tenha vencimento da sua categoria, o ordenado d'aquelle não pode ter applicação diversa da que esteja designada na tabella, como aliás preceitua a alinea d) do art.^o 42.^o do regulamento de 3 de outubro de 1901.

Deus guarde a v. ex.^a. — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 10 de fevereiro de 1904. — III.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador do districto autonomo de Timor — O director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Inédito)

III.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Com referencia ao officio d'esse Governo geral, de 10 de dezembro ultimo, que acompanhou um requerimento de Manuel Nascimento d'Abreu, 1.^o substituto do juiz municipal de Mormugão, pedindo o abono permanente do vencimento de exercicio d'aquelle cargo, incumbe-me o ex.^{mo} Ministro da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.^a, para os effeitos convenientes, que não pode ser attendida a pretensão do requerente, porque o decreto de 19 de junho de 1901, que, desdobrando os vencimentos do juiz municipal e do sub-delegado, teve por fim assegurar aos respectivos substitutos os vencimentos de exercicio, expressamente declara que esses vencimentos só são abonados quando servirem no impedimento dos effectivos.

Não são procedentes as allegações, produzidas pelo mesmo requerente para justificar o seu pedido, de que é obrigado a residir no Julgado e não pode exercer o commercio nem a sua profissão de advogado, poisque a obrigação de residencia só é imposta pelo regimento de justiça de 20 de fevereiro de 1894 aos magistrados effectivos, só a estes é vedado o exercicio da advocacia e podem os respectivos substitutos exercer o commercio, como se declarou já em officio d'esta Secretaria d'Estado, de 31 de maio de 1902, publicado na collecção da legislação ultramarina do referido anno, a pag. 418.

Deus guarde a v. ex.^a. — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 10 de fevereiro de 1904. — III.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador geral do Estado da India. — O director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Inédito)

III.^{mo} sr. — Nos termos dos art. 370.^o e 409.^o e seus §§ do regulamento para o serviço dos correios ultramarinos tornou-se extensivo ás estações postaes de Mapuçá, Margão e Mormugão (India portugueza) o serviço de cartas e caixas com valor declarado.

O que se comunica a v. s.^a para os fins convenientes.

Deus guarde a v. s.^a — 3.^a Repartição da Direcção geral do ultramar, em 10 de fevereiro de 1904. — III.^{mo} sr. director dos correios da provincia da Guiné. — O chefe da Repartição, *Belchior José Machado*.

(Boletim official da Guiné n.^o 16).

III.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em satisfação ao officio, n.^o 3:356, da serie finda, d'esse Governo geral, encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.^a que o isolamento, a que se refere o § 1.^o do art. 27.^o do decreto de 14 de novembro de 1901, deve ser tomado no sentido de — desacompanhado de outros officiaes.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 12 de fevereiro de 1904. — III.^{mo} e ex.^{mo} sr. Conselheiro governador geral da provincia de Angola. — O director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

(Boletim official d'Angola n.^o 14).

Sendo da maior conveniencia facilitar e embaratecer os transportes entre o littoral e o plan'alto de Mossamedes: ha Sua Majestade El-Rei por bem, nos termos do decreto de 27 de novembro de 1902, approvar o programma de concurso e o caderno de encargos, que vão assignados pelo engenheiro director dos caminhos de ferro ultramarinos, para a concessão do exclusivo de carreiras de automoveis destinadas ao transporte de passageiros e mercadorias nas estradas de Mossamedes á Chibia.

Paço, em 13 de fevereiro de 1904. — *Manuel Raphael Gorjão*.

Programma do concurso para a concessão do exclusivo de carreiras de automoveis na estrada de Mossamedes á Chibia

1.^a

Pela Direcção dos caminhos de ferro ultramarinos é aberto concurso publico para a concessão do exclusivo, durante quinze annos, de carreiras de automoveis para o transporte de passageiros e mercadorias na estrada de Mossamedes á Chibia, ligando Humpata, Lubango e Huilla, nos termos do respectivo caderno de encargos, o qual se realizará no dia 24 de maio de 1904, á uma hora da tarde, perante uma Comissão opportunamente nomeada para esse fim.

2.^a

Só poderão tomar parte n'este concurso cidadãos de nacionalidade portugueza e sociedades ou companhias portuguezas.

3.^a

As propostas serão escriptas em portuguez, e redigidas nos seguintes termos:

«Eu abaixo assignado obrigo-me a estabelecer carreiras de automoveis para o transporte de passageiros e mercadorias na estrada de Mossamedes á Chibia, ligando Humpata, Lubango e Huilla, a que se refere a Portaria de 13 de fevereiro e o programma do concurso publicado pela Direcção dos caminhos de ferro ultramarinos no *Diario do Governo*, n.º 40, de 22 de fevereiro de 1904, em conformidade do respectivo caderno de encargos, pelas tarifas maximas seguintes:

Passageiros, por kilometro, preço (por extenso);
Mercadorias, por tonelada e por kilometro, preço (por extenso);
Ou mercadorias, por metro cubico e por kilometro, preço (por extenso).

Data e assignatura, com declaração da profissão e domicilio do concorrente».

4.^a

Cada proposta deve ser acompanhada dos seguintes documentos:

1.º Certificado de deposito na Caixa geral de depositos, á ordem da Direcção dos caminhos de ferro ultramarinos, da quantia de 2:500\$000 réis;

2.º Se o concorrente representar algum individuo, procuração bastante com poderes especiaes;

3.º Se o concorrente representar alguma sociedade ou companhia, documento autentico que mostre que essa sociedade ou companhia existe legalmente, e que lhe conferiu poderes especiaes para concorrer á adjudicação;

4.º Documento autentico, pelo qual prove o disposto na condição 2.^a d'este programma.

5.^a

A proposta de que trata a condição 3.^a e juntamente os documentos descriptos na condição 4.^a serão encerrados n'um envolvero fechado e sobrescriptado do seguinte modo:

«Carreiras de automoveis. Proposta de... (nome do concorrente)».

6.^a

No local, dia e hora indicados, declarada aberta a sessão pelo presidente, serão recebidas as propostas, que serão numeradas pela ordem da sua apresentação, sendo passado ao apresentante um recibo com o respectivo numero.

Depois de meia hora de espera, o presidente declarará encerrado o concurso, e proceder-se-ha á abertura dos envelopos pela ordem da sua numeração.

Todas as propostas e documentos serão rubricados pelos membros da Commissão e lidos em voz alta, organisando-se uma relação que será assignada por todos os membros da Commissão e lida tambem em publico.

7.^a

Não haverá licitação verbal.

8.^a

De todas as operações e occorrencias havidas durante o concurso se lavrará um auto, que será assignado por todos os membros da Commissão.

9.^a

O processo relativo ao concurso, devidamente informado, será presente ao Ministro da marinha e ultramar a fim d'este resolver sobre a adjudicação da concessão.

10.^a

O Governo reserva-se a faculdade de não fazer a adjudicação, se assim convier aos interesses do Estado.

11.^a

O concorrente a quem fôr feita a adjudicação reforçará, no praso de oito dias, contados d'aquelle em que ella lhe fôr notificada, o deposito provisorio até a quantia de réis 5:000\$000, e comparecerá para assignar o respectivo contracto.

12.^a

Se o concorrente preferido não fizer o deposito definitivo de garantia, ou não comparecer para assignar o contracto, perderá o direito á concessão e ao deposito que houver feito, revertendo a respectiva importancia a favor da fazenda, e poderá a adjudicação ser feita ao concorrente cuja proposta fôr julgada como immediatamente preferivel.

13.^a

Ao adjudicatario será entregue uma copia authentica do contracto.

14.^a

Lavrado o contracto, poderão os concorrentes não preferidos levantar o deposito provisorio, e para esse fim será publicado no *Diario do Governo* um annuncio designando o nome do concorrente a quem foi adjudicada a concessão.

15.^a

Quando se não tenha julgado conveniente para o interesse publico fazer a adjudicação da concessão, deverá essa resolução ser publicada no *Diario do Governo*.

Quando os annuncios a que se referem as condições 14.^a e 15.^a não tiverem sido publicados no praso de um mez, a contar do dia do concurso, poderão os concorrentes declarar de nenhum effeito as suas respectivas propostas e levantar o deposito provisório, se assim lhes convier.

Direcção dos caminhos de ferro ultramarinos, em 13 de fevereiro de 1904. — O engenheiro director, *Manuel da Terra Pereira Vianna*.

Caderno de encargos para a concessão de exclusivo de carreiras de automoveis na estrada de Mossamedes á Chibla

Objecto da concessão

Artigo 1.^o A concessão tem por objecto o exclusivo durante quinze annos, contados da data da assignatura do contracto, de carreiras de automoveis para o transporte de passageiros e mercadorias na estrada de Mossamedes á Chibla, ligando as povoações de Humpata, Lubango e Huilla.

§ 1.^o O concessionário terá a preferencia em igualdade de circumstancias, para o estabelecimento de carreiras de automoveis nos districtes de Mossamedes e de Huilla.

§ 2.^o Este exclusivo não prejudica o direito ao emprego de automoveis por quaesquer particulares para o transporte de mercadorias de sua producção ou commercio e pessoal ao seu serviço.

Carreiras

Art. 2.^o O serviço de carreiras de passageiros e mercadorias será aberto ao publico dentro de um anno a contar da data da assignatura do contracto.

§ unico. Nenhuma carreira de automoveis será aberta ao publico sem a auctorisação do Governo.

Serviço de passageiros

Art. 3.^o O concessionario estabelecerá em dias fixos duas carreiras, pelo menos, por semana, em cada sentido, para o serviço de passageiros, devendo este numero ser augmentado por indicação do Governo, se o movimento assim o exigir.

Serviço de mercadorias

Art. 4.^o O concessionario garantirá ao publico a expedição de mercadorias com a demora maxima de trinta e seis horas, apóz a recepção na estação de partida, e será responsavel pelos prejuizos causados por uma demora superior, salvo caso de força maior, devidamente comprovado.

§ unico. As horas da noite não serão contadas para o effeito d'este artigo.

Tarifas

Art. 5.^o O concessionario apresentará á approvação do Governo, no praso de um mez a contar da data da assignatura do contracto, as tarifas dentro dos maximos da concessão, não podendo, sem approvação do mesmo Governo, fazer-lhes alteração alguma. N'ellas serão fixadas as mescadorias transportaveis nos automoveis; as despesas accessorias, taes como: deposito e armazenagem; os minimos de percepção; e, em fim, tudo o que fôr necessario para que nenhum transporte se faça arbitrariamente.

§ 1.^o Qualquer passageiro terá direito ao transporte gratuito de 30 kilogrammas de bagagem.

§ 2.^o Os transportes de bagagens, dinheiro e valores serão taxados pela tarifa de mercadorias, com um augmento de 20 por cento.

Appliação uniforme das tarifas

Art. 6.º A não ser com auctorisação em contrario do Governo e excepção feita do serviço do Estado, o concessionario é obrigado a transportar, pelo preço das tarifas publicadas e nas condições fixadas pelos regulamentos, todos os passageiros e mercadorias não excluidas do transporte por disposições legais, sem poder conceder favores a particulares ou a quaesquer sociedades. O concessionario poderá, todavia, fazer contractos temporarios com expedidores, tendo por fim transportar certas mercadorias ou certos grupos de passageiros a preços reduzidos; taes contractos deverão, porém, ser approvados pelo governador geral, e, enquanto vigorarem, poderá o Governo exigir que sejam applicados a quaesquer outros expedidores de mercadorias da mesma natureza, e nas mesmas condições.

Horarios

Art. 7.º O concessionario apresentará opportunamente, antes da sua abertura ao publico, á approvação do governador geral os horarios das differentes carreiras que é obrigado a iniciar, não podendo fazer, sem auctorisação do mesmo governador geral, nenhuma alteração n'esses horarios.

Serviço dos correios

Art. 8.º O concessionario transportará gratuitamente nos automoveis, que ulteriormente serão indicados pelo governador geral de accôrdo com o concessionario, as malas do correio contendo cartas, jornaes, manuscriptos, impressos, bilhetes, e bem assim o respectivo conductor.

Transporte de agentes de fiscalisação e de funcionarios publicos

Art. 9.º Os empregados do Governo encarregados da fiscalisação viajarão sem pagar quantia alguma.

Os funcionarios civis e militares, viajando em serviço, pagarão metade dos preços estipulados nas tarifas.

Obras e reparações das estradas

Art. 10.º O concessionario é obrigado a fazer, á sua custa, nas estradas e caminhos que utilizar, as obras e reparações indispensaveis para a circulação dos automoveis, e igualmente proverá, á sua custa, á conservação das mesmas estradas e caminhos.

Art. 11.º O Governo prohibirá o trânsito de automoveis de peso superior ao dos empregados pelo concessionario.

§ unico. O concessionario fornecerá sempre ao Governo, sobre os automoveis que empregar, os seguintes dados: carga maxima, capacidade util maxima, tara sem carga, velocidade maxima, força do motor, e quaesquer outros esclarecimentos que lhe sejam pedidos.

Regulamento para uso dos automoveis

Art. 12.º O Governo reserva-se a faculdade de fazer os regulamentos necessarios para a garantia e segurança do publico e para o bom funcionamento dos serviços, e de mandar fiscalisar o cumprimento d'esses regulamentos.

Disposição do material e pessoal do concessionario em casos extraordinarios

Art. 13.º Em caso de guerra em territorio portuguez ou estrangeiro, ou quando se derem circumstancias extraordinarias compromettendo a ordem publica, terá o Governo o direito de empregar de preferencia, sem indemnisação alguma além de metade das tarifas estabelecidas, todos os automoveis para transporte de tropas, material de guerra e viveres, e bem assim de designar as mercadorias que n'elles podem transitar.

Levantamento do deposito

Art. 14.º O deposito definitivo de 5:000\$000 réis, effectuado pelo concessionario, só poderá ser levantado quando o valor dos automoveis em serviço represente o dobro d'esse deposito, ficando o material e obras construidas servindo de caução.

Penalidades

Art. 15.º Se o concessionario não abrir ao publico carreiras dentro do praso indicado no art. 2.º, pagará, por cada semana em que deixar de as estabelecer, a quantia de réis 100\$000 até o praso maximo de tres mezes, findo o qual terá logar a rescisão do contracto.

§ unico. Exceptuam-se os casos de força maior, devidamente comprovados e acceites pelo Governo.

Art. 16.º No caso de interrupção total ou parcial da exploração do serviço dos automoveis, o Governo poderá provêr por sua propria auct ridade para que a dita exploração continue, por conta do concessionario; e intimal-o-ha para se habilitar a cumprir a sua obrigação, e, em todo o caso, o concessionario pagará, por cada carreira que deixar de effectuar, a quantia de 30\$000 réis.

Se, tres mezes depois de intimado na fórmula d'este artigo, o concessionario não provar que está habilitado a continuar, nos termos do contracto, a exploração do serviço das carreiras de automoveis, incorrerá na pena de rescisão do contracto.

§ unico. A interrupção de algumas carreiras só poderá admittir-se por determinação do Governo quando o movimento não permittir que existam, ou em casos de força maior devidamente comprovados e acceites pelo mesmo Governo.

Art. 17.º Esta concessão ficará sempre sujeita a todas as disposições applicaveis do decreto de 27 de novembro de 1902.

Traspasse

Art.º 18.º O traspasse d'esta concessão só poderá ser feito a cidadão portuguez e a sociedade ou companhia portugueza, com approvação do Governo.

Rescisão do contracto

Art. 19.º O contracto será rescindido:

1.º Nos casos previstos nos art. 2.º, 3.º e 15.º;

2.º No caso previsto no art. 16.º;

3.º Se o concessionario ou empresa a quem fôr traspassada a concessão fallirem ou ficarem insolventes, ou se esta ultima fôr dissolvida.

§ unico. A rescisão do contracto envolve em favor do Estado a perda do deposito ou das machinas e material em caução.

Arbitragem

Art. 20.º Todas as quesões suscitadas entre o Estado e o concessionario serão resolvidas definitivamente por arbitros, dois dos quaes serão nomeados pelo Governo, outros dois pelo concessionario e o quinto pelo juiz da 1.ª vara do tribunal do commercio de Lisboa.

Direcção dos caminhos de ferro ultramarinos, em 13 de fevereiro de 1904. — O engenheiro director, *Manuel da Terra Pereira Vianna*.

(Diario do Governo n.º 40.)

Attendendo á representação dirigida pelos proprietarios ruraes da ilha de S. Thiago, provincia de Cabo Verde, que solicitam a annullação das suas collectas da contribuição predial, relativa aos dois ultimos annos, com fundamento nos prejuizos que lhes resultaram

da crise agricola; e visto o exposto pelo governador da mesma provincia em seu officio, n.º 31, de 31 de janeiro ultimo: Sua Majestade El-Rei ha por bem ordenar o seguinte:

1.º Que se suspenda qualquer processo de execução relativo á contribuição predial rustica da mencionada ilha de S. Thiago até ao mez de junho do anno corrente.

2.º Que seja permittido aos devedores irem amortisando até essa época os seus debitos em prestações mensaes.

3.º Que se proceda a uma averiguação, por zonas, nas differentes freguezias d'aquella ilha, a fim de se conhecer em que limites se podem calcular os prejuizos allegados.

4.º Que, averiguados esses prejuizos, o resultado da mesma averiguação sirva de fundamento para a annullação das collectas devidas pelos terrenos que se mostre nada haverem produzido e terem ficado despovoados, bem como para a redução das collectas lançadas aos terrenos que hajam produzido um rendimento muito inferior ao normal.

O que, pela Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao governador da provincia de Cabo Verde para o seu conhecimento e devida execução. — Paço, em 17 de fevereiro de 1904.—*Manuel Raphael Gorjão*.

(Boletim official de Cabo Verde, supplemente ao n.º 9).

III.º e ex.º sr.—Tenho a honra de communicar a v. ex.ª, para seu conhecimento e fins convenientes, que, por despacho de s. ex.ª o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, de 1 do corrente mez, foi mandada restabelecer a ajuda de custo para visitas que, segundo o disposto no decreto de 24 de dezembro de 1885, era concedida aos bispos, vigarios capitulares e governadores d's bispados, e que cessára com o decreto de 18 de abril de 1895 em razão de n'este diploma ser empregada unicamente a expressão «Bispos»; como a esta Inspeção geral foi communicado em nota da Direcção geral do ultramar de 6 do corrente.

Deus guarde a v. ex.ª.—Inspeção geral de fazenda do ultramar, em 18 de fevereiro de 1904.—III.º e ex.º sr. governador da provincia de Cabo Verde.—O inspector geral, *José Navarro d'Andrade*.

(Boletim official de Cabo Verde n.º 10).

Estando em guerra o Imperio da Russia com o do Japão;

Convindo que as relações de boa amizade e perfeita intelligencia, que subsistem entre Portugal e os outros Governos, sejam mantidas e se conservem inalteraveis, observando-se pela nossa parte a mais estricta e absoluta neutralidade a respeito d'aquellas Potencias belligerantes;

Tendo em vista o § 15.º do art. 75.º da Carta constitucional da monarchia, os decretos de 30 de agosto de 1780, de 3 de junho de 1803, de 5 de maio de 1854, de 29 de julho de 1861, de 2 de julho de 1866, de 28 de julho de 1870 e de 28 de abril de 1898, os artigos 148.º, 150.º, 154.º, 155.º, 156.º e 162.º do Codigo penal, os principios consignados na Declaração de Paris de 16 de abril de 1856, feita pelos representantes das Potencias signatarias do tratado de paz de 30 de março do mesmo anno, á qual Portugal adheriu em 28 de julho seguinte, e bem assim a doutrina geralmente recebida quanto aos direitos e deveres dos neutros;

Hei por bem decretar o seguinte, ouvido o Conselho de Estado:

Artigo 1.º É prohibido nos portos e aguas d'este reino, tanto no continente e ilhas adjacentes, como nas provincias ultramarinas, aos subditos portuguezes e estrangeiros armar embarcações destinadas a corso.

Art. 2.º Nos portos e aguas, de que trata o artigo precedente, é tambem prohibida a entrada de corsarios e das presas feitas por estes, ou por quaesquer embarcações de guerra das Potencias belligerantes.

§ unico. São exceptuados das disposições d'este artigo os casos de força maior, em que, segundo o direito das gentes, se torne indispensavel a hospitalidade, sem que, todavia, seja permitido que se effectue a venda de objectos provenientes de presas, ou que as embarcações conduzindo presas possam demorar-se por mais tempo que o indispensavel para receber os soccorros devidos.

Art. 3.º É permittida nos portos e aguas de que trata o artigo 1.º a entrada e demora por curto praso das embarcações pertencentes a qualquer das Potencias belligerantes, não conduzindo presos e conformando-se com as prescripções mencionadas n's paragraphos seguintes.

§ 1.º As embarcações de guerra de qualquer das Potencias belligerantes não praticarão dentro dos portos e aguas de Portugal acto algum de hostilidade contra as embarcações ou os nacionaes de qualquer outra Potencia, mesmo d'aquella com a qual esteja em guerra a Potencia a que pertencerem.

§ 2.º Nos mesmos portos e aguas as referidas embarcações não poderão augmentar a sua tripulação, alistando mar nheiros subditos de qualquer nação, ainda mesmo d'aquella a que pertencerem as embarcações.

§ 3.º É igualmente prohibido ás mesmas embarcações augmentar nos mencionados portos e aguas o numero ou calibre do seu andamento e receber a bordo armas portateis ou munições de guerra.

§ 4.º As mesmas embarcações não poderão sair dos portos dentro do praso de 24 horas, contado da saída de qualquer embarcação pertencente á outra Potencia com a qual esteja em guerra a nação a que pertencerem, salvo se obtiverem da auctoridade competente dispensa do praso acima fixado, tendo prestado as precias garantias de que não se aproveitarão d'essa circumstancia para praticar algum acto de hostilidade contra a embarcação inimiga.

Artigo 4.º É permittido o transporte, debaixo da bandeira portugueza, de todos os objectos de commercio licito pertencentes a subditos de alguma das Potencias belligerantes, e é permittido igualmente o transporte de objectos de commercio licito pertencentes a subditos portuguezes debaixo da bandeira de qualquer das Potencias belligerantes.

§ 1.º São expressamente excluidos da disposição d'este artigo os objectos que possam ser considerados como contrabando de guerra.

§ 2.º Tambem não é applicavel a disposição d'este artigo aos portos de qualquer das Potencias belligerantes, que se achem em estado de bloqueio effectivo.

Artigo 5.º Os subditos portuguezes e os estrangeiros residentes em Portugal e seus dominios deverão abster-se de todos os actos considerados pelas leis como contrarios á segurança exterior e aos interesses do Estado em relação ás nações estrangeiras.

Art. 6.º O Governo não concederá protecção alguma contra os actos ou medidas dos belligerantes aos subditos portuguezes ou quaesquer outros que faltarem á observancia das prescripções do presente decreto. A disposição d'este artigo não prejudica as acções criminaes que possam ter logar nos termos da legislação em vigor.

O presidente do Conselho de ministros, Ministro e secretario d'Estado dos negocios do reino, e os Ministros e secretarios d'Estado das outras Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 18 de fevereiro de 1904.—REI.—*Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro—Arthur Alberto de Campos Henriques—Antonio Teixeira de Souza—Luiz Augusto Pimentel Pinto—Manuel Raphael Gorjão—Wenceslau de Souza Pereira Lima—C nde de Paçô Vieira.*

(Diario do Governo n.º 88).

Ill.º e ex.º sr. — Encarrega-me s. ex.ª o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.ª, em resposta ao officio, n.º 299, de 10 de dezembro do anno findo, que, por seu despacho de 17 do corrente, auctorizou a despesa de 22\$500 réis mensaes, proposta por v. ex.ª no citado officio, para o expediente dos commandos militares d'esse districto. — Deus guarde v. ex.ª — Inspeção geral de fazenda do ultramar, em 19 de fevereiro de 1904. — Ill.º e ex.º sr. governador do districto autonomo de Timor. — O inspector geral, *José Navarro de Andrade.*

(Boletim official de Timor n.º 17).

Attendendo ao que lhe requereu o Banco nacional ultramarino, pedindo que lhe seja concedida a isenção de direitos de importação para o material, não isento pelas pautas vigentes na provincia de Angola, necessario para a installação da fabrica de assucar que está construindo na fazenda do Bom Jesus, na provincia de Angola, tendo em vista pareceres formulados sobre analogos pedidos pela Junta consultiva do ultramar e considerando a conveniencia de favorecer nas provincias ultramarinas o estabelecimento de novas industrias, principalmente da assucareira: Sua Majestade El-Rei ha por bem conceder a isenção pedida; isto sem prejuizo da fiscalisação que as Estações aduaneiras deverão exercer sobre a qualidade, applicação ou destino do material importado n'estas condições.

O que, pela Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao governador geral interino da provincia de Angola, para os devidos effeitos.

Paço, em 20 de fevereiro de 1904. — *Manuel Raphael Gorjão*.

(Boletim official d'Angola n.º 13).

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Devendo realisar se em novembro do anno corrente uma exposição industrial internacional na cidade do Cabo da Boa Esperança, e sendo conveniente que n'ella sejam apresentados os productos das nossas colonias, encarrega me s. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de rogar a v. ex.^a se digne envidar todos os esforços para que os industriaes d'essa provincia concorram á referida exposição. Junto envio a v. ex.^a copia de um officio, dirigido pelo consul de Portugal n'aquella cidade, ao Ministerio dos negocios estrangeiros, e no qual se encontram algumas indicações relativas á mesma exposição.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 23 de fevereiro de 1904. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Conselheiro governador geral da provincia de Angola. — O director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

(Copia)

Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar. — Direcção geral do ultramar. — Repartição — Secção. — Cópia da copia. — Ministerio dos negocios estrangeiros. — Direcção geral dos negocios commerciaes e consulares. — 1.^a Repartição. — Consulado de Portugal. — Cabo, 14 de outubro de 1903. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr — Deverá realisar-se no proximo anno uma exposição industrial n'esta cidade do Cabo. Esta futura exposição, que ao principio era destinada unicamente aos productos da industria da Gran-Bretanha e suas colonias, foi depois transformada em exposição industrial internacional, e, attendendo ao futuro da Africa do sul, poderá a apresentação dos productos dar lugar a importantes transacções industriaes não só na colonia do Cabo, como em todas as outras colonias inglezas da Africa austral. Não ha, por emquanto, classificação dos productos a expôr, os quaes serão distribuidos pelos differentes *Blocks* que se vêem mencionados no plano que junctamente envio, nem tão pouco ha secções reservadas para cada paiz. Os productos devem ser mandados aos cuidados de agentes especiaes que os disporão nos differentes *Blocks*, não havendo até agora uma divisão e distribuição methodicas d'esses productos. A exposição será aberta em novembro de 1904 e encerrada em janeiro de 1905.

Os pedidos para terreno devem ser feitos ao administrador geral da exposição, em Londres, Palmerston House, old Broad Street, E. C. ou dirigidos ao escriptorio da mesma exposição n'esta cidade do Cabo st. George Street. 93; cada expositor deverá mandar os detalhes completos do que pretende expôr, para Londres ou para o Cabo.

O custo do terreno será de 5 sh. por pé quadrado e o pagamento feito segundo as condições dos prospectos que envio. Todas as caixas e artigos mandados devem ter o distico C. T. S. E. — Juntamente com o nome do expositor e numero do local da sua exposição.

Os custos de transporte, etc., etc., devem ser pagos préviamente, de modo que os volumes enviados possam entrar no recinto da exposição sem haver pagamento posterior. Juntamente remetto dois planos da futura exposição e alguns prospectos das condições geraes a que devem satisfazer os expositores.

Deus guarde a v. ex.^a — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Ministro e secretario d'Estado dos negocios estrangeiros. — Está conforme. — Repartição dos negocios commerciaes, em 10 de novembro de 1903. — Está conforme. — 3.^a Repartição da Direcção geral do ultramar, em 1 de março de 1904. — Pelo chefe da Repartição, *Antonio José de Araujo*.

(Boletim official d'Angola n.º 15).

Eu El-Rei faço saber aos que este alvará virem, que, sendo-me presentes os estatutos com que pretende constituir-se uma associação de classe com a denominação de «Associação commercial da Beira» e séde na cidade da Beira, (territorios de Manica e Sofala);

Visto o art. 3.º do regulamento geral das associações de classe das provincias ultramarinas, de 10 de outubro de 1901, approved por decreto da mesma data:

Hei por bem approvar os estatutos da referida «Associação commercial da Beira», que constam de cincoenta artigos e baixam com este alvará assignados pelo Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, com a expressa clausula de que esta approvaçã será retirada quando a associação se desvie dos fins para que é constituida, não cumpra fielmente os seus estatutos, não preste ao meu Governo as informações que elle lhe pedir sobre os assumptos da sua especialidade, a que se refere o n.º 6.º do art. 4.º do citado regulamento, não desempenhe devidamente as funcções que lhe forem incumbidas por leis especiaes, ou, finalmente, quando infrinja o mesmo decreto, por cujas disposições sempre e em qualquer hypothese se deverá regular.

Pelo que mando a todos os tribunaes, auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'este alvará competir que o cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'elle se contém

Não pagou direitos de mercê por os não dever.

E, por firmeza do que dito é, este vae por mim assignado e sellado com o sêllo das armas reaes.

Dado no Paço, aos 25 de fevereiro de 1904.—EL-REI—*Manuel Raphael Gorjão*.— (Logar do sêllo das armas reaes).

Alvará pelo qual Vossa Majestade ha por bem approvar os estatutos da associação denominada «Associação commercial da Beira».

Passou-se por despacho de 8 de janeiro de 1904.

Pag. u de sêllo de verba a quantia de 3\$000 réis.

Estatutos da «Associação commercial da Beira»

CAPITULO I

SECÇÃO I

Constituição e fins da associação

Artigo 1.º É creada na Beira, capital do territorio de Manica e Sofala, uma associação que será constituida pelos individuos nacionaes e estrangeiros, domiciliados no dito territorio, que estiverem nas condições preceituadas n'estes estatutos. Esta associação denominar-se ha «Associação commercial da Beira».

§ 1.º Podem ser admittidos na associação os directores ou gerentes de Bancos, de casas bancarias, de companhias commerciaes ou quaesques empresas industriaes e mercantis, os corretores, agentes, capitães de navios de longo curso, e, em geral, todos os individuos que façam profis-ão do commercio ou exerçam qualquer industria.

§ 2.º As sociedades e companhias, marítimas, commerciaes ou industriaes podem tambem ser admittidas como socios, sendo, porém, representadas na assembléa geral por um dos seus consocios com um unico voto.

§ 3.º As sociedades e companhias a que se refere o paragrapho anterior deverão declarar, por escripto, á Direcção o nome do seu consocio que fôr incumbido de as representar para todos os effeitos ante a associação.

§ 4.º Qualquer membro de uma sociedade ou companhia filiada na associação poderá, querendo, ser admittido individualmente com os mesmos direitos e obrigações dos demais socios.

Art.º 2.º Todos os socios são obrigados ao cumprimento das disposições dos presentes estatutos, bem como ao dos preceitos dos regulamentos sociaes que de futuro sejam formulados e devida e legalmente approvados, e ainda ao que fôr determinado em quaesquer modificações ou alterações que a pratica demonstre ser preciso introduzir-lhes depois de approvadas pelo Governo.

Art.º 3.º Os fins da associação consistem em:

1.º Creação de um centro que, investigando as necessidades do commercio, navegação e industria exercida no territorio de Manica e Sofala, procure e estude os meios mais praticos e efficazes de provê-las de prompto e seguro remedio;

2.º Defender, zelar e proteger os interesses das classes commercial industrial e maritima, e pugnar pelo desenvolvimento e progresso do commercio, industria e navegação, promovendo, animando, e incitando, por todos os meios legais ao seu alcance, os empreendimentos que mais ou menos directamente possam influir na sua prosperidade;

3.º O estudo e discussão de todas as leis e regulamentos que affectem as classes que se propõe proteger, apresentação ás auctoridades competentes, nos termos em que lh'o permite o codigo fundamental da nação portugueza, das representações e reclamações que julgar justas, impetrando dos Poderes publicos a revogação de medidas que lhe sejam prejudiciaes ou solicitando a adopção de providencias consideradas vantajosas aos seus interesses, e a execução de melhoramentos que a pratica e a experiencia mostrem ser de indiscutivel alcance para o seu rapido progresso;

4.º Recolher e classificar todos os dados estatisticos que melhor elucidem e mais amplos elementos de estudo forneçam para a realisação do seu empenho e dar-lhes a conveniente publicidade pelo modo que fôr julgado mais opportuno, e dar parecer sobre os assumptos da sua especialidade ácerca dos quaes fôr consultada pelas auctoridades competentes, e ainda desempenhar as funções que lhe sejam incumbidas por lei especial;

5.º Promover a solução amigavel e rapida das questões commerciaes que possam ser resolvidas por arbitramento, sempre que, antes de recorrerem aos tribunaes, os interessados por mutuo accordo solicitem a sua mediação, procurando conciliar-os e resolver amigavelmente a pendencia.

Art.º 4.º A Direcção é para todos os effeitos e em todas as occasiões a representante legitima da associação.

CAPITULO II

SECÇÃO II

Da assembléa geral

Art.º 5.º A assembléa geral é constituida pela reunião dos associados na forma que vae preceituada por estes estatutos.

Art.º 6.º A reunião é convocada pelo presidente da assembléa por meio de carta circular, enviada a cada um dos socios com a antecedencia minima de tres dias, na qual se mencionará o motivo da convocação.

§ unico. O praso marcado n'este artigo pode ser reduzido quando circumstancias exceptionaes e a manifesta urgencia do assumpto assim o exigiam.

Art.º 7.º A's reuniões da assembléa geral deverão assistir pelo menos tres directores effectivos. A sua ausencia, porém, não será motivo de adiamento da reunião, salvo os casos em que esta haja sido solicitada pela propria Direcção, ou tenha por fim a discussão ou apreciação dos seus actos.

Art.º 8.º A assembléa ficará constituida logo que se reunam, no local, dia e hora designados na circular convocativa, dois terços pelo menos dos socios effectivos, além dos directores que estiverem presentes.

§ 1.º Não podendo a assembléa constituir-se por falta de numero de socios será adiada a sessão, e expedir-se-ha nova circular, ficando na segunda reunião a assembléa legalmente constituida e apta para funcionar com qualquer numero de associados.

§ 2.º Quando, porém, a convocação tenha por fim alterar ou modificar algum preceito ou preceitos dos estatutos, não poderá a assembléa por motivo algum constituir-se e funcionar com o numero de socios inferior a dois terços, incluindo os directores presentes.

§ 3.º Na hypothese do § anterior deverá a convocação ser feita com quinze dias de antecedencia, sendo acompanhada a circular convocativa por uma copia do projecto de alteração ou alterações que se pretendam fazer, a fim dos socios poderem estudal-o convenientemente.

§ 4.º Nenhuma alteração ou alterações dos presentes estatutos poderá ser válida e posta em vigor sem prévia aprovação da auctoridade competente.

SECÇÃO III

Das attribuições da assembléa geral

Art. 9.º A assembléa geral compete :

1.º Eleger o seu presidente, vice-presidente e secretario ;

2.º Eleger a Direcção ;

3.º Discutir e resolver ácerca das providencias que a associação julgue dever adoptar com referencia a tudo que possa relacionar-se directa ou indirectamente com os seus interesses ou fins a que se propõe ;

4.º Auctorisar despesas extraordinarias ;

5.º Discutir e approvar ou reprovar os regulamentos internos que sejam submittidos ao seu exame, bem como quaesquer escriptos, representações ou reclamações que em nome da associação hajam de ser presentes aos Poderes publicos ou a outras associações, e todas e quaesquer propostas feitas, quer pela Direcção, quer por algum ou alguns dos socios ;

6.º Resolver sobre a exclusão ou expulsão de qualquer socio propostas pela Direcção ou outros associados nos termos d'estes estatutos (art. 24.º, 25.º e 26.º) ;

7.º Apreciar e julgar os actos da Direcção e o recurso de que trata o art. 27.º ;

8.º Deliberar sobre todos os casos omissos nos presentes estatutos, procedendo sempre em harmonia com as leis.

Art. 10.º Haverá duas sessões ordinarias em cada anno, uma no dia 15 de janeiro e outra no dia 15 de fevereiro.

§ 1.º A primeira é destinada á apresentação do balanço e relatório annual dos trabalhos da collectividade, elaborados pela Direcção, relativos ao anno anterior. Uma Comissão de tres membros será nomeada para os examinar e dar parecer por escripto ácerca d'elles.

§ 2.º A segunda é destinada á apreciação e votação do parecer da Comissão revisora de contas e ás eleições da Mesa da assembléa geral e Direcção.

Art. 11.º Será convocada extraordinariamente :

1.º Sempre que a Direcção o julgue necessario e solicite ao presidente da assembléa ;

2.º Quando cinco socios, pelo menos, o requeiram, declarando por escripto o motivo de tal pedido e obrigando-se a comparecer á reunião ;

3.º Nos casos consignados nos artigos 27.º e 34.º ;

4.º Para sessões solemnes que tenham por objecto a comunicação de acto ou facto de subida importancia para a collectividade, para os interesses das classes que representa ou para a prosperidade commercial ou industrial do paiz, ou, em geral, a discussão de qualquer problema da mais alta importancia que se relacione com os fins a que visa a associação. Estas sessões serão publicas.

Art. 12.º As decisões da assembléa são tomadas por maioria absoluta de votos.

§ unico. Quando na primeira votação não se obtenha maioria absoluta ou houver empate, proceder-se ha a nova votação que se vencerá por maioria relativa.

Art. 13.º Os socios ausentes poderão fazer-se representar na assembléa geral e usar do seu voto por meio de procurador devidamente auctorisado.

Art. 14.º De cada sessão da assembléa geral se lavrará uma acta que será assignada por todos os socios presentes.

SECÇÃO IV.

Do presidente, vice-presidente e secretario da assembléa geral

Art. 15.º O presidente, vice-presidente e secretario da assembléa geral são eleitos por escrutinio secreto na sessão ordinaria da mesma assembléa de que trata o § 2.º do art. 10.º, devendo as listas conter ao lado de cada nome, por extenso, a designação do cargo para que são nomeados.

§ 1.º São inelegiveis para os cargos da Mesa da assembléa os socios comprehendidos nas disposições do art. 29.º e § unico do art. 34.º

§ 2.º Os membros da Mesa da assembléa podem ser eleitos indefinidamente.

Art. 16.º Ao presidente compete :

1.º Convocar a assembléa pela forma e nas circumstancias preceituadas por estes estatutos ;

2.º Presidir ás reuniões e dirigir os trabalhos ;

3.º Transmittir por escripto á Direcção as deliberações da assembléa a fim d'aquella lhes dar o devido cumprimento ;

4.º Assignar a correspondencia e mais expediente.

Art. 17.º Ao vice-presidente compete coadjuvar o presidente em todos os trabalhos e substitui-o nos seus impedimentos temporarios.

Art. 18.º Ao secretario compete coadjuvar o presidente e vice-presidente na redacção das actas das sessões, na redacção da correspondencia e de quaesquer memorias, relatorios, representações ou requerimentos de que a Mesa fôr incumbida.

Art. 19.º Na ausencia ou impedimento temporario do presidente e vice-presidente desempenhará as suas funções o secretario, exercendo o cargo d'este o socio que elle escolher.

Art. 20.º Na ausencia ou impedimento temporario do secretario será o seu cargo exercido pelo socio que o presidente nomear.

Art. 21.º Na ausencia ou impedimento temporario do presidente, vice-presidente e secretario serão estes cargos exercidos por tres socios escolhidos de entre os mais antigos, com exclusão dos que fôrem membros effectivos da Direcção.

Art. 22.º Quando o impedimento do presidente, vice-presidente ou secretario fôr permanente, proceder-se-ha á eleição do cargo que se achar vago pela forma preceituada no art. 15.º

CAPITULO III.

SECÇÃO V

Dos socios, suas obrigações e direitos

Art. 23.º Todos os individuos mencionados no artigo 1.º e seus paragraphos podem ser admittidos como socios na Associação commercial da Beira.

Art. 24.º A proposta para admissão de qualquer candidato será feita por um ou mais socios, em carta por elles firmada, dirigida á Direcção, mencionando-se o nome do proposto, a sua profissão e o seu domicilio.

Art. 25.º A proposta será lida na primeira sessão que a Direcção realizar e votada na seguinte por escrutinio secreto.

§ unico. Durante o intervallo das duas sessões, que não será inferior a tres dias, estará a proposta patente n'uma das salas da associação, a fim de que cada socio possa apresentar quaesquer objecções que tenha a fazer á admissão do candidato.

Art. 26.º Approvada ou reprovada a proposta, assim será consignada na acta da sessão, dando-se conhecimento aos interessados do que tenha sido deliberado. No caso de approvação passar se-ha a novo socio o respectivo diploma, que será assignado por todos os membros da Direcção.

Art. 27.º O proponente ou proponentes, quando a Direcção desattenda a sua proposta, poderão recorrer para a assembléa geral, que será convocada extraordinariamente para apreciar e julgar tal recurso.

Art. 28.º Todos os socios contribuem para as despesas da associação com quotas annuaes, pagas adeantadamente no dia 1 de dezembro, a saber:

Sociedades, empresas ou companhias — 45\$000 réis.

Cada socio residente na Beira — 22\$500 réis.

Cada socio residente no territorio, mas fóra da Beira — 15\$500 réis.

§ unico. Os socios admittidos no decurso do anno pagarão proporcionalmente ao tempo que haja de decorrer até o fim d'esse anno.

Art. 29.º Nenhum associado fallido pode ser eleito para qualquer cargo da associação emquanto não fôr legalmente rehabilitado. Igual disposição é applicavel aos socios que estejam em atrazo no pagamento das respectivas quotas, até que as hajam satisfeito.

Art. 30.º Qualquer socio fallido, cuja fallencia haja sido declarada, pelo tribunal competente, culposa ou fraudulenta, considerar se ha, *ipso facto*, despedido, sem direito a reclamação de especie alguma.

Art. 31.º O socio que pretenda deixar a collectividade assim o participará por escrito ao presidente da Direcção até o dia 1 de dezembro. Não o fazendo até esta data, será obrigado ao pagamento da quota do anno seguinte, embora persista no intuito de sair da aggremação, e ficará sujeito á pena comminada no artigo seguinte.

Art. 32.º Será despedido, não podendo ser readmittido, o socio que, no praso que a Direcção préviamente lhe marcar, não satisfizer a importancia da quota ou quotas em atrazo.

Art. 33.º Restituição alguma de quotas ou parte de quotas pode ser exigida pelos socios que saíam da aggremação voluntariamente ou d'ella fôrem despedidos, seja qual fôr a época do anno em que isso tenha logar.

Art. 34.º Salvo a hypothese do art. 30.º, nenhum socio pode ser expulso sem auctorisação da assembléa geral, que será extraordinariamente convocada com antecedencia de oito dias para apreciar os motivos da expulsão, avisando-se tambem o interessado para comparecer a fim de se justificar, querendo.

§ unico. A Direcção, porém, tem competencia para suspender do goso dos seus direitos o socio que entenda dever expulsar, prohibindo o de frequentar a casa da aggremação até que a assembléa geral haja deliberado.

Art. 35.º Todos os socios têm direito:

1.º A frequentar as salas da associação;

2.º A apresentar memorias, relatorios ou quaesquer outros trabalhos que reputeem interessantes para a collectividade e se relacionem com os fins a que ella se propõe;

3.º A tomar conhecimento de quanto haja sido discutido e votado nas sessões da assembléa geral, para o que poderão examinar o livro das actas;

4.º A submeter ao exame da mesma assembléa as propostas cuja execução julguem util aos interesses da associação e na pratica possam concorrer para o engrandecimento e progresso de qualquer ramo de commercio ou industria;

5.º A examinar o relatorio, livros, documentos, contas e registos da Direcção, durante o intervallo das duas sessões ordinarias da assembléa geral de que trata o artigo 10.º;

6.º A examinar e estudar todos os trabalhos da collectividade que se achem nos respectivos archivos, e d'elles extrahir os apontamentos, indicações e esclarecimentos de que carecerem para a elaboração de qualquer projecto ou proposta que queiram formular;

7.º A tomar parte em todas as discussões e votações que a assembléa geral realizar;

8.º A apresentar nas salas da associação quaesquer visitantes das praças commerciaes, nacionaes ou estrangeiras.

Art. 36.º A apresentação a que allude o n.º 8.º do artigo anterior dá ao apresentado apenas o direito de frequentar as salas da associação por espaço de um mez.

Art. 37.º A frequencia do edificio da associação só é permittida aos socios e seus apresentados nos termos do artigo anterior.

CAPITULO IV

SECÇÃO VI

Art. 38.º A Direcção é composta:

De 1 presidente.

De 1 secretario.

De 1 thesoureiro.

De 2 vogaes.

§ unico. Haverá cinco supplentes para substituir os membros effectivos nos seus impedimentos.

Art. 39.º Os membros da Direcção e seus supplentes são eleitos annualmente na sessão ordinaria da assembléa geral de 15 de fevereiro, conforme dispõe o § 2.º do artigo 10.º, por meio de escrutinio secreto, e na conformidade do que prescreve o artigo 12.º

§ 1.º Nas listas deverá ser escripto ao lado de cada nome, por extenso, a indicação de *effectivo* ou *supplente*.

§ 2.º Os socios eleitos para membros effectivos e supplentes da Direcção elegerão, de entre elles, o presidente effectivo e supplente por meio de escrutinio secreto; depois de eleito um e outro, de igual forma se procederá entre os membros restantes para a eleição do secretario e thesoureiro, effectivos e supplentes. Em ambas as eleições as listas deverão conter, além do nome, o cargo para que o director é eleito.

§ 3.º São inelegiveis para os cargos da Direcção os socios comprehendidos nas disposições do artigo 28.º e § unico do artigo 34.º

Art. 40.º No caso de excusa, demissão, impedimento indefinido ou sahida da associação do presidente, thesoureiro, secretarios ou vogaes da Direcção, serão substituidos pelos respectivos supplentes.

§ 1.º Quando os directores supplentes hajam substituido definitivamente, em maior ou menor numero, os directores effectivos, a Direcção solicitará a convocação da assembléa geral a fim de serem preenchidos, por eleição, os cargos de directores supplentes que se acham vagos.

§ 2.º Esta eleição será tambem feita por escrutinio secreto, e vencer se-ha pela forma prescripta no artigo 12.º

Art. 41.º As funcções da Direcção são annuaes, e os seus membros podem ser reeleitos tantas vezes quantas a assembléa geral julgar conveniente.

§ unico. O desempenho dos cargos é gratuito.

Art. 42.º A Direcção não pode deliberar sem estarem presentes, pelo menos, tres dos seus membros em exercicio, a fim de por esta forma as suas resoluções serem sempre tomadas por maioria absoluta de votos.

§ unico. Em caso de empate na votação, seja qual fôr o seu objecto, a resolução ficará adiada para nova sessão, e, se ainda n'esta o empate se repetir, o presidente terá voto de qualidade para se obter maioria.

Art. 43.º A Direcção reunir-se ha em sessão ordinaria uma vez pelo menos, em cada semana, e em sessão extraordinaria sempre que as necessidades da administração ou quaesquer outros motivos o exijam. A convocação será feita pelo presidente.

Art. 44.º De cada sessão se lavrará uma acta que, depois de escripta no respectivo livro, será lida na sessão seguinte, fazendo se n'essa occasião as emendas de que, porventura, careça, sendo em acto continuo assignada pelos directores. As emendas e discussão que ácerca d'estas houver devem ser consignadas na acta da sessão em que fôrem feitas e discutidas.

Art. 45.º A Direcção compete:

1.º A aquisição do edificio apropriado ás installações necessarias para os trabalhos da associação e compra de moveis, alfaias e utensilios que fôrem indispensaveis;

2.º A gerencia economica da associação, sendo-lhe expressamente prohibido despendar em cada anno quantia superior ás receitas da collectividade;

3.º Manter a boa ordem dentro do edificio da associação e fazer conservar n'este o asseio e decência proprios do fim a que é destinado;

4.º Recolher todas as informações e dados que possam fornecer elementos de confiança para a formulação e fundamentação de propostas tendentes a melhorar e augmentar o movimento commercial, industrial e maritimo do território de Manica e Sofala, bem como as que visem a fins uteis aos proprios interesses da associação, devendo submeter umas e outras á approvação da assembléa geral e obter a sua execução por todos os meios legais, *inclusive* os da petição e representação ás auctoridades competentes;

5.º Promover a publicação de que trata o n.º 4 do artigo 3.º, organisando para esse fim os competentes mappas estatisticos, que serão sempre acompanhados de uma memoria descriptiva;

6.º O cumprimento do disposto do n.º 5.º do artigo 3.º;

7.º Elaborar os regulamentos precisos ao bom funcionamento e administração da collectividade, submeter os á approvação da assembléa geral e requerer a sua sancção pelas auctoridades competentes a fim de terem inteira validade;

8.º Dar cumprimento ás deliberações tomadas pela assembléa geral e cumprir e fiscalisar a rigorosa execução dos estatutos e regulamentos sociaes;

9.º Resolver sobre a admissão, recusa e expulsão dos socios, em conformidade com os preceitos d'estes estatutos;

10.º Nomear as Commissões que julgar convenientes, quer para o estudo de qualquer assumpto que se relacione já com o progresso, já com os propósitos da associação, quer para o desempenho de qualquer outro trabalho util e vantajoso aos interesses da collectividade;

11.º Nomear o secretario permanente e demais empregados necessarios ao arranjo e limpeza do edificio da associação, estabelecer-lhes o respectivo vencimento, que será pago pelo cofre social, e despedil-os do serviço quando para isso dêem motivos;

12.º Solicitar ao presidente da assembléa a convocação da mesma assembléa, quer para as sessões ordinarias quer para as extraordinarias, que na conformidade d'estes estatutos hajam de celebrar-se;

13.º A elaboração do relatorio annual, que é obrigada pelo § 1.º do art. 13.º a apresentar á assembléa geral ácerca dos trabalhos da associação, seu progresso, etc.;

14.º Enviar ao governador geral da provincia de Moçambique e ao governador do territorio de Manica e Sofala um exemplar do relatorio a que se refere o art. 13.º;

15.º Conservar em dia o livro de actas das suas sessões, bem como toda a contabilidade da associação;

16.º Adquirir as publicações officiaes e extra-officiaes cujo conhecimento interesse aos associados.

SECÇÃO VII

Dos membros da Direcção e seus deveres

Art. 46.º Ao presidente da Direcção incumbem:

1.º A convocação das reuniões da Direcção;

2.º A assignatura de toda a correspondencia;

3.º Visar todos os documentos comprovativos de receita e despesa;

4.º A execução das deliberações tomadas pela Direcção;

5.º A superintendencia em todos os trabalhos da Direcção e ramos de serviço interno, escripturação da thesouraria e expediente da secretaria;

6.º Cumprir e fazer cumprir rigorosamente as disposições dos estatutos e regulamentos sociaes;

7.º Manter a boa ordem e seriedade que sempre devem reinar no edificio da associação;

8.º Zelar os interesses e bom nome da collectividade e prestar o maior cuidado á sua gerencia economica;

9.º Informar os seus collegas na Direcção de todos os actos que praticar como membro d'ella, pondo-os sempre ao facto de todas as occorrencias que se relacionem com a associação;

Art. 47.º Ao secretario incumbem:

1.º Coadjuvar o presidente em todos os trabalhos e serviços internos da associação e dirigir o serviço da secretaria;

2.º Executar e fazer executar as ordens que lhe dêr o presidente;

3.º A redacção da correspondencia e expediente de secretaria, bem como das actas das sessões e quaesquer outros documentos;

4.º Assignar a correspondencia e expediente na ausencia do presidente;

Art. 48.º Ao thesoureiro incumbem:

1.º A arrecadação de todas as receitas e pagamento de todas as despesas, devendo estas ser sómente satisfeitas em face de documento competente, visado pelo presidente da Direcção;

2.º Dirigir e fiscalisar a contabilidade da associação;

3.º Verificar no fim de cada mez se o saldo apresentado pela escripturação confere com os fundos existentes em cofre;

4.º Ter sob a sua guarda e responsabilidade o dinheiro e valores de qualquer especie pertencentes á collectividade;

5.º Formular e guardar em seu poder um inventario de todos os moveis e utensilios existentes no edificio da associação, pelos quaes é responsavel solidariamente com os outros directores.

SECÇÃO VIII

Do secretario permanente

Art. 49.º Ao secretario permanente da associação incumbe:

- 1.º Lançar nos livros respectivos as actas das sessões da assembléa geral e da Direcção, para o que receberá dos secretarios as competentes minutas;
- 2.º Passar a limpo a correspondencia, quando assim lhe fôr ordenado;
- 3.º O registo da correspondencia recebida e expedida;
- 4.º A arrumação e guarda dos archivos da secretaria e thesouraria;
- 5.º A escripturação dos livros de matricula dos socios;
- 6.º A contabilidade da associação;
- 7.º As cobranças e pagamentos de que o encarregar o thesoureiro;
- 8.º A fiscalisação do serviço dos empregados menores, que lhe são directamente subordinados;
- 9.º Cumprir, em geral, as ordens que receba dos directores, relativas ao serviço da associação, e auxiliar, especialmente, o secretario e thesoureiro nos serviços que estes têm a seu cargo.

Da dissolução

Art. 50.º A associação no caso de liquidação só poderá dar começo áquella depois de resolução passada em assembléa geral. Feito isto e nomeados os liquidatarios, proceder-se-ha á avaliação de todos os bens, e, depois de pagos todos os encargos ou postas á parte as verbas necessarias para tal fim, o saldo que houver reverterá a favor dos estabelecimentos de caridade que a assembléa geral indicar.

Bsra, 12 de outubro de 1903. — (*Seguem-se as assignaturas*).

Paço, 25 de fevereiro de 1904. — *Manuel Raphael Gorjão*.

(*Diario do Governo n.º 59 — Rectificação no n.º 61*)

MARÇO

Ill.º e ex.º sr. — Em resposta ao telegramma de v. ex.ª, de 14 de janeiro ultimo, encarga-me s. ex.ª o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de remetter a v. ex.ª a inclusa copia do officio que ácerca de recompensas me foi dirigido pelo Conselheiro Frederico Ressano Garcia, inspector geral da secção portugueza na exposição universal de Paris de 1900.

Deus guarde a v. ex.ª — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 3 de março de 1904. — Ill.º e ex.º sr. governador geral da provincia de Angola. — O director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

Informação sobre recompensas

N.º 2:230:

Ill.º e ex.º sr. — Por officio de 28 de janeiro ultimo, da 3.ª Repartição d'essa Direcção geral, digna-se v. ex.ª communicar-me que o governador geral da provincia de Angola chamou a attenção da Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar

para o facto de haverem sido enviadas medalhas de bronze aos expositores d'aquella colonia que, tendo concorrido á exposição universal de 1900, foram, segundo a respectiva lista, premiados com medalhas de ouro e prata. Sobre este assumpto cumpre-me informar v. ex.^a que, nos termos do art. 88.^o do regulamento geral da exposição universal de 1900, approvado por decreto do Governo francez de 4 de agosto de 1894 e modificado pelo de 11 de fevereiro de 1898, as recompensas aos expositores e aos seus collaboradores deviam ser conferidas, como na exposição universal de 1889, sob forma, exclusivamente, de diplomas firmados pelo Ministro do commercio e pelo commissario geral, repartidos pelas categorias seguintes: Diplomas de *grand prix*; diplomas de medalha de ouro; diplomas de medalha de prata; diplomas de medalha de bronze; diplomas de menção honrosa; ulteriormente resolveu-se que, conjuntamente com os respectivos diplomas, se entregassem medalhas cunhadas em bronze aos expositores ou collaboradores premiados com *grands prix*, ou com medalhas de ouro, prata e bronze. Mais tarde, por accordo estabelecido entre o commissariado geral da exposição e a casa da moeda de Paris, permittiu-se que os expositores recompensados com medalhas de ouro ou prata pudessem mandar cunhar as n'aquelle estabelecimento, e no respectivo metal, mediante o pagamento de 710 francos para as de ouro e de 22 francos para as de prata. N'essa conformidade, e por circular d'esta Inspeção geral, de 27 de novembro de 1900, avisámos os expositores e collaboradores aos quaes aproveitava aquelle accordo, tendo grande numero d'elles mandado cunhar as suas medalhas e pago as respectivas importancias. Os outros têm de contentar-se com a medalha de bronze e com o respectivo diploma, porque mais nada lhes pertence receber gratuitamente.

Deus guarde a v. ex.^a—Lisboa, 22 de fevereiro de 1904.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Conselheiro Francisco Felisberto Dias Costa, digno director geral do ultramar.—O inspector geral, *Frederico Ressano Garcia*.

Está conforme.—3.^a Repartição da Direcção geral do ultramar, em 29 de fevereiro de 1904.—Pelo chefe da Repartição, *Antonio José de Araujo*.

Sua Majestade El Rei, a quem foi presente o officio do governador geral do Estado da India, n.^o 224, de 25 de junho de 1895, em que pergunta-se, para o effeito da organização da lista a que se refere o n.^o 1 do artigo 25.^o da reforma eleitoral, approvada por decreto de 28 de março do referido anno, deve ser levado em conta ao proprietario ou ao lavrador o imposto da taxa de licença da lavra de palmeiras á sura.

Attendendo ao exposto pelo secretario de fazenda do referido Estado, e conformando-se com os pareceres do procurador da corôa e fazenda junto da Relação de N.^{va} Gôa, do Ministro e secretario d'Estado dos negocios do reino, emittido em seu officio n.^o 878, de 10 de agosto de 1895, e com a opinião da Junta consultiva do ultramar:

Ha por bem mandar declarar, pela Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, ao alludido governador geral, para seu conhecimento e devidos effeitos, que é a collecta o criterio legal para o re-enseamento dos eleitores para os cargos politicos e administrativos, d'onde resulta que, se o imposto para lavra das palmeiras á sura fôr lançado ao proprietario, a elle deve ser computado para o censo eleitoral, embora por convenção seja pago pelo lavrador, e, se fôr lançada a este, só ao respectivo censo aproveitará.

Paço, em 4 de março de 1904.—*Manuel Raphael Gorjão*.

(Boletim official da India n.^o 26).

Sendo reconhecida e manifesta a deficiencia do pessoal do quadro interno das alfandegas da provincia de Angola para satisfazer ás crescentes exigencias do expediente aduaneiro, accentuando-se, sobretudo, a falta de pessoal nas alfandegas de Benguela e de Mossamedes, do que resulta morosidade no despacho, dando margem a reclamações do commercio; considerando que aquella deficiencia é sensivelmente aggravada com a

ausencia do serviço de empregados legalmente licenciados: Sua Majestade El-Rei, com fundamento em conveniencia urgente do serviço publico, ha por bem determinar que, para servirem especialmente nas alfandegas de Benguella e de Mossamedes, sejam nomeados um terceiro official, dois primeiros aspirantes e cinco segundos aspirantes, sendo para a alfandega de Benguella um primeiro aspirante e tres segundos aspirantes, e para a de Mossamedes um terceiro official, um primeiro aspirante e dois segundos aspirantes.

O que, pela Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao Conselheiro governador geral da provincia de Angola para os devidos effeitos.

Paço, em 9 de março de 1904.—*Manuel Raphael Gorjão*.

(Boletim official d'Angola n.º 17).

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Com referencia ao officio de 12 de janeiro ultimo, em que foram pedidas providencias para serem satisfeitas em Timor as requisições judiciais de pessoas subordinadas ao vapor «Dilly», incumbe-me o ex.^{mo} Ministro da marinha e ultramar de communicar a v. ex.^a que, por despacho de 29 de fevereiro proximo findo, foi resolvido o seguinte:

Que o Poder judicial, sempre que tenha de requisitar qualquer praça do referido vapor «Dilly» deve fazel-o directamente ao governador do districto, sob cujas ordens está o commandante d'aquelle navio, a fim de o mesmo governador conciliar o serviço judicial com o das sahidas do navio.

Na data do mesmo despacho foi pela Majoria general da armada feita recommendação ao commandante do vapor «Dilly» para tomar sempre na devida consideração as requisições de praças que devem depôr no tribunal da comarca de Timor. — Deus guarde a v. ex.^a — Se retaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 9 de março de 1904. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. juiz presidente da Relação de Nova Gôa — O director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Inédito).

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Por telegramma de 4 do corrente mez communicou o governador do districto autonomo de Timor que, no tribunal commercial é impossivel fazer registos, porque o juiz de direito tem os livros em seu poder e exige que o delegado pague adiantadamente os emolumentos das rubricas, o que este entende não ter obrigação de fazer.

Dando-se ao governador as instrucções que pediu sobre o assumpto, foi-lhe dito, tambem telegraphicamente, que as rubricas nos livros do registo commercial são gratuitas por força do art. 89.º do regulamento de 15 de novembro de 1888.

O art.º 50.º do Codigo commercial determina que os livros do registo commercial, antes de começarem a servir, sejam apresentados ao juiz do tribunal do commercio para numerar e rubricar as folhas, etc., e o juiz de direito da comarca de Timor entende que, pelas rubricas, tem os emolumentos que a tabella judicial de 13 de maio de 1896, art. 17.º n.º 1, dá aos juizes pelas «rubricas em livros ou outros quaesquer papeis por determinação da lei».

Esta questão já foi discutida com respeito aos livros do registo das conservatorias, quando estava ainda em vigor o regulamento de 1870 que declarava gratuito esse serviço, havendo opiniões de que a tabella revogára esta disposição; mas a *Revista de legislação e de jurisprudencia* (25.º anno, pag. 452) foi de opinião contraria, entendendo que a tabella se referia a assignaturas em processo civil e não comprehendia, portanto, as rubricas n'aquelles livros.

Publicou-se depois o regulamento do registo predial de 1898, e no art. 64.º § 2.º manteve-se disposição igual á do anterior.

Com respeito aos livros do registo commercial não ha disposição expressa; parece, porém, que as rubricas são tambem gratuitas, não só porque o art. 17.º da tabella dos emolumentos judiciais regula os emolumentos dos juizes só nos processos civeis, mas tambem porque o art. 89.º do regulamento do registo commercial de 15 de novembro de 1888 manda applicar a este registo o regulamento do registo predial, nos casos não previstos.

Incumbe-me, portanto, o ex.^{mo} Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de rogar a v. ex.^a se sirva dar ao mencionado juiz de direito da comarca de Timor as instrucções que julgar convenientes a fim de se evitarem prejuizos para os interesses commerciaes.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 10 de março de 1904—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. juiz presidente da Relação de Nova Gôa. — O director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Inédito)

Tendo em vista o artigo 2.^o da carta de lei de 28 de agosto de 1869, que auctorisa o Governo a ratificar e a fazer executar as modificações resultantes das revisões feitas periodicamente á Convenção telegraphica internacional, celebrada em S. Petersburgo em 1865: hei por bem approvar, no que respeita ao serviço das colonias, o regulamento telegraphico internacional revisto em Londres no anno proximo findo, o qual deve entrar em vigor no dia 1 de julho do corrente anno.

Os Ministros e secretarios d'Estado dos negocios estrangeiros e da marinha e ultramar assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 10 de março de 1904.—
REI.—*Wenceslau de Sousa Pereira Lima —Manuel Raphael Gorjão*.

(Diario do Governo n.º 70)

Regulamento de serviço internacional annexo á Convenção telegraphica internacional de S. Petersburgo

Revisão de Londres

Artigo 13.^o da Convenção

As disposições da presente Convenção são completadas por um regulamento cujas prescripções podem em qualquer tempo ser modificadas, de *commun accord*, pelas Administrações dos Estados contractantes.

1. Rede internacional

Artigo 4.^o da Convenção

Obrigam-se todos os Governos a empregar no serviço telegraphico internacional fios especiaes em numero sufficiente para assegurar a rapida transmissão dos telegrammas.

Serão estes fios estabelecidos e explorados nas melhores condições reconhecidas pela pratica do serviço.

I

As estações entre as quaes fôr continua ou muito frequente a permutação de correspondencias serão, quanto possivel, ligadas por fios directos. Estes fios devem ter a resistencia electrica maxima de 7 $\frac{1}{2}$ ohms por kilometro, e offerecer sufficientes garantias pelo que respeita á resistencia mechanica e ao isolamento. As transmissões por estes fios serão, em regra, sómente realisadas entre as estações designadas como pontos extremos.

II

1. Os fios internacionaes serão estabelecidos em numero sufficiente para satisfazer a todas as necessidades do serviço das transmissões permutadas entre as duas estações directamente ligadas.

2. A exploração d'estes fios será effectuada porapparelhos Morse, ou por apparelhos de recepção auditiva, entre as estações que tenham trabalho moderado, e por apparelhos Hughes nos fios em que a correspondencia fôr mais activa.

Quando o tráfego exceder quinhentos telegrammas (aproximadamente 7:000 palavras) por dia e por fio, procederão as Administrações interessadas ao estabelecimento de um novo conductor directo ou á exploração da linha por meio deapparelhos mais rapidos do que o aparelho Hughes, por exemplo, osapparelhos Baudot ou Wheatstone.

3. No caso de avaria, e tendo sido previamente avisadas as estações interessadas, poderão os fios ser distrahidos da sua applicação especial, mas deverão ser restituídos á mesma applicação apenas cessar a avaria.

4. As Administrações telegraphicas indicarão, para cada fio, uma ou mais estações intermédias obrigadas a receber os telegrammas em transito, quando a transmissão directa entre as duas estações extremas fôr impossivel.

III

1. As Administrações concorrerão, nos limites da sua acção respectiva, para proteger os fios internacionaes e os cabos submarinos; combinarão, com relação a cada um d'elles, as disposições que permittam a sua melhor utilização.

2. De seis em seis mezes, pelo menos, effectuar se hão por iniciativa das estações extremas, em dias e horas fixadas por accordo entre as Administrações interessadas, experiencias de medida do estado electrico (isolamento, resistencia, etc.) dos fios internacionaes de grande extensão. Os resultados serão inscriptos em registros *ad hoc*.

3. Os chefes de serviço das circumscripções ligadas por fios internacionaes entender-se-hão directamente para regular e executar estas experiencias e para accordar no modo de tornar effectiva a applicação das medidas que hajam de adoptar-se para interesse do serviço commum.

4. No caso de avaria dos fios internacionaes, os empregados das estações a que pertencer deverão comunicar entre si o resultado das buscas feitas com o fim de determinar a natureza da avaria, bem como todos os esclarecimentos necessarios para o immediato restabelecimento d'esses fios.

2. Duração do serviço. Abertura das estações

IV

1. Entre as cidades importantes dos Estados contratantes será o serviço, quanto possivel, permanente, de dia e de noite, sem interrupção alguma.

2. As estações ordinarias com serviço de dia completo estarão abertas ao publico, pelo menos, desde as oito horas da manhã até ás nove da noite.

3. As horas de abertura das estações de serviço limitado serão fixadas pelas Administrações respectivas dos Estados contractantes. Poderá cada Estado applicar, aos domingos, ás estações de serviço completo o horario do serviço limitado: esta disposição será communicada á Secretaria internacional das Administrações telegraphicas, que a levará ao conhecimento das demais Administrações.

4. Não poderão as estações, cujo serviço não fôr permanente, ser encerradas antes de haverem transmittido a uma estação de serviço mais prolongado todos os telegrammas internacionaes que tenham para transmittir.

5. Entre duas estações de Estados diferentes, que communiquem entre si por um fio directo, o encerramento será determinado pela estação pertencente ao Estado cuja capital estiver situada mais ao occidente.

6. Applicar-se-ha esta regra ao revezamento dos turnos e ao encerramento dos *registos de aparelho* nas estações de serviço permanente.

7. Todas as estações de um Estado adoptarão o mesmo tempo. O tempo médio adoptado por uma Administração será notificado á Secretaria internacional das Administrações telegraphicas, que d'elle dará conhecimento ás demais Administrações.

V

Em todos os documentos empregados no serviço internacional adoptar-se hão para designação das estações telegraphicas as notações seguintes:

- N Estação de serviço permanente (de dia e de noite);
 2/2 Estação de serviço de dia prolongado até á meia noite;
 C Estação de serviço de dia completo;
 L Estação de serviço limitado (isto é, aberta durante um numero de horas inferior ao das estações de serviço de dia completo);
 F Estação de caminho de ferro aberta á correspondencia particular;
 P Estação pertencente a um particular;
 S Estação semaphorica;
 T Estação telephonica aberta á correspondencia telegraphica particular;
 K Estação que acceita telegrammas de qualquer natureza para transmittir, mas que só recebe para distribuir os que se destinarem a «telegrapho restante», ou a serem entregues no recinto de uma estação de caminho de ferro;
 VK Estação que acceita telegrammas de qualquer natureza para transmittir, ou unicamente os dos viajantes ou do pessoal residente na estação do caminho de ferro, mas que não recebe nenhum telegramma para distribuir;
 E Estação aberta sómente durante a residencia do Chefe do Estado ou da Côrte;
 B Estação aberta sómente na época dos banhos;
 H Estação aberta sómente durante o inverno;
 L Estação de serviço completo na época dos banhos e limitado no resto do anno;
 L C Estação de serviço completo no inverno e limitado no resto do anno;
 H C Estação de serviço completo nos dias ordinarios, mas que só abre ao domingo durante as horas de serviço limitado.
 Estação fechada.

As notações precedentes podem todas combinar-se entre si.

3. Disposições geraes relativas á correspondencia

Artigo 1.º da Convenção

As Altas Partes contractantes reconhecem em quaesquer pessoas o direito de corresponder-se por meio dos telegraphos internacionaes.

Artigo 2.º da Convenção

Obrigam-se a tomar todas as disposições necessarias para acautelar o sigillo e a boa expedição das correspondencias.

Artigo 3.º da Convenção

Declaram, todavia, não acceitar responsabilidade alguma por motivo do serviço da telegraphia internacional.

Artigo 5.º da Convenção

Os telegrammas são classificados em tres categorias:

1.ª Telegrammas de Estado: os telegrammas procedentes do Chefe do Estado, dos Ministros, dos commandantes em chefe das forças de terra e mar, dos agentes diplomaticos ou consulares dos Governos contractantes, bem como as respostas a estes telegrammas;

2.ª Telegrammas de serviço: os telegrammas procedentes das Administrações telegraphicas dos Estados contractantes e relativos, quer ao serviço da telegraphia internacional, quer a objectos de interesse publico determinados por accordo entre as referidas Administrações;

3.ª Telegrammas particulares;

Os telegrammas de Estado têm na transmissão precedencia sobre os demais telegrammas.

Artigo 7.º da Convenção

As Altas Partes contractantes reservam-se a faculdade de sustar a transmissão de qualquer telegramma particular que pareça perigoso á segurança do Estado, ou que seja contrario ás leis do paiz, á moral e á ordem publica.

Artigo 8.º da Convenção

Reserva-se tambem cada Governo a faculdade de suspender o serviço da telegraphia internacional, por tempo indeterminado, quando o julgar necessario, ou em geral, ou sómente em determinadas linhas e para certa categoria de correspondencias, obrigando-se, porém, a prevenir immediatamente todos os demais Governos contractantes.

4. Redacção e deposito dos telegrammas particulares

Artigo 5.º da Convenção

Os telegrammas são classificados em tres categorias:

- 1.ª Telegrammas de Estado: os que, etc.,
- 2.ª Telegrammas de serviço: os telegrammas procedentes das Administrações telegraphicas dos Estados contractantes, etc.:
- 3.ª Telegrammas particulares.

Os telegrammas de Estado têm na transmissão precedencia sobre os demais telegrammas.

Artigo 6.º da Convenção

Os telegrammas de Estado e de serviço podem em todas as vias de correspondencia ser emitidos em linguagem secreta.

Podem trocar-se telegrammas particulares em linguagem secreta entre dois Estados que admittam este modo de correspondencia.

Os Estados que não consentem a transmissão, nem a recepção, de telegrammas particulares em linguagem secreta, devem permittir-lhes o transitio, salvo o caso de suspensão determinado no art. 8.º

VI

1. O texto dos telegrammas particulares poderá ser redigido em linguagem clara ou em linguagem secreta, dividindo-se esta ultima em linguagem convencional e linguagem em cifra. Cada uma d'estas linguagens poderá ser empregada de per si ou juntamente com as outras no mesmo telegramma.

2. Todas as Administrações aceitarão, em todas as suas relações, telegrammas particulares em linguagem clara. Podem não admittir, nem para transmissão, nem para entrega, telegrammas particulares redigidos total ou parcialmente em linguagem secreta, mas devem deixar passar esses telegrammas em transitio, salvo o caso de suspensão de que trata o art. 8.º da Convenção de S. Petersburgo.

VII

1. Linguagem clara é a que forma sentido comprehensivel em uma ou mais de uma das linguas auctorizadas para a correspondencia telegraphica internacional.

2. Entende-se por telegrammas em linguagem clara aquelles cujo texto fôr inteiramente redigido em linguagem clara.

A indicação de marcas de commercio, de letras representando signaes do Codigo commercial universal empregadas nos telegrammas semaphoricos, de abreviaturas de uso corrente na correspondencia ordinaria ou commercial, como fob., cif., caf., svp., ou qualquer outra analoga, cuja apreciação pertence ao paiz de origem, não altera, todavia, o character de um telegramma em linguagem clara.

3. Cada Administração designará, de entre as linguas usadas no territorio do Estado a que pertencer, aquellas cujo emprego auctorisa na correspondencia telegraphica internacional em linguagem clara.

O uso da lingua latina será igualmente permitido.

VIII

1. Linguagem convencional é a que se compõe de palavras que não formam phrases comprehensíveis em uma ou mais de uma das linguas auctorisadas para a correspondencia telegraphica em linguagem clara.

2. As palavras, quer reaes, quer artificiaes, devem ser formadas de syllabas que se possam pronunciar segundo o uso de uma das linguas allemã, ingleza, hespanhola, franceza, hollandeza, italiana, portugueza ou latina.

3. As palavras da linguagem convencional não podem ter uma extensão superior a dez caracteres do alphabeto Morse.

4. As combinações que não satisfaçam ás regras estabelecidas nos dois paragraphos precedentes serão consideradas como pertencendo á linguagem em letras de significação secreta e taxadas n'essa conformidade. Não serão, porém, admittidas aquellas que fôrem formadas pela reunião de duas ou mais palavras da linguagem clara contraria ao uso da lingua:

IX

1. Linguagem em cifra é a que é formada:

1.º De algarismos arabes, de grupos e de series de algarismos arabes, tendo uma significação secreta, ou de letras, grupos ou series de letras, tambem de significação secreta;

2.º De palavras, nomes, expressões ou reuniões de letras que não satisfaçam ás condições da linguagem clara (artigo VII), ou da linguagem convencional (artigo VIII).

2. Não é admittido o emprego simultaneo de algarismos e de letras de significação secreta no texto de um mesmo telegramma.

3. Não serão considerados como de significação secreta os grupos de letras de que trata o artigo VII, paragrapho 2.

X

1. A minuta do telegramma deverá ser legivelmente escripta em caracteres que tenham equivalentes no quadro regulamentar dos signaes telegraphicos e que sejam usados no paiz em que o telegramma fôr apresentado.

2. Esses caracteres são os seguintes:

Letras

A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O, P, Q,
R, S, T, U, V, W,
X, Y, Z, Ä, Á, Â, É, Ñ, Ö, Ü

Algarismos

1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 0

Signaes de pontuação e outros

Ponto (.), virgula (,), ponto e virgula (;), dois pontos (:), ponto de interrogação (?), ponto de admiração (!), apostrophe ('), hyphen ou traço de união (-), parenthesis (()), virgulas dobradas (•), traço de fracção (/), sublinhado.

Indicações eventuaes e signaes convencionaes

Urgente ou =D=, resposta para x ou =RPx=, resposta paga urgente x ou =RPDx=, conferencia ou =TC=, certificado de recepção telegraphica (telegramma com) ou =PC=, certificado de recepção telegraphica urgente (telegramma com) ou =PCD=, certificado de recepção postal (telegramma com) ou =PCP=, fazer seguir ou =FS=, correio, registo postal ou =PR=, proprio, proprio pago ou =XP=, proprio pago x fr. ou =XP fr. x=, proprio pago telegrapho ou =XPT=, proprio pago carta ou =XPP=, entregue aberto ou =RO=, entregue em mão propria ou =MP=, dia ou =J=, telegrapho restante ou =TR=, posta restante ou =GP=, posta restante registada ou =GPR=, x endereços ou =TMx=, communicar todos os endereços.

3. Qualquer entrelinha, chamada, palavra riscada ou accrescentada, deve ser ratificada pelo expedidor ou pela pessoa que o represente.

XI

As diversas partes de que se compõe qualquer telegramma deverão ser redigidas pela ordem seguinte:

- 1.º Indicações eventuaes;
- 2.º Endereço;
- 3.º Texto;
- 4.º Assignatura.

XII

1. O expedidor deverá escrever na minuta e immediatamente antes do endereço as indicações eventuaes, previstas pelo artigo X do regulamento, de que elle deseje fazer uso.

2. O expedidor de qualquer telegramma multiplo deverá escrever cada uma d'essas indicações antes do endereço de cada destinatario a que disserem respeito; no caso, porém, de um telegramma multiplo, urgente ou conferido, bastará que as indicações relativas á urgencia ou á conferencia sejam escriptas uma só vez e antes do primeiro endereço.

3. As indicações eventuaes podem ser designadas pelas abreviaturas admittidas pelo artigo X do regulamento. N'este caso o empregado que applicar a taxa deverá collocar cada uma d'essas indicações entre dois traços dobrados =. Quando expressas em lingua-gem clara, deverão ser escriptas em francez, a não ser que as Administrações interessadas tenham combinado o uso de outra lingua.

No caso, porém, de reexpedição para um paiz que não admitta o uso d'esta ultima lingua, as indicações eventuaes deverão ser traduzidas, pela estação que effectuar essa reexpedição, em francez ou na lingua admittida para as suas relações com o novo paiz de destino.

XIII

1. O endereço só poderá ser admittido se comprehender duas palavras, pelo menos, a primeira para indicar o nome do destinatario, e a segunda para designar a estação telegraphica destinataria.

2. O endereço deverá comprehender todas as indicações necessarias para assegurar a entrega do telegramma. Essas indicações deverão ser escriptas em francez ou na lingua do paiz de destino.

Os nomes ou pronomes serão, todavia, accites pela forma por que o expedidor os tiver escripto.

3. O endereço dos telegrammas particulares deverá sempre ser tal que se possa effectuar a entrega ao destinatario sem ter de se proceder a indagações ou pedir esclarecimentos.

4. Deverá comprehender, para as grandes cidades, a menção da rua e numero da porta, ou, na falta d'estas indicações, especificar a profissão do destinatario, ou conter quaesquer outras informações uteis.

5. Para as pequenas cidades o nome do destinatario deverá ser acompanhado, sempre que seja possível, de indicação complementar que possa servir de guia á estação destinataria no caso de alteração do nome proprio.

6. Quando um telegramma fôr dirigido a determinada pessoa na residencia de outra, o endereço deverá ser precedido de uma das menções: «chez», «aux soins de», ou de qualquer outra equivalente.

7. Quando o nome da estação destinataria não tenha sido ainda publicado na nomenclatura official, será obrigatoria a designação do paiz ou da sub-divisão territorial.

Da mesma forma se procederá nos casos de estações homonymas, sempre que se possam suscitar duvidas sobre a direcção a dar aos telegrammas, até á publicação da proxima edição da nomenclatura official, na qual estas estações serão distinctas umas das outras.

8. O nome da estação destinataria deverá ser collocado logo em seguida ás indicações do endereço que servem para designar o destinatario ou o seu domicilio. Este nome só poderá ser seguido do nome do paiz de destino ou do de alguma das suas sub-divisões territoriaes, ou d'estes dois nomes. N'este ultimo caso o nome da sub-divisão territorial deverá indicar se immediatamente depois do da estação destinataria.

9. Os telegrammas cujo endereço não satisfaça ás condições previstas nos paragrafos 1 e 7 deverão ser recusados.

Nos outros casos de insufficiencia de endereço, os telegrammas só serão acceitos a risco do expedidor, se este insistir pela sua transmissão.

10. O endereço poderá ser escripto em forma convencional ou por abreviatura. Todavia, a faculdade do destinatario receber telegrammas cujos endereços se achem escriptos d'esse modo ficará dependente de accordo entre esse destinatario e a estação telegraphica de destino.

11. Em todos os casos o expedidor soffrerá as consequencias da insufficiencia do endereço.

XIV

1. São admittidos os telegrammas sem texto.

Um texto composto exclusivamente de um ou mais signaes de pontuação não será admittido.

2. A assignatura não é obrigatoria, e poderá ser redigida pelo expedidor em forma de abreviatura conforme o uso, ou ser substituida por um endereço registado.

3. O expedidor de um telegramma particular será obrigado a comprovar a sua identidade, se a estação expedidora assim o exigir.

4. Terá, comtudo, a faculdade de comprehender no seu telegramma o reconhecimento da sua assignatura pelas formas fixadas na legislação do paiz de origem. Poderá fazer transmittir esta legalisação textualmente ou pela formula:

«Signature legalisée par. . .»

5. A estação verificará a authenticidade do reconhecimento. Este sómente poderá ser considerado authenticico se vier revestido do sêllo ou sinete da auctoridade signataria, salvo se a estação conhecer a assignatura d'esta auctoridade. No caso contrario deverá ser recusada a acceitação e a transmissão do reconhecimento.

6. O reconhecimento entrará no numero das palavras taxadas pelo modo por que fôr transmittido. Seguir-se-ha á assignatura do telegramma.

5. Telegrammas de Estado

Artigo 5.º da Convenção

Os telegrammas são classificados em tres categorias:

1.ª Telegrammas de Estado: os telegrammas procedentes do Chefe do Estado, dos Ministros, dos commandantes em chefe das forças de terra e mar, dos agentes diplomaticos ou consulares dos Governos contractantes, bem como as respostas a estes telegrammas.

2.^a Telegrammas de serviço.

3.^a Telegrammas particulares.

Os telegrammas de Estado têm na transmissão precedencia sobre os demais telegrammas.

Artigo 6.º da Convenção

Os telegrammas de Estado e os de serviço podem, em todas as vias de correspondencia, ser emitidos em linguagem secreta.

XV

1. Os telegrammas de Estado, deverão ser revestidos do sello ou sinete da auctoridade que os expedir. Não terá de exigir-se esta formalidade quando não puder suscitar duvida a authenticidade do telegramma.

2. O direito de emitir a resposta como telegramma de Estado será comprovado pela apresentação do telegramma de Estado primitivo.

3. Os telegrammas dos agentes consulares que exercerem o commercio serão sómente considerados como telegrammas de Estado, quando fôrem dirigidos a funcionarios publicos e tratarem de objectos de serviço. Todavia, os telegrammas, que não satisfizerem a estas ultimas condições, serão acceitos pelas estações e transmittidos como telegrammas de Estado; mas estas estações devem communicar-os immediatamente á Administração de que dependem.

4. O texto dos telegrammas de Estado poderá, em todas as vias de correspondencia, ser redigido em linguagem clara ou em linguagem secreta. As disposições dos artigos VI, paragrapho I, VII, VIII e IX do regulamento, são applicaveis aos telegrammas de Estado.

5. Os telegrammas de Estado que não satisfaçam ás condições indicadas no paragrapho precedente não deverão ser recusados; mas serão apontados pela estação que reconhecer as irregularidades á Administração de que depender.

6. Serão acceitos telegrammas de Estado sem texto nem assignatura.

7. Aos telegrammas de Estado, redigidos em linguagem clara, applicar-se ha a repetição parcial obrigatoria; os redigidos total ou parcialmente em linguagem secreta serão repetidos integralmente *ex-officio* pela estação que os receber.

6. Telegrammas de serviço

Artigo 5.º da Convenção

Os telegrammas são classificados em tres cathogorias:

2.^a Telegrammas de serviço: os telegrammas procedentes das Administrações telegraphicas dos Estados contractantes e relativos, quer ao serviço da telegraphia internacional, quer a objectos de interesse publico, determinados por accordo entre as referidas Administrações.

Artigo 11.º da Convenção

Os telegrammas relativos aos serviços dos telegraphos internacionaes dos Estados contractantes serão transmittidos isentos de taxa em toda a rede telegraphica dos referidos Estados.

XVI

1. Os telegrammas de serviço dividem-se em telegrammas de serviço propriamente ditos e avisos de serviço.

2. Serão transmittidos com isenção de taxa em todas as linhas, excepto nos casos especificados no artigo XVII.

3. Serão redigidos em francez quando as Administrações interessadas não accordarem no uso de outra lingua. O mesmo se observará com as indicações de serviço, que acompanharão a transmissão dos telegrammas.

4. Os telegrammas de serviço deverão ser unicamente empregados nos casos que tiverem character de urgencia, e serão concisamente redigidos.

As Administrações e as estações telegraphicas tomarão as providencias necessarias para diminuir, quanto possivel, o numero e a extensão d'estes telegrammas.

5. As informações a que faltar manifestamente o character de urgencia serão pedidas e dadas pelo correio por meio de cartas franqueadas.

6. Os telegrammas de serviço propriamente ditos só podem ser trocados entre as Administrações e os funcionarios a quem fôr concedida a respectiva auctorisação. Poderão, em todas as vias, ser redigidos em linguagem clara ou em linguagem secreta (convenção ou em cifra). O emprego d'estas linguagens nos telegrammas de serviço ficará subordinado ás regras fixadas para os telegrammas de Estado (artigo XV, paragraphos 4, 5, 6 e 7). O endereço terá a forma seguinte:

«Directeur général à directeur général, Paris.¹»

«Directeur à inspecteur, Turin», etc...² (A estação de origem figura sómente no preambulo).

Estes telegrammas não teem assignatura.

7. Os avisos de serviço são trocados entre as estações telegraphicas; dizem respeito ao serviço das linhas ou das transmissões e não teem nem endereço nem assignatura.

O destino e a origem d'estes telegrammas são indicados unicamente no preambulo; este será redigido da seguinte forma: «A Lyon de Lilienfeld» (segue o pedido da estação expedidora).

8. Serão empregados sempre que os incidentes de serviço o exigirem, especialmente quando se notarem irregularidades nas indicações de serviço de qualquer telegramma transmittido (artigo XXXV, paragrapho 4); para rectificações ou esclarecimentos relativos a telegrammas de uma serie precedentemente transmittida (artigo XL, paragraphos 1 e 2); quando, por interrupção das communicações telegraphicas, os telegrammas tiverem sido enviados pelo correio a uma estação telegraphica (artigo XLIII); quando qualquer telegramma não puder ser entregue ao destinatario (artigo XLVII, paragrapho 3); quando o navio a que se destinar qualquer telegramma semaphorico não tiver chegado nos prazos indicados no artigo LXI, paragrapho 4.

9. Os avisos de serviço relativos a qualquer telegramma precedentemente transmittido deverão reproduzir todas as indicações que puderem facilitar a respectiva busca, especialmente o numero de apresentação, a data (dia do mez) e, sendo necessario, o endereço completo. Nos avisos de serviço taxados a data do telegramma primitivo será escripta por extenso.

Os avisos de serviço relativos a um telegramma precedentemente transmittido serão, tanto quanto possivel, dirigidos por via das estações por onde tiver transitado o telegramma primitivo.

10. Quando alguma estação de transito puder, sem que d'isso resulte inconveniente ou demora, reunir os elementos necessarios para dar solução a um aviso de serviço, procederá de forma a evitar a sua retransmissão inutil; no caso contrario deverá dirigir o aviso ao seu destino.

11. Em caso de absoluta necessidade poderão os telegrammas ou avisos de serviço ser transmittidos por telephone.

¹ Director geral a director geral, Pa ris.

² Director a inspector, Turim, etc.

XVII

1. O expedidor ou o destinatario de qualquer telegramma transmittido ou no decurso da transmissão poderão, dentro do periodo da conservação dos archivos, e tendo, se assim fôr julgado necessario, préviamente comprovado a sua identidade, pedir esclarecimentos ou dar quaesquer instrucções pelo telegrapho ácerca do mesmo telegramma.

Poderão tambem, a fim de fazer alguma rectificação, pedir a repetição integral ou parcial pela estação de origem, pela de destino ou por alguma estação de transito, dos telegrammas que tiverem expedido ou recebido. Para estes fins deverão depositar:

1.º O preço do telegramma em que se formular o pedido;

2.º O preço do telegramma de resposta nos casos de que trata o paragrapho 3.

2. Os telegrammas rectificativos, completivos ou annullatorios, bem como as communicações relativas a telegrammas já transmittidos, ou em decurso de transmissão, quando endereçados a uma estação telegraphica, devem ser permutados exclusivamente entre as estações sob a forma de avisos de serviço taxados por conta do expedidor ou do destinatario.

3. Os avisos de serviço taxados serão designados pela menção ST. Os avisos de serviço taxados, expedidos a pedido do destinatario a fim de obter a repetição d'uma transmissão que se suppõe errada, dão sempre lugar a uma resposta por via telegraphica, sem que seja necessario acrescentar-lhes a indicação «RPX». Nos demais casos em que fôr pedida uma resposta telegraphica deverá aquella indicação ser sempre empregada.

4. Estes avisos de serviço taxados serão redigidos, por exemplo, pela forma seguinte:

a) Quando se trate de rectificar ou de completar o endereço:

«ST Paris de Bruxelles 365 (numero do aviso de serviço taxado) 5 (numero de palavras)=315 douze François (numero, data, nome do destinatario do telegramma de que se trata) remettez (ou lisez). . (indicar a rectificação)».

b) Quando se trate de rectificar ou de completar o texto:

«ST Paris de Vienne 26 (numero do aviso de serviço taxado) 8 (numero de palavras)=235 treize Kriechbaum (numero, data, nome do destinatario do telegramma que se pretende rectificar). Remplacez troisieme (palavra do texto) 20 par 2:000».

c) Quando se trate de um pedido de repetição parcial ou total do texto:

«ST Calcutta de Londres 86 (numero do aviso de serviço taxado) 7 (numero de palavras)=439 vingt six Brown (numero, data, nome do destinatario do telegramma que deve ser parcial ou totalmente repetido). Répétez premier, quatrieme, neuvieme (palavras do texto do telegramma primitivo para rectificar) ou: Répétez mot (ou. . mots) après .. ou ainda: Répétez texte».

d) Quando se trate de annullar um telegramma, tendo sido pedida uma resposta telegraphica:

«ST Paris de Berlin 126 (numero do aviso de serviço taxado) 5 (numero de palavras)=RPx=285 seize Grundewald (numero, data, nome do destinatario do telegramma primitivo) annulez».

e) Quando se trate de um pedido de informações:

«ST Londres de Berlin 40 (numero do aviso de serviço taxado) 7 (numero de palavras)=RPx=750 vingt six Robinson (numero, data, nome do destinatario do telegramma em questão) donnez nom expéditeur».

«ST Londres de Lisbonne 50 (numero do aviso de serviço taxado) 6 (numero de palavras)=RPx=645 treize Emile (numero, data, nome do destinatario do telegramma primitivo) confirmez remise».

A resposta a um telegramma d'esta natureza terá a seguinte forma:

«ST Londres de Calcutta 40 (numero do aviso de serviço de resposta) 4 (numero de palavras)=Brown (nome do destinatario) albatros, scrutiny, commune (as tres palavras do telegramma primitivo, cuja repetição fôra pedida)».

5. As palavras a repetir ou a rectificar n'um telegramma serão designadas pela ordem que occuparem no texto d'esse telegramma, independentemente das regras de taxaço.

Quando o telegramma primitivo não tiver numero, será este substituido pela hora de apresentação.

6. As taxas dos avisos de serviço de que trata o presente artigo serão reembolsadas, quando estes avisos forem motivados por erros imputaveis ao serviço telegraphico, (artigo LXXI).

7. Quando as palavras cuja repetição fôr pedida estiverem escriptas de um modo pouco claro, a estação de origem juntará á repetição uma nota concebida nos seguintes termos «Écriture douteuse»¹. N'este caso não se fará reembolso algum.

Quando a repetição diga respeito a um telegramma recebido na estação de origem por via telephonica, esta estação, antes de tudo, pedirá ao expedidor a repetição das palavras que se tratar.

Se alguma ou algumas das palavras assim reproduzidas não fôrem iguaes ás que figuram no telegramma, a estação dará a repetição pedida em conformidade com as correcções effectuadas, devendo, porém, accrescentar ao texto do aviso de serviço a menção CTP (cons-rver taxe payée²) acompanhada da indicação por extenso do numero de palavras rectificadas pelo expedidor e cuja taxa não deve ser restituída. Exemplos: un, CTP deux, etc³.

8. As differentes communicações relativas a telegrammas já transmittidos de que trata o presente artigo poderão fazer-se pela via postal e por intermédio das estações telegraphicas de origem ou de destino.

Estas communicações deverão sempre ser revestidas do carimbo da estação que as tiver redigiido.

Serão enviadas em envolvero registado á custa do interessado, o qual, além d'isso, deverá pagar tambem a importancia da resposta postal, se tiver pedido alguma; n'este caso a estação destinaria franqueará essa resposta.

7. Contagem das palavras

XVIII

1. Tudo quanto o expedidor escrever na minuta do telegramma para ser transmittido ao seu correspondente será taxado e, consequentemente, comprehendido no numero de palavras.

Os traços que só sirvam para separar na minuta as differentes palavras ou grupos de um telegramma não serão taxados nem transmittidos. Da mesma forma se praticará com relação aos signaes de pontuação, apostrophes e hyphens; todavia, no regimen europeu, estes signaes serão transmittidos gratuitamente, sempre que o expedidor exigir formalmente a sua transmissão.

Quando os signaes de pontuação, em vez de serem empregados isoladamente, fôrem repetidos em seguida uns aos outros, deverão ser taxados como grupos de algarismos (artigo XIX, paragrapho 7).

2. O nome da estação de origem, o numero do telegramma, o dia do mez e a hora da apresentação ou de deposito, as indicações de via e as palavras, numeros ou signaes que constituem o preambulo, não são taxados. As indicações d'esta especie que chegarem á estação destinataria (artigo XXXVI) devem figurar na copia entregue ao destinatario.

3. Poderá o expedidor inserir estas indicações, no todo ou em parte, no texto do telegramma. Entrarão n'este caso na contagem das palavras taxadas.

XIX

1. Contar-se-ha como uma palavra em todas as linguagens:

1.º No endereço:

a) O nome da estação telegraphica destinataria, escripto pelo modo adoptado na primeira columna da nomenclatura official das estações e completado por quaesquer indicações que, porventura, figurem igualmente n'aquella columna.

b) Respectivamente, os nomes de paizes ou sub-divisões territoriaes, se fôrem escriptos em conformidade com as indicações da mesma nomenclatura ou com as outras denominações que lhes sejam dadas no seu prefacio.

¹ Calligraphia pouco clara.

² (Arrecadar taxa paga).

³ C T P uma, C T P duas, etc.

2.º Nos vales telegraphicos o nome da estação postal de emissão, o nome da estação postal de pagamento e o da residencia do destinatario serão taxados cada um como uma só palavra.

3.º Qualquer palavra convencional que satisfaça ás condições fixadas no artigo VIII.

4.º Qualquer character, letra ou algarismo isolado.

5.º O sublinhado.

6.º Parenthesis (os dois signaes que se empregam para o formar).

7.º As virgulas dobradas (os dois signaes collocados no começo e no fim de um trecho).

8.º As indicações eventuaes escriptas com as abreviaturas admittidas n'este regulamento do (artigo X).

2 Sempre que as diferentes partes de cada uma das expressões taxadas por uma palavra e designando:

1.º A estação destinataria;

2.º O paiz de destino;

3.º A sub-divisão territorial;

4.º Os nomes, acima já mencionados, que figuram nos vales telegraphicos; não forem agrupadas, o empregado encarregado do serviço da taxaçaõ deverá reunil-as entre si.

3. Nos telegrammas cujo texto fôr redigido exclusivamente em linguagem clara, cada palavra simples e cada agrupamento auctorizado serão contados, respectivamente, por tantas palavras quantos forem os grupos de quinze caracteres, segundo o alphabeto Morse, que contiverem, contando-se ainda mais uma palavra pelos caracteres excedentes, se os houver.

4. Na linguagem convencional a maxima extençaõ de uma palavra é fixada em dez caracteres.

As palavras em linguagem clara inseridas no text de um telegramma misto, isto é, composto de palavras em linguagem clara e de palavras em linguagem convencional, serão contadas por uma palavra, se não tiverem mais de dez caracteres, sendo o excedente contado por uma palavra por serie indivisivel de dez caracteres. Se o telegramma misto contiver, além d'isto, texto em linguagem em cifra, os trechos em linguagem em cifra serão contados em conformidade com as prescripções do paragrapho 7.

Se o telegramma misto só contiver trechos em linguagem clara e trechos em cifra, os trechos em linguagem clara serão contados em conformidade com as prescripções do paragrapho 3 d'este artigo, e os trechos em linguagem em cifra segundo as prescripções do paragrapho 7.

5. O endereço dos telegrammas, cujo texto fôr total ou parcialmente redigido em linguagem convencional, será taxado segundo as regras estabelecidas nos paragraphos 1 e 3 do presente artigo.

6. As palavras separadas por apostrophe ou reunidas por hyphen serão, respectivamente, contadas como palavras isoladas.

7. Os grupos de algarismos ou de letras serão contados por tantas palavras quantos fõrem os grupos de cinco algarismos ou de cinco letras que contiverem, e mais uma palavra pelo excedente.

Serão contados por um algarismo ou por uma letra no grupo em que figurem: os pontos, as virgulas, os traços, e os traços de fracção. Do mesmo modo se procederá em relação a cada uma das letras accrescentadas a grupos de algarismos para designar numeros de ordem, bem como as letras juntas a algarismos destinados a indicar os numeros das habitações em qualquer endereço.

8. Não serão admittidas reuniões ou alterações de palavras contrarias ao uso da lingua. Comtudo, os nomes de cidades e de paizes, os nomes patronimicos pertencentes a uma pessoa, os nomes de localidades, praças, boulevards, ruas e outras denominações de vias publicas, os nomes dos navios, os numeros inteiros, as fracções, bem como os numeros decimaes ou fraccionarios escriptos por extenso e as palavras compostas, admittidas como taes nas linguas ingleza e franceza e que figurarem em algum dictionario, que deverá ser apresentado se a estação o exigir, poderão ser, respectivamente, agrupados em uma só palavra sem apostrophe nem hyphen.

9. Tanto para a transmissãõ como para as contas internacionaes admittir se-ha a contagem das palavras feita pela estação expedidora. Todavia, quando o telegramma contiver reuniões ou alterações de palavras de uma das linguas do paiz de destino, contrarias ao uso d'essa lingua, poderá a estação destinataria cobrar do destinatario a importancia

da taxa que se deixou de receber. Nos paizes em que se fizer uso d'esta faculdade, o telegramma não será entregue ao destinatario senão depois do pagamento da taxa complementar. No caso de recusa do pagamento, será expedido á estação de origem um aviso de serviço da seguinte forma: «Wien de Paris 5 h 10 s=N.º... (nome do destinatario)... (reproduzir as palavras reunidas abusivamente ou alteradas)... mots (indicar por quantas palavras deveriam ter sido taxadas)». Se o expedidor, devidamente avisado da razão por que se não fez a entrega, pagar o complemento da taxa, será dirigido á estação destinataria um aviso de serviço nos seguintes termos: «Paris de Wien 7 h s=N.º... (nome do destinatario) complément perçu». Recebido este aviso de serviço, a estação destinataria entregará o telegramma.

10. Quando a estação expedidora, em seguida á taxação, verificar que um telegramma contém reuniões ou alterações de palavras não admittidas, ou expressões ou palavras que, embora não satisfazendo ás condições da linguagem clara ou convencional, tenham, contudo, sido taxadas como pertencendo a qualquer d'estas linguagens, applicará a estas expressões ou palavras, para o calculo do complemento de taxa a cobrar do expedidor, as regras a que, respectivamente, deveriam ter sido submettidas. As reuniões ou alterações serão contadas pelo numero de palavras que realmente conteriam se fôsem escriptas segundo o uso.

A estação de origem procederá da mesma forma quando essas irregularidades lhe sejam apontadas por alguma estação de transito ou pela de destino.

XX

Os exemplos seguintes determinam a interpretação das regras a seguir na contagem das palavras:

	Numero de palavras	
	No endereço	No texto
New-York ¹	1	2
Newyork.....	1	1
Frankfurt Main ¹	1	2
Frankfurtmain.....	1	1
Sanct Poelten ¹	1	2
Sanctpoelten.....	1	1
Emmigen, Hannover ^{1, 2}	1	2
Emmigen, Wurttemberg ^{1, 2}	1	2
New South Wales.....	1	3
Newsouthwales.....	1	1
XP fr. 2. 50 (indicação eventual escripta sob a forma abreviada).....	1	-

¹ Nos endereços estas diversas expressões serão reunidas pelo empregado que proceder á taxação.

² Hannover e Wurttemberg em seguida á palavra Emmingen servem para completar a designação de duas estações homonymas e figuram d'aquelle modo na primeira columna da «Nomenclature officielle des bureaux télégraphiques».

	Numero de palavras
Van de brande.....	3
Vandebrande (nome de pessoa).....	1
Du Bois.....	2
Dubois (nome de pessoa).....	1
Belgrave Square.....	2
Belgrave-square (contraria ao uso da lingua).....	2
Hyde Park.....	2
Hydepark (contraria ao uso da lingua).....	2
Hydepark Square ¹	2
Hydeparksquare (contraria ao uso da lingua).....	2

	Numero de palavras
Saint James Street.....	3
Saintjames Street.....	2
Rue de la paix	4
Rue delapaix	2
Responsabilité (14 caracteres).....	1
Kriegsgeschichten (15 caracteres).....	1
Inconstitutionnalité (20 caracteres).....	2
Wie geht's (em vez de wie geht es)	3
A-t-il.	3
C'est-à-dire.....	4
Aujourd'hui	2
Aujourdhui	1
Porte-monnaie.....	2
Portemonnaie.....	1
Prince of Wales (navio)	3
Princeofwales (navio)	1
44 1/2 (5 caracteres)	1
444 1/2 (6 caracteres)	2
444,5 (5 caracteres)	1
444,55 (6 caracteres)	2
44/2 (4 caracteres)	1
44/ (3 caracteres)	1
2 0/0 (4 caracteres)	1
2 0/0.....	3
2 0/00 (5 caracteres).....	1
2 0/0.....	3
54 — 58 (5 caracteres).....	1
17 ^{me} (4 caracteres).....	1
Le 1529 ^{me} (1 palavra e um grupo de 6 caracteres).....	3
10 francos 50 centimos (ou) 10 fr. 50 c.....	4
dixcinquante.....	1
10 fr. 50.....	3
fr. 10,50.....	2
11 h.30	3
11,30	1
huit/10.....	2
5/douzièmes.....	2
5 ^{bis} (numero de habitação).....	1
15A (numero de habitação).....	1
30 ^a 2	3
15 × 6 ²	4
Two hundred and thirty four.....	5
Twohundredandthirtyfour (23 caracteres)	2
Troisdeuxtiers	1
Unneufdixièmes.....	1
Deux mille cent quatre vingt quatorze.....	6
Deuxmillecentquatrevingtquatorze (32 caracteres)	3
E	1
Emvthf (6 caracteres)	2
Emvchf (6 caracteres)	2
Ch23 (marca de commercio).....	2
197a/199a (marca de commercio).....	4
AP/M (marca de commercio)	1
3/M (marca de commercio)	2
L'affaire est <i>urgente</i> , partir sans <i>retard</i> (7 palavras e 2 sublinhados).....	9
Reçu de vos nouvelles indirectes (assez mauvaises; télégraphiez directement (9 palavras e um trecho entre parenthesis)	10

¹ Neste caso a expressão «Hydepark», assim reunida, só se conta por uma palavra, porque a palavra «park» faz parte integrante do nome Square.

² Osapparehos telegraphicos não podem reproduzir expressões tais como 30^a, 15 × 6, etc. Deverá pedir-se aos expedidores para lhes substituir a significação explicita «30 expoente a», «15 multiplicado por 6», etc.

8. Tarifas e taxaço

Artigo 10.º da Convenção

Declaram as Altas Partes contractantes adoptar para a formação das tarifas internacionaes as bases seguintes:

Será uniforme a taxa applicavel a todas as correspondencias trocadas, pela mesma via, entre as estações de dois Estados contractantes. Qualquer Estado poderá, contudo, na Europa, para applicação da taxa uniforme, ser sub-dividido, quando muito, em duas grandes divisões territoriaes.

A importancia da taxa será estabelecida de Estado para Estado por accordo com os Governos extremos e intermédios.

As taxas das tarifas applicaveis ás correspondencias trocadas entre os Estados contractantes poderão em qualquer tempo ser modificadas por accordo mutuo.

O franco é a unidade monetaria adoptada para a formação das tarifas internacionais.

XXI

1. Os telegrammas, pelo que respeita á applicação das taxas e de certas regras de serviço, podem ser subordinados ao regimen europeu ou ao regimen extra europeu.

2. O regimen europeu comprehende os paizes da Europa, a Argelia, a Tunisia, a Russia Caucasica, a Turquia Asiatica, o Senegal, as costas de Marrocos e quaesquer outras regiões ou paizes situados fóra da Europa quando as Administrações respectivas declarem que elles pertencem a este regimen.

3. O regimen extra-europeu comprehende os demais paizes não indicados no paragra-pho precedente.

4. Applicar-se-hão as regras do regimen europeu aos telegrammas que exclusivamente percorram as linhas de paizes que fazem parte d'esse regimen.

5. Applicar-se-hão as regras do regimen extra europeu aos telegrammas que, para chegarem ao seu destino, transitarem em algum momento por um paiz sujeito ao regimen extra-europeu, e aos que forem originarios ou destinados a paizes que façam parte d'esse regimen.

XXII

A tarifa para a transmissão telegraphica das correspondencias internacionais compôr-se-ha de:

- a) Taxas terminaes das Administrações de origem e de destino;
- b) Taxas de transito das Administrações intermédias, quando as houver.

XXIII

1. A taxa será fixada por palavra inalterada e simples; contudo, será permittido cada Administração estabelecer um minimo de taxa que não deverá ultrapassar 1 franco por telegramma, ou, quando se trate de correspondencias exclusivamente do regimen europeu, e em conformidade com as disposições do artigo XXVII do regulamento, cobrar a taxa pela forma que lhe convier.

2. Na correspondencia do regimen europeu serão adoptadas por todos os Estados a mesma taxa elemental terminal e a mesma taxa elemental de transito.

3. A taxa elemental terminal será fixada em 10 centimos.

4. A taxa elemental de transito será fixada em 8 centimos.

5. Estas duas taxas elementares serão reduzidas, respectivamente, a 6 $\frac{1}{2}$ centimos e a 4 centimos para os Estados seguintes: Belgica, Bosnia-Herzegovina, Bulgaria, Creta, Dinamarca, Grecia, Luxemburgo, Montenegro, Paizes Baixos, Portugal, Romania, Servia e Suissa.

6. A Russia e a Turquia, em virtude das excepçoes condições do estabelecimento e conservação das suas rêdes, terão a faculdade de applicar taxas terminaes e de transito não excedentes a 30 e 24 centimos, respectivamente.

7. Todos os Estados terão a faculdade de reduzir as suas taxas terminaes ou de transito em todas as suas correspondencias ou sómente em parte d'ellas, sob as condições fixadas pelo artigo XXVI.

8. Poderá estabelecer-se, em cada caso particular, uma taxa especial de transito pelo percurso dos cabos submarinos.

XXIV

1. A taxa que houver de ser cobrada pela correspondencia entre dois paizes do regimen europêu deverá ser sempre, e para qualquer via, a taxa da via existente que dêr quantia menos elevada depois de feita a applicação normal das taxas elementares ou das dos cabos submarinos, salvas as excepções que possam resultar da applicação das disposições do paragrapho 8 do artigo precedente ou do art. XXVIII.

2. A tabella A, annexa ao presente regulamento, estabelece as taxas de paiz para paiz, para o regimen europêu, em conformidade com as disposições supra indicadas e com as declarações admittidas pela Conferencia.

3. Na correspondencia do regimen extra-europêu será fixada a taxa em conformidade com a tabella B, igualmente annexa ao presente regulamento. Comtudo, as taxas terminaes e de transito nunca deverão ser superiores, respectivamente, a 15 e a 12 centimos para os paizes da Europa, com excepção da Allemanha, da Hespanha, da França, da Russia e da Turquia.

Estes maximos serão reduzidos, respectivamente, a 10 e a 8 centimos para os paizes a que se refere o art. XXIII, paragrapho 5.

4. As taxas que figuram n'este regulamento e nas tabellas annexas são expressas em francos de ouro.

XXV

1. Entende-se por via normal aquella cuja taxa, calculada em conformidade com as disposições do artigo XXIV, paragrapho 1, fôr menos elevada.

2. Quando o expedidor não indicar a via a seguir, aproveitando-se da faculdade que lhe é concedida pelo artigo XLI, será sempre calculada a taxa segundo a via normal.

XXVI

1. As modificações de importancia da taxa ou das bases de applicação das tarifas, que possam vir a ser convencionadas entre Estados interessados, em virtude do paragrapho 4.º do artigo 10.º e do artigo 17.º da Convenção, não deverão ter por fim e por effeito crear concorrência de taxas entre as vias existentes, mas sim abrir ao publico, mediante taxas iguaes, o maior numero possivel de vias, devendo fazer-se as combinações necessarias de modo que as taxas terminaes das Administrações de origem e de destino sejam iguaes, qualquer que seja a via seguida.

2. Qualquer taxa nova, qualquer modificação de tarifas, quer no seu conjunto quer nos seus elementos, não terá execução senão quinze dias, pelo menos, depois de notificada pela Secretaria internacional das Administrações telegraphicas, não se comprehendendo n'esse praso o dia em que fôr feita a notificação.

3. As Administrações dos Estados contractantes obrigam-se a evitar, quanto possivel, as variações de taxas que possam resultar das interrupções dos cabos submarinos.

XXVII

1. As taxas que houverem de ser cobradas em virtude dos artigos XXI a XXV poderão ser arredondadas, para mais ou menos, quer depois de applicadas as taxas normaes por palavra fixadas nas tabellas annexas ao presente regulamento, quer augmentando ou diminuindo estas taxas normaes, segundo as conveniencias monetarias, ou de outra ordem, do paiz de origem.

2. As modificações realisadas em virtude do paragrapho precedente applicar-se-hão sómente á taxa cobrada pela estação expedidora, sem alterar a repartição das taxas que pertencerem ás outras Administrações interessadas. Deverão ser reguladas por modo tal que a differença entre a taxa que houver de cobrar-se por um telegramma de quinze palavras e a taxa calculada exactamente pelas tabellas, por meio dos equivalentes do paragrapho seguinte, não exceda a decima quinta parte d'esta ultima taxa, isto é, a taxa regulamentar de uma palavra.

3. A fim de manter a uniformidade da taxa prescripta pela Convenção, os paizes da União, em que o franco não está estabelecido como unidade monetaria, fixarão, para a percepção das taxas, um equivalente na sua respectiva moeda, que se approxime, quanto possível, do valor do franco em ouro.

4. O equivalente do franco é, actualmente :

Na Allemanha, 0,85 de marco ;
 Na Australia (Confederação) 9,6 pence ;
 Na Austria, 1 corôa ;
 Na Bosnia Herzegovina, 1 corôa ;
 No Brazil, 800 réis, moeda brasileira ;
 Na Bulgaria, 1 lév. ;
 No Cabo da Boa Esperança, 9,6 pence ;
 No Ceylão, 0,68 de rupia ;
 Nas colonias portuguezas, 240 réis ;
 Em Créta, 1 drachma .
 Na Dinamarca, 0,80 krone ;
 No Egypto, 38,575 millesimos (3 piastras, 34 paras moeda legal) ;
 Na Gran-Bretanha, 9,6 pence ;
 Na Grecia, 1 drachma ;
 Na Hespanha, 1 peseta e 36 centimos ;
 Na Hungria, 1 corôa ;
 Nas Indias britannicas, 0,60 de rupia ;
 Na Indo-China franceza, 50 centimos de piastra ;
 Na Italia, 1 lira ;
 No Japão, 0,40 yen ;
 No Montenegro, 1 corôa ;
 No Natal, 9,6 pence ;
 Na Noruega, 0,80 krone .
 Na Nova Zelandia, 9,6 pence ;
 Nos Paizes Baixos e nas Indias neerlandezas, 0,50 de florim ;
 Na Persia, 52 schahis ;
 Em Portugal, 240 réis ;
 Nos Protectorados britannicos da Africa oriental e Uganda, 10 annás ;
 Na Republica Argentina, 20 centavos de ouro ;
 Na Romania, 1 leu ;
 Na Russia, 0,25 do rublo metallico ;
 Na Servia, 1 dinar ;
 No Sião, 56 atts ;
 Na Suecia, 0,80 krone ;
 Na Turquia, 4 piastras, 23 paras ;
 No Uruguay, 0,1866 do peso .

5. Quando o valor da moeda de um paiz soffrer variações em consequencia de flutuações do cambio, o equivalente do franco acima indicado será modificado, se a alteração fôr consideravel, tomando por base o curso médio do cambio do franco durante o trimestre precedente. Compete á Administração do paiz, em que isto succeder, modificar o equivalente em conformidade com a disposição precedente, indicar o dia a partir do qual se cobrarão as taxas segundo o novo equivalente, e fazel-o notificar ás demais Administrações por intermédio da Repartição internacional.

6. O pagamento das taxas pode ser exigido em moeda metallica.

XXVIII

O expedidor que, aproveitando se da faculdade que lhe confere o artigo XLI, prescrever uma via indirecta, terá de pagar a totalidade das taxas normaes de transito, calculadas segundo as disposições do artigo XXIII e das tabellas a que se refere o artigo XXIV.

9. Cobrança das taxas

XXIX

1. A cobrança das taxas incumbe á estação expedidora, salvo as excepções previstas para os telegrammas de fazer seguir (artigo LIV paragrapho 7), as despesas com proprio (artigo LVIII paragrapho 1), os telegrammas semaphoricos (artigo LX, paragrapho 6) e as alterações ou reuniões abusivas de palavras, reconhecidas pela estação destinataria (artigo XIX, paragrapho 9), que dão logar a cobrança do destinatario.

2. O expedidor de um telegramma internacional terá direito de pedir recibo com menção da taxa cobrada.

3. A Administração expedidora terá a faculdade de cobrar para si, por este motivo, uma retribuição que nunca excederá 25 centimos.

4. Em todos os casos em que a cobrança houver de effectuar-se á chegada do telegramma, este só será entregue ao destinatario depois de satisfeita a taxa devida.

5. Se a taxa a cobrar á chegada deixar de ser satisfeita, o prejuizo causado por es a falta correrá por conta da Administração destinataria, a não ser que hajam accordos especiaes celebrados em conformidade do art 17.º da Convenção, e salvo o que adeante vae previsto no artigo LXXVI, paragrapho 3, com respeito aos telegrammas semaphoricos no regimen extra-europêu.

6. As Administrações telegraphicas tomarão, todavia, quanto possivel, as precisas disposições para que as taxas que deveriam ser cobradas pela estação destinataria, e não fôrem pagas pelo destinatario, sejam cobradas do expedidor, salvo os casos especiaes em que o regulamento prescreva outro modo de proceder (artigo LV, paragrapho 4).

XXX

1. As taxas cobradas a menos, por erro, e as taxas e despesas que não fôrem cobradas do destinatario por este se recusar a pagal-as ou pela impossibilidade de o encontrar, deverão ser satisfeitas pelo expedidor, excepto nos casos especiaes em que o regulamento prescreva outro modo de proceder (artigo LV, paragrapho 4).

2. As taxas cobradas a mais, por erro, serão igualmente restituídas aos interessados. Comtudo, o valor das estampilhas, destinadas ao pagamento de qualquer telegramma, postas a mais pelo expedidor, só a seu pedido lhe será reembolsado.

10. Transmissão dos telegrammas

a) Signaes de transmissão

XXXI

Os quadros seguintes indicam os signaes empregados no serviço dos aparelhos Morse e Hughes:

A—Signaes doCodigo Morse

Letras

Intervallo e comprimento dos signaes:

1. Um traço é igual a 3 pontos.
2. O espaço entre os signaes de uma letra é igual a 1 ponto.
3. O espaço entre duas letras é igual a 3 pontos.
4. O espaço entre duas palavras é igual a 5 pontos.

a 
 ã 
 á ou â 

b	== == ==
c	== == ==
ch	== == == ==
d	== ==
e	==
é	== == == ==
f	== == ==
g	== == ==
h	== == ==
i	==
j	== == == ==
k	== == ==
l	== == ==
m	== ==
n	==
ñ	== == == == ==
o	== == ==
ö	== == == ==
p	== == ==
q	== == == ==
r	== == ==
s	== ==
t	==
u	== == ==
ü	== == == ==
v	== == == ==
w	== == == ==
x	== == == ==
y	== == == ==
z	== == == ==

Algarismos

1	== == == ==
2	== == == ==
3	== == == ==
4	== == == ==
5	== == == ==
6	== == == ==
7	== == == ==
8	== == == ==
9	== == == ==
0	== == == ==
Traço de fracção	== == == ==

Pódem também empregar-se para exprimir os algarismos os signaes seguintes, mas sómente nas repetições *ex-officio*, no preambulo e no texto dos telegrammas inteiramente compostos de algarismos:

1	==
2	== ==
3	== == ==
4	== == == ==
5	== == == ==
6	== == == ==
7	== == ==
8	== ==
9	==
0	==
Traço de fracção	== ==

Signaes de pontuação e outros

Ponto	(.)	=====	
Ponto e virgula	(;)	=====	
Virgula	(,)	=====	
Dois pontos	(:)	=====	
Ponto de interrogação ou pedido de repetição de uma transmissão não compreendida.	(?)	=====	
Ponto de admiração	(!)	=====	
Apostrophe	(')	=====	
Hyphen ou traço de união	(-)	=====	
Parenthesis (antes e depois das palavras)	()	=====	
Virgulas dobradas (antes e depois de cada palavra ou trecho. («»)	(«»)	=====	
Sublinhado (antes e depois da palavra ou membro de phrase)		=====	
Chamada (preliminar de todas as transmissões)		=====	
Traço dobrado	(=)	=====	
Entendido		=====	
Erro		=====	
Cruz	(+)	=====	
Convite para transmittir		=====	
Espera		=====	
Serviço terminado		=====	

B.—Signaes do aparelho Hughes

Letras

A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, U, V, W, X, Y, Z.

Algarismos

1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 0

Signaes de pontuação e outros

Ponto (.); ponto e virgula (;); virgula (,); dois pontos (:); ponto de interrogação (?); ponto de admiração (!); apostrophe ('); cruz (+); hyphen ou traço de união (-); E com accento (Ê); traço de fracção (/); traço dobrado (=); parenthesis da esquerda (; parenthesis da direita); e (&); virgulas dobradas (»).

O intervallo entre dois numeros é indicado por um branco.

Comtudo, um numero fraccionario, não decimal, deve sempre ser separado por dois brancos do numero que o preceda e do que o siga.

Na transmissão de um numero fraccionario, não decimal, o numero inteiro deve ser separado por um branco do numerador da fracção ordinaria que se segue. (Exemplo:

$1 \frac{3}{4}$ e não $\frac{13}{4}$).

As palavras e trechos sublinhados são precedidos e seguidos de dois traços de união (exemplo: == sem demora ==) e sublinhados á mão pelo empregado da estação destinataria.

Para chamar a estação com a qual se está em comunicação ou para lhe responder: o branco e o N repetidos alternativamente.

Para pedir a repetição prolongada do mesmo signal a fim de regular o synchronismo: uma combinação composta do branco das letras, do I e do T, repetidas tantas vezes quantas fôrem necessarias. Para pedir ou permittir a regularisação do electro-iman: uma combinação formada dos quatro signaes seguintes: o branco das letras, o I, o N, e o T, repetida tantas vezes quantas fôrem necessarias.

Para indicar espera: a combinação ATT, seguida da duração provavel da espera.

Para indicar um erro: dois N consecutivos, sem signal algum de pontuação.

Para interromper a transmissão da estação correspondente: duas ou tres letras quaesquer convenientemente espaçadas.

Para indicar conclusão do serviço: dois brancos.

Os accents sobre o E são traçados á mão no fim das palavras (com ou sem s), quando são essenciaes ao sentido. (Exemplo: achète, acheté). N'este ultimo caso, o empregado que transmittir, repetirá a palavra depois da assignatura, transmittindo o E accentuado entre dois brancos para chamar a attenção da estação que recebe. Quanto a ä, á, â, ã, ñ, õ e ü, transmittir-se-ha respectivamente ae, aa, ao, n, oe, e ue.

C.—Signaes do apparelho Baudot

Letras

A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, U, V, W, X, Y, Z

Algarismos

1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 0.

Signaes de pontuação e outros

, , ; : ? ! ' — / = () % &.

As disposições relativas á transmissão dos numeros inteiros, dos numeros fraccionarios não decimaes e das palavras ou trechos sublinhados, applicaveis ao apparelho Hughes, sel o-hão igualmente ao apparelho Baudot.

Para indicar um erro, o signal *.

b) Ordem de transmissão

XXXII

I. A transmissão dos telegrammas verificar-se-ha pela ordem seguinte:

- a. Telegrammas de Estado;
- b. Telegrammas de serviço;
- c. Telegrammas particulares urgentes;
- d. Telegrammas particulares não urgentes.

2. Toda a estação que receber por um fio internacional um telegramma apresentado como telegramma de Estado ou de serviço reexpedil-o-ha como tal.

XXXIII

1. Qualquer telegramma começado a transmittir só em caso de urgencia absoluta poderá ser interrompido para dar logar a comunicação de categoria superior.

2. Os telegrammas da mesma categoria são transmittidos, pelas estações expeditoras segundo a ordem das respectivas apresentações, e pelas estações intermédias segundo a ordem de recepção.

3. Nas estações intermédias serão equiparados os telegrammas de transmissão e os telegrammas de transito, que tenham de seguir pelos mesmos fios, e transmittidos indistinctamente, segundo as horas de apresentação ou recepção, devendo, porém, observar-se a ordem estabelecida pelo artigo XXXII.

4. Entre duas estações em relação directa, os telegrammas serão permutados alternadamente, tendo em attenção as prescripções do artigo XXXII.

5. Nosapparelhos de grande rendimento (Hughes, Baudot, Wheatstone, etc.), as permutações effectuar se hão por series, sempre que as estações em correspondencia tenham bastantes telegrammas para transmittir. Esta mesma regra será applicavel ás transmissões pelo apparelho Morse, quando a importancia do trafico o justifique e por accordo prévio entre os chefes das estações em correspondencia.

Os telegrammas de uma serie serão considerados como formando uma só transmissão. Todavia, os telegrammas recebidos não serão conservados ao apparelho até o fim da serie, devendo ser dada saída a cada telegramma regular logo que o segundo telegramma estiver começado.

XXXIV

1. Cada serie comprehenderá, quando muito, cinco telegrammas, se as transmissões tiverem logar pelo apparelho Morse ou pelos apparelhos de recepção auditiva, e dez telegrammas, o maximo, se fôrem effectuadas pelos apparelhos de grande rendimento (Hughes, Baudot, Wheatstone, etc.). Os telegrammas de mais de 100 palavras pelo apparelho Morse, de mais de 150 pelos apparelhos de recepção auditiva, ou de mais de 200 palavras pelos apparelhos de grande rendimento, serão considerados como constituindo uma serie.

2. Os telegrammas de categoria superior quanto á ordem de transmissão não entram na contagem das series alternadas.

3. A estação que tiver terminado a transmissão de uma serie terá direito a continuar, quando se lhe apresente um telegramma com prioridade sobre os que o correspondente tiver para transmittir, a não ser que este tenha de dar a repetição de um telegramma com conferencia ou tenha já começado a sua transmissão.

4. Nos systemas de apparelhos em que a troca de transmissões tenha logar alternadamente, concluida que seja a transmissão por uma estação, a estação que recebeu transmittirá o que tiver; quando, porém, nada tenha, continuará a outra a transmittir. Se de uma e outra parte não houver serviço para transmittir, as estações darão o signal de serviço terminado.

c) Chamada das estações

XXXV

1. Toda a correspondencia entre duas estações começará pelo signal de chamada ou pelo indicativo da estação que se chama.

2. A estação chamada deverá responder immediatamente, dando o seu signal indicativo, e, no caso de não poder receber, o signal de espera, seguido de um algarismo que indique os minutos da duração provavel da espera. Se esta duração provavel exceder dez minutos, a espera deverá ser motivada.

3. Nenhuma estação chamada poderá recusar se a receber os telegrammas que lhe fôrem apresentados, seja qual fôr o seu destino. Todavia, no caso de evidente erro de direcção, o empregado que recebe poderá advertir a estação que transmittir. Se esta não attender á advertencia, ser lhe ha dirigido um aviso de serviço depois da recepção do telegramma, devendo então rectificar o erro commettido.

4. Ainda que as indicações de serviço, as indicações eventuaes ou alguma parte do endereço ou do texto não estejam regulares, não será licito recusar nem retardar qualquer telegramma. Deverá receber-se, e depois, se fôr necessario, pedir á estação expedidora, por meio de aviso de serviço, a sua regularisação em conformidade com o artigo XVI.

XXXVI

1. Quando a estação que tiver chamado receber, sem outro signal, o indicativo da estação correspondente, transmittirá pela ordem seguinte as indicações de serviço constitutivas do preambulo do telegramma:

a) Natureza do telegramma por meio de uma das menções S, A, ST, D, CR, CRS, CRD, Z, conforme fôr telegramma de Estado, telegramma ou aviso de serviço, aviso

de serviço taxado, telegramma particular urgente, certificado de recepção a um telegramma ordinario, certificado de recepção a um telegramma de Estado, certificado de recepção urgente, ou telegramma de imprensa.

b) Nome da estação destinataria (este nome não se transmittirá quando a estação expedidora se corresponder directamente com a estação destinataria).

c) Designação da estação expedidora precedida da particula de (exemplo: de Bruxellas).

Indicar-se-ha em seguida ao nome da estação o da sub-divisão territorial do paiz em que a estação existe:

1.º Quando a Secretaria internacional das Administrações telegraphicas não tenha ainda annuciado a abertura d'essa estação.

2.º Sempre que houver uma outra estação com o mesmo nome, até que na *Nomenclatura* as estações homonymas sejam differenciadas umas das outras.

d) Numero do telegramma.

e) Numero de palavras taxadas. Em caso de differença entre o numero de palavras taxadas e o numero real das palavras, empregar-se ha uma fracção cujo numerador indicará o numero de palavras taxadas e o denominador o numero real das palavras.

Nos telegrammas cujo texto fôr redigido total ou parcialmente em linguagem em cifra indicar-se-ha:

1.º O numero total de palavras que servir de base á taxa.

2.º O numero de palavras escriptas em linguagem clara ou em linguagem convencional.

3.º O numero de grupos de algarismos ou de letras na forma seguinte: 20/12/6.

Esta disposição applica-se principalmente:

1.º Quando qualquer telegramma em linguagem clara contiver palavras de mais de 15 caracteres.

2.º Quando qualquer telegramma, cujo texto seja redigido em linguagem convencional, comprehender palavras de sentido claro com mais de 10 caracteres.

3.º Aos grupos de algarismos ou de letras compostos de mais de 5 caracteres.

f) Apresentação ou deposito do telegramma, (por dois grupos de algarismos indicando o primeiro o dia do mez, e o segundo a hora e minutos, seguidos das letras *m* ou *s* (matin ou soir).

g) Via a seguir (quando o expedidor a tiver indicado por escripto na minuta, artigo XLI, § 2).

Esta indicação não será transmittida senão até á estação em que puder ser util para dirigir o telegramma.

Contudo, se o telegramma tiver resposta paga ou certificado de recepção, a menção da via conservar-se ha até á estação do destino e será inscripta na minuta de recepção.

h) Menções de serviço (ampliação, artigo XLIII, § 6); cobrar... (artigo LIV, § 9 e LX § 6); semaphorico (artigo LX, § 5); em algarismos (artigo XXXI, A).

As indicações a que se referem as letras *b* e *d* não são obrigatorias para as Administrações extra europeas.

2. Em seguida ao preambulo acima especificado transmittir se-hão successivamente as indicações eventuaes, o endereço, o texto e a assignatura do telegramma.

3. O traço dobrado (==) pelo aparelho Morse e (=) pelosapparelhos impressores será transmittido para separar o preambulo das indicações eventuaes, as indicações eventuaes entre si, as indicações eventuaes do endereço, os differentes endereços de um telegramma multiplo, o endereço do texto e o texto da assignatura. Terminar-se ha cada telegramma ou transmissão pela cruz (—) no aparelho Morse ou nos apparelhos de recepção auditiva e + nos apparelhos impressores. N'estes ultimos apparelhos a cruz deverá sempre ser precedida de um branco.

4. Quando o empregado que estiver transmittindo reconhecer que se enganou, deverá interromper a transmissão, fazendo o signal de erro, repetir a ultima palavra bem transmittida e continuar a transmissão rectificada.

5. Pela mesma forma, o empregado que receber, se encontrar uma palavra que não possa comprehender, deverá interromper o seu correspondente pelo mesmo signal, e repetir a ultima palavra comprehendida, fazendo-a seguir de um ponto de interrogação. O correspondente recommençará então a transmissão desde aquella palavra, esforçando-se por tornar os signaes tão claros quanto seja possivel.

6. A excepção dos casos determinados de accordo entre as diversas Administrações, fica prohibido empregar qualquer abreviatura na transmissão do texto de um telegramma, ou modificar esse texto por qualquer forma. Todo o telegramma deverá ser transmittido como o expedidor o tiver escripto e conforme a sua minuta (salvo a excepção prevista no artigo XVIII).

d) Recepção e repetição «ex officio»

XXXVII

1. Logo depois da transmissão, o empregado que houver recebido comparará, em cada telegramma, o numero das palavras recebidas com o numero annuciado. Quando o numero de palavras fôr dado sob a forma de fracção, esta comparação far-se-ha unicamente em relação ao numero de palavras e de grupos que realmente existam, independentemente do numero de palavras taxadas.

Quando o empregado reconhecer uma differença entre o numero de palavras que lhe foi annuciado e o numero de palavras recebidas, indicará a-ha ao seu correspondente. Se este ultimo se tiver enganado simplesmente no annuncio do numero de palavras, responderá «*admis*», indicando ao mesmo tempo o numero real de palavras (exemplo: 18 *admis*); de contrario confirmará o numero de palavras annuciado e repetirá a primeira letra de cada palavra e o primeiro algarismo de cada numero até o trecho erroneo, que rectificará (exemplo: 17 j c r 2 b, etc.)

2. Quando a differença não proceder de erro de transmissão, a rectificação do numero de palavras annuciado só poderá ser feita por accordo mutuo entre a estação expedidora e a correspondente. Não havendo accordo, será admittido o numero de palavras annuciado pela estação expedidora.

XXXVIII

1. Poderão os empregados, para resalvar a propria responsabilidade, dar ou exigir a repetição parcial ou integral dos telegrammas que houverem transmittido ou recebido.

A repetição parcial é obrigatoria em relação aos telegrammas de Estado em linguagem clara e aos vales telegraphicos; comprehenderá todos os numeros, nomes proprios e palavras duvidosas, se as houver.

No aparelho Morse e nosapparelhos de recepção auditiva a repetição *ex officio* será feita pelo empregado que tiver recebido; nosapparelhos de grande velocidade, pelo que tiver transmittido, no fim do telegramma.

O empregado que dê a repetição pelo aparelho Morse ou pelos apparelhos de recepção auditiva deverá reproduzir, quando houver rectificação, as palavras ou numeros rectificados. No caso de omissão, será exigida esta segunda repetição pelo empregado que tiver transmittido.

2. Quando se dê a repetição de numeros seguidos de fracções, deverá, a fim de evitar qualquer confusão, repetir-se a fracção precedendo-a do traço dobrado (=).

Exemplo: com $1\frac{1}{16}$, transmittir-se ha na repetição $1==\frac{1}{16}$, para se não lêr $\frac{11}{16}$; com $99\frac{27}{4}$, transmittir-se ha $99==\frac{27}{4}$, para se não lêr $992\frac{7}{4}$.

3. Esta repetição não poderá ser adiada nem interrompida sob pretexto algum.

XXXIX

Em seguida á verificação do numero de palavras e á repetição *ex officio*, quando a houver, a estação que tiver recebido dará á que tiver transmittido aviso de recepção do telegramma ou telegrammas que formarem a serie.

Para um só telegramma será o aviso de recepção formulado por um R, seguido da indicação do numero do telegramma recebido: «R 436».

Para uma serie de telegrammas seguir-se ha ao R o numero de telegrammas recebidos, bem como os numeros do primeiro e do ultimo telegramma da serie: «R 5 157 980».

XL

1. As rectificações relativas a telegrammas de uma serie precedentemente transmitida serão feitas por avisos de serviço dirigidos ás estações destinatarias.

2. Os pedidos de esclarecimentos que se effectuarem nas mesmas condições deverão ser tambem feitos em avisos de serviço.

3. Quando aconteça não se poder, por motivo de interrupção ou outra qualquer causa, dar ou receber a repetição ou o aviso de recepção, esta circumstancia não deve obstar a que a estação que recebeu os telegrammas lhes dê seguimento, fazendo ulteriormente rectificação, se assim fôr necessario.

e) Direcção que deve dar-se aos telegrammas

XLI

1. As differentes vias de transmissão dos telegrammas serão indicadas por meio de formulas concisas, combinadas por accordo mutuo entre as Administrações respectivas.

2. O expedidor que quizer determinar a via de transmissão deverá escrever na minuta a formula correspondente.

3. Quando o expedidor tiver determinado a via que o telegramma deve seguir, deverão as estações respectivas conformar-se com as suas indicações, a não ser que esteja interrompida a via indicada ou n'ella haja grande accumulção de serviço; n'estes casos não poderá o expedidor apresentar reclamação contra a adopção de outra via.

4. Se, pelo contrario, o expedidor não tiver determinado a via que o telegramma deve seguir, todas as estações onde as vias se dividirem ficarão auctorizadas a dar-lhe a direcção que entenderem.

5. Quando o expedidor pedir que o telegramma seja transmittido pelo telegrapho até uma estação que indicar e d'ahi em diante pelo correio até o seu destino, deverão as estações proceder em conformidade com estas indicações.

f) Interrupção das communicações telegraphicas

Transmissão por ampliação

XLII

1. Quando no decurso da transmissão de um telegramma se produzir interrupção nas communicações telegraphicas regulares, a estação a partir da qual a interrupção se tiver dado expedirá immediatamente o telegramma por uma via telegraphica indirecta (artigo LXXVI, paragraphos 5, 6 e 7) ou, na sua falta, por proprio ou pelo correio (sempre que fôr possivel em carta registada).

As despesas com a reexpedição, além das da transmissão telegraphica, correrão por conta da estação que reexpedir. A carta expedida pelo correio deverá ter a indicação «Télégramme».

2. Todavia, os telegrammas, provenientes ou destinados a paizes situados fóra da Europa, só serão reexpedidos por uma via mais cara quando fôrem apresentados, na estação encarregada de os reexpedir, no praso maximo de vinte e quatro horas a seguir á notificação da interrupção.

A apresentação do primeiro telegramma contendo a menção «dévié» (artigo LXXVI, paragrapho 5) será considerada como substituindo a notificação official da interrupção.

3. A estação que recorrer a qualquer modo de reexpedição, que não seja o telegrapho, deverá endereçar o telegramma, conforme as circumstancias, quer á primeira estação telegraphica em condições de o reexpedir, quer á estação destinataria, quer ao proprio destinatario, quando a reexpedição se effectuar nos limites do Estado destinatario. Logo que a communicação se achar restabelecida, será transmittido de novo o telegramma por via telegraphica, salvo se já se tiver recebido aviso da sua recepção ou se, em consequencia de accumulção excepcional de serviço, esta reexpedição fôr manifestamente nociva ao serviço em geral.

XLIII

1. Os telegrammas que por qualquer motivo fôrem enviados pelo correio a uma estação telegraphica irão acompanhados de guia numerada. Na mesma occasião a estação que fizer a expedição avisará a estação a que fôr dirigida, se as communicações telegraphicas o permittirem, por aviso de serviço declarando o numero de telegrammas expedidos e a hora do correio.

2. Á chegada do correio a estação correspondente verificará se o numero dos telegrammas recebidos confere com o numero dos telegrammas annunciados.

Se conferir, accusará a recepção dos telegrammas na guia, devolvendo-a immediatamente á estação expedidora. Repetirá este aviso de recepção depois de restabelecidas as communicações telegraphicas por aviso de serviço da forma seguinte: «Reçu 63 télégrammes conformément au bordereau N.º... du 30 mars»¹.

3. As disposições do paragrapho precedente applicar-se-hão tambem no caso de uma estação telegraphica receber pelo correio, sem aviso, uma remessa de telegrammas.

4. Quando deixe de se receber pelo correio indicado uma remessa de telegrammas annunciada, deverá dar se immediatamente informação d'esta occorrença á estação expedidora. Esta deverá, conforme as circumstancias, ou transmittir immediatamente os telegrammas, se as communicações já estiverem restabelecidas, ou effectuar nova remessa por qualquer meio de transporte.

5. A estação que reexpedir pelo telegrapho telegrammas já transmittidos pelo correio informará a estação para a qual os telegrammas fôram dirigidos, por um aviso de serviço redigido pela seguinte forma:

«Berlin de Görlitz, Télégrammes N.ºs... reexpédiés par ampliation»².

6. A reexpedição por ampliação deverá ser feita transmittindo no fim do preambulo a menção: «ampliation»³.

7. Quando um telegramma fôr enviado directamente ao destinatario no caso previsto no artigo XLII, paragrapho 3, será acompanhado de uma nota indicando a interrupção das linhas.

g) Annullação de um telegramma a pedido do expedidor

XLIV

1. Qualquer expedidor poderá, justificando a sua identidade, fazer sustar, se ainda fôr tempo, a transmissão do telegramma que houver depositado.

2. Quando o expedidor annulle o telegramma antes de haver começado a transmissão, ser-lhe-ha reembolsada a taxa com o desconto de um direito fixo de 25 centimos (fr. 0,25) em favor da Administração expedidora.

3. Se o telegramma já tiver sido transmittido pela estação expedidora, o expedidor só poderá pedir a sua annullação por meio de um aviso de serviço taxado, expedido nas condições previstas no artigo XVII. Este aviso, sempre que seja possível, será successivamente transmittido ás estações a que o telegramma primitivo houver sido transmittido, até que este ultimo seja alcançado. Se o telegramma tiver sido entregue ao destinatario, este ultimo deverá ser informado, salvo disposição em contrario do ST, da annullação do telegramma.

A estação que annular o telegramma ou remetter o aviso de annullação ao destinatario informará d'esse facto a estação expedidora. Esta informação será dada pelo telegrapho quando o expedidor tiver pago uma resposta telegraphica ao aviso de annullação; no caso contrario, deverá ser enviada pelo correio como carta não franqueada.

Se o telegramma fôr annullado antes de ter attingido a estação de destino, a estação de origem reembolsará ao expedidor as taxas do telegramma primitivo, do aviso de annullação e eventualmente a da resposta paga na razão do percurso não effectuado, deduzindo ainda as despesas do correio, quando as houver.

¹ Recebidos 63 telegrammas conforme a guia N.º... de 30 de março.

² Berlin de Görlitz. Telegrammas N.ºs... reexpedidos por ampliação.

³ Ampliação.

h) Sustação de telegrammas

XLV

1. A faculdade reservada no art. 7.^o da Convenção de sustar a transmissão de qualquer telegramma particular que se julgue perigoso para a segurança do Estado, ou seja contrario ás leis do paiz, á ordem ou á moral publica, não deverá ser aproveitada sem se dar communicação immediatamente á estação expedidora. Da mesma forma se procederá quando um telegramma fôr sustado em virtude do art. 8.^o da Convenção, salvo se aquelle aviso fôr julgado perigoso para a segurança do Estado.

2. A fiscalisação de que trata o art. 7.^o da Convenção será exercida pelas estações telegraphicas extremas ou intermédias, salvo recurso para a Administração central, que decidirá sem appellação.

3. A transmissão dos telegrammas de Estado e dos telegrammas de serviço será obri-gatoria. As estações telegraphicas não exercerão fiscalisação alguma sobre estes tele-grammas.

11. Da entrega dos despachos aos destinatarios

XLVI

1. Os telegrammas serão entregues, conforme o seu endereço, nos domicílios, á posta restante. ou ao telegrapho restante ¹.

Poderão ser expedidos ao domicilio por meio de telephone, nas condições estipuladas pelas Administrações que admittirem este modo de entrega.

2. Em qualquer dos casos serão os telegrammas entregues ou expedidos ao seu destino pela ordem da sua recepção e da sua prioridade.

3. Os telegrammas endereçados a algum domicilio em localidade onde existir estação telegraphica serão immediatamente levados ao seu destino. Todavia, os telegrammas que contiverem a menção «*Jour*» ou — J — não serão distribuidos durante a noite.

4. Os telegrammas que tiverem de ficar na posta restante ou de ser expedidos pelo correio serão immediatamente entregues ao correio pela estação telegraphica destinataria nas condições fixadas no art. LIX.

5. Os telegrammas dirigidos a passageiros de um navio que fizer escala por um porto serão entregues, sempre que fôr possível, antes do desembarque.

XLVII

1. O telegramma levado a um domicilio poderá ser entregue, quer ao destinatario, aos membros adultos de sua familia, a empregados do mesmo destinatario, locatarios ou hospedes, quer ao porteiro da hospedaria ou da casa, a não ser que o destinatario haja designado por escripto um delegado especial, ou que o expedidor tenha pedido, escrevendo antes do endereço a indicação «*Remettre en mains propres*» ² ou — M P =, que o telegramma seja exclusivamente entregue ao proprio destinatario. O expedidor poderá recommendar tambem que o telegramma seja entregue aberto, escrevendo antes do endereço a indicação. «*Remetre ouvert*» ³ ou — RO —. Estes dois ultimos modos de entrega não serão obrigatorios para as Administrações destinatarias que declarem não os acceitar.

2. A estação destinataria mencionará estas duas ultimas indicações no sobrescripto do telegramma, e dará ao entregador as instrucções necessarias para a sua execução.

3. Quando um telegramma não puder ser entregue, a estação destinataria expedirá sem demora á estação expedidora um aviso de serviço, notificando a causa da falta da

¹ Telegrapho restante—isto é, para ficarem em deposito na estação telegraphica que os receber

² Para entregar em mão propria.

³ Para entregar aberta.

entrega e cujo texto deverá ser redigido nos seguintes termos: = 425 15 Delorme 212 rue Nain (numero, data e endereço do telegramma textualmente conforme as indicações recebidas) *refusé, destinataire inconnu, parti, décédé, pas arrivé, adresse plus enregistrée (ou adresse non enregistrée)* etc.¹.

Este aviso será completado, quando esses casos se dêrem, pelo motivo da recusa (artigo XIX) ou pela indicação das quantias que se devam procurar cobrar do expedidor (artigos LIV e LVIII).

Para telegrammas com taxa a cobrar, dirigidos «poste restante» ou «télégraphe restant», e que não tenham sido retirados pelo destinatario, o aviso de não entrega será expedido, por carta ordinaria franqueada, logo que expire o praso de conservação d'essas correspondencias.

4. A estação expedidora verificará a exactidão do endereço, e, se este tiver sido alterado, rectificar o-ha immediatamente por aviso concebido nos termos seguintes:

N.º ... du ... (dia do mez) *pour* ... (endereço rectificado).

Este aviso deverá conter, quando fôr necessario, as indicações convenientes para que se corrijam os erros commettidos, taes como: *«fuites suivre à destination, annulez télégramme, etc»*².

5. Se o endereço não tiver sido alterado, a estação expedidora comunicará, sempre que fôr possível, o aviso ao expedidor. Este não poderá completar, rectificar ou confirmar o endereço, senão nas condições previstas no artigo XVII.

6. Quando depois de transmittido o aviso de não entregue, o telegramma fôr reclamado pelo destinatario, ou se a estação destinataria puder entregar o antes de receber algum dos avisos rectificativos a que se referem os paragraphos 4 e 5 d'este artigo, expedirá á estação expedidora segundo aviso redigido pela forma seguinte: 29 11 (numero e dia do mez) Mirane (nome do destinatario) *reclamé ou remis*³.

Este segundo aviso não será transmittido, se a entrega tiver sido notificada por meio de um certificado de recepção telegraphico.

O aviso de *entregue* será comunicado ao expedidor se este tiver recebido aquella notificação de *não entregue*.

7. Se no local indicado no endereço não fôr aberta a porta ao entregador, ou se este não encontrar quem se preste a receber o telegramma para o destinatario, deixar-se-ha aviso no domicilio indicado, voltando o telegramma para a estação a fim de ser entregue ao destinatario ou a algum seu representante, quando qualquer d'estes o reclamar.

Todavia, os telegrammas cuja entrega não fôr subordinada a precauções especiaes serão depositados na caixa das cartas do destinatario quando não exista duvida ácerca do domicilio d'este ultimo.

8. Quando um telegramma fôr endereçado «télégraphe restant»⁴, será entregue no «guichet» telegraphico ao destinatario ou a um seu representante devidamente autorizado.

9. Os telegrammas dirigidos «poste restante»⁵, ou entregues pelo correio serão, debaixo do ponto de vista da entrega e dos prazos de conservação, submettidos ás mesmas regras das correspondencias postaes.

10. Todo o telegramma que não fôr entregue ao destinatario no praso de seis semanas será inutilisado, salvo o disposto no § 9 d'este artigo e nos paragraphos 3 e 4 do artigo LXI.

12. Tel grammas especiaes

Artigo 9.º da Convenção

Obrigam-se as Altas Partes contractantes a proporcionar a todos os expedidores o uso das differentes combinações estabelecidas, por mutuo accordo, entre as Administrações

¹ = 425 — 15 Delorme 212 rua Main (numero, data, etc.) recusado, destinatario desconhecido, parti, falleceu, não chegou, endereço não registado, etc.

² Faça seguir ao seu destino, annule telegramma, etc.

³ 29 11 (numero etc.) reclamado ou entregue.

⁴ Telegrapho restante.

⁵ Posta restante.

telegraphicas dos Estados contractantes, no intuito de tornar mais segura e facil a transmissão e entrega das correspondencias.

Obrigam-se igualmente a pôl-os em condições de se utilisarem das disposições tomadas e communicadas por qualquer dos outros Estados no que respeita a adopção de meios especiaes de transmissão e entrega.

a) Telegrammas particulares urgentes

XLVIII

1. Poderá o expedidor de um telegramma particular alcançar precedencia na transmissão e na entrega ao destinatario, escrevendo a indicação «urgente»¹ ou =D= antes do endereço, e pagando o triplo da taxa de um telegramma ordinario da mesma extensão e com o mesmo percurso.

2. Os telegrammas particulares urgentes terão precedencia sobre os demais telegrammas particulares, e entre elles a precedencia será regulada nas condições previstas no paragrapho 2 do artigo XXXIII.

3. As disposições dos paragraphos precedentes não serão obrigatorias para as Administrações que declararem não poderem applical as, quer a todos quer a parte dos telegrammas que percorrerem as suas linhas.

4. As Administrações que só em transitio acceitarem os telegrammas urgentes deverão admittil os, quer nos fios em que a transmissão fôr directa através do seu territorio, quer nas suas estações de reexpedição, entre os telegrammas da mesma procedencia e com o mesmo destino. A taxa de transitio que lhes pertence é triplicada como para as outras partes do trajecto.

b) Respostas pagas

XLIX

1. O expedidor de um telegramma poderá franquear a resposta que pedir ao seu correspondente, escrevendo antes do endereço a menção «Réponse payée»² ou =RP= completada com a indicação do numero de palavras pagas para a resposta: «Réponse payée x» ou =RP x=. A taxa da resposta será calculada suppondo que esta deve seguir a mesma via que o telegramma primitivo.

2. O expedidor que desejar franquear uma resposta urgente deverá escrever antes do endereço a indicação «Réponse payée urgente x»³ ou =RPD x=e pagar a taxa correspondente.

L

1. Na localidade de destino, a estação de chegada entregará ao destinatario um vale, que lhe dará a faculdade de expedir gratuitamente, e nos limites da taxa antecipadamente paga, um telegramma para qualquer destino, a partir de qualquer estação dependente da Administração a que pertencer a estação que emittiu o vale.

2. Quando a taxa de qualquer telegramma franqueado por um vale ultrapassar a importancia d'esse vale, será o excedente da taxa pago em dinheiro pelo expedidor da resposta. No caso contrario, a differença entre a importancia do vale e o total da taxa realmente devida será, se assim fôr pedido, reembolsada ao expedidor do telegramma primitivo, sempre que essa differença seja pelo menos igual a um franco.

Este reembolso só se fará sob auctorisação e por conta da Administração destinataria do telegramma primitivo.

¹ Urgente.

² Resposta paga.

³ Resposta paga urgente x.

3. Este vale só será válido para franquia de um telegramma durante o praso de quarenta e dois dias, contados da sua emissão.

4. Quando o destinatario, por qualquer motivo, não fizer uso do vale ou o tiver recusado, a sua importancia será reembolsada nas condições fixadas pelo artigo LXXI, paragrapho 1.

5. Quando o vale esteja em poder da Administração destinataria, esta, logo que expire o praso de validade, fará proceder *ex officio* ao seu reembolso.

A importancia do vale será, porém, reembolsada ao expedidor, se assim o houver pedido antes de ter expirado aquelle praso.

N'este caso, a estação destinataria annullará o vale, e o telegramma com a competente nota será conservado durante o praso prescripto (artigo XLVII, § 10)

c) Telegrammas conferidos

LI

1. O expedidor de qualquer telegramma terá a faculdade de pedir a conferencia d'este. N'este caso escreverá antes do endereço a menção *Collationnement* ¹, ou =TC=.

2. Os telegrammas de Estado redigidos em linguagem secreta terão conferencia *ex officio* e gratuitamente (artigo XV, § 7).

3. A conferencia, que consiste na repetição integral do telegramma, comprehendendo o preambulo, será feita, qualquer que seja o systema de apparatus usados, pela estação que tiver recebido, e immediatamente depois da transmissão do telegramma ou da serie que contém o telegramma para conferir.

A conferencia de um telegramma de Estado será feita logo que tiver terminado a transmissão d'esse telegramma.

A conferencia não se conta na alternção das transmissões (artigo XXXIV, § 3).

4. A taxa da conferencia será igual a um quarto da de um telegramma ordinario da mesma extensão e com o mesmo percurso.

d) Certificados de recepção

LII

1. O expedidor de qualquer telegramma poderá pedir que a indicação da data e hora, em que o telegramma fôr entregue ao seu correspondente, lhe sejam communicadas pelo telegrapho logo depois da entrega. Quando o telegramma fôr dirigido ao seu destino definitivo por via postal, esta notificação indicará a data e hora da entrega ao serviço postal.

2. A notificação será feita pelo telegrapho, se o expedidor tiver escripto antes do endereço a indicação «*Accusé de réception*» ², ou =PC= e pago uma taxa equivalente á de um telegramma ordinario de cinco palavras para o mesmo destino, e pela mesma via. Será feita pela via postal, se o expedidor tiver escripto antes do endereço a indicação «*accusé de réception postal*» ³, ou =PCP= e pago uma taxa de 50 centimos.

3. Sempre que os paizes interessados admittam telegrammas urgentes, a prioridade de transmissão e de entrega ao destinatario poderá ser pedida para o certificado de recepção. Para este fim, o expedidor escreverá antes do endereço a indicação «*accusé réception urgent*» ⁴, ou =PCD= e pagará a taxa de um telegramma urgente de cinco palavras para o mesmo destino e pela mesma via.

¹ Conferencia.

² Certificado de recepção.

³ Certificado de recepção postal.

⁴ Certificado de recepção urgente.

LIII

1. O certificado de recepção será annuciado pelas abreviaturas CR, CRS ou CRD, conforme se trate de um certificado de recepção a um telegramma ordinario, a um telegramma de Estado ou de um certificado de recepção urgente, e deverá ser transmittido pela fôrma seguinte: «CR Paris de Berne = 469 Duval (numero do telegramma, nome do destinatario), remis 25 10,25 m. (data, hora e minutos) ou remis poste»¹.

2. Para a transmissão, os certificados de recepção contar-se-hão entre os telegrammas particulares. Todavia, os certificados de recepção relativos a telegrammas de Estado, bem como os certificados de recepção urgentes, serão expedidos sob as mesmas condições de prioridade fixadas para estas categorias de telegrammas.

3. No caso previsto no § 3 do artigo XLVII, o certificado de recepção será precedido do aviso de serviço prescripto por esse paragrapho.

O certificado de recepção será adiado durante o praso de que trata o § 10 do artigo XLVII, e deverá ser transmittido logo em seguida á entrega do telegramma, se tiver sido possível effectual a.

Se, quando expirar aquelle praso, o telegramma ainda não tiver sido entregue, a taxa do certificado de recepção será reembolsada ao expeditor nas condições fixadas no artigo LXXI, caso este não tenha antecipadamente solicitado aquelle reembolso.

4. O certificado de recepção postal comprehende as mesmas indicações que o certificado de recepção telegraphico. É enviado sob envolucro franqueado e registado pelo chefe da estação de destino do telegramma ao chefe da estação expedidora.

5. O certificado de recepção, telegraphico ou postal, logo que seja recebido pela estação de origem do telegramma, será communicado ao expeditor d'este.

Esta estação, sempre que se trate de um CR relativo a qualquer telegramma que tenha sido reexpedido, cobrará do expeditor a differença entre a taxa primitivamente cobrada pelo certificado de recepção e a taxa devida na razão do percurso realmente effectuado por este.

Quando esta ultima fôr inferior á que tiver sido cobrada, não será effectuado reembolso algum.

e) Telegrammas para fazer seguir por ordem do expeditor

LIV

1. Qualquer expeditor poderá recommendar, escrevendo antes do endereço a menção «Faire suivre»² ou =FS=, que a estação destinataria faça seguir o seu telegramma.

2. O expeditor de um telegramma de fazer seguir, que peça um certificado de recepção telegraphico, será prevenido de que, caso o telegramma seja reexpedido para fora dos limites do paiz de destino, deverá pagar a importancia necessaria para completar o preço do certificado de recepção segundo o trajecto que este realmente tiver effectuado, independentemente das taxas de reexpedição que não tiverem sido cobradas á chegada.

Quando um telegramma de fazer seguir, tendo alguma das menções =RP x= ou =PC=, deva ser reexpedido para fora dos limites do paiz de destino, a estação que effectuar essa reexpedição applicar-lhe ha as disposições do § 5 do artigo LV.

3. Quando um telegramma tiver a designação «Faire suivre» ou =FS= sem outra indicação, a estação destinataria escreverá o novo endereço que lhe fôr indicado no domicilio do destinatario nas condições previstas no § 6 e reexpedirá o telegramma para a nova direcção.

Proceder-se-ha de identico modo até que o telegramma seja entregue ou seja iudicado novo endereço.

4. Se a entrega se não puder fazer, nem fôr indicado novo endereço, a estação conservará em deposito o telegramma, observando as disposições do § 3 do artigo XLVII.

O aviso de serviço deve indicar a importancia da quantia a cobrar do expeditor.

¹ CR Paris de Berne — 469 Duval etc. entregue em 25 10,25 m. — ou entregue ao correio.

² Fazer seguir.

Este aviso, quando a falta de entrega provenha de um erro de transmissão, deverá transitar pela ultima estação de reexpedição a fim de que esta possa eventualmente effectuar as rectificações convenientes.

5. Se a indicação «*Faire suivre*» ou =FS= fôr acompanhada de endereços successivos, o telegramma será transmittido a cada uma das direcções indicadas até á ultima, se assim fôr necessario, e a ultima estação cumprirá as disposições do paragrapho precedente.

6. O lugar de origem que deve ser indicado no preambulo dos telegrammas reexpedidos é o lugar de origem primitivo; o lugar do destino será aquelle para o qual o telegramma deva em seguida ser expedido.

No endereço, as indicações da entrega no domicilio applicaveis aos trajectos já effectuados serão supprimidas mantendo-se unicamente em seguida á menção «*Faire suivre*» ou =FS= o nome dos logares pelos quaes o telegramma tenha já transitado.

Por exemplo, o endereço de um telegramma assim apresentado na estação de origem:

FS=Haggis chez Dekeysers, Londres. Hotel Tarbet. Tarbet=North-British. Hotel, Edimbourg.

será redigido a partir de Tarbet, lugar da segunda reexpedição, pela seguinte forma:

FS=De Londres, Tarbet=Haggis North-British Hotel, Edimbourg.

7. A taxa que deverá cobrar-se na estação expedidora pelos telegrammas de fazer seguir será simplesmente a taxa correspondente ao primeiro trajecto, entrando o endereço completo no numero das palavras. A taxa complementar será cobrada do destinatario. Esta taxa será calculada, tendo em conta o numero de palavras transmittidas em cada reexpedição.

8. A partir da primeira estação indicada no endereço, as taxas que deverão cobrar-se do destinatario pelos percursos ulteriores serão addicionadas em cada reexpedição.

A sua totalidade será indicada *ex-officio* no preambulo.

9. Esta indicação será formulada nos termos seguintes: *Percevoir...*¹.

Effectuando-se as reexpedições nos limites do Estado a que pertencer a estação destinataria, a taxa complementar que deverá cobrar-se do destinatario será calculada, para cada reexpedição, pela tarifa interna d'esse Estado. Se as reexpedições se effectuarem para além d'estes limites, a taxa complementar será calculada considerando como um telegramma separado cada reexpedição internacional. A tarifa para cada reexpedição será a tarifa applicavel ás correspondencias trocadas entre o Estado que reexpedir e o Estado para o qual o telegramma fôr reexpedido.

10. As disposições do presente artigo não são obrigatorias em relação ás Administrações extra-européas que declararem não poder applical-as.

f) Telegrammas para reexpedir por ordem do destinatario

LV

1. Qualquer pessoa poderá requisitar, prestando as necessarias justificações, que os telegrammas que chegarem com o seu endereço a uma estação telegraphica lhe sejam reexpedidos para uma nova direcção por elle indicada. N'este caso proceder-se-ha em conformidade com as disposições do artigo precedente; mas em vez de escrever antes do endereço a indicação =FS= escrever-se-ha nas indicações eventuaes a menção taxada «*Réexpédié de...*»² (nome da estação ou estações reexpedidoras).

2. Os pedidos de reexpedição devem fazer-se por escripto, por aviso de serviço taxado ou pela via postal (artigo XVII, paragrapho 8). Serão formulados ou pelo proprio destinatario ou, em seu nome, por alguma das pessoas indicadas no artigo XLVII,

¹ Cobrar.

² Reexpedido de...

paragrapho 1, como aptas para, no domicilio do destinatario, receber por este os telegrammas que lhe forem endereçados.

A pessoa que formular um pedido d'esta natureza fica obrigada a pagar as taxas que não puderem ser cobradas pela estação de distribuição.

2. Cada Administração reserva-se a faculdade de reexpedir, aproveitando as indicações prestadas no domicilio do destinatario, os telegrammas a respeito dos quaes não tiver sido feita requisição precisa especial.

Quando no domicilio do destinatario de um telegramma sem a indicação = FS = ou «*Faire suivre*», fôr indicada uma nova direcção, sem, contudo, se dar ordem de reexpedir pela via telegraphica, as Administrações deverão fazer seguir pela via postal uma copia d'este telegramma, excepto no caso em que tenham sido convidadas a conservar o em deposito, ou quando hajam effectuado *ex officio* a reexpedição telegraphica.

4. Quando um telegramma reexpedido não puder ser entregue, a ultima estação que o tiver recebido enviará o aviso de não entregue a que se refere o paragrapho 3 do artigo XLVII.

Este aviso terá a forma seguinte:

«435. 29 Julien (numero, data, nome destinatario), *réexpédié à...* (novo endereço), *inconnu, refusé, etc.* (motivo da falta de entrega), *percevoir...* (importancia da taxa não cobrada)»¹.

Este aviso será primeiramente endereçado á estação que tiver feito a ultima reexpedição e depois do mesmo modo successivamente de estação a estação, a fim de que as pessoas que deram a ordem de reexpedição sejam intimadas para pagar as taxas pelas quaes são respectivamente responsaveis. Será finalmente transmittido á estação de origem para ser communicado ao expedidor sem que lhe sejam exigidas quaesquer despesas de reexpedição.

5. Quando a estação destinataria tiver de reexpedir, para fóra dos limites do Estado a que pertencer, um telegramma com resposta paga, deverá annullar o vale e substituir a indicação eventual pela designação da importancia do vale que a nova estação de destino deverá entregar. Exemplo: = RP = fr. 1,50. Esta menção não modifica a contagem das palavras.

A taxa paga pela resposta será, pela Administração a que pertencer a estação reexpedidora, levada ao credito do Estado para o qual o telegramma fôr reexpedido.

No regimen europêu o certificado de recepção de um telegramma reexpedido para uma nova direcção será redigido, pela ultima estação destinataria, sob a forma seguinte:

«CR. Etretat de Zermatt=524 11 Regel Londres *réexpédié* Zermatt remis 12 8.40 m.»².

No caso de um certificado de recepção relativo a um telegramma reexpedido para fóra dos limites do regimen europêu, a importancia da taxa paga adeantadamente será applicada a um certificado de recepção dando parte da reexpedição do telegramma.

6. Nos casos previstos pelo paragrapho 3 d'este artigo, a pessoa que fizer seguir um telegramma terá a faculdade de pagar a taxa da reexpedição, se o telegramma fôr sómente reexpedido para uma localidade, sem indicação de transmissões eventuaes para outras localidades.

7. Quando se pretenda reexpedir um telegramma para um destino determinado sem indicação de retransmissões eventuaes a outras localidades, a pessoa que dê a ordem de fazer seguir esse telegramma poderá pedir que a reexpedição se faça com urgencia, devendo então pagar o triplo da taxa correspondente.

A estação que satisfizer o pedido accrescentará no endereço do telegramma a fazer seguir a indicação = D =.

8. No caso do paragrapho precedente e quando se fizer uso da faculdade mencionada

¹ 435. 29 Julien (numero, data, etc.), reexpedido para ... (novo endereço) desconhecido, recusado etc. ... (motivo da falta de entrega) cobrar ... (importancia da taxa não cobrada).

² CR. Etretat de Zermatt=524 11 Regel Londres reexpedido Zermatt entregue 12 8,40 m.

no paragrapho 6, a indicação «*Percevoir*»¹. . ., formulada no paragrapho 9 do artigo precedente, será substituída pela indicação «*Toxe perçue*»².

9. As disposições d'este artigo não são obrigatorias em relação ás Administrações extra europeas que declararem não poder applical-as.

g) Telegrammas multiplos

LVI

1. Qualquer expedidor poderá endereçar o seu telegramma, quer a diversos destinatarios na mesma localidade, ou em localidades diferentes mas servidas pela mesma estação telegraphica, quer a um unico destinatario em varios domicilios na mesma localidade ou em localidades diferentes tambem servidas pela mesma estação telegraphica. Para este fim deverá o expedidor escrever antes do endereço a indicação «*x adresses*»³, ou=TMx =que entrará na contagem das palavras taxadas. O nome da estação destinataria só figurará uma vez no fim do endereço.

2. Quando o telegramma multiplo contiver indicações eventuaes, será o endereço redigido conforme o disposto no artigo XII, paragrapho 2.

3. Será cobrado pelos telegrammas multiplos, além da taxa por palavra, um direito de fr. 0,50 por cada copia que não comprehenda mais de cem palavras. O numero de copias será igual ao numero de endereços menos um.

Para as copias que comprehendam mais de cem palavras aquelle direito será de 50 centimos por cada cem palavras ou fracção de cem palavras. A taxa por cada copia deverá ser calculada separadamente, tendo em conta o numero de palavras que ella deva conter.

Para os telegrammas urgentes o direito de fr. 0,50 por cada copia e por cada cem palavras será elevado a 1 franco.

4. No primeiro caso previsto no paragrapho 1 do presente artigo cada exemplar do telegramma deverá unicamente conter o endereço que lhe fôr relativo, salvo quando o expedidor pedir o contrario. Esse pedido, que entrará no numero das palavras taxadas, deverá ser escripto antes do endereço e formulado do seguinte modo: «*Communiquer toutes adresses*»⁴.

h) Telegrammas com destino a localidades não servidas pela rede internacional

Disposições geraes

LVII

1. Os telegrammas dirigidos a localidades não servidas pelos telegraphos internacionais poderão ser enviados ao seu destino, a pedido do expedidor, quer pelo correio, quer por proprio; a remessa por proprio só poderá, todavia, ser pedida em relação aos Estados que, em harmonia com o art. 9.º da Convenção, tiverem organizado, para a entrega dos telegrammas, meios de transporte mais rapidos do que o correio, e tiverem participado aos demais Estados as disposições tomadas a tal respeito.

2. O endereço dos telegrammas que tiverem de ser transportados para além das linhas telegraphicas deve ser precedido da indicação relativa ao meio de transporte a empregar, correio ou proprio.

Telegrammas entregues por proprio

LVIII

1. As despesas de transporte para além das estações telegraphicas, por meio mais rapido do que o correio, nas estações em que estiverem organizados serviços d'esta natureza, serão em geral cobradas dos destinatarios.

¹ Cobrar.

² Taxa cobrada.

³ Endereços.

⁴ Mencionar todos os endereços.

Quando um telegramma com a indicação «*Exprès*» não puder ser entregue, tendo-se, contudo, realizado a saída do entregador, a estação destinataria acrescentará ao aviso de não entregue, a que se refere o paragrapho 3 do artigo XLVII, a menção «*Percevoir...*» (importancia da taxa em divida pelo serviço feito)

2º Quando o expedidor deseje pagar este transporte e puder indicar a taxa a cobrar para tal fim pela estação expedidora, o telegramma deverá, antes do endereço, ter a indicação taxada:

«*Exprès payé fr. ... ou = X P fr. ...*»¹.

Se a quantia entregue fôr insufficiente, o complemento será pedido ao destinatario; se fôr em excesso, a differença não será reembolsada.

3. Quando o expedidor não souber qual é a importancia das despesas de transporte, pode alliviar o destinatario do pagamento de taxa, quer pagando a taxa, de um telegramma de cinco palavras para o mesmo destino e pela mesma via, quer pagando uma taxa de 25 centimos (fr. 0,25). Entregará como deposito, que ulteriormente será liquidado, a quantia que a estação expedidora fixar.

O telegramma terá então, conforme o que tiver sido pedido, uma das seguintes indicações: «*Exprès payé télégraphe*» ou = X P T = ou «*Exprès payé lettre*» ou X P P. = Esta indicação será escripta antes do endereço e sujeita á taxa.

4. A estação que receber um telegramma com a indicação «*Exprès payé télégraphe*» ou = X P T = indicará á estação expedidora, por aviso de serviço taxado, a taxa a cobrar pelo transporte.

Este aviso terá a forma seguinte: «S T. Paris de Bruxellas, 40 (numero do aviso de serviço taxado), 5 (numero de palavras), 434 (numero do telegramma), 16 (data do telegramma indicada sómente pelo dia do mez), *exprès fr. 2,50*. Estas indicações serão dadas por carta franqueada não registada quando a indicação eventual fôr «*Exprès payé lettre*» ou = X P P. = Quando receber estas indicações a estação expedidora effectuará a liquidação.

5. Quando a Administração destinataria tiver previsto e notificado a importancia das despesas de transporte a pagar, serão estas importancias obrigatoriamente cobradas do expedidor. N'este caso o telegramma deverá ter antes do endereço a indicação taxada «*Exprès payé*» ou = X P. = Estas palavras estão sujeitas a taxa, não tendo a estação destinataria de fazer qualquer indicação da despesa com o proprio.

Esta disposição só é admittida no regimen europêu e entre as Administrações que tenham feito a notificação de que trata a alinea precedente.

Telegrammas entregues pelo correio

LIX

1. Os telegrammas que hajam de ser encaminhados pelo correio serão sujeitos ás seguintes taxas supplementares:

a) Telegrammas para distribuir dentro dos limites do paiz de destino: os que tenham a indicação taxa da «*Poste recommandée*» ou = P R = pagam uma taxa fixa de 25 centimos.

b) Telegrammas que devam ser reexpedidos para um paiz differente do de destino telegraphico: a taxa a cobrar será de 25 ou de 50 centimos, conforme a menção taxada «*Poste*» ou «*Poste recommandée*» = P R = que o endereço contiver.

2. A estação telegraphica destinataria terá a faculdade de empregar o correio:

a) Quando faltar no telegramma a indicação do meio de transporte que deverá empregar-se;

b) Quando o meio indicado differir do modo adoptado e notificado pelo Estado destinatario em conformidade do artigo 9.º da Convenção;

c) Quando se trate do transporte por meio de proprio a pagar por um destinatario que tenha anteriormente recusado satisfazer quaesquer despesas da mesma natureza.

¹ Proprio pago fr. ... ou — X P fr. ... —

3. Será obrigatorio para a estação de destino o emprego do correio:

a) Quando assim ~~tiver~~ sido expressamente pedido pelo expedidor (artigo LVII, paragrapho 1) ou pelo destinatario (artigo LV).

A estação destinataria poderá, todavia, empregar *proprio*, mesmo quando se trate de um telegramma com a indicação «*Poste*», se o destinatario tiver manifestado o desejo de receber os seus telegrammas por proprio.

b) Quando a estação destinataria não puder dispôr de outro meio mais rapido.

4. Os telegrammas que tenham de ser encaminhados ao seu destino pela via postal e que são entregues ao correio pela estação telegraphica destinataria ficarão sujeitos ás seguintes disposições:

a) Telegrammas para distribuir dentro dos limites do paiz de destino:

1.º Os telegrammas que tenham a menção «*Poste*» ou «*Poste restante*» = G P =, ou sem menção alguma relativa á remessa pelo correio, serão expedidos pelo correio como cartas ordinarias, sem despesa alguma para o expedidor nem para o destinatario;

2.º Os telegrammas que chegarem com a indicação «*Poste recommandée*» ou = P R = serão remetidos pelo correio como cartas registadas devidamente franqueadas, quando seja necessario.

b) Telegrammas que hajam de ser reexpedidos pelo correio para um paiz differente do de destino telegraphico.

Se as despesas do correio fôram préviamente cobradas, os telegrammas deverão ser reexpedidos pelo correio como cartas franqueadas ordinarias ou registadas, segundo o caso.

Quando, porém, essas despesas não tenham sido cobradas, os telegrammas serão expedidos pelo correio como cartas ordinarias não franqueadas, ficando o porte a cargo do destinatario.

5 Quando o telegramma que deve ser expedido por carta registada não puder ser immediatamente submettido á formalidade do registo, podendo, comtudo, expedir-se logo como carta ordinaria por alguma expedição postal, remetter-se ha por este meio, sendo depois enviada uma ampliação por carta registada logo que seja possivel.

2) Telegrammas semaphoricos

LX

1. Telegrammas semaphoricos são os telegrammas permutados com os navios no mar, por intermédio dos semaphoros estabelecidos no littoral de qualquer dos Estados contractantes.

2. Deverão ser redigidos, quer nas linguas do paiz em que se achar o semaphoro encarregado de os signalar, quer em signaes do Codigo commercial universal.

3. Quando se destinem a navios no mar, deverá o endereço comprehender, além das indicações ordinarias, o nome ou numero official do navio destinatario, bem como a sua nacionalidade.

4. Nos telegrammas de Estado semaphoricos, expedidos por um navio no mar, será substituido o sêllo pelo signal distinctivo do commando. O nome do navio tem de ser designado.

5. No preambulo de qualquer telegramma semaphorico expedido de um navio no mar deverá incluir-se a indicação «*Semaphorique* ¹». Quando o telegramma fôr destinado a um navio no mar, aquella menção não será indicada no preambulo.

6. A taxa dos telegrammas que houverem de ser permutados com os navios no mar por intermédio dos semaphoros será de 1 franco por telegramma. Juntar-se ha esta taxa ao preço do percurso electrico calculado segundo as regras geraes. A somma d'estas quantias será cobrada do expedidor pelos telegrammas dirigidos aos navios no mar, e do destinatario pelos telegrammas procedentes das embarcações (artigo XXIX, paragrapho 1). N'este ultimo caso deverá incluir-se no preambulo a indicação seguinte: «*Percevoir*... ²».

¹ Semaphorico.

² Cobrar.

LXI

1. Os telegrammas procedentes de navios no mar serão transmittidos ao seu destino em signaes do Código commercial universal quando o navio expedidor o solicitar.

2. No caso de se não fazer tal solicitação, os telegrammas serão traduzidos em linguagem vulgar pelo empregado semaphorico e assim transmittidos ao seu destino.

3. O expedidor de um telegramma destinado a um navio no mar poderá precisar o numero de dias durante os quaes esse telegramma deverá ser apresentado ao navio pelo semaphoro. N'este caso, o expedidor escreverá antes do endereço a indicação: «x... jours ¹», especificando este numero de dias, incluindo o da apresentação do telegramma.

4. Quando o navio a que fôr destinado algum telegramma semaphorico não tenha sido avistado no praso indicado pelo expedidor ou, na falta d'essa indicação, até ao 29.º dia de manhã, o semaphoro prevenirá d'este facto o expedidor. Este ultimo terá a faculdade de pedir, por aviso de serviço taxado, telegraphico ou postal, dirigido ao semaphoro, que este continue a apresentar o seu telegramma durante um novo periodo de 30 dias, e assim seguidamente; na falta d'este pedido, o telegramma será inutilisado no fim do 30.º dia (não contando o dia do deposito).

f) Disposições geraes

LXII

Na applicação dos artigos precedentes combinar se-hão as vantagens concedidas ao publico para os telegrammas urgentes, de resposta paga, telegrammas conferidos, certificados de recepção, telegrammas de fazer seguir, telegrammas multiplos e telegrammas para expedir para além das linhas, seguindo-se as prescripções dos artigos XII e LIV.

13. Vales telegraphicos

LXIII

A emissão, a redacção do texto e o pagamento dos vales telegraphicos serão regulados por Convenções internacionaes especiaes.

LXIV

A transmissão dos vales telegraphicos, quando tal transmissão fôr admittida entre as Administrações em correspondencia, fica sujeita ás mesmas regras das demais categorias de telegrammas, salvas as prescripções de que trata o § 1. do artigo XXXVIII.

14. Telegrammas de imprensa

LXV

1. Telegrammas de imprensa são aquelles cujo texto é constituido por informações e noticias politicas, commerciaes, etc., destinadas a serem publicadas nos jornaes.

2. As taxas terminaes e de transito applicaveis aos telegrammas de imprensa trocados entre os Estados contractantes serão reduzidas de 50 por cento.

3. As Administrações que cobram um minimo de taxa pelos telegrammas ordinarios (artigo XXIII, § 1) deverão cobrar o mesmo minimo pelas correspondencias de imprensa.

¹ X... dias.

4. Os paizes que não admittirem os telegrammas de imprensa com tarifa reduzida deverão acceptá-los em transito pela forma usual, pagando estes as mesmas taxas de transito que os telegrammas ordinarios.

5. Os telegrammas de imprensa só devem ser depositados durante as horas fixadas para a sua transmissão.

6. Os telegrammas de imprensa não devem ser aceites para transmissão senão mediante apresentação de bilhetes especiaes de identidade, adoptados pela Administração do paiz onde hajam de ser utilizados e pela mesma entregues aos correspondentes de jornaes, publicações periodicas ou agencias auctorisadas. Quando, porém, a Administração expedidora tenha estabelecido um outro meio de fiscalisação, não se tornará obrigatoria a apresentação d'estes bilhetes.

A admissão de jornaes e agencias á recepção das correspondencias de imprensa com taxa reduzida poderá depender de auctorisação das Administrações destinatarias, ás quaes assiste o direito de exigirem todas as justificações que julgarem necessarias, como, entre outras, a declaração, por escripto, do director do jornal, da publicação ou da agencia, obrigando-se a acatar todas as condições fixadas no regulamento.

As Administrações que fizerem uso d'esta faculdade communicarão ás outras Administrações uma lista das agencias, publicações e jornaes auctorisados.

7. Os telegrammas de imprensa devem ser dirigidos a jornaes, publicações periodicas ou agencias de publicidade e exclusivamente em nome do jornal, da publicação ou da agencia que figurar no bilhete de identidade e nunca em nome de um individuo ligado por qualquer titulo á Direcção do jornal, da publicação ou da agencia.

A verificação de quaesquer irregularidades pode dar logar a serem retirados os respectivos bilhetes de imprensa.

Será permittido o uso de endereços abreviados e registados, sempre que no competente bilhete de identidade se faça menção d'esses endereços.

LXVI

1. Os telegrammas de imprensa devem ser redigidos em linguagem clara na lingua do paiz de origem ou na do destino. É permittido tambem o emprego simultaneo d'essas linguas no mesmo telegramma.

Os telegrammas de imprensa não devem conter nenhum trecho, annuncio ou communicação com character de correspondencia particular, nem mesmo qualquer annuncio ou communicação cuja inserção seja feita a titulo oneroso.

As cotações de bolsas e de praças podem tambem ser admittidas nos telegrammas de imprensa com tarifa reduzida.

As estações expedidoras devem, nos casos duvidosos, exigir do expedidor a conveniente justificação de que os grupos que figuram nos telegrammas representam effectivamente cotações de bolsas.

2. Os telegrammas apresentados como telegrammas de imprensa e que não satisfaçam ás condições indicadas no § 1 serão taxados pela tarifa ordinaria.

A taxa normal das correspondencias particulares será igualmente applicavel a qualquer telegramma de imprensa de que se tenha feito uso para fins differentes do da sua inserção nas columnas do jornal destinatario, isto é:

a) Aos telegrammas não publicados pelo jornal destinatario (salvo quando esse facto seja satisfactoriamente explicado) ou que este ultimo tenha communicado, antes da publicação, a particulares ou a estabelecimentos taes como clubs, cafés, hoteis, bolsas, etc.;

b) Aos telegrammas ainda não publicados mas que o jornal destinatario tenha vendido, distribuido ou communicado, antes de os publicar, a outros jornaes para serem inseridos nas suas proprias columnas;

c) Aos telegrammas endereçados ás agencias e não publicados em qualquer jornal (salvo quando esse facto seja satisfactoriamente explicado) ou que fôrem communicados a terceira pessoa antes de publicados pela imprensa.

Nos casos previstos nas tres alineas precedentes, o complemento da taxa será cobrado do destinatario em proveito da Administração de destino.

3. Quando os telegrammas de imprensa sejam assignados, a assignatura deverá ser a do correspondente cujo nome figura no respectivo bilhete de identidade.

4. Os telegrammas de imprensa não admittem senão uma unica indicação eventual, a relativa aos telegrammas multiplos. A taxa a cobrar pelas copias, que deverão ser tiradas na estação destinatária, será a mesma que se applica relativamente aos telegrammas particulares ordinarios.

LXVII

1. A indicação Z deve ser transmittida no começo do preambulo dos telegrammas de imprensa, e tem por fim distinguil os para a sua inscripção nas contas.

Além d'isso, estes telegrammas devem conter antes do endereço a menção «*Presse*», que será transmittida no numero de palavras taxadas.

Os telegrammas de imprensa só deverão ser transmittidos, salvo accordo particular, das 6 horas da tarde ás 9 horas da manhã, segundo a sua ordem de deposito ou de recepção, juntamente com os despachos particulares. Os telegrammas taxados durante este periodo e que não tenham podido ser transmittidos até ás 9 horas da manhã serão, nas condições precedentes, expedidos depois d'essa hora.

2. Os telegrammas de imprensa tomam altura para a entrega entre os telegrammas particulares.

3. No que respeita a outras regras de serviço não previstas nos artigos LXV, LXVI e no presente artigo, os telegrammas de imprensa ficam subordinados ás disposições do regulamento e das convenções particulares estabelecidas entre as Administrações.

4. As disposições relativas aos telegrammas de imprensa só são applicaveis ao regimen europeu.

Estas disposições não são obrigatorias, para as Administrações que declarem não poder admittil-as, senão na parte que respeita á acceitação em transitio dos telegrammas de imprensa (artigo LXV, paragrapho 4). Poderão tambem, quanto ás condições de transmissão, serem modificadas pelas Administrações que tenham a encaminhar pelos seus cabos da Europa um trafico extra-europeu consideravel.

15. Serviço telephonico

LXVIII

A. Rede internacional

1. As Administrações dos Estados contractantes poderão estabelecer, quando o julgarem necessario, communicações telephonicas internacionaes, quer por meio de fios especiaes, quer apropriando a este serviço os fios já existentes.

2. Os circuitos destinados á permutação das communicações internacionaes serão constituídos de forma que satisfaçam ás condições nas quaes a correspondencia se deve effectuar. Serão protegidos, quanto possível, contra as influencias prejudiciaes e especialmente contra as que podem resultar da vizinhança de correntes de energia electrica.

3. Os circuitos conductores especialmente constituídos para a correspondencia telephonica serão, salvo resolução em contrario tomada de commun accordo pelas Administrações interessadas, reservados exclusivamente para este serviço.

4. As Administrações interessadas determinarão por accordo mutuo quaes as communicações que devem ser abertas e qual a via a empregar para cada uma d'essas communicações.

5. Os circuitos especialmente destinados á telephonia internacional não poderão ser divididos em secções, para o serviço de outras communicações telephonicas, sem o consentimento das Administrações interessadas.

A divisão por secções não deve nunca ser effectuada com prejuizo da correspondencia internacional, cujas communicações têm sempre prioridade.

6. Quando quaesquer linhas do serviço interior devam servir para communicações internacionaes, estas terão sempre precedencia sobre as correspondencias interiores.

7. Os fios internacionaes serão submettidos ás experiencias de que trata o artigo III, paragraphos 2 e 3 do presente regulamento.

8. Quotidianamente, por ocasião da abertura do serviço de dia, ou a uma hora fixada de commun accord, as estações centraes em comunicação directa, isto é, as que são terminaes dos circuitos internacionaes, deverão certificar-se, por meio de experiências de chamada e de audição, do estado das comunicações.

Do resultado d'estas experiencias deverá fazer-se registo.

B. Duração do serviço. -- Abertura das estações

1. As Administrações determinarão, cada uma na parte que lhes respeita, os dias e horas de funcionamento das estações.

2. As estações telephonicas só podem terminar as suas operações depois de haverem atendido a todas as comunicações pedidas antes da hora fixada para o encerramento.

3. As estações em comunicação directa deverão verificar, tantas vezes quantas fôrem necessarias, se a concordancia das horas é perfeita; entre a hora das estações e a hora official não deve nunca existir uma diferença superior a um minuto.

C. Pedidos de comunicação

Nos pedidos de comunicação os assignantes serão, sempre que fôr possível, designados pelo seu respectivo numero de chamada.

D. Comunicações de Estado

1. Serão consideradas comunicações de *Estado* as comunicações pedidas pelas autoridades que têm o direito de expedir telegrammas de Estado.

Estas comunicações só poderão ser permutadas entre os paizes cujas Administrações tenham, para este fim, estabelecido accordos particulares.

2. As comunicações d'esta natureza têm precedencia sobre todas as outras, e a sua duração não é limitada. Serão annunciadas pelas palavras «*Communication d'Etat*».

3. A pessoa que pedir uma comunicação de Estado deverá, quando para isso seja convidada, declarar o seu nome e a sua categoria.

E. Comunicações de serviço

Poderão fazer-se comunicações exclusivamente relativas ao serviço telephónico ou ao telegraphico internacional (artigo XVI, § 11), isentas de taxa, pelas linhas telephonicas internacionaes entre os funcionarios das Administrações, devidamente auctorizados para esse fim.

Para o exercicio d'esta faculdade, aquelles funcionarios deverão declarar o seu nome e a sua categoria.

As correspondencias isentas de taxas serão annunciadas de um posto para outro pela palavra «*service*».

Em caso de necessidade poderá ser empregada a via telephonica para as comunicações relativas á execução dos serviços telephonicos.

F. Modo de applicação das tarifas. — Duração das comunicações

1. A unidade adoptada, quer para a cobrança das taxas, quer para a duração das comunicações, será o periodo indivizivel de tres minutos.

2. A taxa das conversações entre subscriptores, applicar-se-ha a partir do momento em que a comunicação fôr estabelecida entre o posto que houver feito o pedido e o posto chamado, logo que este ultimo tenha respondido.

3. Quando a comunicação fôr pedida por um posto publico com destino a um posto de subscriptor, a taxa será applicada a partir do momento em que, havendo este ultimo

respondido e estando a comunicação já estabelecida, o posto publico fique á disposição da pessoa que houver apresentado o pedido.

4. Nos dois casos precedentes considerar-se ha devida a taxa correspondente, qual-quer que seja a pessoa que se apresente no posto do subscriptor que houver sido chamado.

5. Finalmente, se a comunicação tiver sido pedida por um posto publico, ou por um posto de subscriptor, com destino a um posto publico, a respectiva taxa será applicada desde o momento em que, achando-se já estabelecida a comunicação, o posto publico destinatario ficar ao dispôr da pessoa que tiver sido chamada.

6. O tempo de chamada dos diversos postos, limitado em geral a um minuto durante o dia e a tres minutos durante a noite, não entra no calculo da taxa.

7. Fóra dos casos previstos nas disposições especiaes relativas ás correspondencias de Estado (D., § 1) e ás assignaturas que comportem mais de seis minutos consecutivos, nenhuma comunicação poderá ter duração superior ao dobro da unidade a não ser quando não haja outros pedidos a satisfazer.

G. Tarifas. — Cobrança das taxas

1. As taxas são fixadas por unidade de conversação.

2. Compõe-se de taxas terminaes e de taxas de transito, quando as houver.

3. Para o estabelecimento das taxas terminaes, o territorio dos Estados poderá ser dividido em zonas.

Será adoptada para cada zona uma taxa uniforme.

Poderão ser admittidas entre Estados limitrophes taxas especiaes reduzidas, destinadas ás comunicações trocadas entre as localidades situadas nas proximidades da fronteira.

4. As taxas podem ser reduzidas em relação ás comunicações permutadas durante as horas da noite.

5. A taxa será cobrada por unidade indivisivel de conversação do subscriptor do posto de onde tenha sido pedida a comunicação ou do individuo que a tiver solicitado de um posto publico, conforme o caso.

H. Assignatura para comunicações de noite a horas fixas

Contractos

1. Poderão ser auctorisadas durante a noite, por meio de assignatura, comunicações a horas fixas.

Estas comunicações deverão respeitar exclusivamente aos negocios pessoaes do assignante ou aos do seu estabelecimento.

2. O periodo de duração do contracto será de um mez indivisivel. A assignatura prolongar-se-ha por mezes successivos, até que por uma das partes seja pedida a sua annullação oito dias antes de terminar o periodo de assignatura que estiver decorrendo.

3. A duração minima de uma sessão de assignatura será de duas unidades de conversação; poderão, por accordo entre as Administrações, ser admittidas sessões de uma duração superior.

4. A assignatura poderá ser feita a partir de uma qualquer data, mas o periodo mensal só começará a decorrer nos dias 1 ou 16 de cada mez.

A importancia da assignatura relativa ao primeiro periodo mensal será augmentada com a parte da assignatura correspondente ao periodo comprehendido entre a data em que ella houver entrado em vigor e a do começo do periodo mensal.

5. A importancia da assignatura será calculada sobre uma duração média de trinta dias, e deverá ser cobrada antecipadamente.

6. As comunicações de assignatura deverão ser sempre estabelecidas *ex officio* entre os dois postos indicados no contracto, no moimento preciso fixado de *commun accord*, excepto se n'esse momento ainda durar alguma conversação entre duas outras pessoas. Serão interrompidas *ex officio*, logo que expire o praso concedido para cada sessão, se os assignantes não houverem já dado o signal de fim de conversação.

7. O periodo de tempo não utilizado durante uma sessão não poderá ser transferido para uma sessão ulterior. Se, porém, esse tempo não tiver sido utilizado por interrupção das communicações, será concedida ao assignante, sempre que fôr possível, uma compensação de egual duração durante a mesma noite.

Se, quando terminar este periodo, aquella compensação não tiver sido offerecida, deverá ser reembolsada ao assignante, a seu pedido, uma trigesima parte da importancia mensal da assignatura correspondente a cada unidade perdida.

8. As assignaturas serão feitas por contractos ou obrigações estabelecidos pela Administração encarregada de proceder á cobrança da respectiva taxa; as Administrações interessadas deverão receber uma copia d'este documento.

I. Communicações particulares urgentes

Poderão ser admittidas, mediante o pagamento do triplo da taxa das communicações particulares ordinarias, communicações urgentes com precedencia sobre aquellas. Será, todavia, permittido estabelecer um maximo de cobrança inferior ao triplo da taxa por unidade de conversação.

As Administrações que não admittem as conversações particulares urgentes no serviço interior poderão egualmente recusar-as no serviço internacional.

J. Lista dos assignantes e dos postos publicos

1. Cada Administração fará conhecer aos seus assignantes as redes e postos publicos dos paizes com os quaes podem ser estabelecidas communicações telephonicas.

2. As estações centraes importantes e os principaes postos publicos deverão possuir listas dos assignantes dos postos com que communicam.

3. Cada Administração enviará gratuitamente ás Administrações dos paizes com os quaes estiver estabelecido o serviço das correspondencias telephonicas um numero sufficiente de exemplares das listas dos assignantes e dos postos publicos ligados ás redes em communicação com esses paizes.

4. As Administrações tomarão as medidas convenientes a fim de que as listas dos assignantes possam ser vendidas ao publico.

K. Estabelecimento e interrupção das communicações

1. A correspondencia telephonica poderá estabelecer se:

1.º Entre dois postos de assignantes;

2.º Entre dois postos publicos;

3.º Entre um posto de assignante e um posto publico.

2. As correspondencias telephonicas devem ser permutadas pela ordem seguinte:

a) Communicações de Estado (D., § 1);

b) Communicações de serviço urgentes;

c) Communicações particulares urgentes;

d) Communicações particulares não urgentes;

e) Communicações de serviço não urgentes.

3. Para as correspondencias da mesma categoria as communicações serão dadas alternadamente e segundo a ordem dos pedidos. As sessões de assignatura serão intercaladas *ex officio* n'aquelles pedidos de forma a poderem ser dadas, tanto quanto possível, á hora fixada no contracto.

4. As communicações telephonicas deverão ser estabelecidas pela via normal ou, no caso de grande accumulção de serviço ou de interrupção d'esta, tanto quanto possível, por uma outra via de egual tarifa.

5. No caso de uma estação central não responder ás chamadas de um posto, este deverá avisal-a, passado um minuto, por um outro circuito ou, na sua falta pela via telegraphica.

6. Qualquer pedido de communicação deverá ser verificado (*collationné*) pelas estações telephonicas interessadas.

7. As estações centraes de origem e de destino deverão verificar se a audição é satisfactoria nos dois sentidos e notar as horas a que houver sido estabelecida a comunicação, bem como a do fim da conversação. O signal de fim de conversação será dado pelos correspondentes ás suas respectivas estações centraes.

8. Logo que a duração de uma conversação ordinaria attinja seis minutos, as estações centraes de origem ou de destino cortarão *ex officio* a comunicação e, sempre que fôr possível, avisarão d'esse facto os correspondentes.

9. Quando a comunicação fôr estabelecida a partir de um posto publico, a conversação deverá cessar logo no fim da primeira unidade, excepto quando a pessoa que occupar esse posto se sujeitar a pagar a taxa complementar, a qual poderá ser sempre exigida adeantadamente.

10. As Administrações farão mencionar em registos especiaes, além dos incidentes de serviço, quaesquer outros elementos necessarios para a cobrança das taxas e para a formação das contas internacionaes.

L. — Archivos

Todos os documentos relativos ao serviço telephonico internacional deverão ser conservados, pelo menos, durante seis mezes, contados do primeiro do mez seguinte á data a que elles se referirem.

M. — Reembolso de taxas

1. Qualquer pedido de conversação, que, por falta imputavel ao serviço telephonico não fôr seguido do estabelecimento da comunicação com o posto destinatario, será isento da taxa. Caso a importancia da taxa já tenha sido paga será reembolsada.

2. Só poderão ser concedidas restituições de taxa quando, por defeito das installações telephonicas, os postos em comunicação estejam na impossibilidade de se corresponder, tendo os postos centraes ou publicos interessados sido immediatamente chamados a verificar essa impossibilidade.

3. Os casos de restituições de taxa serão estabelecidos por accordo entre as Administrações interessadas. Cada uma das Administrações deverá abandonar a sua quota parte da taxa.

N. — Contabilidade

1. As receitas provenientes do serviço telephonico serão por parte de cada Administração lançadas em uma conta especial, independente da conta das receitas telegraphicas. As contas serão estabelecidas e liquidadas em conformidade com as disposições adoptadas para as contas telegraphicas.

2. Quando fôr contestada a duração de uma conversação, as Administrações deverão admittir a que resulta dos registos da estação central de origem.

O. — Disposições geraes

São applicaveis ao serviço telephonico as disposições do regulamento que não fôrem contrarias ás regras estabelecidas no presente capitulo e que se refiram aos mesmos assumptos.

16. Archivos

LXIX

Os originaes dos telegrammas e os documentos respectivos, conservados pelas Administrações, permanecerão archivados, pelo menos, durante oito mezes, contados do mez seguinte ao da apresentação do telegramma, com todas as necessarias cautelas no que respeita ao sigillo.

LXX

1. Os originaes e as copias dos telegrammas só poderão ser communicados ao expedidor ou ao destinatario, depois de verificada a sua identidade, ou a quem legitimamente os representar.

2. O expedidor e o destinatario de qualquer telegramma, ou quem os representar, terão a faculdade de obter copias authenticas do telegramma ou da copia entregue á chegada, se a estação destinataria a tiver conservado. Esta faculdade expira com o praso fixado para a conservação dos archivos.

3. Por cada copia, passada em conformidade do presente artigo, cobrar-se ha o direito fixo de 50 centimos por cada telegramma que não exceda cem palavras. De cem palavras para cima augmentar-se-ha este direito com 50 centimos por serie ou fracção de serie de cem palavras.

4. As Administrações telegraphicas sómente serão obrigadas a dar comunicação ou copia dos documentos acima mencionados quando os expedidores, os destinatarios ou os seus legitimos representantes prestarem as indicações necessarias para se encontrarem os telegrammas a que se referirem os seus pedidos.

17. Da annullação das taxas e reembolso

LXXI

1. Serão reembolsadas a quem as tiver pago, em seguida a um pedido de reembolso ou a uma reclamação sobre a execução do serviço:

a) A taxa integral de qualquer telegramma que não houver chegado ao seu destino por causa imputavel ao serviço telegraphico;

b) A taxa integral de qualquer telegramma sustado no decurso da transmissão em consequencia de interrupção de alguma via telegraphica e cujo expedidor tiver, por esse motivo, pedido a annullação;

c) A taxa integral de qualquer telegramma que, por culpa do serviço telegraphico, chegar ao seu destino mais tarde do que chegaria pelo correio, ou que só tiver sido entregue ao destinatario depois de decorridas:

1.º Doze horas, quando se trate de um telegramma trocado entre dois paizes da Europa limitrophes ou ligados por fios directos.

2.º Vinte e quatro horas, quando se trate de um telegramma trocado entre dois outros paizes da Europa, incluindo a Argelia, a Tunisia, a Russia do Caucaso e a Turquia asiatica, ou entre dois paizes situados fóra da Europa, limitrophes ou ligados por um fio directo.

3.º Tres vezes vinte e quatro horas, em todos os outros casos.

A duração do encerramento das estações, quando tenha sido esse o motivo da demora, ou o tempo gasto com o transporte por proprio, não serão incluídos nos prazos acima indicados.

Os prazos mencionados nas alíneas 2.ª e 3.ª serão reduzidos a metade para os telegrammas de Estado e para os telegrammas urgentes.

d) A taxa integral de qualquer telegramma confido em linguagem secreta ou a de qualquer telegramma em linguagem clara que, em consequencia de erros de transmissão, não tiver podido manifestamente satisfazer o fim a que se destinava, a não ser que os erros tenham sido rectificados por avisos de serviço taxados.

e) A taxa accessoria applicavel a um serviço especial que não tiver sido feito.

f) A taxa integral de qualquer aviso de serviço taxado, telegraphico ou postal, cuja expedição tiver sido motivada por erro de serviço.

g) A importancia integral de qualquer quantia depositada adeantadamente para pagamento de uma resposta, quando o destinatario não tiver aproveitado o vale, ou o tiver recusado, e que este vale se encontre em poder da Administração que o emittiu, ou tiver sido restituído a esta Administração antes de terminado o praso de tres mezes a partir da data da sua emissão.

h) A taxa relativa ao percurso electrico não effectuado, quando, em consequencia de interrupção de uma via telegraphica, fôr algum telegramma enviado ao seu destino por via postal ou por outro meio.

Todavia, as despesas effectuadas para substituir a via telegraphica primitiva por um meio qualquer de transporte serão deduzidas da somma a reembolsar.

i) A taxa, quando seja igual ou superior a um franco, da palavra ou palavras omitidas na transmissão de qualquer telegramma, a não ser que o erro tenha sido emendado por meio de um aviso de serviço taxado.

j) As quantias pagas por avisos de serviço taxados pedindo a repetição de algum trecho que se supõe errado, e pelas respectivas respostas, quando a repetição não conferir com a primeira transmissão, entendendo-se, porém, que, se algumas palavras tiverem sido reproduzidas correctamente e outras o tiverem sido incorrectamente no telegramma primitivo, não será reembolsada a taxa das palavras que no pedido de repetição e na resposta se referem exclusivamente ás palavras correctamente transmittidas da primeira vez. Todavia, a taxa das palavras correctamente transmittidas deverá ser reembolsada, sempre que a Administração interessada reconhecer que as alterações commettidas impediam de comprehender o sentido das palavras não alteradas.

k) A differença entre o valor de um vale de resposta paga, a importancia da taxa do telegramma franqueado por esse vale, quando esta differença fôr, pelo menos, igual a 1 franco (artigo L, § 2).

l) A taxa de qualquer telegramma suspenso pela applicação das disposições dos art. 7.º e 8.º da Convenção de S. Petersburgo;

m) A parte de taxa devida por qualquer telegramma annullado (artigo XLIV, §§ 2 e 3).

2. No caso de reembolso parcial de um telegramma multiplo, o quociente de divisão da taxa total cobrada pelo numero de copias determina a taxa correspondente a cada copia, contando-se o telegramma para este fim como uma copia.

3. Nos casos previstos nas alíneas a), b), c), d), h) e i) do § 1 d'este artigo o reembolso só se applicará aos proprios telegrammas que não chegaram ao seu destino ou que foram annullados, demorados ou alterados, comprehendidas todas as taxas accessorias não aproveitadas, mas não ás correspondencias motivadas por faltas de entrega, demoras ou alterações ou que por algum d'estes motivos se tornarem inuteis.

4. Quando os erros imputaveis ao serviço telegraphico tiverem sido emendados pela expedição de avisos de serviço taxados, o reembolso só se fará em relação ás taxas d'esses avisos de serviço. Não haverá reembolso algum em relação aos telegrammas a que dizem respeito esses avisos.

5. Nenhum reembolso se fará em relação a telegrammas rectificativos, que, em vez de serem permutados de estação a estação sob a forma de avisos de serviço taxados (artigo XVII) fôrem permutados directamente entre o expedidor e o destinatario.

6. As disposições d'este artigo não são applicaveis aos telegrammas que atravessem as linhas de alguma Administração não adherente que se recusar a acceitar as obrigações regulamentares relativas aos reembolsos.

Todavia, as Administrações adherentes que tenham tomado parte na transmissão deverão abandonar a sua quota parte da taxa, quando seja reconhecido o direito ao reembolso.

LXXII

1. As reclamações do reembolso de taxa devem ser apresentadas, sob pena de prescripção, antes de findo o praso de cinco mezes contado da data de apresentação do telegramma.

2. Todas as reclamações deverão ser apresentadas á Administração expedidora, acompanhadas dos documentos comprovativos, a saber: uma declaração por escripto da estação destinataria ou do destinatario, se o telegramma tiver sido demorado ou não tiver sido entregue, e a copia entregue ao destinatario no caso de alteração ou omissão. A reclamação poderá, comtudo, ser apresentada pelo destinatario á Administração destinataria, a qual decidirá se deve dar-lhe andamento ou mandal-a apresentar á Administração expedidora.

3. No acto de apresentação de um pedido de reembolso poderá ser cobrada do reclamante uma taxa de reclamação na importancia, para os telegrammas do regimen europêu, de 50 centimos, e para os do regimen extra-europêu, de 2 francos.

4. Quando as Administrações interessadas reconhecerem que uma reclamação tem fundamento, será restituída pela Administração expedidora a taxa de reclamação, se tiver sido cobrada, e com esta a taxa a reembolsar pelo telegramma.

5. O expedidor que não residir no paiz onde houver apresentado o telegramma para ser transmittido poderá apresentar a sua reclamação á Administração expedidora por intermédio de outra Administração. N'este caso será a Administração que a tiver recebido encarregada de fazer reembolso, se este houver de effectuar-se.

6. As reclamações communicadas de Administração a Administração serão transmitidas com o processo completo; isto é, deverão conter (em original, por extracto ou por copia) todos os documentos ou cartas que lhes digam respeito. Estes documentos deverão ser explicados em francez, quando não sejam redigidos n'esta lingua ou em lingua comprehendida pelas Administrações interessadas.

7. As reclamações só serão transmittidas de Administração a Administração quando os factos a que respeitam podem dar logar a reembolso.

Comtudo, as Administrações poderão excepcionalmente, para conveniencia do serviço, pedir a execução de investigações, quando se tenham dado irregularidades graves ou repetidas.

8. A Administração que receber um pedido de reembolso da taxa paga para uma resposta poderá transmitti-lo directamente á Administração que houver emitido o vale. Esta poderá effectuar o reembolso, quer dando auctorisação para que aquella importancia lhe seja debitada por via das differentes Administrações intermediarias, quer enviando directamente á Administração ou á estação expedidora a importancia a reembolsar por meio de um vale de correio.

LXXIII

1. O reembolso de telegrammas não entregues será pago por conta das Administrações em cujas linhas se tiverem praticado as irregularidades que impediram a chegada do telegramma ás mãos do destinatario.

Quando, porém, o extravio do telegramma se dêr no decurso de transmissão, a taxa relativa ao percurso ulterior e, tendo logar, a da resposta paga, serão sempre reembolsadas pela Administração que as tiver recebido ou que as deveria receber na liquidação de contas.

2. Se alguma reclamação por falta de entrega fôr refutada, deverá a entrega do telegramma ser comprovada por meio de recibo ou declaração da Administração destinataria.

3. No caso de demora, o reembolso integral da taxa será effectuado por conta das Administrações que tiverem dado causa á demora e na proporção das demoras imputaveis a cada Administração.

4. No caso em que a alteração de um telegramma dê direito ao reembolso da taxa, a Administração expedidora determinará quaes os erros que impediram que o telegramma satisfizesse o seu fim, sendo a parte contributiva das diversas Administrações, fixada segundo o numero de erros assim apurados, contando-se por um erro cada omissão ou adição de palavra.

5. A parte contributiva pela alteração de alguma palavra sucessivamente modificada nas linhas de diversas Administrações ficará a cargo da primeira d'essas Administrações.

6. O reembolso da taxa accessoria applicavel a um serviço especial, que não tenha sido effectuado, ficará a cargo da Administração que tiver dado causa a essa falta.

7. Serão imputaveis os erros ou omissões:

a) As duas estações: quando, por negligencia da conferencia a que se refere o artigo XXXIX, o telegramma se tiver perdido entre as duas estações; quando, tendo sido, pela estação que houver transmittido, omittida ou acrescentada uma letra ou algarismo, ou muitas letras ou algarismos, constituindo palavras taxadas, a estação que recebeu o telegramma não tiver verificado o numero de palavras; quando a conferencia obrigatoria ou a repetição *ex officio* tambem obrigatoria tiver sido omittida ou só dada incompletamente.

b) A estação que tiver recebido: quando, pelosapparelh's de grande rendimento, houver uma differença não rectificada entre o texto transmittido e a repetição dada *ex officio*; por todos os demais apparelh's, quando no caso de rectificação, ella não tiver modificado a primeira transmissão em conformidade com a rectificação.

c) A estação que transmittir: quando existir uma differença não rectificada entre o texto transmittido e a repetição *ex officio* ou a conferência dada pelo empregado que receber, e em todos os demais casos.

8. Quando por falta ou insufficiencia de documentos não puder averiguar-se qual foi a estação responsavel por uma omissão ou por um erro, incumbirá o reembolso á Administração a que faltarem os elementos de prova. Todavia, nas transmissões effectuadas por linhas em que se faça uso de apparelh's de recepção auditiva, e na falta de provas que permittam determinar materialmente a qual das duas estações são imputaveis as omissões ou os erros, o reembolso eventual será effectuado, dividido em partes iguaes, pelas duas Administrações de que respectivamente dependerem essas estações.

9. Quando a reclamação tiver sido apresentada e processada nos prazos fixados no paragrapho 1 do artigo LXXII, mas a respectiva decisão não tiver sido communicada nos prazos estabelecidos no artigo LXIX para conservação dos archivos, a Administração que tiver recebido a reclamação reembolsará a taxa reclamada, e o reembolso ficará a cargo da Administração que houver demorado o processo.

10. O reembolso pelas correspondencias do regimen extra-europêu será feito pelas differentes Administrações dos Estados ou companhias por cujas linhas foi transmittido o telegrapha, desistindo cada Administração da sua quota na taxa.

LXXIV

1. O reembolso da taxa dos telegrammas cuja transmissão fôr sustada em virtude dos artigos 7.º e 8.º da Convenção ficará a cargo da Administração que tiver sustado a transmissão do telegrapha.

Esta Administração deverá proceder *ex officio* a esse reembolso.

2. Se, porém, esta Administração tiver participado, em conformidade com o artigo 8.º, a suspensão de certas categorias de correspondencias, o reembolso das taxas dos telegrammas d'esta categoria deverá pesar sobre a Administração expedidora, desde o dia seguinte áquelle em que tiver recebido a notificação.

Quando no regimen extra-europêu a acceitação d'estes telegrammas fôr resultado de um erro de serviço, deverão applicar-se as disposições do artigo LXXIII, paragrapho 10.

18. Contabilidade

Artigo 12.º da Convenção

As Altas Partes contra.tantes deverão reciprocamente prestar contas das taxas que houverem cobrado.

LXXV

1. O franco servirá de unidade monetaria na formação das contas internacionaes.

2. Cada Estado creditará o Estado limitrophe pela importancia das taxas de todos os telegrammas que lhe tiver transmittido, calculadas desde a fronteira dos dois Estados até o seu destino, sem attender ás reduções concedidas em certas linhas para os telegrammas de Estado. As condições d'estas reduções serão estipuladas em regulamento especial entre as Administrações interessadas.

3. As taxas terminaes poderão ser liquidadas directamente entre Estados extremos, por accordo prévio entre estes e os Estados intermédios.

4. No caso de applicar-se o artigo LXXXVIII, a Administração contractante, em relações directas com a Administração que não adherir á Convenção, será encarregada de liquidar as contas entre esta Administração e as Administrações contractantes ás quaes tenha servido de intermediaria para a transmissão,

LXXVI

1. As contas serão organisadas tomando por base o numero de palavras transmittidas em cada dia, contando-se cada palavra urgente por tres.

2. As taxas accessorias serão excluidas das contas, assim como as taxas não cobradas pela estação destinataria e recebidas por uma outra estação. Serão igualmente excluidos das contas os avisos de serviço taxados e os telegrammas cuja taxa, em conformidade com as disposições do regulamento, não tiver sido arrecadada pela estação expedidora ou de reexpedição.

Far-se ha excepção á regra precedente:

1.º Para as taxas cobradas pelas respostas pagas; estas serão incluídas nas contas e entregues á Administração destinataria do telegramma primitivo;

2.º Para as proprias respostas pagas; estas serão escripturadas.

3. No regimen europêu creditar-se-ha, além d'isso, a taxa da conferencia, a taxa do transporte por proprio e a taxa por palavra dos telegrammas semaphoricos expedidos dos navios no mar. N'este ultimo caso a taxa total do percurso electrico será deduzida da conta total do dia ou do mez respectivo, e, quando não fôr cobrada do destinatario, cada Administração cederá a sua quota parte de taxa.

4. As taxas que não entram nas contas serão conservadas pela Administração que as tiver arrecadado.

5. Quando na correspondencia do regimen europêu a transmissão fôr feita por via diversa da que houver servido de base para o estabelecimento da tarifa, a taxa de transito cobrada a partir do ponto onde se houver abandonado a via normal, será dividida entre as Administrações que tenham concorrido para a transmissão (incluindo-se n'este numero a Administração que houver provocado o desvio) e os cabos submarinos interessados. A divisão effectuar-se-ha seguindo o *pro rata* das taxas normaes de transito.

As disposições antecedentes applicam-se igualmente aos telegrammas transmittidos por uma via mais cara nas condições estabelecidas no artigo XLII, paragrapho 2.

Os telegrammas encaminhados nas condições acima previstas deverão conter a menção «Dévié», que será transmittida no fim do preambulo, em seguida á indicação da via, se a houver.

6. Com respeito ás correspondencias entre paizes limitrophes que seguirem por via indirecta, a Administração expedidora, salvo convenios especiaes, supprirá o que faltar para as taxas normaes de transito. As taxas terminaes das sobreditas correspondencias serão, todavia, liquidadas entre as Administrações dos dois paizes limitrophes, a não ser que, por virtude de convenio especial, fiquem pertencendo á Administração expedidora.

7. Quando, na correspondencia do regimen extra-europêu, exceptuando o caso de que trata o paragrapho 5, alinea 2.ª, algum telegramma, qualquer que seja a sua natureza, fôr transmittido por via diversa da que serviu de base á taxa, a differença de taxa ficará a cargo da Administração que tiver desviado o telegramma, salvo reclamação contra a Administração a que fôr imputavel o desvio.

8. Como base para a distribuição entre os Estados, será adoptada a taxa que resultar da applicação regular das tarifas estabelecidas entre os Estados interessados, sem que sejam tomados em conta os erros de taxa que possa ter havido.

9. O numero de palavras annuciado pela estação expedidora servirá, comtudo, de base para a applicação da taxa, excepto quando por motivo de erro na transmissão houver sido rectificado por mutuo accordo entre a estação expedidora e a sua correspondente.

LXXVII

1. No regimen europêu poderão as Administrações, por accordo mutuo, estabelecer as contas segundo o numero de telegrammas que tiverem transposto a fronteira, considerando-se que cada telegramma comprehende o numero de palavras fixado pelas estatisticas estabelecidas contradictoriamente.

2. No caso previsto no paragrapho precedente só se attenderá aos telegrammas ordinarios, aos telegrammas urgentes (contando-se cada telegramma urgente por tres telegrammas) e ás respostas pagas.

3. As estatísticas destinadas á determinação do numero médio de palavras por telegramma deverão referir-se a um periodo de duas vezes vinte e oito dias, a saber: os primeiros vinte e oito dias do mez de fevereiro, e os primeiros vinte e oito dias do mez de agosto. Caso se produzam, em algum dos dois periodos indicados, quaesquer acontecimentos excepcionaes, os Estados interessados poderão combinar entre si effectuar uma nova contagem em época differente.

4. A fim de determinar a média das palavras por telegramma, dividir se ha o numero total das palavras trocadas por cada via de comunicação pelo numero de telegrammas permutados, durante o periodo acima referido, pela mesma via de comunicação.

Proceder se ha de identico modo com respeito á determinação do valor médio das respostas pagas.

Estas médias serão arredondadas a dois decimaes.

Poderão ser estabelecidas, quer em relação aos telegrammas trocados nos dois sentidos, quer separadamente para cada sentido.

5. As médias assim obtidas servirão para o estabelecimento das contas até nova revisão, a qual não deverá ser feita antes de dois annos, pelo menos.

6. O numero de telegrammas permutados deverá ser escripturado em cada dia pelas estações em comunicação directa, dividindo, se fôr necessario, o trafico segundo os differentes paizes.

7. Multiplicando o numero de telegrammas pela média do numero de palavras, obter-se ha no fim do mez o numero total de palavras, o qual deverá ser em seguida multiplicado pela parte de taxa terminal ou de transito correspondente. Da mesma forma se procederá para determinar a importancia das taxas das respostas pagas a creditar.

8. As estações que permutam correspondencia deverão em cada dia comunicar mutuamente, por categorias, quando seja conveniente, o numero dos telegrammas expedidos na vespera, indicando egualmente o numero de telegrammas com a menção=RP=.

9. Sómente nas differenças superiores a 1 por cento se deverão realizar verificações, ás quaes se procederá immediatamente.

LXXVIII

1. O ajuste reciproco de contas effectuar-se ha no fim de cada mez.

2. O encontro e liquidação do saldo realizar-se ha no fim de cada trimestre.

3. O saldo resultante da liquidação será pago ao Estado credor em francos effectivos em ouro, a não ser que as duas Administrações interessadas tenham concordado no uso de outra moeda.

4. As despesas com a transferencia de dinheiros ficarão a cargo da Administração credora.

LXXIX

1. A troca das contas mensaes far-se ha antes de findo o trimestre que se seguir ao mez a que as contas se referirem.

2. A verificação das contas, bem como a notificação de haverem sido aceites e das observações que lhes respeitam, effectuar-se ha dentro do praso maximo de seis mezes contados da data da remessa. A Administração que n'este intervallo não tiver recebido observação rectificativa considerará a conta como perfeitamente válida. Será tambem applicavel esta disposição ás observações feitas por uma Administração ás contas formadas por outra.

3. As contas mensaes serão admittidas sem revisão, quando a differença das sommas finaes, determinadas pelas duas Administrações interessadas, não exceder 1 por cento do saldo devedor da Administração que houver accusado essa differença. Não deverá continuar se qualquer revisão começada, se, em consequencia de observações trocadas entre as Administrações interessadas, a differença que lhe tiver dado origem fôr reduzida ao limite de 1 por cento.

4. O balancete trimestral será verificado e liquidado dentro do periodo de seis semanas, que começará a decorrer desde a troca das contas relativas ao ultimo trimestre respectivo. Findo este prazo de seis semanas, as sommas em divida a uma Administração

ficarão vencendo juro de 5 por cento ao anno, a datar do dia em que finda aquelle praso. A liquidação far-se-ha independentemente da revisão das contas mensaes.

5. Não serão permittidas reclamações nas contas com relação a telegrammas com mais de oito mezes de data.

19. Reservas

Artigo 17.º da Convenção

Reservam-se as Altas Partes contractantes o direito de levar a effeito entre si, em separado, convenios particulares de qualquer especie, sobre pontos de serviço que não interessem a generalidade dos Estados.

LXXX

Os pontos de serviço a que principalmente se refere a reserva prevista no artigo 17.º da Convenção são:

- Formação de tarifas de Estado para Estado;
- Ajuste de contas;
- Adopção deapparelhos ou de vocabularios especiaes entre pontos e em casos determinados;
- Applicação do systema das estampilhas telegraphicas;
- Transmissão de vales de correio pelo telegrapho;
- Arrecadação de taxas á chegada;
- Serviço da entrega dos telegrammas;
- Faculdade de transmittir correspondencias para uso das redacções de jornaes por preço reduzido, a horas e em condições determinadas, sem prejuizo para o serviço geral, ou de alugar, para o mesmo fim, fios especiaes, mediante assignatura;
- Extensão do direito de franquia aos telegrammas de serviço relativos á meteorologia ou a quaesquer outros objectos de interesse publico.

20. Secretaria internacional. Communicações reciprocas

Artigo 14.º da Convenção

Um instituto central, collocado sob a alta auctoridade da Administração superior de um dos Governos contractantes para este fim designado pelo regulamento, terá a seu cargo reunir, coordenar e publicar esclarecimentos de qualquer especie relativos á telegraphia internacional, consultar ácerca das propostas de modificação das tarifas ou dos regulamentos de serviço, promulgar as alterações adoptadas e, em geral, proceder a todos os estudos e executar todos os trabalhos que lhe sejam commettidos no interesse da telegraphia internacional.

As despesas a que esta instituição dêr origem serão custeadas pelas Administrações de todos os Estados contractantes.

LXXXI

1. O instituto central previsto pelo artigo 14.º da Convenção chamar-se ha *Secretaria internacional das Administrações telegraphicas*.

2. A Administração superior da Confederação Suissa fica incumbida de organizar a Secretaria internacional nas condições determinadas nos artigos LXXXII a LXXXIV que abaixo seguem.

LXXXII

1. As despesas communs da Secretaria internacional das Administrações telegraphicas não deverão exceder a somma annual de 100:000 francos, sem incluir as despesas especiaes originadas pela reunião de qualquer Conferencia internacional.

Esta somma poderá ulteriormente ser augmentada com consentimento de todas as Partes contractantes.

2. A Administração designada em virtude do artigo 14.^o da Convenção para a direcção da Secretaria internacional fiscalisará as despesas, fará os adeantamentos necessarios e formará a conta annual que será communicada a todas as Administrações interessadas.

3. Para a distribuição das despesas os Estados contractantes ou adherentes serão divididos em seis classes, contribuindo cada classe na proporção de certo numero de unidades, a saber:

1.^a classe 25 unidades.

2.^a classe 20 unidades.

3.^a classe 15 unidades.

4.^a classe 10 unidades.

5.^a classe 5 unidades.

6.^a classe 3 unidades.

4. Estes coefficients serão multiplicados pelo numero de Estados de cada classe, e a somma dos productos assim obtidos representa o numero de unidades pelo qual a despesa total deve ser dividida. O quociente dará o valor da unidade de despesa.

5. As Administrações dos Estados contractantes ficarão, pelo que respeita á contribuição para as despesas, distribuidas pelas seis classes de que se faz menção no paragrapho precedente, do seguinte modo:

1.^a classe: — Allemanha, Republica Argentina, Australia, Austria, Brazil, França, Gran-Bretanha, Hungria, Indias britannicas, Italia, Japão, Russia, Turquia;

2.^a classe: — Hespanha;

3.^a classe: — Belgica, Indias Neerlandezas, Noruega, Paizes Baixos, Romania, Suecia;

4.^a classe: — Cabo da Boa Esperança, Dinamarca, Egypto, Indo-china franceza, Nova Zelandia, Suissa, Uruguay;

5.^a classe: — Bosnia-Herzegovina, Bulgaria, Colonias portuguezas, Grecia, Madagascar, Portugal, Senegal, Servia, Sião, Tunisia;

6.^a classe: — Ceylão, Creta, Luxemburgo, Montenegro, Natal, Nova Caledonia, Persia.

LXXXIII

1. As Administrações dos Estados contractantes transmittirão mutuamente todos os documentos relativos á sua Administração interna, e communicarão entre si todos os aperfeiçoamentos que n'ella venham a introduzir.

2. A Secretaria internacional servirá, em regra, de intermédio a estas communicações.

3. As referidas Administrações remetterão pelo correio, em carta franqueada, á Secretaria internacional, informações de quaesquer providencias por ellas adoptadas relativamente á composição e ás alterações das tarifas tanto internas como internacionaes, á abertura de novas linhas e á suppressão de linhas existentes, quando essas linhas interessarem ao serviço internacional, e, finalmente, ás aberturas, suppressões e modificações do serviço das estações.

Os documentos a tal respeito impressos ou autographados pelas Administrações serão expedidos á Secretaria internacional, quer na data da sua distribuição, quer, o mais tardar, no primeiro dia do mez que a essa data se seguir.

4. As referidas Administrações enviar-lhe-hão, além d'isto, pelo telegrapho, noticia de quaesquer interrupções ou restabelecimento das communicações que interessarem á correspondencia internacional.

5. Enviar-lhe-hão, no principio de cada anno, mappas estatisticos, tão completos quanto lhes seja possivel, do movimento das correspondencias, da situação das linhas, do numero das estações e dos aparelhos, etc. Estes mappas serão compostos segundo as indicações da Secretaria internacional, que distribuirá, para este fim, formularios convenientemente preparados.

6. As diversas Administrações enviar lhe-hão igualmente dois exemplares das diversas publicações que fizerem.

7. A Secretaria internacional serão, outrossim, communicados os esclarecimentos relativos ás experiencias a que cada Administração tiver procedido com respeito aos diferentes ramos de serviço.

LXXXIV

1. A Secretaria internacional coordenará e publicará a tarifa. Communicará ás Administrações, em devido tempo, todas as informações que a ella se refiram, especialmente as que se acham especificadas no paragrapho 3 do artigo precedente.

Quando haja urgencia, serão estas communicações transmittidas por via telegraphica, principalmente nos casos previstos do paragrapho 4 do mesmo artigo. Nas notificações relativas ás alterações nas tarifas dará a estas communicações a forma apropriada para que as alterações possam ser immediatamente introduzidas no texto das tabellas das taxas annexas á Convenção.

2. A Secretaria internacional formará uma estatistica geral.

3. Redigirá, com os documentos de que puder dispôr, um jornal telegraphico em lingua franceza.

4. Comporá, publicará e sujeitará a revisões periodicas uma carta official das communicações telegraphicas.

5. Estabelecerá e publicará uma nomenclatura das estações abertas ao serviço internacional e annexos periodicos a esta publicação, dando conhecimento das addições e modificações que lhe devem ser introduzidas.

6. Deverá, além d'isto, estar sempre á disposição das Administrações dos Estados contractantes para lhes ministrar, sobre as questões que interessem á telegraphia internacional, toda a especie de esclarecimentos de que, porventura, careçam.

7. Os documentos impressos pela Secretaria internacional serão distribuidos ás Administrações dos Estados contractantes na proporção do numero de unidades contributivas, segundo o artigo LXXXII.

Os documentos supplementares que as Administrações requisitarem serão pagos á parte, pelo seu custo. O mesmo se fará com os documentos solicitados pelas empresas particulares.

8. Os pedidos d'esta natureza deverão ser feitos de uma só vez até novo aviso e de modo que a Secretaria internacional possa, em presença d'elles, regular a tiragem.

9. As Administrações contractantes poderão propôr, por intermédio da Repartição internacional, as modificações da tarifa ou do regulamento internacional, a que se referem os art. 10.^o e 13.^o da Convenção. A Repartição internacional submeterá as propostas ao exame das Administrações, que lhe deverão remetter, n'um praso de cinco mezes, as suas observações, emendas ou contra-propostas, sem character definitivo. As respostas serão reunidas pela Repartição internacional, e communicadas ás Administrações com um pedido para se pronunciarem a favor ou contra as propostas ou contra-propostas apresentadas. As que não responderem no praso de cinco mezes, a contar da data da segunda circular da Repartição internacional notificando as observações, serão consideradas como tendo-se abtido de dar parecer.

Para serem adoptadas, as propostas precisam:

1.^o De approvação unanime das Administrações que emittiram voto, quando se tratar de modificações a fazer nas disposições do regulamento;

2.^o De approvação das Administrações interessadas, quando se trate de modificações de tarifas;

3.^o Da approvação da maioria das Administrações que emittiram voto, quando se trate da interpretação das disposições do regulamento.

10. A Repartição internacional ficará encarregada de notificar, em devido tempo, ás Administrações todas as notificações ou resoluções adoptadas em conformidade com o paragrapho precedente, e as datas em que entram em vigor.

Estas notificações só serão executorias findo o praso de dois mezes, pelo menos, em relação a modificações ou resoluções relativas ao regulamento, e de quinze dias, pelo menos, em relação a modificações de tarifas.

11. A Secretaria internacional preparará os trabalhos para as Conferencias telegraphicas. Cuidará das copias e impressões necessarias, da redacção e distribuição das emendas, actas e outros esclarecimentos.

12. O director da Secretaria assistirá ás sessões da Conferencia e tomará parte nas discussões, sem voto deliberativo.

13. A Secretaria internacional fará um relatorio annual ácerca da sua gerencia, o qual será communicado a todas as Administrações dos Estados contractantes.

14. A gerencia da referida Secretaria será igualmente submittida ao exame e apreciação das Conferencias a que se refere o artigo 15.º da Convenção.

21. Conferencias

Artigo 15.º da Convenção

A tarifa e o regulamento previstos nos artigos 10.º e 13.º vão annexos á presente Convenção.

Têm o mesmo valor e começam a vigorar ao mesmo tempo.

Serão submittidos a revisões, em que poderão ser representados todos os Estados que tomaram parte na mesma Convenção.

N'este intuito effectuar-se-hão periodicamente Conferencias administrativas ; cada Conferencia fixará o logar e época da reunião seguinte.

Artigo 16.º da Convenção

Compôr-se-hão estas Conferencias dos delegados que representarem as Administrações dos Estados contractantes.

Nas deliberações terá cada Administração direito a um voto, contanto que, tratando-se de diversas Administrações do mesmo Governo, o pedido de voto haja sido feito, por via diplomatica, ao Governo do paiz onde tiver de reunir-se a Conferencia, antes da data fixada para a reunião, e tenha cada uma d'ellas representação especial e distincta.

As revisões resultantes das deliberações das Conferencias não serão executorias emquanto não fôrem approvadas por todos os Governos dos Estados contractantes.

LXXXV

A reunião das Conferencias, a que se refere o § 3.º do artigo 15.º da Convenção effectuar-se ha antes da época prefixa, quando, pelo menos, dez dos Estados contractantes o pedirem.

22. Adhesão. Relações com as Administrações que não adheriram

Artigo 18.º da Convenção

Os Estados que não tomaram parte na presente Convenção serão admittidos a adherir, quando o solicitem.

Esta adhesão será notificada, por via diplomatica, ao Estado contractante em cujo territorio se houver effectuado a ultima Conferencia, e por este a todos os demais Estados.

Esta adhesão importará de direito pleno a acceitação de todas as clausulas e a participação em todas as vantagens estipuladas na presente Convenção.

Artigo 19.º da Convenção

As relações telegraphicas com os Estados que não tiverem adherido, ou com as empresas particulares, serão determinadas, no interesse do desenvolvimento progressivo das communicações, pelo regulamento previsto no art. 13.º da presente Convenção.

LXXXVI

1. No caso das adhesões previstas pelo art. 18.º da Convenção, as Administrações dos Estados contractantes poderão recusar as vantagens das suas tarifas convencionaes ás Administrações que, tendo pedido para adherir, deixem, todavia, de harmonisar as suas tarifas com as dos Estados interessados.

2. As Administrações que possuirem fóra da Europa linhas, pelas quaes hajam adherido á Convenção, cumpre declarar qual dos regimens tencionam applicar-lhes, se o europeu, se o extra europeu. Esta declaração resultará da inscripção, nas tabellas, das taxas, ou será ulteriormente notificada por intermédio da Secretaria internacional das Administrações telegraphicas.

LXXXVII

1. As empresas telegraphicas particulares que funcţionarem nos limites de um ou de mais Estados contractantes e tomarem parte no serviço internacional serão consideradas, pelo que respeita a este serviço, como formando parte integrante da rede telegraphica d'estes Estados.

2. As outras empresas telegraphicas particulares participarão das vantagens estipuladas pela Convenção e pelo presente regulamento, mediante accessão a todas as suas clausulas obrigatorias e precedendo notificação do Estado que fizer a concessão ou auctorisar a exploração. Esta notificação far-se-ha segundo o disposto no § 2.º do artigo 18.º da Convenção.

3. Deverá impôr-se esta accessão ás empresas que estabelecerem ligação entre dois ou mais Estados contractantes, se pelos seus contractos de concessão se houverem sujeitoado, n'este ponto, ás obrigações prescriptas pelo Estado que houver outorgado a concessão.

4. As empresas telegraphicas particulares, que a qualquer dos Estados contractantes pedirem auctorisação para reunir os seus cabos á rede d'esse Estado, só poderão obtel-a depois de contrahirem a obrigação expressa de submeter o preço das suas tarifas á approvação do Estado outorgante da concessão e de não applicar modificação alguma, quer de tarifa, quer de disposições regulamentares, senão depois de haverem feito á Secretaria internacional a notificação competente, a qual só será executoria depois do prazo previsto no paragrapho 10 do artigo LXXXIV.

Poderá derogar-se esta disposição em favor de empresas que se acharem em concorrência com outras não sujeitas a estas formalidades.

5. A reserva estabelecida no paragrapho 1 do artigo antecedente será applicavel tambem ás empresas supramencionadas.

LXXXVIII

1. Quando se estabelecerem relações telegraphicas com Estados que não tenham adherido ou com empresas particulares que não tenham accedido ás disposições obrigatorias do presente regulamento, serão estas disposições invariavelmente applicadas ás correspondencias na parte do seu percurso realisado em territorio dos Estados contractantes ou adherentes.

2. As Administrações interessadas fixarão a taxa applicavel a esta parte do percurso. Esta taxa, determinada dentro dos limites do artigo XXIV, será accrescentada á taxa das Administrações não participantes.

Assim deliberado em Londres, aos 10 de julho de 1903, pelos delegados abaixo assignados, em conformidade dos art. 15.º e 16.º da Convenção de S. Petersburgo, para começar a vigorar em 1 de julho de 1904.

Pela Allemanha :

R. Sydow.

B. Köhler.

H. Bredauer.

Pela Republica Argentina:

F. P. Hansen.

Pela Australia (Federação):

Henry Copeland.

Pela Australia:

Dr. Neubauer.

Stibral.

Pela Belgica:

F. Delarge.

J. Banneux.

A. Seghin.

Pela Bosnia-Herzegovina

Dr. de Hennyey, pelo coronel Schleyer.

Pelo Brazil:

Dr. Francisco Bhering.

Pela Bulgaria:

Iv. Stoyanovitch.

T. Tzontcheff.

Pelo Cabo da Boa Esperança.

J. C. Lamb.

John Ardron.

P. Benton.

R. J. Mackay.

F. W. Home.

Pelo Ceylão:

H. A. Kirk.

S. H. C. Hutchinson.

Pelas colonias portuguezas:

Alfredo Pereira.

Pela Créta:

John Ardron.

Pela Dinamarca:

N. Meyer.

V. V. E. Falck.

Pelo Egypto:

Ernest. A. Floyer.

Pela Hespanha:

Primitivo Vigil

Henrique M. Fajardo.

Pela França:

J. Bordelongue.

Sins.

C. M. Verlière (delegado adjunto).

Pela Gran-Bretanha:

J. C. Lamb.

John Andron.
P. Benton.
R. J. Mackay.
F. W. Home.

Pela Grecia:
D. J. Métaxas.

Pela Hungria:
Dr. de Hennyey.

Pelas Indias britannicas:
H. A. Kirk.
S. H. C. Hutchinson.

Pelas Indias neerlandezas:
Perk.

Pela Indo-China franceza:
A. Gerdret.

Pela Italia:
Cardarelli.
Rodano.

Pelo Japão:
Shigemasa Machida.
Kikuma Munesuye.

Pelo Luxemburgo:
Kruijt, por Mr. Mongenast.

Por Madagascar:
L. Barbotin.

Pelo Montenegro:
Dr. Neubauer.

Pelo Natal:
J. C. Lamb.
John Andron.
P. Benton.
R. J. Mackay.
F. W. Home.

Pela Noruega:
Rasmussen.
J. U. F. Bügge.

Pela Nova Caledonia:
C. Laurent.

Pela Nova Zelandia:
W. P. Reeves.
R. J. Mackay.

Pelos Paizes Baixos:
G. J. C. A. Pop.
Kruijt.

Pela Persia:

H. A. Kirk.

Por Portugal:

Alfredo Pereira.

Pela Romania:

E. Balaban.

Pela Russia:

M. Sévastianoff.

M. Ivanof.

Pelo Senegal:

Duchêne.

Pela Servia:

S. T. Gvozditch, e por M. D. R. Dimitriévitch.

Pelo Sião:

H. Keuchenius.

Pela Suecia:

Sahlin.

Sölve Berger.

Pela Suissa:

J. K. Fehr.

Pela Tunisia:

Émile Daeschner.

Pela Turquia:

Melcon Yuzbachian.

M. Emin.

Pelo Uruguay:

A. Saenz de Zumaran.

Das taxas do regimen opêu (taxas

Taxas por palavra de paiz a paiz, estabelecidas a execução do \$

Do	Para	Austria	Belgica	Bosnia-Herzegovina	Bulgaria	Crêta	Dinamarca	Espanha	Canarias	França	Argelia	Senegal	Gran-Bretanha e ilhas da Mancha	Gibraltar	Grecia e ilhas de Paros e de Eubêa	Ilhas da Grecia	Hungria	Italia	Luxemburgo	Malta
Allemanha		20,0	16,5	24,5	25,0	52,5	16,5	25,0	85,0	20,0	25,0	171,0	33,0	32,5	36,0	39,5	20,0	20,0	16,5	44,0
	Austria		24,5	16,5	19,5	42,0	24,5	32,0	92,0	20,0	30,0	175,0	30,0	36,5	23,0	31,5	20,0	20,0	21,5	38,0
	Belgica			29,0	33,0	53,0	21,0	24,5	84,5	16,5	26,5	167,5	22,5	29,0	57,0	60,5	24,5	24,5	13,0	45,0
	Bosnia-Herzegovina				17,0	47,0	29,0	36,5	96,5	28,5	38,5	179,5	38,5	41,0	37,0	40,5	18,0	24,5	29,0	45,0
	Bulgaria					47,0	33,0	40,5	100,5	32,5	42,5	183,5	42,0	44,0	37,0	40,5	19,0	28,5	33,0	49,0
	Crêta						57,0	56,5	116,5	48,5	58,5	199,5	62,5	61,0	36,5	40,0	42,0	40,5	53,0	61,0
	Dinamarca							32,5	92,5	24,5	34,5	175,5	31,0	37,0	57,0	60,5	24,5	28,5	21,0	49,0
	Espanha								-	20,0	30,0	155,0	31,5	16,5	61,5	65,0	32,0	28,0	24,5	49,0
	Canarias									80,0	90,0	95,0	91,5	76,5	121,5	125,0	92,0	88,0	81,5	100,0
	França										-	150,0	26,0	24,5	53,5	57,0	20,0	20,0	16,5	49,0
	Argelia											160,0	36,0	34,5	63,5	67,0	30,0	30,0	26,5	31,0
	Senegal												177,0	159,5	204,5	203,0	17,0	171,0	167,5	19,0
	Gran-Bretanha e ilhas da Mancha													31,5	62,5	66,0	30,0	32,0	26,5	49,0
	Gibraltar														66,0	69,5	30,0	32,5	24,0	31,0
	Grecia e ilhas de Paros e de Eubêa															10,0	20,0	40,0	57,0	61,0
	Ilhas da Grecia																30,0	43,5	60,5	61,0
	Hungria																	20,0	24,5	31,0
	Italia																		24,5	49,0
	Luxemburgo																			49,0

Observações

Esta tabella não impede as convenções particulares realizadas ou a realizar entre os Estados.

* Taxa reduzida a 32 centimos para as correspondencias entre a Austria ou a Hungria, de uma parte, e a Turquia europêa, de outra parte.

¹ Taxa reduzida a 25 centimos para as correspondencias entre a Romania e a Turquia europêa.

² Taxa commun da Austria e da Hungria.

³ Taxa reduzida a 23 centimos para as correspondencias entre a Austria ou a Hungria, de uma parte, e a ilha de Corfu, de outra parte.

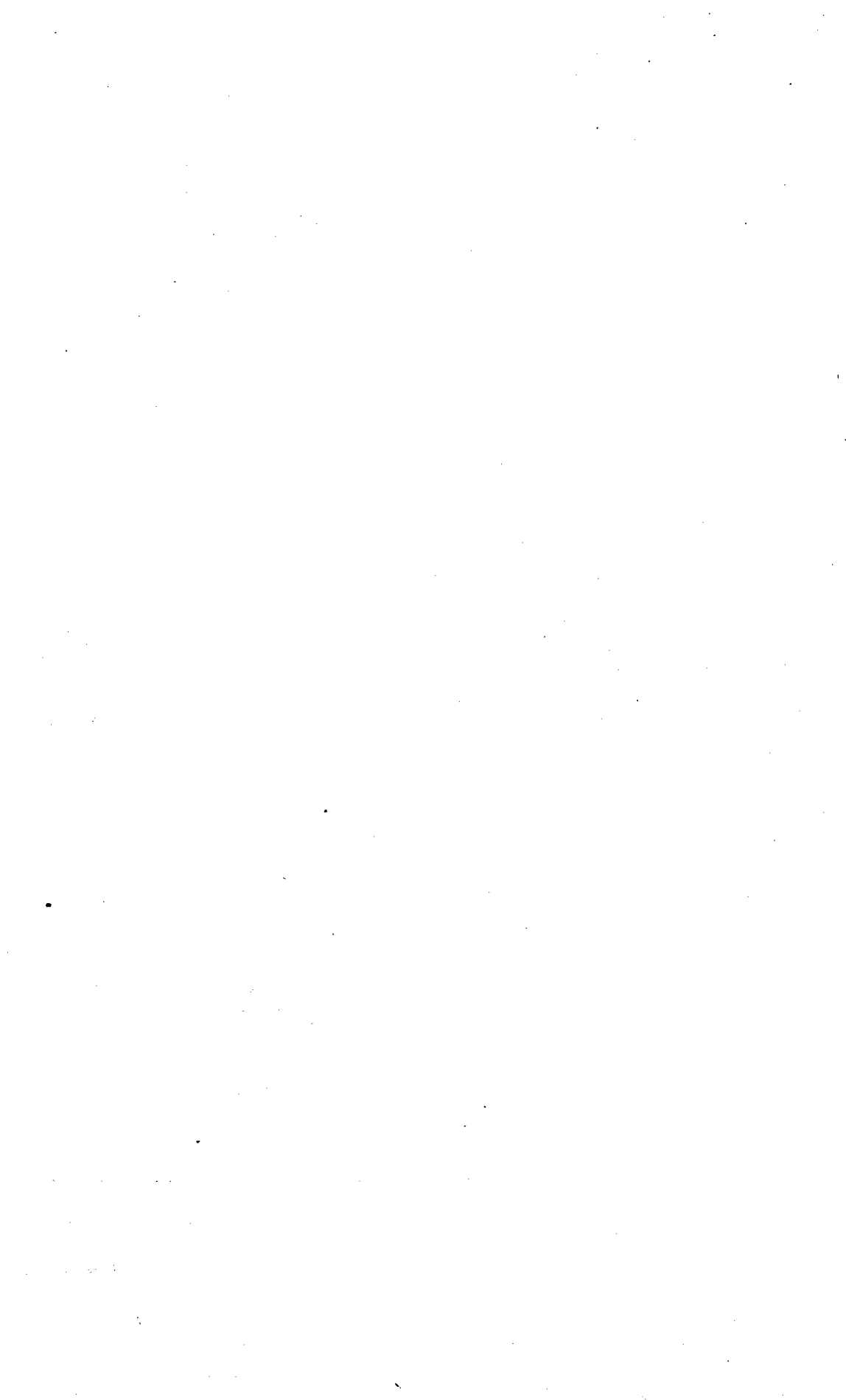


TABELLA B

Regimen extra-europêu

Taxas fixadas para servirem na formação das tarifas extra-europeas,
em execução do § 3.º do artigo XXIV do regulamento

Taxas terminaes e de transito por palavra

Designação dos Estados	Indicação das correspondencias	Taxas terminaes em francos	Taxas de transito em francos
Allemanha	<p>1.º Para as correspondencias trocadas pelo cabo de Emden-Vigo:</p> <p>a) Entre os Paizes Baixos, a Dinamarca ou a Noruega, de uma parte, e as ilhas da Madeira e de Cabo Verde ou a America do Sul (via Madeira), as possessões britannicas e allemãs da costa occidental de Africa (via Madeira ou Teneriffe), a Africa do Sul (via Madeira ou Teneriffe ou Aden), a Africa oriental (via Aden ou costa occidental de Africa). Aden, ilha de Perim, Arabia, Obock, Djibouti, Assab, Massauah, Egypto, as Indias ou os paizes além das Indias, de outra parte, e</p> <p>b) Entre a Austria e a Hungria, de uma parte, e as ilhas da Madeira e Cabo Verde ou a America do Sul (via Madeira) de outra parte.</p> <p>2.º Para as correspondencias não mencionadas na alinea a) do § 1.º, e trocadas:</p> <p>a) Pelos cabos do Mediterraneo com Aden, ilha de Perim, Arabia, Indias e paizes situados além das Indias</p> <p>b) Com a Africa, exceptuando o Egypto ...</p> <p>c) Pelo cabo de Trieste entre a Gran-Bretanha, a Belgica e o Luxemburgo, de uma parte, e o Egypto, de outra parte</p> <p>d) Por via da Siberia</p> <p>3.º Para as correspondencias trocadas pelo cabo Emden-Açores entre a Austria e a Hungria, de uma parte, e a America do Norte, de outra parte</p> <p>4.º Para todas as demais correspondencias</p> <p>(a) As mesmas taxas serão applicaveis ás correspondencias com o territorio allemão da Africa oriental, o territorio allemão da Africa sudóeste, assim como com Kamerun e com o territorio allemão de Togo na Africa occidental. As taxas de transito dos cabos Zanzibar-Bagamoyo-Dar-es-salam e Bonny-Kamerun estão n'ellas comprehendidas.</p> <p>(b) Esta taxa será reduzida a fr. 0.10 para os telegrammas trocados pelo fio directo de Roma a Berlim provenientes de Italia, de uma parte, e destinados aos paizes da Asia, de outra parte, quando esses telegrammas fôrem transmittidos através da Russia e da linha indoeuropêa e tenham a menção «Via-Berlim-Indo».</p>	<p>—</p> <p>0.15</p> <p>0.15</p> <p>—</p> <p>0.15</p> <p>—</p> <p>(a) 0.20</p>	<p>0.10</p> <p>0.15</p> <p>0.15</p> <p>0.15</p> <p>0.15</p> <p>0.15</p> <p>(b) 0.20</p>

Designação dos Estados	Indicação das correspondencias	Taxas terminaes em francos	Taxas de transito em francos
Allemanha	5.º <i>Taxas de transito do cabo directo allemão-norueguez:</i> a) Para as correspondencias trocadas entre a Noruega, de uma parte, e os paizes de que trata a alinea a) do § 1.º, de outra parte. b) Para todas as demais correspondencias...	— —	0.10 0.15
Argentina (Republica).	Para todas as correspondencias	0.40	0.40
Australia (Federação).	Para todos os telegrammas de Estado..... Para os telegrammas particulares ordinarios..... Para os telegrammas de imprensa	0.416 0.5208 0.208	0.416 0.5208 0.208
Austria	<i>Taxas terminaes: (a)</i> 1.º Para as correspondencias trocadas com a America do Norte	0.10	—
	2.º Para todas as demais correspondencias	0.15	—
	<i>Taxas de transito: (a)</i> 1.º Entre o ponto de amarração do cabo Trieste-Corfu e todas as fronteiras austriacas, para as correspondencias trocadas entre Aden, ilha de Perim, Arabia, Africa oriental, Africa meridional (via Aden-Zanzibar) e o Egypto, de uma parte, e de outra parte: a) Argelia e Tunisia, Allemanha, Belgica, Bulgaria, Dinamarca, Hespanha, França, Gibraltar, Gran-Bretanha, Luxemburgo, Noruega, Paizes Baixos, Portugal, Suecia, e Suissa	—	0.075
	b) Bosnia-Herzegovina, Montenegro e Servia.	—	0.10
	2.º Para todas as demais correspondencias	—	(b) 0.12
	(a) <i>Taxas communs com a Hungria.</i> (b) Esta taxa será reduzida a fr. 0.10 para os telegrammas trocados pelo fio directo de Roma a Berlim destinados á Italia, de uma parte, e provenientes dos paizes da Asia, de outra parte, quando estes telegrammas fôrem transmittidos através da Russia e da linha indo-europêa e tenham a menção «Via Berlim-Indo». Esta taxa será reduzida a fr. 0.075 para as correspondencias trocadas pelo cabo de Trieste, entre a Gran-Bretanha, de uma parte, e as Indias, e os paizes situados além das Indias, de outra parte. Esta redução não modificará, ainda assim, a taxa uniforme por palavra para as Indias.		
Belgica	Para todas as correspondencias.....	0.10	(a) 0.08
	(a) Reduzida a fr. 0.07 para os telegrammas trocados entre os Paizes Baixos e os cabos transatlanticos do norte.		
Bosnia - Herzegovina.	Para todas as correspondencias.....	0.10	0.08
	<i>Taxa terminal:</i>		
Brazil	Para todas as correspondencias.....	1.25	—

Designação dos Estados	Indicação das correspondências	Taxas terminaes em francos	Taxas de transito em francos
Brazil	<p><i>Taxa de transito: (a)</i></p> <p>Para todas as correspondências.....</p> <p>(a) A taxa de transito brasileira deverão juntar-se as taxas terminaes seguintes para as correspondências trocadas por intermédio das linhas terrestres:</p> <p>Com a Republica do Uruguay fr. 0.40</p> <p>Com a Republica Argentina, Paraguay e Bolivia fr. 0.40</p> <p>Com as estações da companhia «Amazon Telegraph»:</p> <p>Primeira zona fr. 1.00</p> <p>Segunda zona fr. 2.00</p> <p>Com as estações da companhia franceza dos cabos telegraphicos (via Pinheiro):</p> <p>Para as Guyanas, Martinica, Guadelupe, Haiti, e Republica Dominicana fr. 4.35</p>	—	1.00
Bulgaria	Para todas as correspondências.....	0.10	0.08
Cabo da Boa Esperança.....	Para os telegrammas ordinarios	(a) 0.10	(b) 0.10
Natal	Para os telegrammas de imprensa	(a) 0.05	(b) 0.05
	Para os telegrammas ordinarios	(a) 0.10	(b) 0.10
	Para os telegrammas de imprensa	(a) 0.05	(b) 0.05
	<p>(a) Estas taxas são as taxas terminaes para as correspondências trocadas com a «South African Telegraph Union» que comprehende as colonias seguintes: Colonia do Cabo, Natal, Colonia do Orange e o Transvaal. Applicam-se aos telegrammas que sigam a via occidental, via Capetown, ou a via oriental, via Natal.</p> <p>(b) Estas taxas são as taxas de transito para as correspondências trocadas com a Rhodesia do Sul, Rhodesia do Norte, Nyassaland, Zambeze portuguez e as estações da Companhia «Beira Railway» quer empreguem a via occidental, via Capetown, quer a via oriental, via Natal, e serão conservadas pela colonia do Cabo ou pela do Natal, conforme o caso.</p>		
Ceylão.....	Para as correspondências trocadas com:		
	a) A Europa (incluindo a Argelia, a Tunisia, Tanger e Tripoli), ou em transito pela Europa, via Fao, Téhéran ou Suez	(a) 0.10	—
	b) A Russia Asiatica e a Turquia Asiatica, via Fao, Téhéran ou Suez		
	c) A Persia, via Bushire.....		
	d) As estações do golpho Persico, via Karachi.		
	Para todas as demais correspondências	(a) 0.115	—
	(a) Taxas terminaes para as estações de Ceylão (devem juntar-se á taxa das Indias britannicas de 35 centimos).		

Designação dos Estados	Indicação das correspondencias	Taxas terminaes em francos	Taxas de transito em francos
Colonias portu- guezas.	<i>Africa oriental:</i>		
	I. Moçambique:		
	a) Moçambique:		
	1.º Para os telegrammas que percorrem o cabo francez de Moçambique a Majunga	0.10	0.10
	2.º Para todas as demais correspondencias	0.05	0.15
	b) Ontras estações	0.15	—
	II. Lourenço Marques:		
	a) Lourenço Marques	0.05	0.15
	b) Outras estações	0.15	—
	<i>Africa occidental:</i>		
	I. Provincia de Cabo Verde:		
	a) Ilha de S. Vicente:		
	1.º Para as correspondencias permutadas com o cabo de S. Vicente-Pernambuco ou com o cabo S. Vicente-S. Thiago-Bathurst	0.075	(a) 0.125
	2.º Para as correspondencias permutadas com a Africa do Sul ou com as ilhas da Ascensão ou de Santa Helena pelo cabo da Gran-Bretanha a Capetown pertencente á companhia «Eastern Telegraph»	0.075	0.07
	b) Ilha de S. Thiago	0.075	0.10
	(a) Esta taxa não se applica aos telegrammas trocados entre Portugal e a ilha de S. Thiago.		
	II. Provincias da Guiné, ilhas de Bissau e Bolama	0.10	(a) 0.10
	III. Provincias de S. Thomé e Principe:		
	Ilhas de S. Thomé e Principe	0.10	(a) 0.10
	(a) Esta taxa não é cobrada pelos telegrammas trocados com as estações portuguezas da costa occidental ou com as estações a ella ligadas. Para os outros telegrammas só se applica uma vez, mesmo que transitem por mais de uma estação portugueza d'esta costa.		
IV. Provincia de Angola:			
a) Loanda	0.10	(a) 0.10	
(a) Taxa applicavel aos telegrammas trocados com as estações de Benguella e Mossamedes, assim como aos telegrammas que não tenham dado logar á applicação da taxa terminal ou de transito de fr. 0.10 em qualquer estação portugueza d'esta costa, ao norte de Loanda.			

Designação dos Estados	Indicação das correspondências	Taxas terminaes em francos	Taxas de transito em francos
Colonias portu- guezas.	b) Benguella e Mossamedes c) Outras estações: 1.º Ligadas com Loanda 2.º Ligadas com Benguella e Mossamedes	— 0.20 0.10	— — —
Asia			
	I. Estado da India	(a) —	(a) —
	II. Provincia de Macau.....	—	—
(a) Estas taxas são cobradas em <i>bloc</i> pela Administração das Indias britannicas.			
Créta	Para todas as correspondencias	0.10	0.08
Dinamarca	1.º Para as correspondencias que só transitam pelas linhas do Estado	0.10	0.08
	2.º Para as correspondencias transmittidas pelos cabos da grande Companhia dos telegraphos do Norte, excepto os cabos com a Inglaterra (vide Gran-Bretanha) mas incluindo as linhas do Es- tado.....	0.25	0.25
Egypto	<i>Taxas terminaes:</i> A. A partir das fronteiras do Baixo Egypto (Ale- xandria, El-Arich e Suez): Para todas as correspondencias trocadas com: 1.º A primeira região (Baixo Egypto ao Norte do Cairo, inclusive) 2.º A segunda região (do Cairo a Wadi Halfa, inclusive) 3.º A terceira região (ao sul de Wadi-Halfa) .. B. A partir de Suakim: Para todas as correspondencias trocadas com: 1.º A primeira região (Baixo Egypto ao norte do Cairo, inclusive) 2.º A segunda região (do Cairo a Wadi-Halfa, inclusive) 3.º A terceira região (ao sul de Wadi-Halfa) ..	0.25 0.50 0.75 0.75 0.50 0.25	— — — — — —
	<i>Taxas de transito:</i> 1.º Nos limites da primeira região 2.º Entre Suakim e as outras fronteiras 3.º Entre a fronteira da Erythrea e as outras fronteiras	— — —	0.25 0.75 0.75

Designação dos Estados	Indicação das correspondencias	Taxas terminaes em francos	Taxas de transito em francos
Hespanha	Para todas as correspondencias	0.20	0.20
	<p>A taxa de transito será reduzida, pela via de Bilbao ou de Vigo, a fr. 0.145 para as correspondencias da Gran-Bretanha, ou transitando pela Gran-Bretanha, com o cabo do Brazil. Esta taxa será reduzida a fr. 0.08 para os telegrammas que, sem atravessar as linhas terrestres hespanholas, se permutam em Cadiz entre os cabos da companhia «Eastern Telegraph» e o cabo de Cadiz-Teneriffe.</p> <p><i>Taxas de transito do cabo entre Cadiz e as Canarias:</i></p> <p>Para todas as correspondencias</p> <p>Esta taxa de transito será reduzida a fr. 0.20 para as correspondencias provenientes da America ou para ali destinadas que sigam a via Cadiz-Teneriffe-Senegal-Noronha.</p> <p><i>Taxas de transito do cabo entre Tarifa e Tanager:</i></p> <p>Para todas as correspondencias</p> <p>Estas taxas são reduzidas:</p> <p>Para as correspondencias com a Africa, exceptuando o Egypto, a</p> <p>Para as correspondencias com a Asia, exceptuando a Persia e Bokhara, e com a Oceania, a</p> <p>Para as correspondencias permutadas pelos cabos transatlanticos do norte, a</p> <p>Para as correspondencias permutadas por estes mesmos cabos originarias ou destinadas:</p> <p>1.º Da Belgica, a</p> <p>2.º Dos Paizes Baixos, a</p> <p><i>Transito dos cabos franco-argelianos:</i></p> <p>Para todas as correspondencias</p>	—	0.60
França (incluindo a Argelia)	<p>Para todas as correspondencias</p> <p>Estas taxas são reduzidas:</p> <p>Para as correspondencias com a Africa, exceptuando o Egypto, a</p> <p>Para as correspondencias com a Asia, exceptuando a Persia e Bokhara, e com a Oceania, a</p> <p>Para as correspondencias permutadas pelos cabos transatlanticos do norte, a</p> <p>Para as correspondencias permutadas por estes mesmos cabos originarias ou destinadas:</p> <p>1.º Da Belgica, a</p> <p>2.º Dos Paizes Baixos, a</p> <p><i>Transito dos cabos franco-argelianos:</i></p> <p>Para todas as correspondencias</p>	— 0.20 0.15 0.15 0.15 — —	0.19 0.20 0.15 0.15 0.15 0.10 0.11
	<p>(a) Os telegrammas originarios ou destinados á Argelia ou á Tunisia, quando fôrem encaminhados pela via dos cabos franco-argelianos ou franco-tunisianos, pagarão a taxa de transito (fr. 0.20) d'estes cabos, mas não será devida taxa alguma, nem em França nem na Argelia, pelo transito terrestre; a taxa d'este transito fica incluída na do trajecto submarino.</p>	—	(a) 0.20

Designação dos Estados	Indicação das correspondências	Taxas terminaes em francos	Taxas de transito em francos
França (incluindo a Argelia).	<i>Correspondencias trocadas com Marrocos pelo cabo «Oran-Tanger».</i> Taxas terminaes: 1. ^o Entre Marselha e Tanger 2. ^o Entre Bône e Tanger (incluindo o transitio da Argelia): <i>a)</i> Para as correspondencias via «Bône-Malta-Egypto» <i>b)</i> Para as outras correspondencias Para todas as correspondencias	0.45 0.55 0.45 0.15	— — (a) 0.12
Gran-Bretanha e Irlanda.	<i>(a)</i> Esta taxa será reduzida a fr. 0.10 para os telegrammas trocados entre a Belgica ou os Paizes Baixos, de uma parte, e os cabos transatlanticos do norte, de outra parte. <i>Taxas de transitio dos cabos:</i> Anglo-francezes Anglo belgas Anglo-neerlandezes <i>(a)</i> Esta taxa será reduzida a fr. 0.05 para os telegrammas trocados entre a Belgica e os cabos transatlanticos do norte, e a fr. 0.06 para os telegrammas trocados entre os Paizes Baixos e os mesmos cabos. <i>(b)</i> Esta taxa será reduzida a fr. 0.13 para os telegrammas que transitam pelos cabos transatlanticos do norte. <i>Anglo-allemaes:</i> <i>a)</i> Para as correspondencias permutadas com a Allemanha, a Austria, a Hungria e os paizes europeus situados além da Austria e da Hungria <i>b)</i> Para todas as demais correspondencias... <i>Taxas de Gibraltar:</i> Para todas as correspondencias que transitam pelas linhas hespanholas..... <i>Taxas dos Protectorados britannicos da Africa oriental e Uganda:</i> Taxa terminal commum <i>Taxas da grande Companhia dos telegraphos do Norte:</i> Entre a Inglaterra e a Dinamarca ... Entre a Inglaterra e a Noruega..... Entre a Inglaterra e a Suecia	— — — 0.10 0.40 — — —	0.075 (a) 0.075 (b) 0.155 0.155 0.175 0.08 0.28 0.23 0.38

Designação dos Estados	Indicação das correspondências	Taxas terminaes em francos	Taxas de transito em francos	
			Para os telegrammas originarios ou destinados ás Indias	Para os telegrammas originarios ou destinados aos paizes situados além das Indias
Gran-Bretanha (Indias britannicas).	A. Taxas de transito dos cabos do Golfo Persico :			
	1.º Entre o ponto de amarração em Fao e o ponto de amarração em Bushire .	—	(a) 0.45	0.30
	2.º Entre o ponto de amarração em Fao e o ponto de amarração em Karachi	—	1.	1.39
	3.º Entre o ponto de amarração em Bushire e o ponto de amarração em Karachi	—	0.68	1.09
	(a) A taxa de 45 centimos é a taxa de transito de Fao a Bushire para todos os outros telegrammas.			
	B. Taxas terminaes das estações do Golfo Persico (á excepção de Fao, Bushire e Karachi) : (a)			
	a) A partir da fronteira de Fao ...	1.—	—	—
	b) A partir da fronteira de Bushire	0.68	—	—
	c) A partir da fronteira de Karachi	0.68	—	—
	(a) Para as estações de Fao, Bushire e Karachi, deve applicar-se a taxa de transito do Golfo Persico e a taxa terminal do paiz de destino.			
			Taxas terminaes em francos	Taxas de transito em francos para as correspondências dos paizes situados além das Indias britannicas
	C. Taxas das Indias britannicas propriamente ditas: Taxas terminaes :			
	1.º Para os telegrammas de todas as estações das Indias britannicas, incluindo a Birmania, trocados pelas fronteiras de Bombaim ou Karachi, com :			
	a) A Europa (incluindo Argelia, Tunisia, Tanger e Tripoli) ou em transito pela Europa, via Fao, Téhéran ou Suez		0.35	—
	b) A Russia asiatica e a Turquia asiatica, via Fao, Téhéran ou Suez			
	c) A Persia, via Bushire.....			
	d) As estações do Golfo Persico, via Karachi			

Designação dos Estados	Indicação das correspondências	Taxas terminaes em francos	Taxas de transito em francos para as correspondências dos países situados além das Indias britannicas
Gran-Bretanha (Indias britannicas).	2.º Para todos os outros telegrammas :		
	a) Das fronteiras de Bombaim, Karachi ou Madrasta para todas as estações das Indias britannicas	0.575	—
	b) Das fronteiras de Bombaim, Karachi ou Madrasta para todas as estações da Birmania	0.825	—
	3.º Para os telegrammas das fronteiras da China, via Bhamo, ou do Sião, via Moulmein :		
	a) Para todas as estações das Indias britannicas	0.825	—
	b) Para todas as estações da Birmania	0.575	—
	<i>Taxas de transito :</i>		
	a) Entre as fronteiras de Bombaim, Karachi ou Madrasta	—	0.35
	b) Entre as fronteiras de Bombaim, Karachi ou Madrasta, de uma parte, e as fronteiras da China (via Bhamo) ou do Sião (via Moulmein), de outra parte	—	0.75
	c) Entre as fronteiras da China (via Bhamo) e a fronteira do Sião (via Moulmein)	—	0.35
Grecia	d) Entre as fronteiras de Bombaim, Karachi ou Madrasta, de uma parte, e a costa de Ceylão, da outra :		
	1. Para os telegrammas especializados pelo § 1.º na lista das taxas terminaes acima indicadas para as Indias britannicas ..	—	0.35
	2. Para todos os demais telegrammas	—	0.575
	e) Entre as fronteiras da China (via Bhamo) ou do Sião (via Moulmein) e a fronteira de Ceylão	—	0.825
Hungria	Para todas as correspondências	0.10	0.08
	<i>Taxas terminaes : (a)</i>		
	1.º Para as correspondências permutadas com a America do Norte	0.10	—
	2.º Para todas as demais correspondências	0.15	—
	<i>Taxas de transito : (a)</i>		
	1.º Entre o ponto de amarração do cabo Trieste-Corfu e todas as fronteiras austriacas, para as correspondências trocadas entre Aden, ilha de Perim, Arabia, Africa Oriental, Africa Meridional (via Aden-Zanzibar) e Egypto, de uma parte, e da outra parte :		

Designação dos Estados	Indicação das correspondências	Taxas terminais em francos	Taxas de trânsito em francos
Indo-China franceza (Cochinchina, Cambo-dge, Annam, Tonkine e Laos).	<p>A Cochinchina e Cambo-dge { pela via das linhas terrestres. 0.45 pela via do cabo ao longo da costa (a) 0.95</p> <p>(a) Inclue a taxa do Cabo de Saïgon a Haï-phong.</p> <p><i>Taxas de trânsito:</i></p> <p>1.º Entre a fronteira do Sião e o cabo Saint-Jacques:</p> <p>a) Para as correspondências permutadas com as Indias britannicas e os paizes situados além, pela via Moulmein — 0.50</p> <p>b) Para as correspondências permutadas com o Reino do Sião — 0.35</p> <p>2.º Entre a fronteira do Sião e o ponto de amarração do cabo francez em Tourane:</p> <p>a) Para as correspondências permutadas com o Reino do Sião { via terrestre — 1.10 via do cabo ao longo da costa (a) 1.10</p> <p>b) Para as outras correspondências { via terrestre — 1.25 via do cabo ao longo da costa (a) 1.25</p> <p>3.º Entre a fronteira do Sião e a fronteira da China:</p> <p>a) Para todas as correspondências encaminhadas pela via terrestre — 0.50</p> <p>b) Para todas as correspondências encaminhadas pela via do cabo ao longo da costa. . — (a) 1.25</p> <p>4.º Entre o cabo Saint Jacques e o ponto de amarração do cabo francez em Tourane:</p> <p>Para as correspondências { pela via terrestre — 0.90 pelo cabo ao longo da costa. — (a) 0.90</p> <p>5.º Entre o cabo Saint Jacques e a fronteira da China:</p> <p>a) Para todas as correspondências encaminhadas pela via terrestre — 0.50</p> <p>b) Para todas as correspondências encaminhadas pela via do cabo ao longo da costa .. — (a) 0.95</p> <p>6.º Entre o ponto de amarração do cabo francez em Tourane e a fronteira da China, para todas as correspondências — 0.30</p> <p>(a) Inclue a taxa do cabo Saïgon a Haï-phong.</p>		

Designação dos Estados	Indicação das correspondencias	Taxas terminaes em francos	Taxas de transito em francos
Indo-China franceza (Cochinchina, Cambo-dge, Annam, Tonkin e Laos).	<p>7.º Para todas as demais correspondencias</p> <p>(a) Não ha actualmente taxa de transito na Cochinchina para as correspondencias que transitem pelo cabo de Singapura ao cabo Saint-Jacques e o cabo directo d'este cabo a Hong-Kong, mas isto sob reserva expressa de todos os direitos.</p> <p>Taxa do cabo entre Saïgon (cabo Saint-Jacques) e Haïphong</p> <p><i>Taxas relativas ao cabo Tourane-Amoy:</i> <i>Taxas terminaes: (a)</i> Para as correspondencias do Annam e do Tonkin permutadas com Amoy</p> <p><i>Taxas de transito: (a)</i> Para as correspondencias trocadas entre o Annam e o Tonkin e: a) Hong-Kong, Macau, Filipinas. b) Para as outras correspondencias</p> <p>(a) Para as correspondencias encaminhadas pelo cabo Tourane-Amoy, além das destinadas ou originarias do Annam e do Tonkin, serão applicadas as mesmas taxas das outras vias existentes.</p>	<p>—</p> <p>—</p> <p>1.60</p> <p>—</p> <p>—</p> <p>—</p>	<p>(a) 0.15</p> <p>0.75</p> <p>—</p> <p>0.60</p> <p>1.60</p>
Italia	<p>1.º Entre Vallona, de uma parte, e os pontos de amarração de Otranto-Corfu e de Otranto-Zante, da outra parte, e entre os pontos de amarração d'estes dois cabos.</p> <p>2.º Para todas as demais correspondencias</p> <p><i>Taxas terminaes a partir da estação de Perim para as estações italianas em Africa:</i> a) Assab b) Outras estações</p> <p><i>Taxa terminal a partir da fronteira do Egypto.</i></p>	<p>—</p> <p>0.15</p> <p>0.10</p> <p>0.20</p> <p>0.20</p>	<p>0.075</p> <p>0.12</p> <p>—</p> <p>—</p> <p>—</p>
Japão	<p>1.º Para as correspondencias permutadas com a Europa</p> <p>2.º Para todas as demais correspondencias</p> <p>(a) Estas taxas applicam-se tambem ás estações japonezas na Coréa: Fusan, Séoul e Chémulpo.</p> <p>Taxas do cabo Tamsui-Sharppeak, incluindo a taxa terminal da Formosa: 1.º Para as correspondencias permutadas com a Europa 2.º Para todas as outras correspondencias</p> <p><i>Taxas do cabo do Japão á Coréa:</i> 1.º Para as correspondencias terminaes da Coréa trocadas com a Europa ou em transito pela Europa</p>	<p>(a) 0.55</p> <p>(a) 0.70</p> <p>—</p> <p>—</p> <p>—</p> <p>(a) —</p>	<p>—</p> <p>—</p> <p>—</p> <p>—</p> <p>—</p> <p>—</p>

Designação dos Estados	Indicação das correspondencias	Taxas terminaes em francos	Taxas de transito em francos
Japão	2.º Para todas as demais correspondencias terminaes da Coréa.	—	1.25
	3.º Para todas as correspondencias em transito pela Coréa.	—	2.
	(a) Esta taxa está comprehendida na taxa uniforme.		
Luxemburgo....	Para todas as correspondencias.	0.10	0.08
Madagascar	Para todas as correspondencias.	0.10	—
Montenegro ...	Para todas as correspondencias.	0.10	0.08
Natal.....	(Vide <i>Cabo da Boa Esperança</i>).		
Noruega	Para todas as correspondencias.	0.15	0.12
Nova Caledonia	Para todas as correspondencias.	0.10	—
Nova Zelandia..	Para as correspondencias com a Federação Australiana.	0.05	—
	Para todas as demais correspondencias.	0.10	—
Paizes Baixos...	Para todas as correspondencias.	0.10	0.08
Paizes Baixos (Indias neerlandesas).	A. <i>Vias de Batavia e de Banjoewangi</i> . 1.º Para as correspondencias trocadas com a ilha de Java.	0.30	0.15
	2.º Para as outras ilhas do archipelago indoneerlandez (isto é, as ilhas de Bali, de Bornéu neerlandez, de Célèbes, de Lombok, de Madura, de Sumatra e de Weh, ou Poeloe Weh)	0.80	—
	B. <i>Via de Medan (Sumatra)</i> . Para todas as correspondencias	0.80	0.80
Persia	<i>Taxas terminaes</i> : A partir de todas as fronteiras, para todas as correspondencias.	(a) 0.60	—
	Exceptuam-se os seguintes casos: 1.º A partir das fronteiras da Russia, para as correspondencias trocadas com Bushire	(a) 0.94	—
	2.º A partir do ponto de amarração em Bushire dos cabos do Golfo Persico, para as correspondencias permutadas com as Indias e os paizes situados além das Indias.	0.81	—
	(a) Salvo convenções especiaes com os paizes limitrophes.		
	<i>Taxas de transito</i> : 1.º Entre as fronteiras da Russia e da Turquia ..	—	(a) 1.
	2.º Entre as outras fronteiras, para as correspondencias: a) Das Indias britannicas, Birmania e Ceylão	—	0.44
	b) Dos paizes situados além das Indias britannicas.	—	0.705
	a) Esta taxa applica-se igualmente ás correspondencias trocadas pelas vias Fao-Bushire-Djoulfá ou Fao-Bushire-Asterabad, mas n'este caso é preciso juntar a taxa de transito do cabo Fao-Bushire que é de fr. 0.45.		

Designação dos Estados	Indicação das correspondencias	Taxas terminaes em francos	Taxas de transito em francos
Portugal	<p><i>Taxas terminaes</i> (continente portuguez):</p> <p>Para todas as correspondencias 0.10</p> <p><i>Taxas especiaes para os Açores:</i></p> <p>1.º Para as correspondencias trocadas com as possesões portuguezas 0.05</p> <p>2.º Para todas as demais correspondencias 0.10</p> <p><i>Taxa especial para a ilha da Madeira</i> (a) 0.075</p> <p>(a) Esta taxa accrescentar-se ha ás taxas da companhia Eastern Telegraph.</p> <p><i>Taxas de transito:</i> (continente portuguez):</p> <p>1.º Para todas as correspondencias que passem de um cabo da companhia Eastern para o cabo do Brazil ou reciprocamente — 0.075</p> <p>2.º Para todas as demais correspondencias — 0.08</p> <p><i>Taxas especiaes para os Açores:</i></p> <p>Para as correspondencias permutadas com a America do Norte:</p> <p>a) Com a America do Sul ou em transito pela America do Sul — 0.075</p> <p>b) Para todas as demais correspondencias... — 0.05</p>		
Romania	Para todas as correspondencias 0.10		0.08
Russia	<p><i>Taxas terminaes:</i></p> <p>1.º Para os telegrammas transmittidos pelas fronteiras da Russia européa e do Caucaso:</p> <p>a) Da Russia européa (incluindo o Caucaso) com destino ás Indias britannicas, China, Coréa, Japão, Australia, e a outros paizes situados além das Indias e vice-versa 0.50</p> <p>b) Da Russia asiatica para os mesmos destinos e vice-versa 1.</p> <p>c) Da Russia européa (incluindo o Caucaso) com destino á Persia, Arabia, Africa, America e vice-versa 0.35</p> <p>d) Da Russia asiatica para os mesmos destinos e vice-versa 0.70</p> <p>e) Da Russia asiatica para os paizes da Europa e vice-versa 0.70</p> <p>2.º Para os telegrammas transmittidos pelas fronteiras da Russia asiatica:</p> <p>a) Da Russia asiatica com destino á China, Coréa, Japão, Australia e outros paizes extra-europêus e vice-versa 0.50</p> <p>b) Da Russia européa (incluindo o Caucaso) para os mesmos destinos e vice-versa 1.</p> <p><i>Taxas de transito:</i></p> <p>1.º Para os telegrammas em transito pela Russia européa e do Caucaso:</p> <p>a) Com destino ás Indias britannicas, Birmanian, Ceylão e a outros paizes situados além d'estes e vice-versa —</p>		1.13

Designação dos Estados	Indicação das correspondencias	Taxas terminaes em francos	Taxas de transito em francos
Russia.....	b) Com destino a outros paizes extra-europêus e vice-versa	—	0.70
	2.º Para os telegrammas em transito pela Russia européa que não atravessem as fronteiras do Caucaso	—	0.375
	3.º Para os telegrammas transitando exclusivamente pelas fronteiras do Caucaso:		
	a) Com destino ás Indias britannicas e paizes além, e vice-versa.....	—	1.
	b) Com destino aos outros paizes extra-europêus e vice-versa	—	0.30
	4.º Para os telegrammas em transito pela Russia européa com o Caucaso e a Russia asiatica ou a Russia asiatica exclusivamente:		
	a) Com destino a todos os paizes extra-europêus (excepto Bokhara) e vice-versa	—	1.75
	b) Com destino a Bokhara e vice-versa.....	—	1.50
Senegal.....	Taxas do cabo entre as Canarias e o Senegal ..	—	(a) 0.75
	Taxas do Senegal	0.20	0.10
	(a) Esta taxa será reduzida a fr. 0.30 para as correspondencias com a America do Sul.		
Servia.....	Para todas as correspondencias	0.10	0.08
Sião.....	Taxas terminaes:		
	a) A partir da fronteira das Indias britannicas (Moulmein) e de Penang.....	0.575	—
	b) A partir da fronteira da Cochinchina (Cambodge).....	0.40	—
	Para as correspondencias locais entre os Estreitos siamezes e os Estados federados de Malasia, 4 atts por palavra.		
	Taxas de transito:		
	Para todas as correspondencias	—	0.575
Suecia.....	Para todas as correspondencias	0.15	0.12
Suissa.....	Para todas as correspondencias	0.10	0.08
Tunisia.....	0.20	0.20
	Estas taxas são reduzidas, para as correspondencias com a Africa, exceptuando o Egypto, a...	0.15	0.15
	Para as correspondencias com a Asia, exceptuando a Persia e Bokhara, e com a Oceania, a...	0.15	0.15
	Para as correspondencias trocadas pelos cabos transatlanticos do norte, a	0.15	0.15
	Cabo franco-tunisiano:		
	Taxa de transito:		
	Para todas as correspondencias.....	—	(a) 0.20
	(a) Os telegrammas originarios ou destinados á Tunisia, quando fôrem encaminhados pela via dos cabos franco-tunisianos ou franco-argelianos, pagarão a taxa de transito (fr. 0.20) d'estes cabos, mas não será devida taxa alguma, nem na França,		

Designação dos Estados	Indicação das correspondências	Taxas terminaes em francos	Taxas de transito em francos
Tunisia	nem na Argelia, pelo transito terrestre; a taxa d'este transito fica incluída na do trajecto submarino. Quando, porém, estes telegrammas fôrem encaminhados por qualquer outra via, as taxas relativas ao transito terrestre serão applicadas.		
Turquia	<p><i>Taxas terminaes:</i></p> <p>1.º A partir das fronteiras européas:</p> <p>a) Para a Turquia européa 0.25</p> <p>b) Para a Turquia asiatica e archipelago da Turquia asiatica (a) 0.75</p> <p>c) Para Hedjaz e Yemen 0.75</p> <p>(a) Inclue a taxa pertencente á companhia Eastern, fixada em fr. 0.17 para Chio, Lemnos e Tenedos, e em fr. 0.35 para a ilha de Candia.</p> <p>2.º A partir das fronteiras da Turquia asiatica:</p> <p>a) Para a Turquia asiatica. 0.75</p> <p>b) Para o Hedjaz e Yemen 0.75</p> <p>c) Para a Turquia européa e archipelago da Turquia asiatica (a) 1.</p> <p>(a) Inclue a taxa pertencente á companhia Eastern que n'este caso é fixada em fr. 0.23 para Chio, Lemnos e Tenedos, e em fr. 0.45 para a ilha de Candia. Esta taxa será reduzida a fr. 0.25 para todas as correspondências do regimen extra-europeu trocadas com a Turquia européa pela fronteira de Chio-Tenedos, e para as correspondências permutadas com a ilha de Rhodes pela via dos cabos.</p> <p>3.º A partir da costa de Suakim (comprehendendo a taxa pertencente ao cabo Suakim a Djedda):</p> <p>a) Para Yemen e Turquia asiatica 1.50</p> <p>b) Para a Turquia Européa e archipelago da Turquia asiatica 1.75</p> <p>4.º A partir de Perim (comprehendendo a taxa pertencente ao cabo de Perim a Cheikh-Said):</p> <p>a) Para o Hedjaz e a Turquia asiatica 0.75</p> <p>b) Para a Turquia européa e archipelago da Turquia asiatica 1.</p> <p><i>Taxas da Tripolitana.</i></p> <p>A partir da costa de Tripoli:</p> <p>a) Para a estação de Tripoli (a) 0.15</p> <p>b) Para as outras estações 0.30</p> <p>(a) Esta taxa não será cobrada em relação ás correspondências ottomanas.</p>		

Designação dos Estados	Indicação das correspondencias	Taxas terminaes em francos	Taxas de transito em francos
Turquia.	<p><i>Taxas do Hedjaz:</i> A partir da costa de Suakim (comprehendendo a taxa pertencente ao cabo de Suakim a Djedda):</p> <p>a) Para as correspondencias ottomanas, incluindo o Tripoli de Africa... .. (a) 1.</p> <p>b) Para as correspondencias do Hedjaz com Yemen, via Suakim-Perim. 0.50</p> <p>c) Para as outras correspondencias..... 1.50</p> <p>(a) Esta taxa será reduzida a fr. 0.50 para as correspondencias ottomanas,comprehendendo Tripoli de Africa, que seguirem pela via do cabo de Suez a Suakim.</p> <p><i>Taxas de Yemen:</i> A partir de Perim (comprehendendo a taxa pertencente ao Cabo de Perim a Cheikh-Said):</p> <p>a) Para as correspondencias ottomanas 0.50</p> <p>b) Para as outras correspondencias..... 0.75</p> <p><i>Taxas de transito:</i> 1.º Entre as fronteiras europêas — 0.25 2.º Entre as fronteiras da Turquia asiatica . . . — 0.75 3.º Entre as fronteiras da Turquia europêa e as da Turquia asiatica, excepto os casos previstos no § 4.º:</p> <p>a) Para as correspondencias das Indias britannicas, da Birmania e do Ceylão..... — (a) 1.195</p> <p>b) Para as correspondencias dos paizes além das Indias britannicas..... — (a) 1.035</p> <p>c) Para as correspondencias trocadas com a Persia via Hanekin ou Backhale..... — 0.70</p> <p>d) Para todas as demais correspondencias... — (b) 1.</p> <p>(a) Esta taxa será reduzida a fr. 0.6375 para as mesmas correspondencias trocadas pela via do Fao (salvo approvação). (b) A taxa de transito do percurso de Constantinopla (cabo de Odessa) a Techesmé será reduzida a fr. 0.125 para as correspondencias russo-egyptias trocadas por via Candia-Alexandria, ou para as correspondencias trocadas por aquella via entre a Russia e Aden ou a Africa do Sul.</p> <p>4.º Entre a fronteira d'El-Ariche: a) A da Bosnia: Para as correspondencias trocadas entre Alexandria do Egypto e a Gran-Bretanha — 0.825</p>		

Designação dos Estados	Indicação das correspondências	Taxas terminaes em francos	Taxas de transito em francos
Turquia	Para as correspondências trocadas entre Alexandria do Egypto e a Allemanha.	—	0.975
	b) A de Vallona: Para as correspondências trocadas entre Alexandria do Egypto, de uma parte, e a Allemanha ou a Gran-Bretanha da outra parte	—	0.975
	5.º Entre as fronteiras da Turquia Europêa e: A costa de Suakim (via Damasco Medina Djedda, incluindo a taxa pertencente ao cabo Suakim a Djedda):		
	a) Para as correspondências das Indias britannicas, da Birmania e do Ceylão.	—	1.945
	b) Para as correspondências dos paizes situados além das Indias britannicas	—	1.785
	c) Para todas as demais correspondências	—	1.76
	A costa de Perim (via Damasco-Medina Cheikh-Saïd, incluindo a taxa pertencente ao Cabo de Perim a Cheikh-Saïd:		
	a) Para as correspondências das Indias britannicas, da Birmania e do Ceylão.	—	1.195
	b) Para as correspondências dos paizes situados além das Indias britannicas.	—	1.035
	c) Para todas as demais correspondências.	—	1.
	6.º Entre as fronteiras da Turquia Asiatica e: A costa de Suakim (via Damasco Medina-Djedda, incluindo a taxa pertencente ao cabo de Suakim a Djedda)	—	1.
	A costa de Perim (via Damasco-Medina-Cheikh-Saïd, incluindo a taxa pertencente ao Cabo de Perim a Cheikh Saïd)	—	0.75
	7.º Entre a costa de Suakim e a costa de Perim (via Djedda-Cheikh-Saïd incluindo as taxas pertencentes aos cabos de Suakim a Djedda e de Perim a Cheikh-Saïd)	—	1.50
	N. B. A taxa pertencente ao percurso eventual dos cabos Salonica, Tenedos, Dardanellos, Constantinopla, da companhia Eastern, é fixada em 20 centimos, e deverá ser cobrada além das taxas normaes.		
	As taxas ottomanas em relação aos diferentes pontos de amarração de certos cabos da companhia Eastern, quer dizer, em relação a Tenedos, Salonica, Dardanellos, Besika e Constantinopla (cabo de Tenedos) são as mesmas que se applicam em relação á fronteira asiatica de Tschesmé.		
Uruguay	—	—

Taxas da companhia Eastern Telegraph

As seguintes taxas comprehendem as taxas terminaes de Gibraltar, Tanger, Suakim, Aden, Perim e Ilhas de Chio e Tenedos, que pertencem á companhia.

As taxas de transito da Grecia, de Créta, de Portugal em S. Vicente e do Egypto estão tambem comprehendidas nas taxas seguintes.

As taxas até á costa do Egypto (Alexandria) comprehendem a taxa terminal do Egypto, para as correspondencias permutadas com todas as estações da primeira região pelos cabos do Mediterraneo pertencentes á companhia Eastern, mas não incluem a taxa de transito d'esta mesma região para as correspondencias trocadas com as outras regiões do Egypto.

Para as cidades de Alexandria, Cairo e Suez as taxas terminaes pertencem á companhia.

Indicação das correspondencias	Taxas terminaes em francos	Taxas de transito em francos
<i>Entre a costa da Gran-Bretanha e:</i>		
A costa de Hespanha (Vigo ou Cadiz):		
1.º Para as correspondencias trocadas pelos cabos da companhia Eastern, via Lisboa	—	(b) 0.44
2.º Para todas as outras correspondencias	—	(b) 0.55
A costa de Portugal (Caminha, Carcavellos ou Villa Real):		
1.º Para as correspondencias com a Hespanha	—	(b) 0.475
2.º Para as correspondencias trocadas com a Africa, via S. Vicente	—	(b) 0.55
3.º Para todas as outras correspondencias	—	(b) 0.60
A costa de Gibraltar	0.90	(b) 0.90
A costa de Marrocos (Tanger)	1.05	—
A costa de França (Marselha)	—	(b) 1.35
A costa de Argelia (Bône)	—	(b) 1.125
A ilha de Malta	0.90	—
A costa de Italia (Modica ou Otranto):		
1.º Para as correspondencias com a Italia	0.90	(b) 0.90
2.º Para todas as outras correspondencias	—	(b) 1.125
A costa de Tripoli	—	(b) 1.50
A costa da Austria (Trieste)	—	(b) 1.175
As costas da Grecia	—	(b) 0.875
A ilha de Creta	—	(b) 0.725
As costas da Turquia	(a) 0.675	(b) 0.675
A costa do Egypto (Alexandria ou Port-Said) ou a Ilha de Chypre (via Alexandria)	1.90	(b) 1.90
A costa do Egypto (Suakim)	2.65	(b) 2.65
A costa da Serra Leão	5.60	(b) 5.60
<i>Entre a costa de Hespanha (Vigo), para as correspondencias trocadas pelo cabo Emden-Vigo, e:</i>		
A costa de Hespanha (Cadiz):		
1.º Entre as ilhas da Madeira e de Cabo Verde ou a America do Sul (via Tenerife) e:		
a) A Dinamarca, a Suecia ou a Noruega	—	0.30
b) Os Paizes Baixos	—	0.475
c) Todos os outros paizes	—	0.675

(a) Estas taxas incluem a taxa terminal da Gran-Bretanha, mas não a de transito, salvo para as correspondencias trocadas pelos cabos entre a Gran-Bretanha e a America do Norte.

(b) Inclue as taxas terminaes das ilhas de Chio, Lemnos e Tenedos.

Indicação das correspondências	Taxas terminaes em francos	Taxas de transito em francos
2.º Entre a Africa do Sul ou as possessões britannicas e allemãs da costa occidental de Africa (via Teneriffe), e:		
a) A Allemanha, os Paizes Baixos, a Suecia ou a Russia ...	—	0.2375
b) Todos os outros paizes	—	0.2875
A costa de Portugal (Caminha, Carcavellos ou Villa Real):		
1.º Entre as ilhas da Madeira e Cabo Verde (via Madeira) e:		
a) A Allemanha, os Paizes Baixos, a Suecia, a Russia ou a Austria	—	0.275
b) Todos os outros paizes	—	0.325
2.º Entre a America do Sul (via Madeira) e:		
a) A Dinamarca ou a Noruega	—	0.2875
b) A Suecia	—	0.2375
c) Os Paizes Baixos	—	0.625
d) A Allemanha ou a Russia	—	0.725
e) Todos os outros paizes	—	0.825
3.º Entre a Africa do Sul ou as possessões britannicas e allemãs da costa occidental de Africa (via Madeira) e:		
a) A Allemanha, os Paizes Baixos, a Suecia ou a Russia ...	—	0.2375
b) Todos os outros paizes	—	0.2875
4.º Entre a Africa oriental (via Madeira) e:		
a) A Allemanha, os Paizes Baixos, a Suecia ou a Russia ...	—	0.125
b) Todos os outros paizes	—	0.175
A costa do Egypto (Alexandria ou Port-Said) ou a ilha de Chypre (via Alexandria), para as correspondencias trocadas com:		
a) A Allemanha ou a Suecia	1.325	1.325
b) Os Paizes Baixos ou a Dinamarca	1.425	1.425
c) A Noruega	1.475	1.475
d) Todos os outros paizes	1.625	1.625
A costa do Egypto (Suakim), para as correspondencias trocadas com:		
a) A Allemanha ou a Suecia	2.075	2.075
b) Os Paizes Baixos ou a Dinamarca	2.175	2.175
c) A Noruega	2.225	2.225
d) Todos os outros paizes	2.375	2.375
A costa da Serra Leão, para as correspondencias trocadas com:		
a) A Allemanha, os Paizes Baixos, a Suecia ou a Russia ...	5.2875	5.3375
b) Todos os outros paizes	5.3375	5.2875
<i>Entre a costa de Hespanha (Vigo) e:</i>		
A costa de Hespanha (Cadiz) para todas as outras correspondencias	—	0.30
<i>Entre a costa de Hespanha (Vigo ou Cadiz), para todas as outras correspondencias, e:</i>		
A costa de Portugal (Caminha, Carcavellos ou Villa Real)	—	0.30
A costa de Gibraltar:		
1.º Para as correspondencias, via Vigo	0.50	0.50
2.º Para as correspondencias, via Cadiz	0.10	0.10
A costa de Marrocos (Tanger):		
1.º Para as correspondencias, via Vigo	0.65	—
2.º Para as correspondencias, via Cadiz	0.25	—
A costa de França (Marselha):		
1.º Para as correspondencias com a America do Sul	—	0.825

Indicação das correspondências	Taxas terminaes em francos	Taxas de transito em francos
2.º Para as correspondências com a Africa do Sul, Port-Louis (ilha Mauricia) ou Mahé (Seychelles).....	—	0.36
3.º Para todas as outras correspondências	—	0.775
A costa da Argelia (Bône).....	—	0.925
A ilha de Malta.....	0.70	—
A costa de Tripoli.....	—	1.30
A costa de Italia (Medica ou Otranto):		
1.º Para as correspondências com a Italia	—	0.70
2.º Para todas as demais correspondências	—	0.925
A costa da Austria (Trieste)	—	0.975
As costas da Grecia.....	—	0.875
A ilha de Créta.....	—	0.725
As costas da Turquia.....	(a) 0.675	0.675
A costa do Egypto (Alexandria ou Port-Said) ou a ilha de Chypre (via Alexandria)	1.625	1.625
A costa do Egypto (Suakim).....	2.375	2.375
A costa da Serra Leôa.....	5.35	5.35
<i>Entre a costa de Portugal (Carcavellos) e:</i>		
A costa de Portugal (Caminha ou Villa Real)	—	0.15
<i>Entre a costa de Portugal (Caminha) e:</i>		
A costa de Portugal (Villa Real).....	—	0.15
<i>Entre a costa de Portugal (Carcavellos, Caminha ou Villa Real) e:</i>		
A costa de Gibraltar:		
1.º Para as correspondências trocadas com a Africa, via S. Vicente	0.10	—
2.º Para todas as outras correspondências	0.225	0.225
A costa de Marrocos (Tanger):		
1.º Para as correspondências trocadas com a Africa, via S. Vicente	0.25	—
2.º Para todas as outras correspondências	0.375	—
A costa de França (Marselha):		
1.º Para as correspondências com a Hespanha ou em transito pela Hespanha.....	—	0.70
2.º Para as correspondências com a Africa	—	0.775
3.º Para todas as outras correspondências.....	—	0.852
A costa da Argelia (Bône):		
1.º Para as correspondências com a Hespanha ou em transito pela Hespanha.....	—	0.85
2.º Para todas as outras correspondências	—	0.925
A ilha de Malta:		
1.º Para as correspondências com a Hespanha ou em transito pela Hespanha.....	0.625	—
2.º Para todas as outras correspondências.....	0.70	—
A costa de Tripoli:		
1.º Para as correspondências com a Hespanha ou em transito pela Hespanha.....	—	1.225
2.º Para todas as outras correspondências	—	1.30
(a) Inclue as taxas terminaes das ilhas de Chio, Lemnos e Tenedos.		

Indicação das correspondencias	Taxas terminaes em francos	Taxas de transito em francos
A costa de Italia (Modica ou Otranto):		
1.º Para as correspondencias com a Italia que transitem pela Hespanha.....	—	0.625
2.º Para todas as demais correspondencias com a Italia.....	—	0.70
3.º Para as outras correspondencias com a Hespanha ou transitando pela Hespanha.....	—	0.85
4.º Para todas as outras correspondencias.....	—	0.925
A costa da Austria (Trieste):		
1.º Para as correspondencias com a Hespanha ou em transito pela Hespanha.....	—	0.90
2.º Para todas as outras correspondencias.....	—	0.975
As costas da Grecia:		
1.º Para as correspondencias com a Hespanha ou em transito pela Hespanha.....	—	0.80
2.º Para todas as outras correspondencias.....	—	0.875
A ilha de Créta:		
1.º Para as correspondencias com a Hespanha ou em transito pela Hespanha.....	—	0.65
2.º Para todas as outras correspondencias.....	—	0.725
As costas da Turquia:		
1.º Para as correspondencias com a Hespanha ou em transito pela Hespanha.....	(a) 0.60	0.60
2.º Para todas as outras correspondencias.....	(a) 0.675	0.675
A costa do Egypto (Alexandria ou Port Said) ou a ilha de Chypre (via Alexandria):		
1.º Para as correspondencias com a Hespanha ou em transito pela Hespanha.....	1.55	1.55
2.º Para todas as outras correspondencias.....	1.622	1.625
A costa do Egypto (Suakim):		
1.º Para as correspondencias com a Hespanha ou em transito pela Hespanha.....	2.30	2.30
2.º Para todas as outras correspondencias.....	2.375	2.375
A costa da Serra Leão:		
1.º Para as correspondencias com a Hespanha ou em transito pela Hespanha.....	5.0125	5.0125
2.º Para todas as outras correspondencias.....	5.025	0.025
<i>Entre a costa de Gibraltar e:</i>		
A costa de Marrocos (Tanger).....	0.15	—
A costa de França (Marselha).....	1.075	1.075
A costa de Argelia (Bône).....	0.85	0.85
A ilha de Malta.....	0.625	—
A costa de Tripoli.....	1.225	1.225
A costa de Italia (Modica ou Otranto):		
1.º Para as correspondencias com a Italia.....	0.625	0.625
2.º Para todas as outras correspondencias.....	0.85	0.85
A costa da Austria (Trieste).....	0.90	0.90
As costas da Grecia.....	0.825	0.825
A ilha de Créta.....	0.65	0.65
As costas da Turquia.....	(a) 0.60	0.60

(a) Inclue as taxas terminaes das ilhas de Chio, Lemnos e Tenedos.

Indicação das correspondências	Taxas terminaes em francos	Taxas de transito em francos
A costa do Egypto (Alexandria ou Port Said) ou a ilha de Chypre (via Alexandria)	1.625	1.625
A costa do Egypto (Suakim)	2.375	2.375
A costa da Serra Leão	5.15	5.15
<i>Entre a costa de Marrocos (Tanger) e:</i>		
A costa de França (Marselha)	1.225	—
A costa da Argelia (Bône)	1.	—
A ilha de Malta	0.775	—
A costa de Tripoli	1.375	—
A costa de Italia (Modica ou Otranto)	1.	—
A costa da Austria (Trieste)	1.05	—
As costas da Grecia	0.975	—
A ilha de Créta	0.80	—
As costas da Turquia	(a) 0.75	—
A costa do Egypto (Alexandria ou Port-Said) ou a ilha de Chypre (via Alexandria)	1.775	—
A costa do Egypto (Suakim)	2.525	—
A costa da Serra Leão	5.30	—
<i>Entre a costa de França (Marselha) e:</i>		
A costa da Argelia (Bône)	—	0.20
A ilha de Malta	0.425	—
A costa de Tripoli	—	1.025
A costa de Italia (Modica ou Otranto):		
1.º Para as correspondencias com a Italia	—	0.425
2.º Para todas as outras correspondencias	—	0.65
A costa da Austria (Trieste)	—	0.725
As costas da Grecia	—	0.40
A ilha de Créta	—	0.050
As costas da Turquia:		
1.º Para as correspondencias ottomanas	(a) 0.20	0.20
2.º Para todas as outras correspondencias	—	0.45
A costa do Egypto (Alexandria ou Port-Said) ou a ilha de Chypre (via Alexandria):		
1.º Para as correspondencias com a Gran-Bretanha, Hespanha, Portugal, Gibraltar, Tanger e Paizes Baixos	1.425	1.425
2.º Para todas as outras correspondencias	1.45	1.45
A costa do Egypto (Suakim):		
1.º Para as correspondencias com a Gran-Bretanha, Hespanha, Portugal, Gibraltar, Tanger e Paizes-Baixos	2.175	2.175
2.º Para todas as outras correspondencias	2.20	2.20
A costa da Serra Leão	5.825	5.825
<i>Entre a costa da Argelia (Bône) e:</i>		
A ilha de Malta	0.225	—
A costa de Tripoli	—	0.825
A costa de Italia (Modica ou Otranto)	—	0.45
A costa da Austria (Trieste)	—	0.50
As costas da Grecia	—	0.40

(a) Inclue as taxas terminaes das ilhas de Chio, Lemnos e Tenedos.

Indicação das correspondências	Taxas terminaes em francos	Taxas de transito em francos
A ilha de Créta	—	0.25
As costas da Turquia	(a) 0.20	0.20
A costa do Egypto (Alexandria ou Port-Said) ou a ilha de Chypre (via Alexandria)	1.225	1.225
A costa do Egypto (Suakim)	1.975	1.975
A costa da Serra Leôa	5.975	5.975
<i>Entre a ilha de Malta e:</i>		
A costa de Tripoli	0.60	—
A costa de Italia (Otranto ou Modica)	0.225	—
A costa da Austria (Trieste)	0.275	—
As costas da Grecia:		
Via do cabo Malta-Zante	0.20	—
Via Alexandria:		
1.º Para as correspondências com Malta	1.55	—
2.º Para todas as outras correspondências	—	1.25
A ilha de Créta	0.325	—
As costas da Turquia:		
Via do cabo Malta-Zante	(a) 0.275	—
Via Alexandria:		
1.º Para as correspondências com Malta	(a) 1.55	—
2.º Para todas as outras correspondências	(a) 1.25	1.25
A costa do Egypto (Alexandria ou Port-Said) ou a ilha de Chypre (via Alexandria)	1.30	—
A costa do Egypto (Suakim)	2.05	—
A costa da Serra Leôa	5.75	—
<i>Entre a costa de Tripoli e:</i>		
A costa da Italia (Modica ou Otranto)	—	0.825
A costa da Austria (Trieste)	—	0.75
As costas da Grecia	—	0.80
A ilha de Créta	—	0.925
As costas da Turquia	(a) 0.875	0.875
A costa do Egypto (Alexandria ou Port-Said) ou a ilha de Chypre (via Alexandria)	1.60	1.60
A costa do Egypto (Suakim)	2.35	2.35
A costa da Arabia (Yemen)	—	(b) 3.85
A costa da Serra Leôa	6.35	6.35
<i>Entre a costa de Italia (Modica) e:</i>		
A costa de Italia (Otranto)	—	0.175
<i>Entre a costa de Italia (Modica ou Otranto) e:</i>		
A costa da Austria (Trieste)	—	0.275
As costas da Grecia	—	0.20
A ilha de Créta	—	0.325
As costas da Turquia	(a) 0.275	0.275
(a) Inclue as taxas terminaes das ilhas de Chio, Lemnos e Tenedos.		
(b) Esta taxa é reduzida a fr. 2.05 para as correspondências officiaes do Governo ottomano.		

Indicação das correspondências	Taxas terminaes em francos	Taxas de transito em francos
A costa do Egypto (Alexandria ou Port-Said) ou a ilha de Chypre (via Alexandria):		
1.º Para as correspondências com a França, Belgica, Russia, America do Norte e Luxemburgo.....	1.25	1.25
2.º Para as correspondências com a Austria e a Hungria	1.15	1.15
3.º Para todas as outras correspondências.....	1.225	1.225
A costa do Egypto (Suakim):		
1.º Para as correspondências com a França, Austria, Hungria, Belgica, Russia, America do Norte e Luxemburgo.....	2.	2.
2.º Para todas as outras correspondências.....	1.975	1.975
A costa da Serra Leão:		
1.º Para as correspondências com a Italia.....	5.75	5.75
2.º Para todas as outras correspondências.....	5.975	5.975
<i>Entre a costa da Austria (Trieste) e:</i>		
As costas da Grecia.....	—	0.20
A ilha de Créta	—	0.325
As costas da Turquia.....	(a) 0.275	0.275
A costa do Egypto (Alexandria ou Port-Said) ou a ilha de Chypre (via Alexandria):		
1.º Para as correspondências com a Argelia, Tunisia, Hespanha, Tanger, Gibraltar, Portugal, Canarias e Senegal	1.25	1.25
2.º Para as correspondências com a França	1.275	1.275
3.º Para as correspondências com a Gran-Bretanha e a Bulgaria.	1.30	1.30
4.º Para as correspondências com a Austria, Hungria e Suissa..	1.35	1.35
5.º Para as correspondências com a Bosnia-Herzegovina, Montenegro e Servia	1.375	1.375
6.º Para as correspondências com o Luxemburgo e a Belgica...	1.425	1.425
7.º Para as correspondências com a Romania	1.40	1.40
8.º Para todas as outras correspondências	1.45	1.45
A costa do Egypto (Suakim):		
1.º Para as correspondências com a Argelia, Tunisia, Hespanha, Tanger, Gibraltar, Portugal, Canarias e Senegal	2.	2.
2.º Para as correspondências com a França	2.025	2.025
3.º Para as correspondências com a Gran-Bretanha e a Bulgaria	2.05	2.05
4.º Para as correspondências com a Suissa.....	2.10	2.10
5.º Para as correspondências com a Bosnia-Herzegovina, Montenegro e a Servia.....	2.125	2.125
6.º Para as correspondências com o Luxemburgo e a Belgica ..	2.175	2.175
7.º Para as correspondências com a Romania	2.15	2.15
8.º Para todas as outras correspondências	2.20	2.20
A costa da Serra Leão	6.025	6.025
<i>Entre as costas da Grecia e:</i>		
As ilhas da Grecia (excepto Paros e Eubêa):		
Para as correspondências trocadas pela via Larissa-Katerina. .	—	0.20
A ilha de Créta.....	—	0.25
As costas da Turquia:		
1.º Para as correspondências trocadas pela via Larissa-Katerina	—	0.275
2.º Para todas as outras correspondências	—	0.20
(a) Inclue as taxas terminaes das ilhas de Chio, Lemnos e Tenedos.		

Indicação das correspondências	Taxas terminaes em francos	Taxas de transito em francos
A costa do Egypto (Alexandria ou Port-Saïd) ou a ilha de Chypre (via Alexandria).....	(a) 1.25	1.225
A costa do Egypto (Suakim):		
1.º Para as correspondências entre a Turquia ou a Tripolitana e a Arabia	—	2.
2.º Para todas as outras correspondências	(a) 2.	1.975
A costa da Serra Leôa ...	5.925	5.925
<i>Entre a ilha de Créta e:</i>		
As costas da Turquia (fronteiras européas)	—	0.25
A costa da Turquia (Rhodes)	—	0.35
A costa do Egypto (Alexandria ou Port-Saïd) ou a ilha de Chypre (via Alexandria)	0.80	0.80
A costa do Egypto (Suakim)	1.55	1.55
A costa da Arabia (Yemen).....	—	(b) 3.10
A costa da Serra Leôa	5.725	5.725
<i>Entre a costa da Turquia (Constantinopla) e:</i>		
A costa da Turquia (Salonica, Dardanellos ou Tcheshmé).....	—	0.20
<i>Entre a costa da Turquia (Salonica) e:</i>		
A costa da Turquia (Dardanellos ou Tcheshmé).....	—	0.20
<i>Entre a costa da Turquia (Dardanellos) e:</i>		
A costa da Turquia (Tcheshmé)	—	0.20
<i>Entre as costas da Turquia (Constantinopla, Dardanellos, Salonica, Lemnos, Tenedos, Chio ou Tcheshmé) e:</i>		
A costa do Egypto (Alexandria ou Port-Saïd) ou a ilha de Chypre (via Alexandria)	1.15	1.15
A costa do Egypto (Suakim):		
1.º Para as correspondências trocadas entre a Turquia e a Arabia	—	2.
2.º Para todas as outras correspondências	1.90	1.90
A costa da Arabia (Yemen):		
1.º Para as correspondências com a Turquia européa.....	—	(b) 3.
2.º Para as correspondências com Chio e Tenedos	—	(b) 3.25
A costa da Serra Leôa	(c) 5.725	5.725
<i>Entre a costa da Turquia (Rhodes) e:</i>		
A costa do Egypto (Alexandria ou Port-Saïd) ou a ilha de Chypre (via Alexandria)	1.05	1.05
A costa do Egypto (Suakim)	1.80	1.80
A costa da Arabia (Yemen):		
1.º Para as correspondências com a ilha de Rhodes	—	(b) 3.
2.º Para as correspondências com a Turquia asiatica.....	—	(b) 2.25
3.º Para as correspondências com Samos e Mitylene	—	(b) 2.50
A costa da Serra Leôa	5.725	5.725

(a) Inclue a taxa terminal da Grecia.

(b) Estas taxas serão reduzidas de fr. 1 para as correspondências officiaes do Governo ottomano.

(c) Inclue as taxas terminaes das ilhas de Chio, Lemnos e Tenedos.

Indicação das correspondencias	Taxas terminaes em francos	Taxas de transito em francos
<i>Entre a ilha de Chypre e:</i>		
A costa do Egypto (Alexandria ou Port-Said)	(a) 0.90	0.90
A costa do Egypto (Suakim)	1.35	1.35
A costa da Arabia (Aden), ilha de Perim ou a costa de Obock	3.25	3.25
A costa da Arabia (Yemen)	(b) 2.25	—
As costas das Indias britannicas (Bombaim).....	3.50	3.50
A costa da Serra Leôa	6.675	6.675
<i>Entre a costa do Egypto (Alexandria) e:</i>		
A costa do Egypto (Port-Said)	0.25	0.25
A costa da Serra Leôa	6.675	6.675
<i>Entre a costa do Egypto (via Suez) e:</i>		
A costa do Egypto (Suakim):		
1.º Para as correspondencias entre a Turquia e a Arabia trocadas pela via El-Arich.....	—	(c) 1.
2.º Para todas as outras correspondencias trocadas pela via El-Arich	1.60	1.60
3.º Para todas as outras correspondencias	(a) 1.35	(a) 1.35
A costa da Arabia (Aden), a ilha de Perim ou a costa de Obock:		
1.º Para as correspondencias trocadas com a Turquia européa e a ilha de Rhodes pela via El-Arich	2.75	2.75
2.º Para todas as outras correspondencias trocadas pela via El-Arich	3.50	3.50
3.º Para todas as outras correspondencias	(a) 3.25	(a) 3.25
A costa da Arabia (Yemen):		
1.º Para as correspondencias trocadas com a Turquia ou a Tripolitana, via El-Arich.....	—	(c) 2.
2.º Para as outras correspondencias trocadas pela via El-Arich..	—	3.50
3.º Para todas as outras correspondencias.....	(b) 2.25	(b) 2.25
A costa das Indias britannicas (Bombaim):		
1.º Para as correspondencias trocadas pela via El-Arich.....	—	4.
2.º Para todas as outras correspondencias.....	(a) 3.60	3.50
<i>Entre a costa do Egypto (Suakim) e:</i>		
A costa da Arabia (Aden), a ilha de Perim ou a costa de Obock ...	1.90	1.90
A costa da Arabia (Yemen).....	—	(d) 1.50
A costa das Indias britannicas (Bombaim).....	3.	3.
A costa da Serra Leôa.....	7.775	7.775
(a) Inclue a taxa terminal do Egypto para a primeira região.		
(b) Estas taxas serão reduzidas de fr. 1 para as correspondencias officiaes do Governo ottomano.		
(c) Esta taxa será reduzida de metade para as correspondencias officiaes do Governo ottomano.		
(d) Estas taxas serão reduzidas a 50 centimos para as correspondencias officiaes do Governo ottomano.		

Indicação das correspondências	Taxas terminaes em francos	Taxas de transito em francos
<i>Entre a ilha de Perim e:</i>		
A costa da Arabia (Aden).....	0.60	0.60
A costa de Obock.....	0.20	0.20
<i>Entre a costa da Arabia (Aden) e:</i>		
A costa de Obock.....	0.60	—
<i>Entre a costa da Arabia (Aden), a ilha de Perim ou a costa de Obock, e:</i>		
A costa das Indias britannicas (Bombaim).....	2.85	2.85
A costa da Serra Leôa.....	8.10	8.10
<i>Entre a costa da Serra Leôa e:</i>		
A ilha da Ascensão.....	1.25	—
A ilha de Santa Helena.....	2.50	—
A costa da colonia do Cabo (Cápetown).....	(a) 3.125	—
<i>Entre a ilha da Ascensão, e:</i>		
A ilha de S. Vicente (Cabo Verde), para as correspondencias locais	1.25	—
A ilha de Santa Helena.....	1.25	—
A costa da Colonia do Cabo (Capetown):		
1.º Para as correspondencias trocadas com a Europa ou transitando pela Europa, via Aden	1.25	—
2.º Para todas as outras correspondencias.....	2.50	—
<i>Entre a ilha de Santa Helena e:</i>		
A ilha de S. Vicente (Cabo Verde) para as correspondencias locais	2.50	2.50
A costa da Colonia do Cabo (Capetown), para todas as correspondencias.	1.25	—
<i>Entre a ilha de S. Vicente (Cabo Verde) e:</i>		
A costa da Colonia do Cabo (Capetown), para todas as correspondencias, salvo com a Europa ou em transito pela Europa	3.75	3.75
<i>Entre a costa do Natal (Durban) e:</i>		
A ilha Mauricia (Port-Louis):		
1.º Para as correspondencias entre a ilha Rodriguez, as ilhas Cocos-Keeling ou a Australia, de uma parte, e a costa oriental da Africa, de outra parte.....	—	0.30
2.º Para as outras correspondencias com a ilha Rodriguez ou as ilhas Cocos-Keeling.....	1.55	1.55
3.º Para as outras correspondencias com a Australia.	1.2375	1.2375
4.º Para todas as outras correspondencias (excepto com a Europa ou transitando pela Europa).....	1.25	1.25
(a) Inclue a taxa terminal da Colonia do Cabo.		

**Taxas por palavra entre a Europa,
ou em transitio pela Europa (incluindo a Argelia, a Tunisia,
Tanger e Tripoli da Africa), e**

	Adén ou Perim via directa	A costa das Indias (Bombaim) para as correspondencias com			
		As Indias britannicas e a Birmanlia	Ceilaó	Os paizes além das Indias pelas vias terrestres	Os paizes além das Indias pelos cabos da companhia Eastern Extension
A Europa e a com- panhia Eastern...	3.125 ¹	2.775	2.775	—	—

	Ascensão ou Santa Helena	A Africa do Sul, via Santa Helena	Port-Louis (Ilha Mauricia) via Santa Helena
	3.125	3.025	3.125
	—	0.10	—
A Europa e a com- panhia Eastern. Colonia do Cabo, Natal, Colonia do Orange e Trans- vaal.	3.125	3.125	3.125

¹ Esta taxa é reduzida a fr. 1,50 por palavra para as correspondencias trocadas entre a Italia e a Colonia de Erythræa, via Perim.

Taxas da sociedade allemã dos telegraphos submarinos

Indicação das correspondencias	Taxas terminaes em francos	Taxas de transitio em francos
Entre a costa da Allemanha (Emden) e a costa de Hespanha (Vigo): Para as correspondencias entre: Os Paizes Baixos, de uma parte, e Zanzibar, Moçambique, ilhas Seychelles e Mauricia, Lourenço Marques, Majunga, as posses- sões allemãs da costa oriental de Africa, as estações da com- panhia British East Africa, via Aden, e a Africa do Sul, as Indias e os paizes situados além das Indias, de outra parte..	—	0.15
Para todas as outras correspondencias.....	—	0.20

Taxas da companhia «Black Sea Telegraph»

Indicação das correspondências	Taxas terminaes em francos	Taxas de transito em francos
<i>Entre a costa da Russia (Odessa) e :</i>		
A costa da Turquia (Constantinopla) :		
1.º Para as correspondências entre o Egypto, Aden, Perim, a Africa do Sul, de uma parte, e a Russia, de outra parte....	—	0.375
2.º Para todas as outras correspondências.....	—	0.45

Taxas da companhia «Direct Spanish Telegraph»

Indicação das correspondências	Taxas terminaes em francos	Taxas de transito em francos
<i>Entre a costa da Gran-Bretanha e :</i>		
A costa de Hespanha (Bilbau) :		
1.º Para as correspondências permutadas com os cabos do Brazil da Companhia Western.....	—	0.44 ¹
2.º Para todas as outras correspondências.....	—	0.55 ¹
<i>Entre a costa da França (Marselha) e :</i>		
A costa de Hespanha (Barcelona)	—	0.30

¹ Estas taxas incluem a taxa terminal da Gran-Bretanha, mas não incluem a taxa de transito d'aquelle paiz.

Assim deliberado em Londres, aos 10 de julho de 1903, pelos delegados abaixo assignados, em conformidade dos art. 15.º e 16.º da Convenção de S. Petersburgo, para começar a vigorar em 1 de julho de 1904.

Pela Allemanha :

R. Sydow.

B. Köhler.

H. Bredauer.

Pela Republica Argentina :
F. P. Hansen.

Pela Australia (Federação) :
Henry Copeland.

Pela Austria:
Dr. Neubauer.
Stibral.

Pela Belgica :
F. Delarge.
J. Banneux.
A. Seghin.

Pela Bosnia-Herzegovina :
Dr. de Henneyey, pelo coronel Schleyer.

Pelo Brazil :
Dr. Francisco Bhering.

Pela Bulgaria:
Iv. Stoyanovitch.
T. Szontcheff.

Pelo Cabo da Boa Esperança :
J. C. Lamb.
John Ardron.
P. Benton.
R. J. Mackay.
F. W. Home.

Pelo Ceylão :
H. A. Kirk.
S. H. C. Hutchinson.

Pelas colonias portuguezas :
Alfredo Pereira.

Pela Créta :
John Ardron.

Pela Dinamarca :
N. Meyer.
V. V. E. Falek.

Pelo Egypto :
Ernest. A. Floyer.

Pela Hespanha:
Primitivo Vigil
Henrique M. Fajardo.

Pe'a França:
J. Bordelongue.
Sins.
C. M. Verlière (delegado adjunto).

Pela Gran-Bretanha:
J. C. Lamb.

John Ardron.
P. Benton.
R. J. Mackay.
F. W. Home.

Pela Grecia:
D. J. Mëtaxas.

Pela Hungria:
Dr. de Hennyey.

Pelas Indias britannicas:
H. A. Kirk.
S. H. C. Hutchinson.

Pelas Indias neerlandezas:
Perk.

Pela Indo-China franceza:
A. Gerdret.

Pela Italia:
Cardarelli.
Rodano.

Pelo Japão:
Shigemasa Machida.
Kikuma Munesuye.

Pelo Luxemburgo:
Kruijt, por Mr. Mongenast.

Por Madagascar:
L. Barbotin.

Pelo Montenegro:
Dr. Neubauer.

Pelo Natal:
J. C. Lamb.
John Ardron.
P. Benton.
R. J. Mackay.
F. W. Home.

Pela Noruega:
Rasmussen.
J. U. F. Bügge.

Pela Nova Coledonia:
C. Laurent.

Pela Nova Zelandia:
W. P. Reeves.
R. J. Mackay.

Pelos Paizes Baixos:
G. J. C. A. Pop.
Kruijt.

Pela Persia:

H. A. Kirk.

Por Portugal:

Alfredo Pereira.

Pela Romania:

E. Balaban.

Pela Russia:

M. Sévastianoff.

M. Ivanof.

Pelo Senegal:

Duchêne.

Pela Servia:

S. T. Gvozditich, e por M. D. R. Dimitriévitch.

Pelo Sião:

H. Keuchenius.

Pela Suecia:

Sahlin.

Sölve Berger.

Pela Suíssa:

J. K. Fehr.

Pela Tunisia:

Émile Daeschner.

Pela Turquia:

Melcon Yuzbachian.

M. Emin.

Pelo Uruguay:

A. Saenz de Zumaran.

(Diário do Governo n.º 130)

Attendendo ao que lhe representou o commercio de Mossamedes com fundamento nas vantagens que advirão para a industria da pescaria, uma das mais importantes d'aquelle districto, de ser facilitada a importação pelos portos da provincia de Moçambique, não sómente para consumo, mas ainda em transitó com destino ás colonias inglezas limitrophes, designadamente ao Transwaal, do peixe sêcco ali preparado, aproveitando-se assim a circumstancia dos vapores da Empresa nacional de navegação, na viagem da costa oriental, fazerem escala pelo porto de Mossamedes: Sua Majestade El-Rei ha por bem determinar que, a titulo provisorio, ao peixe sêcco, procedente de Mossamedes, importado nos portos da provincia de Moçambique, seja dado, para o effeito do pagamento de direitos, tratamento igual ao que, pelas pautas vigentes, é concedido ás mercadorias de producção e industria nacional.

O que, pela Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao Conselheiro governador geral da provincia de Angola, para os devidos effeitos.

Paço, em 1 de março de 1904.— *Manuel Raphael Gorjão.*

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — S. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar encarrega-me de dizer a v. ex.^a, em resposta ao officio, n.º 33, de 13 de fevereiro findo, que a elevação a 205 réis do auxilio para rancho dos sargentos é extensiva aos officiaes inferiores da companhia indigena de artilharia de guarnição.

Deus guarde a v. ex.^a — Inspeção geral de fazenda do ultramar, em 1 de março de 1904. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador da provincia de Cabo Verde. — O inspector geral, *J. Navarro d'Andrade*.

(Inédito).

Sendo-me presente a consulta do Supremo Tribunal administrativo ácerca do recurso n.º 4:488, em que são recorrentes Alfredo dos Santos Pinto e João Innocencio Machado, e recorrida a Camara municipal do concelho de S. Thomé, e de que foi relator o Conselheiro, vogal effectivo, Eduardo José Segurado :

Mostra-se d'este processo que o presente recurso vem interposto pelos recorrentes do accordão do Conselho do Governo da provincia de S. Thomé e Príncipe, que denegou provimento no recurso do administrador do concelho da cidade de S. Thomé da deliberação da respectiva Camara municipal sobre a posse de um caminho publico, que passa entre as propriedades agricolas «Guegue» e «Pedroma» ;

O que tudo visto e a resposta do Ministerio publico :

Considerando que os recorrentes pretendem sustentar que a Camara recorrida não tem a posse da estrada a que allude, e que, nos termos da lei, as questões de posse e de propriedade só competem ás justiças ordinarias:

Hei por bem, conformando-me com a mesma consulta, rejeitar o recurso por illegalmente interposto.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 10 de março de 1904 = REI. = *Manuel Raphael Gorjão*.

(Diario do Governo n.º 57).

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — S. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar encarrega-me de communicar a v. ex.^a, em satisfação ao seu officio, n.º 169, de 21 de janeiro ultimo, que auctorizou o abono do subsidio com caracter permanente aos officiaes dos quadros do ultramar em serviço na 2.^a companhia indigena de infantaria d'essa provincia, a que se refere a rubrica das actuaes tabellas orçamentaes, em substituição das gratificações propostas para os mesmos, pelo governador do Congo, no officio, n.º 264, que por copia foi enviado a esta Secretaria d'Estado com o d'esse Governo geral, n.º 1:093 de 21 de novembro de 1902.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 11 de março de 1904. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador geral da provincia d'Angola. — O director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Boletim official d'Angola n.º 13).

Sendo indispensavel, para assegurar a inteira observancia das regras estabelecidas para a cobrança dos emolumentos consulares e a exacta applicação das respectivas taxas aos varios actos praticados pelos funcionarios consulares, colligir n'um só diploma todas as disposições leaes sobre o assumpto: hei por bem approvar, para ter immediata execução, a tabella de emolumentos consulares, annexa a este decreto e que d'elle faz parte, na qual se acham colligidos e devidamente coordenados todos os preceitos que regem a applicação e cobrança d'este imposto, contidos nas leis de 5 de maio de 1898 e 13 de julho de 1899, no decreto de 8 de agosto e no regulamento consular de 24 de dezembro de 1903, e nas mais disposições vigentes.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios estrangeiros assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 17 de março de 1904. = REI. = *Wenceslau de Sousa Pereira Lima*.

**Tabella dos emolumentos consulares que se devem cobrar
nos consulados de Portugal e suas respectivas dependencias**

SECÇÃO I

Registo pessoal

1.º Termo ou assento de qualquer acto referente ao estado civil, lavrado a requerimento de interessado	1\$200
2.º Transcripção de autographo de nascimento ou obito occorrido em viagem de mar	Gratis
3.º Inscripção no registo dos subditos portuguezes	Gratis
4.º Titulo de nacionalidade ou certificado de inscripção:	
a) Quando pedido dentro de sessenta dias contados da chegada ao paiz..	\$500
b) Quando concedido a colono que, dentro de quinze dias contados do desembarque, se apresente na chancellaria consular, e cujo contracto de locação de serviços houver sido legalmente feito em Portugal	Gratis
c) N'outras circumstancias	1\$000
5.º Visto ou renovação do titulo de nacionalidade	\$250
6.º Termo de declaração de nacionalidade portugueza	1\$000
7.º Termo de juramento de fidelidade, para os effeitos do recrutamento militar	Gratis
8.º Inscripção no registo dos protegidos, ou patente de protecção consular a estrangeiros em paizes não christãos	6\$000
9.º Patentes de associação commercial ou agricola concedidas pelos consules portuguezes em paizes não christãos a estrangeiros, empregados ou criados de subditos portuguezes	3\$000
10.º Certificado de nacionalidade, passado annualmente aos individuos comprehendidos nas duas verbas antecedentes	1\$000
11.º Passaporte	1\$500
§ unico. Respeitando o passaporte a duas ou mais pessoas que não estejam entre si nas relações de marido e mulher, paes e filhos sob o patrio poder, tutor e tutelados, amo e um creado, será devido o emolumento como se cada qual tirasse o seu passaporte.	
12.º Visto em passaporte	1\$000

SECÇÃO II

Actos de processo

13.º Intervenção do funcionario consular em diligencia ou acto praticado fóra da respectiva chancellaria consular, como imposição ou levantamento de sellos, arrolamento, arrecadação, inventario, avaliação, vistoria, inquerito, etc.:	
a) Na cidade ou villa que fôr séde do posto consular	3\$000
b) Fóra da séde do posto consular, ou no mar	6\$000
c) Durando a diligencia mais de um dia, de cada um além do primeiro	2\$500
§ 1.º Effectuando-se duas ou mais diligencias no mesmo local e dia, com referencia a um unico espolio, navio, etc., serão applicadas as taxas precedentes como se se tratasse de uma só diligencia.	
§ 2.º Comparecendo o funcionario consular no local da diligencia, mas deixando esta de verificar-se por motivo ou facto alheio ao mesmo funcionario, cobrar-se-hão os emolumentos como se tivesse sido effectuada.	
14.º Nomeação de louvados ou peritos, incluindo o termo d'essa nomeação	3\$000
15.º Presidencia a reunião de credores, de herdeiros, de Conselho de familia, ou da Commissão consultiva	3\$000

a) Sendo mais de um processo ou espólio incluído na deliberação da Comissão consultiva, cada um	1\$800
16.º Anúncios, éditos ou editaes, cada lauda	1\$000
17.º Notificação individual de qualquer decisão ou acto	1\$000
18.º Exame de livros, processos, títulos ou quaesquer documentos para averiguação de facto referente a contracto, certidão, justificação, liquidação, etc.	4\$500
19.º Inquirição, depoimento e assentada, relativamente a cada testemunha ou depoente	1\$500
20.º Nota ou conta de venda em leilão ou arrematação de bens moveis, fazendas, generos, joias, roupas e outros valores, quando não haja de lavrar-se escriptura, por objecto ou lote arrematado:	
Até 50\$000 réis	\$500
Até 100\$000 réis	\$800
Até 500\$000 réis	1\$500
Até 1:000\$000 réis	2\$500
De mais de 1:000\$000 réis, relativamente a cada 1:000\$000 réis ou fracção	2\$000
§ unico. Este emolumento será pago pelo arrematante.	
21.º Guia ou ordem para pagamento de imposto ou para deposito de valores ..	1\$000
a) Se a guia referente a pagamento de imposto contiver declaração do grau de parentesco de herdeiro ou herdeiros, ou se a guia de deposito contiver descrição de objectos	1\$500
22.º Busca de testamento e sua apresentação á auctoridade local a fim de ser aberto e registado	5\$000
23.º Abertura de testamento, incluindo o respectivo auto	4\$000
24.º Despacho proferido em requerimento avulso	\$250
25.º Decisão interlocutoria ou tendente a preparar o processo	1\$000
26.º Decisão definitiva ou homologação em processo de composição amigavel; de inventario e partilha ou sobre-partilha; de calculo ou conta quando houver um só herdeiro; de rateio, de divisão de cousa commum; de liquidação de herança; de justificação de divida ou credito; commercial, arbitral, ou outro:	
a) Sendo o valor determinado:	
Até 500\$000 réis	1\$000
Até 1:000\$000 réis	2\$000
De mais de 1:000\$000 réis, relativamente a cada 1:000\$000 réis ou fracção	1\$500
b) Sendo o valor indeterminado	5\$000
27.º Pertence e entrega de acção ou obrigação de Banco ou companhia, ou outro titulo de credito	1\$500
28.º Auto de imposição ou levantamento de sellos, arrolamento, arrecadação, inventario, descrição, avaliação, partilha, sobre-partilha, deposito, exame, arbitramento, vistoria, reunião de credores, de herdeiros, de Conselho de familia ou outro acto analogo; acta da deliberação da Comissão consultiva:	
a) Não excedendo duas laudas	2\$000
b) Cada lauda que accrescer	1\$000
29.º Auto de compromisso arbitral	4\$000
30.º Termo de autoação, vista, data, juntada ou conclusão	\$250
31.º Qualquer auto ou termo não especificado na presente tabella, por lauda ...	1\$000
32.º Conta corrente de debito e credito, cada parcella	\$050
33.º Numeração, rubrica e sellagem das folhas de qualquer processo, cada lauda.	\$050

SECÇÃO III

Actos de notariado

- 34.º Escriptura publica, fóra do caso previsto no n.º 58.º:
a) Sendo determinado o valor do objecto:

Até 1:000\$000 réis	2\$000
De mais de 1:000\$000 réis, relativamente a cada 1:000\$000 réis ou fracção	1\$500
b) Sendo o valor indeterminado ..	4\$000
35.º Testamento publico	4\$000
36.º Approvação de testamento cerrado	3\$000
37.º Depósito de testamento, comprehendido o respectivo termo	2\$500
38.º Levantamento do depósito de que trata o numero antecedente, comprehendido o respectivo termo	1\$500
39.º Procuração publica	2\$500
40.º Substabelecimento de procuração	1\$500
41.º Reconhecimento de letra e assignatura de procuração ou substabelecimento particular	2\$000
42.º Reconhecimento de assignatura ou assignaturas, ou outra legalisação similhante, nos casos não especificados na presente tabella	1\$500
a) Se a legalisação depender de conferencia de copias ou traducções, que não tenham sido feitas na chancellaria consular, accrescerá por lauda conferida.	1\$000
N. B. Sendo apresentado algum documento, que contenha uma ou mais assignaturas que tenham de ser reconhecidas por uma só assignatura do funcionario consular, não se cobra mais do que o emolumento de 1\$500 réis.	
Todas as vezes, porém, que em qualquer documento, tenha de fazer-se, a pedido das partes, mais de um reconhecimento, o emolumento tem de recair sobre cada um d'esses reconhecimentos.	
43.º Termo de abertura de signal ou firma e respectiva abonação	1\$000
44.º Protesto por falta de acceite ou pagamento de letra, incluindo a intimação ou intimações e o instrumento respectivo, sobre o valor do titulo protestado:	
Até 500\$000 réis	1\$500
Até 2:000\$000 réis	3\$000
De mais de 2:000\$000 réis	4\$000
45.º Apontamento do protesto a que se refere o numero antecedente	1\$000
46.º Instrumento lavrado fóra das notas, não especificado na presente tabella, cada lauda	1\$000
47.º Traslado ou certidão extrahida <i>verbo ad verbum</i> do livro de notas; publica forma de documento avulso:	
Pela primeira lauda	1\$500
De cada lauda seguinte	1\$000

SECÇÃO IV

Actos relativos à navegação

48.º Visto em declaração de carga, em duplicado (qualquer que seja a natureza e quantidade do carregamento, não podendo, porém, cada declaração comprehender mercadorias remetidas em mais de um navio ou por mais de um expedidor ou mais de um consignatario), emolumento pago pelo carregador	2\$250
49.º Autenticação dos dois manifestos do mesmo teor, exame, rubrica e numeração dos respectivos conhecimentos, relativamente a cada tonelada liquida de lotação do navio, systema Moorson:	
Sendo portuguez	\$005
Sendo estrangeiro	\$010
§ unico. Não se contarão, para o effeito da applicação d'este numero, as toneladas excedentes a 1:000.	
N. B. Este numero é applicavel, em vez do n.º 48, no despacho consular de mercadorias para as provincias ultramarinas onde fôr ainda exigida a autenticação dos manifestos de carga.	

50.º Visto na declaração da quantidade e peso de volumes de tabaco em transitio:	
a) Sendo o navio portuguez	1\$500
b) Sendo o navio estrangeiro	2\$000
51.º Visto na declaração relativa a venda de carga em porto de arribada:	
a) Sendo o navio portuguez	1\$500
b) Sendo o navio estrangeiro	2\$000
52.º Despacho de navio (compreendendo: certidão da quantidade e qualidade de lastro; carta de saude; visto na carta de saude; rol de equipagem; visto no rol de equipagem com designação dos portos do destino e declaração do modo como tiver o capitão observado a lei e regulamentos vigentes; legalisação de qualquer alteração ao rol de equipagem; visto na certidão de registo ou titulo de propriedade do navio; visto na relação de passageiros; visto no diario nautico, quaesquer que sejam d'estes documentos os que, conforme as circumstancias e as respectivas prescripções do regulamento consular, deverem ser expedidos ou legalizados em cada porto estrangeiro), emolumento pago pelo capitão ou mestre:	
a) Navio portuguez ou estrangeiro tomando carga de valor superior a 180\$000 réis	9\$000
b) Navio portuguez ou estrangeiro vindo em lastro, ou tomando carga de valor até 180\$000 réis	4\$500
c) Navio portuguez em navegação de grande ou pequena cabotagem, nos casos das alíneas a), b) e d), metade do emolumento respectivo.	
d) Quando haja qualquer acto de despacho em caso não previsto nas alíneas a) e b), será cobrado o emolumento de	4\$500
N. B. Quando um navio portuguez ou estrangeiro tome carga n'um porto estrangeiro com destino a outro porto estrangeiro, e toque apenas em porto portuguez para deixar passageiros, ou tomar carvão, o emolumento consular a cobrar pela carta de saude é o de 4\$500 réis, fixado na alínea d). (Despacho de 26 de abril de 1900).	
53.º Visto consular no diario nautico dos praticantes matriculados em navios portuguezes (despacho de 22 de junho de 1899, que manda applicar a este visto o emolumento correspondente aos certificados não especificados, n.º 67).	1\$200
54.º Relatorio ou protesto de mar, seu recebimento e legalisação	2\$000
55.º Numeração e rubrica de qualquer dos quatro livros de bordo	3\$000
56.º Inventario de navio, seus aprestos e carga:	
Pela primeira lauda	2\$500
De cada lauda seguinte	1\$000
57.º Declaração de innavigabilidade e auctorisação para venda de navio	4\$500
58.º Escripura de transmissão de navio (entre portuguezes) ou registo d'essa escriptura, remessa da respectiva copia á Secretaria do competente tribunal de commercio e averbamento no passaporte real	5\$000
59.º Exame e legalisação da escriptura de compra de navio estrangeiro feita por subdito portuguez; e concessão de passaporte provisório	6\$000
60.º Auctorisação para levantamento de dinheiro	4\$500
61.º Qualquer acto ou diligencia para a repatriação de marinheiros portuguezes ou para a sua admissão em hospital ou casa de saude	Gratis
62.º Auctorisação para a matricula de marinheiro portuguez em navio mercante estrangeiro	1\$000

SECÇÃO V

Actos diversos

63.º Certidão narrativa extrahida de processo, livro ou registo consular:	
Não excedendo duas laudas	2\$000
Cada lauda que accrescer	1\$000

64.º	Certidão <i>verbo ad verbum</i> extrahida de processo, livro ou registo consular:	
	Não excedendo duas laudas	1\$500
	Cada lauda que accrescer	\$750
65.º	Certificado de origem de mercadorias	1\$000
66.º	Visto em certificado ou declaração de origem de mercadorias	\$900
67.º	Certificad, attestado, auctorisação ou alvará de licença, não especificado na presente tabella	1\$200
68.º	Informação a requerimento particular	1\$500
69.º	Deposito de documentos, processos ou registos, a requerimento particular, incluindo o respectivo termo	4\$000
70.º	Levantamento do deposito a que se refere o numero antecedente, incluindo o respectivo termo.	2\$000
71.º	Traducção de qualquer documento para a lingua portugueza—Cada lauda .	2\$000
72.º	Traducção de qualquer documento da lingua portugueza para lingua estrangeira—Cada lauda	4\$000
73.º	Qualquer acto escripto, transcripto ou registado, não especificado na presente tabella—Cada lauda	1\$000
74.º	Busca nos livros, papeis ou processos do posto consular, quer findos quer sem andamento:	
	De um anno a tres, exgeptuando o corrente	2\$000
	De mais de tres annos, cada anno	\$600
	§ 1.º Este emolumento não poderá, comtudo, exceder 10\$000 réis em caso algum.	
	§ 2.º Se a parte apontar o anno, não se cobrará mais do que metade dos emolumentos em relação a cada anno decorrido.	
	§ 3.º Referindo-se a busca a tempo indeterminado, depositará o requerente réis 10\$000; e, se houver determinação de anno, o deposito não excederá o emolumento correspondente.	
	§ 4.º O emolumento relativo á busca será independente do que fôr devido pela certidão que, porventura, se requerer.	

SECÇÃO VI.

Percentagens

- 75.º Intervenção do funcionario consular na venda de navio portuguez — 1 por cento sobre o producto da venda.
- 76.º Intervenção do funcionario consular no levantamento dos fundos necessarios para fornecimento de navio de guerra nacional — 1 por cento sobre o valor d'esses fundos.
- 77.º Presidencia do funcionario consular a leilão ou arrematação em hasta publica — por cento sobre o producto da venda, excepto nos casos a que se referem os n.ºs 75.º e 79.º.
- § unico. A commissão do leiloeiro será sempre paga pelo arrematante, segundo a taxa do estilo na localidade.
- 78.º Guarda e deposito de dinheiro, fazendas ou quaesquer valores ou titulos alheios a espolios — 2 1/2 por cento sobre o seu valor.
- 79.º Arrecadação, administração e liquidação de espolios — 4 por cento:
- a) Sobre o valor arbitrado, quer por avaliação, quer por cotação, aos bens que se conservarem na mesma especie em que fôram arrecadados.
 - b) Sobre o valor real dos fundos publicos ou outros papeis de credito, bem como sobre o valor de propriedades immobiliarias, em que, durante a administração consular, fôrem convertidos quaesquer bens da herança.
 - c) Sobre as sommas em dinheiro que fizerem parte da herança ou d'ella resultarem, e que não fôrem absorvidas pelo passivo.
- § unico. Esta percentagem recáe unicamente sobre o producto liquido da herança, e será cobrada no acto da entrega d'este producto aos legatarios, herdeiros ou seus representantes, ou no acto da sua remessa para o deposito publico.

- 80.º Cobrança de creditos ou de quaesquer valores, mercê da intervenção da auctoridade consular, e nomeadamente nos casos de liquidação de espolio, verba paga pelos credores, e recaindo sobre o producto liquido por elles recebido — 2 1/2 por cento.
 - 81.º A deducção das percentagens fixadas na presente secção não dispensa o pagamento dos emolumentos devidos pelos diversos actos taxados nas secções anteriores, e das necessarias despesas de conservação, bem como das de cobrança de quaesquer rendimentos ou dividas activas.
- § unico. Os espolios arrecadados pelos funcionarios consulares portuguezes ficarão sujeitos ás percentagens estabelecidas na tabella vigente ao tempo em que a respectiva arrecadação houver sido iniciada.

SECÇÃO VII

Sobretaxas

- 82.º Os subditos portuguezes que, nos primeiros seis mezes depois de fixarem a sua residencia no districto consular, se não tiverem feito inscrever no registo ou matricula, pagarão, além dos emolumentos determinados n'esta tabella, uma taxa supplementar de 25 por cento por todos os actos consulares em que fôrem interessados. Esta sobretaxa continuará a ser applicavel durante os seis mezes que se seguirem á matricula.
- 83.º Os funcionarios consulares na China, Japão, Sião e Hong-Kong cobrarão, com referencia aos actos que praticarem, a sobretaxa de 25 por cento, que recairá sobre as verbas n.ºs 1.º a 47.º e 63.º a 74.º d'esta tabella.

SECÇÃO VIII

Disposições geraes

- 84.º As receitas provenientes da applicação d'esta tabella constituem receita do Estado nos consulados de 1.ª e de 2.ª classe.
- Nos consulados de 3.ª classe e nos vice-consulados com séde propria, assim como nas agencias consulares, metade d'aquellas receitas pertencerá ao consul, vice-consul ou agente consular, e a outra metade ao Estado.
- Nos paizes não christãos poderá o Governo applicar os rendimentos das verbas n.ºs 8.º, 9.º, e 10.º, até o limite maximo de 600\$000 réis, para retribuir os serviços do vice-consul que na localidade, séde do consulado de 1.ª ou de 2.ª classe, coadjuvar permanentemente o respectivo consul pelas necessidades do serviço assim o exigirem.
- 85.º Além do emolumento que competir a qualquer acto, em conformidade do estatuido nas secções 1.ª a 5.ª, nenhum emolumento se cobrará pelo registo d'esse acto, quando prescripto pelas disposições regulamentares em vigor.
- 86.º Para a contagem dos emolumentos, cada lauda conterà vinte e cinco regras, e cada regra ou linha trinta letras; a lauda incompleta por ser a ultima do documento, ou por este constar de menos de vinte e cinco regras, e as linhas em que entram algarismos, ter se hão como completas.
- 87.º Os emolumentos, fixados em réis (secções 1.ª a 5.ª), serão computados em ouro, pelo cambio ao par, e cobrados no equivalente da moeda do paiz.
- 88.º Os salarios de peritos serão arbitrados segundo as leis ou usos locaes.
- 89.º Serão gratuitos:
 - 1.º Os actos praticados a favor de indigentes, considerando-se taes os individuos que recebem soccorros da caridade publica e são incapazes de adquirir meios de subsistencia;
 - 2.º Os actos relativos á expedição de navios de guerra, de barcos de recreio, como taes registados, e de embarcações (de pesca ou mercantes) que tenham

menos de 100 metros cubicos de capacidade ou 35 toneladas brutas de arqueação pelo systema Moorson;

3.º As resalvas para marinheiros;

4.º As certidões, legalisações e informações prestadas por ordem superior, a bem do serviço publico, ou por solicitação de funcionario estrangeiro.

§ unico. Esta gratuidade, bem como a estatuida nos n.ºs 2.º, 3.º, 4.º, 7.º e 61.º, deverá ser declarada nos respectivos documentos, com expressa menção do numero em que se fundar.

90.º Salvas as excepções designadas no numero antecedente, não poderá o funcionario consular praticar gratuitamente acto algum dos taxados na presente tabella; de vendo lançar á margem do documento que expedir ou legalisar o seguinte recibo, por elle rubricado ou pelo respectivo chanceller:

«Pagou a quantia de... (por extenso), segundo o n.º... da tabella; ficando esta importancia lançada no livro de receita sob n.º...».

§ unico. A requerimento do interessado e mediante o emolumento de 1\$000 réis, poderá ser passado recibo avulso de quaesquer quantias pagas em conformidade da presente tabella.

91.º Quando fôr de necessidade devidamente comprovada perante o Ministerio dos negocios estrangeiros, ou o interessado pretender que certo acto se pratique na chancellaria fóra das horas de serviço, pertencerá ao funcionario consular a compensação pessoal de 4\$500 réis.

§ 1.º Não dará direito a esta compensação pessoal o trabalho que para cumprimento do disposto no artigo 149.º do regulamento consular houver de prolongar-se além das horas do serviço.

§ 2.º O tempo do serviço ou expediente ordinario será, quanto possivel, regulado pelos usos locais, mas nunca inferior a seis horas consecutivas em cada dia não santificado.

92.º O interessado que reclamar a presença do funcionario consular, para praticar algum acto ou intervir em qualquer diligencia que tenha de effectuar-se fóra da chancellaria consular, deverá satisfazer préviamente, além do emolumento respectivo, a compensação pessoal de 4\$500 réis.

§ 1.º Quando o acto ou diligencia se effectuar a mais de 4 kilometros da chancellaria consular, deverá o interessado pagar, além da verba d'este numero, as despesas ordinarias de transporte do funcionario consular e do empregado que indispensavelmente o acompanhe.

§ 2.º O empregado subalterno que indispensavelmente houver de coadjuvar o funcionario consular na realisação do referido acto ou diligencia perceberá a compensação tambem pessoal de 2\$250 réis.

§ 3.º A compensação pessoal determinada n'este numero acrescercará á do antecedente, sempre que concorrerem as circumstancias de o acto ou diligencia ser praticado fóra da chancellaria consular e fóra das horas do expediente.

93.º Esta tabella, em portuguez e na lingua do paiz, deverá estar patente na chancellaria consular.

Paço, em 17 de março de 1904. — *Wenceslau de Sousa Pereira Lima.*

(Diario do Governo n.º 114)

Termo do contracto de troca dos talhões numeros tres, quatro e seis pelos talhões numeros sete, nove e onze, e rectificação da área dos talhões numeros um, dois e cinco a doze dos terrenos situados na Machaquene e partilhados entre o Estado e a «The Eastern & South African Telegraph Company Limited», por contracto celebrado em dez de setembro de mil novecentos e tres.

Aos vinte e tres dias do mez de março do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos e quatro, n'esta cidade de Lourenço Marques, na Repartição superior de fazenda da provincia de Moçambique e no gabinete do inspector de fazenda, onde eu, Antonio Augusto Pacheco, official provisorio da mesma Repartição, compareci, ahí se achavam presentes Leonel Cardoso, inspector de fazenda de primeira

classe, na qualidade de representante da fazenda publica n'esta provincia e primeiro outorgante, Joseph Robert Smith, na qualidade de segundo outorgante e como representante da «The Eastern & South African Telegraph Company Limited», com séde em Londres, o que fez certo pela procuração bastante que se acha archivada no maço respectivo e será transcripta nos traslados que d'este contracto se tirarem, com a assistencia do doutor Diogo Crispiniano da Costa, procurador da Corôa e Fazenda n'este districto judicial, e as testemunhas idoneas ao deante nomeadas e no fim assignadas, todos de mim bem conhecidos e das mesmas testemunhas, que me certificaram serem os proprios, do que dou fé.

Pelo primeiro outorgante, o inspector de fazenda, foi dito que, em virtude do accordo e partilha feita entre a «The Eastern & South African Company Limited» e o Estado, por contracto celebrado nas minhas notas em dez de setembro do anno findo, tinham cabido a este os talhões numeros *tres*, *quatro* e *seis* e bem assim outros que fazem parte dos terrenos situados, parte na Machaquene e parte no alto da Ponta Vermelha;

Que o talhão numero *tres* tem de área dois mil cento e doze metros quadrados ($2:112^{m2}$) e confronta pelo N. nordeste com serventia publica projectada, pelo W.este pelos talhões numeros um e dois, pelo S. sudoeste com o talhão numero quatro e pelo S. sudeste com o talhão numero seis; o talhão numero *quatro* tem de área mil seiscentos e oitenta e um metros quadrados ($1:681^{m2}$) e confronta pelo N. nordeste com o talhão numero tres, pelo N. oeste com o talhão numero um, pelo S. sudoeste com a avenida Infante D. Henrique e pelo S. sudeste com o talhão numero cinco; e o talhão numero *seis* tem de área mil e oitocentos metros quadrados ($1:800^{m2}$) e confronta pelo N. nordeste com serventia publica projectada, pelo W. noroeste com o talhão numero tres, pelo S. sudoeste com o talhão numero cinco e pelo S. sudeste com o talhão numero sete; que as áreas dos tres talhões supra designados e confrontados, na totalidade de cinco mil quinhentos e noventa e tres metros quadrados ($5:593^{m2}$) conjuntamente com as dos talhões numeros *oito*, *dez* e *doze*, na razão de mil e oitocentos metros quadrados ($1:800^{m2}$) cada um, ou sejam cinco mil e quatrocentos metros quadrados ($5:400^{m2}$), tambem pertencentes ao Estado, eleva se a dez mil novecentos e noventa e tres metros quadrados ($10:993^{m2}$). Pelo segundo outorgante, Joseph Robert Smith, como representante da «The Eastern & South African Telegraph Company Limited», foi dito que a esta tinham cabido os talhões numeros *sete*, *nove* e *onze*, e bem assim outros que tambem fazem parte dos já mencionados terrenos situados, parte na Machaquene e parte no alto da Ponta Vermelha;

Que o talhão numero *sete* tem de área mil e oitocentos metros quadrados ($1:800^{m2}$) e confronta pelo N. nordeste com serventia publica projectada, pelo W. noroeste com o talhão numero seis, pelo S. sudoeste com o talhão numero oito e pelo S. sudeste com o talhão numero dez; o talhão numero *nove* tem de área mil e oitocentos metros quadrados ($1:800^{m2}$) e confronta pelo N. nordeste com o talhão numero dez, pelo W. noroeste com o talhão numero oito, pelo S. sudoeste com a avenida Infante D. Henrique e pelo S. sudeste com o talhão numero doze; e o talhão numero *onze* tem de área mil e oitocentos metros quadrados ($1:800^{m2}$) e confronta pelo N. nordeste com serventia publica projectada, pelo W. noroeste com o talhão numero dez, pelo S. sudoeste com o talhão numero doze e pelo S. sudeste com serventia publica projectada;

Que as áreas dos tres talhões supramencionados e confrontados, na totalidade de cinco mil e quatrocentos metros quadrados ($5:400^{m2}$), conjuntamente com as dos talhões numeros *um*, *dois* e *cinco*, na totalidade de oito mil trezentos e oitenta e oito metros quadrados ($8:388^{m2}$), pertencendo ao numero um, tres mil duzentos e trinta e cinco metros quadrados ($3:235^{m2}$), ao numero dois, tres mil trezentos e cincoenta e tres metros quadrados ($3:353^{m2}$); e ao numero cinco, mil e oitocentos metros quadrados ($1:800^{m2}$), eleva-se a treze mil setecentos e oitenta e oito metros quadrados ($13:788^{m2}$). Foi dito mais pelo primeiro outorgante, inspector de fazenda, que, em harmonia com a auctorisação do Governo contida em a nota de serviço da Seretaria geral, sob o numero cento e quatro, quatrocentos e vinte e seis, ($104/426$) de cinco de fevereiro ultimo, que fica no respectivo maço para tambem ser transcripta nos traslados que se tirarem do contracto, e tendo o segundo outorgante, a «The Eastern & South African Telegraph Company Limited», cedido ao municipio d'esta cidade uma orla de terreno do que lhe coube com a área de seiscentos e quatro metros quadrados (604^{m2}) para effeitos de alargamento da avenida da Rainha, a fim de dar amplo accesso á viação, resolvera o Estado

dar-lhe em compensação igual área que é deduzida dos talhões sob os numeros *oito a doze*, que, em virtude da troca, lhe ficam pertencendo, o que foi accedido pelo segundo outorgante. Neste acto concordaram o primeiro e o segundo outorgantes em trocar entre si os talhões numeros *tres, quatro e seis* e os numeros *sete, nove e onze*, e bem assim em alterar as áreas dos talhões sob os numeros *um, dois e cinco a doze* para que o segundo outorgante fique compensado com uma área a mais, igual á que cedeu ao município, o que se effectuou pela seguinte forma: ao primeiro outorgante, o Estado, ficam pertencendo os talhões sob os numeros *sete, oito, nove, dez, onze e doze*, com a área total de dez mil duzentos e doze metros quadrados (10.212^{m^2}), a saber: talhão numero *sete*, com a área de mil setecentos e dois metros quadrados (1.702^{m^2}), confrontando pelo N. nordeste com serventia publica projectada, pelo W. noroeste com o talhão numero *seis*, pelo S. sudoeste com o talhão numero *oito* e pelo S. sudeste com o talhão numero *dez*; talhão numero *oito*, com a área de mil setecentos e dois metros quadrados (1.702^{m^2}), confrontando pelo N. nordeste com o talhão numero *sete*, pelo W. noroeste com o talhão numero *cinco*, pelo S. sudoeste com a avenida Infante D. Henrique e pelo S. sudeste com o talhão numero *nove*; talhão numero *nove*, com a área de mil setecentos e dois metros quadrados (1.702^{m^2}), confrontando pelo N. nordeste com o talhão numero *dez*, pelo W. noroeste com o talhão numero *oito*, pelo S. sudoeste com a avenida Infante D. Henrique e pelo S. sudeste com o talhão numero *doze*; talhão numero *dez*, com a área de mil setecentos e dois metros quadrados (1.702^{m^2}), confrontando pelo N. nordeste com serventia publica projectada, pelo W. noroeste com o talhão numero *sete*, pelo S. sudeste com o talhão numero *nove* e pelo S. sudeste com o talhão numero *onze*; talhão numero *onze*, com a área de mil setecentos e dois metros quadrados (1.702^{m^2}), confrontando pelo N. nordeste com serventia publica projectada, pelo W. noroeste com o talhão numero *dez*, pelo S. sudoeste com o talhão numero *doze* e pelo S. sudeste com serventia publica projectada; e talhão numero *doze*, com a área de mil setecentos e dois metros quadrados (1.702^{m^2}), confrontando pelo N. nordeste com o talhão numero *onze*, pelo W. noroeste com o talhão numero *nove*, pelo S. sudoeste com a avenida Infante D. Henrique e pelo S. sudeste com serventia publica projectada: e ao segundo outorgante, a «The Eastern & South African Telegraph Company Limited» ficam pertencendo os talhões sob os numeros *um, dois, tres, quatro, cinco e seis*, com a área total de quatorze mil trezentos e noventa e dois metros quadrados (14.392^{m^2}), a saber: talhão numero *um*, com a área de tres mil cento e setenta e dois metros quadrados (3.172^{m^2}), confrontando pelo Norte com o talhão numero *dois*, pelo S. sudoeste com a avenida Infante D. Henrique, pelo Oeste com a avenida da Rainha, pelo S. este com o talhão numero *quatro* e pelo E. este com o talhão numero *tres*; talhão numero *dois*, com a área de tres mil duzentos e trinta e nove metros quadrados (3.239^{m^2}), confrontando pelo N. nordeste com serventia publica projectada; pelo Oeste com a avenida da Rainha, pelo Sul com o talhão numero *um* e pelo E. este com o talhão numero *tres*; talhão numero *tres* com a área de dois mil cento e doze metros quadrados (2.112^{m^2}), confrontando pelo N. nordeste com serventia publica projectada, pelo Oeste com os talhões numeros *um e dois*, pelo S. sudeste com o talhão numero *quatro* e pelo S. sudeste com o talhão numero *seis*; talhão numero *quatro*, com a área de mil seiscentos e oitenta e um metros quadrados (1.681^{m^2}), confrontando pelo N. nordeste com o talhão numero *tres*, pelo N. oeste com o talhão numero *um*, pelo S. sudoeste com a avenida Infante D. Henrique e pelo S. sudeste com o talhão numero *cinco*; talhão numero *cinco*, com a área de dois mil e noventa e quatro metros quadrados (2.094^{m^2}), confrontando pelo N. nordeste com o talhão numero *seis*, pelo W. noroeste com o talhão numero *quatro*, pelo S. sudoeste com a avenida Infante D. Henrique e pelo S. sudeste com o talhão numero *oito*; e talhão numero *seis*, com a área de dois mil e noventa e quatro metros quadrados (2.094^{m^2}), confrontando pelo N. nordeste com serventia publica projectada, pelo W. noroeste com o talhão numero *tres*, pelo S. sudoeste com o talhão numero *cinco* e pelo S. sudeste com o talhão numero *sete*: tudo nos termos da competente planta, organizada na secção de agrimensura, que vae devidamente assignada pelos outorgantes e fica archivada tambem no maço competente como documento fazendo parte integrante d'este contracto. Em seguida foi dito pelos outorgantes, que transferem reciprocamente toda a acção, dominio e posse que tinham, e lhes dão outorga para tomar posse judicial ou extra-judicial como e quando lhes convenha.

Disseram mais, que de commum accordo reputam o valor de cada um dos terrenos

trocados, cedidos e compensados egual aos outros e, por isso, sem direitos a tornas, não apresentando os conhecimentos de pagamento de contribuição de registo por ella não ser devida. No fim vão colladas e competentemente inutilisadas as estampilhas no valor de mil e quinhentos réis (1\$500 réis) que exige para pagamento do imposto do sello devido por este termo de contracto.

Assim o disseram, outorgaram e acceitaram na presença das testemunhas, Bernardo Heitor Antonio Lobato da Silveira de Lorena e Affonso Henriques Menezes Cabral, casados, maiores em idade e funcionarios publicos, aqui residentes.

E para constar mandei lavrar o presente termo de contracto, que, depois de lido em voz alta, vae por todos assignado conjuntamente connigo, Antonio Augusto Pacheco, official provisorio da mesma Repartição, que o subscrevi em publico. = (ass.) Leonel Cardoso, inspector de fazenda de primeira classe = Joseph Robert Smith, p. p. The Eastern & South African Telegraph C.^o Limited = Bernardo Heitor Antonio Lobato da Silveira de Lorena = Affonso Henriques de Menezes Cabral. — Fui presente, Diogo Crispiniano da Costa = Antonio Augusto Pacheco, official provisorio. Logar de duas estampilhas, sendo uma de mil réis e outra de quinhentos réis, devidamente inutilisadas. (*Segue a procuração*)

To all to whom these presents shall come we, The Eastern and South African Telegraph Company Limited, whose registered office is at Electra House Moorgate in the city of London send greeting: whereas The Eastern and South African Telegraph Company Limited (hereinafter referred to as the said Company) are the owners of certain lands and hereditaments situated in or adjacent to the city of Lourenço Marques, in the province of Mozambique, which said lands and hereditaments are more particularly delineated and selford in the map or plan here to annexed and thereon coloured Pink and the several sections of which hereinafter referred to are marked with letters A, B, and D. And whereas negotiations have lately been on foot between the said Company and his excellency the acting Governor General of Lourenço Marques, in the province of Mozambique aforesaid, for an opporportionment as between the Government and the said Company of certain portions of the said lands and hereditaments. And whereas the said Government and the said Company are mutually desirous of entering into an agreement with respect to such opporportionment as aforesaid, based upon certain terms which have been arranged between them, and whereas the following terms have been arranged as the basis of such provisional agreement, viz: 1 section A. on which are situated the said Company's quarters shall remain absolutely the property of the said Company without any restriction. 2 section B. and D. shall be opporportioned in plots of two thousand five hundred square metres, each one of which shall belong to the said Company, and the next to the said Government alternatively.

The plots allotted to the said Company to be held by them without restriction of any kind.

The opporportionment shall be so arranged that the ground in section D, upon part of which the said Company has already erected two villas, shall be opporportioned to the said Company. Before the opporportionment is made, the said Company is to provide enough ground to allow for the widening of the two existing roads, known as Infante D. Henrique and avenida da Polana, and also sufficient ground for new roads as agreed upon such roads to be made and lighted eletrically at the expense of the municipality. 3 section C, through which the said Company's cables pass, is to remain absolutely the property of the said Company without any restriction.

Now we, The Eastern and South African Telegraph Company Limited, hereby appoint Joseph Robert Samith our superintendent at Lourenço Marques aforesaid to be our Attorney for and in the name of the said Company to make and enter into a formal agreement with his excellency the acting Governor geral of Lourenço Marques, in the province of Mozambique aforesaid, for the purpose of embodying therein and carrying into effect the terms of arrangement hereibefore recited, and for that purpose to execute for the said Company and on their behalf and as their act and deed such formal agreement, and any and every other deed or document which may be necessary for carrying-out the aforesaid terms of arrangement in the manner intended by the parties thereto. And we hereby agree to ratify and confirm all and whatsoever the said Joseph Robert Smith shall lawfully do or cause to be done by virtue of these presents.

To witness where of The Eastern and South African Telegraph Company Limited

have here into caused their common seal to be affixed this twenty second day of july one thousand nine hundred and three.

The common seal of The Eastern and South African Telegraph Company Limited was hereinto affixed in the presence of (signed) J. Deninson Pender, director, and George Draper, secretary. (*Segue a tradução da procuração*).

Logar do timbre do papel. — Telegraphic Adress Extrem London Telephones, number one thousand two hundred and sixty four avenue (national) and four thousand five hundred and two central (Post Office). — John Venu and Sons, public notaries and translators sole adress seventy five seventy six and seventy seven Cornhill London. Late of two Popes Head Ally E. C.

Tradução. — A todos quantos o presente instrumento virem nós, a sociedade denominada The Eastern and South African Telegraph Company Limited, com escriptorio registado sito em Electra House Moorgate, na cidade de Londres, pela presente enviamos saudar.

Attendendo a que a sociedade denominada The Eastern and South African Telegraph Company Limited, (á qual abaixo se faz referencia com as palavras — a dita companhia) são proprietarios de certos terrenos e propriedades sitos na cidade de Lourenço Marques (ou contiguos a ella) na provincia de Moçambique, cujos terrenos e propriedades se indicam e se expõem mais circumstanciadamente no plano ou mappa que vae aqui annexo nas partes que têm a côr de carmesim rosa; sendo marcadas as diversas secções do dito plano ou mappa (ás quaes abaixo se faz referencia) com as letras A, B, C e D; attendendo a que ultimamente estiveram em negociação a dita companhia e o excellentissimo senhor governador geral actual de Lourenço Marques na dita provincia de Moçambique, com relação a uma adjudicação ou distribuição, entre o Governo e a dita companhia, de certas partes dos ditos terrenos e propriedades;

Attendendo a que o dito Governo e a dita companhia, desejando mutuamente celebrar um convenio relativo á adjudicação ou distribuição acima mencionada acceitando-se como base certas condições arranjadas de commum accordo entre elles;

E attendendo a que se arranjaram as seguintes condições como base do referido convenio provincial, a saber:

Primeiro: a secção A, na qual se acha sito o estabelecimento da dita companhia, pertencerá absolutamente á dita companhia sem restricção alguma;

Segundo: as secções B e D serão distribuidas em pedaços de dois mil e quinhentos metros quadrados cada um, um dos quaes pertencerá á dita companhia e o seguinte ao dito Governo, alternativamente; os pedaços de terra designados á dita companhia serão possuidos por esta sem restricção alguma; a distribuição arranjar-se-ha de tal maneira que o terreno indicado na secção D, n'uma parte do qual a companhia já edificou duas quintas, seja distribuido á dita companhia antes de se fazer a distribuição; a dita companhia deverá fornecer bastante terreno para permittir que sejam alargadas as duas estradas já existentes e denominadas Infante D, Henrique e avenida da Polana, e tambem terreno sufficiente para estradas novas, segundo foi concordado, entendendo-se que as ditas estradas construir-se-hão e allumiar-se-hão a luz electrica á custa da municipalidade;

Terceiro: A secção C, pela qual passam os cabos da dita Companhia, pertencerão absolutamente á dita companhia sem restricção alguma:

Ora bem, nós, a sociedade The Eastern and South African Telegraph Company Limited, por este instrumento nomeamos a Joseph Robert Smith, o nosso superintendente em Lourenço Marques supracitado, para o cargo de nosso procurador a fim de que no nome e em representação da dita companhia faça e celebre um convenio formal com o excellentissimo senhor governador geral de Lourenço Marques, na provincia de Moçambique, já mencionado, para inserir no mesmo convenio e pôr em execução as condições do arranjo em questão segundo acima ficam expressadas, outorgando para tal fim no nome da dita companhia e em representação d'esta e como seu acto o dito convenio formal e qualquer outra escriptura ou documento que seja necessario para o cumprimento dos ditos termos e condições da maneira que se propõem os outorgantes d'esta escriptura. E por este documento nos obrigamos a ratificar e confirmar tudo o que o dito Joseph Robert Smith fizer ou mandar fazer legitimamente em virtude d'este instrumento. Em testemunho do que a Eastern South African Telegraph Company Limited fez estampar n'este instrumento o seu sello social: aos vinte e dois de julho de mil novecentos e tres. =

J. Denison Pender, director = George Draper, secretario. (O sello social da Eastern and South African Company Limited foi estampado aqui na presença de). — Resalvo as rasuras que dizem «adjudicação» passam. = (ass.) Alex Ridgway, notario publico. — (*Segue a certidão da affixação do sello social na procuração.*)

= Logar do timbre do papel. Telegraph Adress Estrem London -- Telephone number one thousand two hundred and sixty four avenue (national) and four thousand five hundred and two central (Post Office) — John Venu and Sons, public notaries and translators sole adress seventy five seventy six and seventy seven Cornhill London. Late of two Popes Head Ally E. C.

= Numero dois mil novecentos e setenta e seis. — Eu abaixo assignado. Alexander Ridway, tabellião publico por alvará régio, devidamente nomeado, ajuramentado e em exercicio n'esta cidade de Londres, certifico pelo presente que hoje vi affixar-se o sello social da sociedade anonyma de Londres denominada The Eastern and South African Telegraph Company Limited ao pé do documento em inglez, que vae aqui annexo sob o meu sello official, na presença do senhor John Denison Pender, um dos directores, e do senhor George Draper, secretario da dita sociedade, os quaes assignaram os seus nomes ao lado do dito sello.

= Certifico tambem que o dito sello social foi estampado e as ditas assignaturas foram subscriptas de conformidade com uma deliberação votada pelo Conselho de administração da dita sociedade, e tambem de accord com as leis inglezas relativas ás sociedade anonymas. Certifico em ultimo logar que a traducção em portuguez, que vae aqui annexa sob o meu sello official, é versão fiel e conforme do dito documento e que, portanto, os mesmos documentos e traducção são dignos de toda fé e credito, tanto nos tribunaes de justiça como fóra dos mesmos. Em testemunho do que, assigno a presente e a sello com o meu sello official em Londres aos vinte e dois de julho de mil novecentos e tres. = (ass.) Alex Ridgway, notario publico. — Logar do sello, gravado sobre papel vermelho, collado á certidão, tendo collada tambem pela parte superior uma estampilha de um shilling. = Certifico que a assignatura retro é a propria e verdadeira de A. Ridgway, tabellião publico d'esta cidade. — Consulado de Portugal, em Londres, vinte e dois de julho de mil novecentos e tres = Pelo consul geral (ass.) H. V. Wates — Logar do sello a tinta, tendo no centro as armas reaes portuguezas e em volta a legenda seguinte: Consulado geral de Portugal, em Londres. Pagou mil e quinhentos réis. Tabella numero quarenta e dois. Livro da receita numero duzentos e trinta e nove. Consulado geral em Londres. = Pelo C. G., H. V. W. — Logar de um carimbo a tinta de oleo com as armas reaes portuguezas no centro e em volta o seguinte: Sello de verba, Lisboa. — Numero noventa e cinco. Pagou de sello a quantia de mil duzentos e vinte réis. Lisboa — R. da receita eventual, vinte e sete de julho de mil novecentos e tres. = Pelo escrivão, (ass.) A. M. Oliveira. — O recebedor, — rubrica inintelligivel. — Reconheço a assignatura supra do encarregado do consulado geral de Portugal em Londres. Repartição do expediente da Secretaria d'Estado dos negocios estrangeiros, vinte e oito de julho de mil novecentos e tres. = (ass.) José Carlos Pinto Garcia, sobre uma estampilha de vinte réis devidamente inutilisada. — Logar do sello a tinta, tendo no centro as armas reaes portuguezas e em volta a legenda seguinte: Ministerio dos negocios estrangeiros. Pagou mil cento e oitenta réis de emolumentos e addicionaes. Guia numero dois mil novecentos e setenta e seis de mil novecentos e tres. = (ass.) E. de Maya Cardoso. — Logar de um carimbo elyptico a tinta com a legenda seguinte: Secretaria d'Estado dos negocios de marinha e ultramar — e atravessado pela rubrica — Teixeira. Sello do papel da taxa de cem réis. B. vinte e sete mil oitocentos e quarenta e tres. Reconheço a assignatura retro de José Carlos Pinto Garcia, consul de segunda classe em exercicio na Secretaria geral dos negocios estrangeiros, que authenticou o adjunto documento por mim rubricado. Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em vinte e nove de julho de mil novecentos e tres. = (ass.) Antonio Joaquim Gonçalves Teixeira, chefe de secção, sobre uma estampilha de vinte réis, devidamente inutilisada. = João Thaumaturgo Junqueira, chefe da sexta Repartição. — Logar de um sello branco com as armas reaes portuguezas no centro e em volta a legenda seguinte: Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, Direcção geral do ultramar. Pagou mil cento e oitenta réis de emolumentos e addicionaes. Guia numero mil trezentos e doze de mil novecentos e tres. = (ass.) Lopes. — A procuração, traducção e certidão estão unidas por um ponto a fita de seda preta, tendo sobre elle um sinete a lacre preto com as armas reaes portuguezas no centro e em volta a legenda seguinte: Ministerio dos negocios estrangeiros. — (*Segue a autorisação.*)

— Secretaria geral do Governo geral da provincia de Moçambique. — Lourenço Marques, cinco de fevereiro de mil novecentos e quatro, numero cento e quatro — quatrocentos e vinte e seis. — Ao senhor inspector de fazenda. Do secretario geral. — Encarrega-me sua excellencia o governador geral interino de dizer que, tendo o representante da companhia do cabo submarino n'esta cidade pedido, em nome da mesma companhia, que dos talhões a que se refere o contracto de dez de setembro do anno proximo findo se fizessem as trocas necessarias para que a companhia ficassem pertencendo todos os numerados de um a seis, e ao Governo, de sete a doze, foi essa auctorisação concedida por sua excellencia o Ministro da marinha e ultramar, em telegramma de dezoito de janeiro ultimo, servindo-se, portanto, vossa excellencia celebrar n'esse sentido o necessario contracto, attendendo a que:

Primeiro: as áreas trocadas devem ser eguaes.

Segundo: tendo a companhia cedido ao municipio a orla necessaria para o alargamento da avenida da Rainha, deve essa área ser compensada por outra igual no terreno do Governo.

A secção de agrimensura deverá fornecer a vossa excellencia a planta dos terrenos em questão, organizada de forma a ficarem attendidas as duas clausulas supra-indicadas. — O secretario geral, (ass.) Antonio de Souza Ribeiro. — Logar do sello branco com as armas reaes portuguezas no centro e em volta a legenda seguinte: Secretaria geral do Governo geral da provincia de Moçambique. — Segunda Repartição.

— Fiel traslado do original do contracto lavrado a folhas quarenta e seis do meu livro de notas numero dois e dos documentos no mesmo contracto referidos, o qual vae devidamente conferido, concertado, numerado e rubricado e não leva emenda nem rasura que duvida faça em Juizo ou fóra d'elle. E eu, Antonio Augusto Pacheco, official provisorio da Repartição superior de fazenda, o subscrevi e assigno.

Repartição superior de fazenda da provincia de Moçambique, em Lourenço Marques, 9 de maio de 1904. — *Antonio Augusto Pacheco*, official provisorio.

(Boletim official de Moçambique n.º 23).

Sendo-me presente a consulta do Supremo Tribunal administrativo ácerca do recurso n.º 11:940, em que é recorrente Manoel Dias da Graça, e recorrido o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, e de que foi relator o Conselheiro d'Estado, vogal effectivo, Julio Marques de Vilhena;

Mostra-se que o presente recurso vem do decreto de 3 de outubro de 1902 e ainda do despacho de 5 de março de 1903, do Ministerio da marinha e ultramar, e que demittiu o recorrente, por falta de assiduidade, do logar de professor da escola de instrucção primaria elementar da freguezia de Nossa Senhora da Graça, da ilha de S. Thomé;

O que visto e o parecer do Ministerio publico:

Considerando que dos actos e despachos do Governo só ha recurso para este Supremo Tribunal nas hypotheses do n.º 6.º do artigo 352.º doCodigo administrativo, nenhuma das quaes se verifica no presente processo: hei por bem, conformando-me com a mesma consulta, rejeitar o recurso por falta de competencia d'este tribunal.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 24 de março de 1904. — REI — *Manuel Raphael Gorjão*.

(Diario do Governo n.º 76.)

III.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Confirmando o telegramma expedido a v. ex.^a em 24 do corrente mez e concebido n'estes termos: «Não ha logar correições comarca Barlaventos», incumbem-me o ex.^{mo} Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de responder o seguinte ao officio de 17 de fevereiro ultimo, no qual v. ex.^a pediu esclarecimentos sobre se, não havendo Julgados municipaes na referida comarca, deve fazer-se a correição aos Julgados de paz, e, no caso affirmativo, sobre qual a ajuda de custo a abonar ao juiz e ao escrivão;

O decreto de 23 de dezembro de 1897, artigo 18.º, restabeleceu em Cabo Verde as correições nos termos das leis anteriores ao regimento de justiça de 20 de fevereiro de 1894, que as extinguiu.

Segundo essas leis, as correições eram feitas aos Julgados ordinarios.

Posteriormente não se publicou nenhuma disposição que alterasse a esse respeito as leis em vigor.

Não havendo senão Julgados de paz na comarca de Barlavento, não pode haver as correições a que o regimento de justiça de Cabo Verde se refere, e, por isso, deverá cumprir-se o determinado no officio d'este Ministerio, n.º 76, de 22 de maio de 1895, publicado no «Boletim official» d'essa provincia, n.º 22, do mesmo anno, segundo o qual o juiz de direito deverá fazer subir ao seu exame os processos em que haja irregularidades.

Não ha, portanto, lugar a abonos de ajudas de custo.

Deus guarde a v. ex.^a—Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 30 de março de 1904.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador da provincia de Cabo Verde.—O director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Boletim official de Cabo Verde n.º 17).

Officio a que se refere o officio supra

N.º 76. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Com referencia ao officio de 1 do corrente mez em que v. ex.^a submetteu á apreciação de s. ex.^a o Ministro dos negocios da marinha e ultramar as considerações apresentadas pelo delegado da comarca de Barlavento ácerca da falta, nos Julgados da mesma comarca, da legislação judiciaria do reino, mandada observar nas provincias ultramarinas pelo regimento da administração de justiça de 20 de fevereiro de 1894, e da necessidade de ser auctorizada uma correição aos Julgados, onde se acha muito serviço parado por falta de juizes; incumbe-me o mesmo ex.^{mo} Ministro de dizer a v. ex.^a que, quanto á falta da legislação, pode ella ser remediada mandando v. ex.^a publicar no *Boletim official* d'essa provincia os decretos ou leis que aquelle magistrado indica; e que, pelo que respeita á correição, já foi resolvido e comunicado a v. ex.^a, que, tendo o citado regimento abolido as correições no ultramar, cabe ao juiz de direito remover as difficuldades resultantes da accumulção do serviço judicial nos Julgados, fazendo subir á séde da comarca os processos para que tenha competencia e julgando-os ahi.

Deus guarde a v. ex.^a—Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 22 de maio de 1895.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador da provincia de Cabo Verde.—O director geral, *Francisco Joaquim da Costa e Silva*.

ABRIL

Tendo terminado em 31 de março ultimo o praso concedido á companhia «Oversea Exploration and Finance Association Limited», concessionaria do jazigo de petroleo em Laclubar, situado na ilha de Timor, para ter em lavra activa o mesmo jazigo, e não tendo a referida companhia executado os trabalhos a que era obrigada pelo seu alvará de concessão de 16 de abril de 1896: ha Sua Majestade El-Rei por bem, pela Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, determinar que fica caduca a concessão do mencionado jazigo.

O que se comunica ao governador do districto autonomo de Timor para seu conhecimento e devidos effectos.

Paço, em 4 de abril de 1904.—*Manuel Raphael Gorjão*.

(Diario do Governo n.º 77)

Attendendo ao que lhe representaram os exportadores de peixe sêcco do districto de Mossamedes, com o fundamento na necessidade de ser, quanto possível, favorecido o desenvolvimento d'aquella industria, e tendo em vista as informações favoraveis do governador geral interino da provincia de Angola; Sua Majestade El-Rei:

Ha por bem determinar que, conservando as isenções consignadas nos n.ºs 8, 10 e 19 da tabella B das pautas vigentes, se conceda, a titulo provisorio, a importação livre de direitos ás linhas de pesca, anzoës, lonas e meias lonas e demais poliame destinados ás embarcações matrículas para o exercicio da industria de pesca no districto de Mossamedes.

O que, pela Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao Conselheiro governador geral da provincia de Angola para os devidos effeitos.

Paço, em 5 de abril de 1904.— *Manuel Raphael Gorjão.*

(Boletim official d'Angola n.º 19)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Tendo sido presente a s. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar o officio da Repartição superior de fazenda de Timor, n.º 480, de 10 de dezembro ultimo, expondo as duvidas que se lhe offerecem ácerca da tabella de lotações publicada no *Boletim official* d'esse districto, n.º 22, de 30 de maio do anno proximo passado, encarrega-me o mesmo ex.^{mo} sr. de lembrar a v. ex.^a a conveniencia de fazer revêr a dita tabella, tendo em vista as seguintes indicações:

1.^a Na isenção feita pelo n.º 4.º do artigo 7.º do decreto de 24 de dezembro de 1902, devem considerar-se comprehendidos os professores e ajudantes d'ambos os sexos;

2.^a A isenção de que trata o officio d'esta Direcção geral, n.º 89, de 30 de setembro de 1887, dirigido ao governador da provincia da Guiné, não subsiste por não estar expressamente consignada em lei, condição exigida pelo n.º 6.º do art.º 7.º do citado decreto para ser mantida;

3.^a Nos termos do § 2.º do art.º 3.º do mesmo decreto, o imposto de mercês ultramarinas sómente recáe sobre as gratificações, emolumentos, salarios, custas ou percentagens, quando os empregos não tenham ordenado ou vencimento de categoria, e, como em virtude do § 5.º do dito artigo os officiaes militares nomeados para empregos civis são unicamente obrigados ao pagamento d'aquelle imposto pela differença excedente ao total das respectivas patentes, nada têm os mesmos officiaes de pagar pelo exercicio de empregos cujo vencimento de categoria ou ordenado seja inferior ao seu soldo;

4.^a Não são obrigados ao pagamento do imposto de mercês, por não poderem ser considerados empregados publicos, os individuos contractados para serviços extraordinarios e aquelles que, embora nomeados em Portaria, vençam férias ou salarios, pois que os salarios de que trata o § 2.º do referido artigo 3.º são os cobrados das partes pelos funcionarios publicos e não os pagos pelo Estado como retribuição de trabalho a jornaleros;

5.^a Os empregados com vencimento mensal certo não ficam isentos do pagamento do imposto de mercês ultramarinas pelo facto de não terem os seus logares consignação especial no orçamento, recebendo por folha de férias ou outra qualquer verba;

6.^a O imposto relativo a qualquer emprego da categoria d'aquelles a que se refere o citado § 2.º do art.º 3.º do decreto de 24 de dezembro de 1902 é devido ainda quando o exercicio d'esse emprego seja accumulado com o de outras funções publicas, qualquer que seja a natureza d'estas, pois que á accumulção de empregos não pode deixar de corresponder a accumulção dos respectivos impostos.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 8 d'abril de 1904 — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador do districto autonomo de Timor — O director geral, *F. F. Dias Costa.*

Convindo completar e introduzir algumas modificações indicadas pela experiencia na Portaria de 3 de setembro de 1903, que regulou os serviços da construção do caminho de ferro de Malange: ha Sua Majestade El-Rei p r bem determinar o seguinte:

Artigo 1.º O pessoal da segunda divisão, —serviços de construção e exploração, da Direcção dos caminhos do ferro de Loanda poderá ser empregado na primeira divisão — serviços de fiscalização, sempre que o engenheiro director o julgue conveniente.

Art 2.º O limite das ajudas de custo para os engenheiros e conductores, a que se refere o § 3.º do artigo 16.º da portaria de 3 de setembro de 1903, é fixado em 360 dias.

Art. 3.º O pessoal da Direcção dos caminhos de ferro de Loanda não poderá ser nomeado ou distraído para o exercicio de quaesquer cargos estranhos á mesma Direcção.

Paço, em 11 de abril de 1904. = *Manuel Raphael Goryão*.

(Diario do Governo n.º 87).

Ill.º e ex.º sr. — Em resposta ao officio de v. ex.ª, n.º 18, de 27 de janeiro ultimo, sobre a forma de contagem do tempo de serviço militar para os effeitos da aposentação dos funcionarios civis das Repartições publicas do ultramar, encarrega-me s. ex.ª o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de participar a v. ex.ª que só pode ser contado o tempo de serviço militar com bom comportamento, e não quando este tenha sido regular. Deus guarde a v. ex.ª — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 12 d'abril de 1904. — Ill.º e ex.º sr. governador do districto autonomo de Timor — O director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Inédito)

Ill.º e ex.º sr. — S. ex.ª o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar encarrega-me de communicar a v. ex.ª, para os effeitos convenientes, que, por seu despacho de 21 do mez findo, auctorisou que ás praças indigenas de Cabo Verde, transferidas para essa provincia, sem ser por motivo disciplinar, fôsse abonado o vencimento de 170 réis diarios, incluindo os 50 por cento sobre o pret. Deus guarde a v. ex.ª Inspeção geral de fazenda do ultramar, em 13 d'abril de 1904 — Ill.º e ex.º sr. governador da provincia de S. Thomé e Principe — O inspector geral, *J. Navarro d'Andrade*.

(Inédito)

Ill.º e ex.º sr. — S. ex.ª o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar incumbe-me de communicar a v. ex.ª, em resposta ao seu officio, n.º 39, de 11 de fevereiro ultimo, que, depois de ouvido o parecer da 2.ª Repartição da Direcção geral do ultramar, foi approvado por despacho de 15 do corrente o alvitre proposto por v. ex.ª, ficando, portanto, auctorisado que seja destacado para a delegação da alfandega da ilha do Sal um terceiro official aduaneiro dos que já tenham exercido funcções de escrivão de fazenda, e sendo d'esta maneira divididos entre os dois empregados da alfandega os serviços de escrivão de fazenda e de recebedor.

Deus guarde a v. ex.ª — Inspeção geral de fazenda do ultramar, em 18 d'abril de 1904. — Ill.º e ex.º sr. governador da provincia de Cabo Verde. — O inspector geral, *J. Navarro d'Andrade*.

(Inédito)

Hei por bem, tendo ouvido o Conselho d'Estado, dissolver a Camara dos senhores deputados da nação, e convocar em sessão ordinaria, nos termos do artigo 7.º da carta

de lei de 3 de abril de 1896, as Côrtes geraes para o dia 29 do proximo mez de setembro.

O presidente do Conselho de ministros, Ministro e secretario d'Estado dos negocios do reino, assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 20 d'abril de 1904.—REI.
=Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro.

(Diario do Governo n.º 87).

Ill.^m ex.^{mo} sr.—Encarrega me s. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.^a, em referencia ao seu officio, n.º 39, de 2 de março ultimo, que, por despacho de 19 do corrente mez, foi determinado que aos distribuidores postaes d'esse Estado, nomeados até á data de 1 de julho de 1903 em que começou a vigorar no ultramar o regulamento para o serviço dos correios, aprovado por decreto de 11 de dezembro de 1902, seja mantido o direito de aposentação que o referido decreto lhes concede, e que para esse fim os seus vencimentos sejam, de futuro, consignados nas respectivas tabellas orçamentaes como de categoria.

Deus guarde a v. ex.^a—Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, 20 d'abril de 1904 —Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Conselheiro governador geral do Estado da India.—O director geral, F. F. Dias Costa.

(Boletim official da India n.º 40.)

Considerando que o regulamento telegraphico internacional, revisto pela Conferencia reunida em Londres no anno proximo findo, foi estudado e acceito por todas as Administrações telegraphicas estrangeiras ali reunidas, devendo ter por isso applicação obrigatoria ao serviço das linhas telegraphicas do ultramar, que se acham em communicação com a rede geral do globo, a partir do 1.º de julho do corrente anno, e attendendo a que, além da vantagem de existir em todas as colonias uniformidade nas disposições geraes applicaveis ás correspondencias, se torna conveniente evitar a confusão resultante da adopção, no serviço interior, de regras diversas das estabelecidas para o serviço internacional: ha Sua Majestade El-Rei por bem ordenar que as disposições do referido regulamento se tornem extensivas, na parte applicavel, ao serviço nacional executado nas actuaes redes telegraphicas das possessões ultramarinas e bem assim nas que de futuro ali se estabelecerem.

Paço, em 20 de abril de 1904.—Manuel Raphael Gorjão.

(Diario do Governo n.º 98)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Em resposta ao officio de v. ex.^a, n.º 87, de 29 de fevereiro do corrente anno, cobrindo um requerimento em que os empregados da secção de contabilidade das obras publicas d'essa provincia pedem uma remuneração por serviços extraordinarios, encarrega me s. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de dizer a v. ex.^a, que, por seu despacho de 19 do corrente, auctorizou que seja abonado um dia de vencimento, por cada dia de serviço extraordinario, quando os empregados trabalhem com dedicação, não só nas horas extraordinarias, mas tambem nas horas regulamentares de serviço, e quando o director das obras publicas assim o proponha.

Deus guarde a v. ex.^a—Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 21 de abril de 1904.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Conselheiro governador geral da provincia de Angola.—O director geral, Francisco Felisberto Dias Costa.

(Boletim official d'Angola n.º 22).

Attendendo ao que me expuzeram os Ministros e secretarios d'Estado dos negocios da marinha e ultramar e dos negocios das obras publicas, commercio e industria: hei por bem approvar o regulamento para a execução do decreto de 17 de dezembro de 1903 sobre protecção de patentes de invenção e marcas industriaes e commerciaes, que faz parte integrante d'este decreto e que com elle baixa assignado pelos mesmos Ministros e secretarios d'Estado.

Os Ministros e secretarios d'Estado dos negocios da marinha e ultramar e dos negocios das obras publicas, commercio e industria assim o tenham entendido e façam executar.

Paço, em 21 d'abril de 1904. — REI — *Manuel Raphael Gorjão* — *Conde de Paçô-Vieira*.

Regulamento para a execução do decreto de 17 de dezembro de 1903, sobre protecção das patentes de invenção e de marcas industriaes e commerciaes nas provincias ultramarinas, districto autonomo de Timor e territorios sob a administração das companhias de Moçambique e do Nyassa.

TITULO I

Patentes de invenção

CAPITULO I

Disposições geraes

Artigo 1.º Na interpretação d'este regulamento, as palavras n'elle empregadas têm a mesma significação que as da carta de lei de 21 de maio de 1896 e do decreto de 17 de dezembro de 1903, e a phrase *ultramar portuguez* significa provincias ultramarinas, districto autonomo de Timor e territorios sob a administração das companhias de Moçambique e do Nyassa.

Art. 2.º A protecção concedida aos inventos no continente do reino e ilhas adjacentes, pela carta de lei de 21 de maio de 1896, tornar-se ha extensiva ao ultramar portuguez nas condições do decreto de 17 de dezembro de 1903 e d'este regulamento.

Art. 3.º A propriedade dos inventos no ultramar portuguez prova-se com os titulos das patentes de invenção, ou dos certificados de addição, passados pela Repartição da propriedade industrial, tendo o respectivo averbamento de que a protecção foi tornada extensiva ao ultramar, ou com a copia authentica d'esses titulos e das descripções dos inventos.

Art. 4.º A protecção no ultramar portuguez para os inventos, bem como para as modificações e alterações nos inventos já privilegiados, só será concedida quando previamente o tenha sido para o continente do reino e ilhas adjacentes.

§ 1.º Os pedidos para protecção dos inventos, ou das modificações ou alterações nos inventos já privilegiados, só serão deferidos quando tiverem sido apresentados dentro do praso de dois annos contado da data da publicação no *Diario do Governo* do despacho que concedeu as respectivas patentes ou certificados de addição para o continente do reino e ilhas adjacentes.

§ 2.º Os pedidos de prorogação de praso de vigencia das patentes no ultramar portuguez deverão ser apresentados juntamente com os da mesma prorogação no continente do reino e ilhas adjacentes.

Art. 5.º Quando a protecção no ultramar portuguez não fôr requerida nos termos d'este regulamento e no praso indicado no § 1.º do art. 4.º, o proprietario do invento perde o direito áquella protecção.

Art. 6.º As concessões de protecção no ultramar portuguez, referentes aos inventos, serão reguladas pelos prazos e pelas datas das concessões feitas para o continente do reino e ilhas adjacentes.

Art. 7.º As concessões de protecção dos inventos no ultramar portuguez, bem como as transmissões, serão averbadas por apostilla nos títulos das patentes ou dos certificados de addição, passados para o continente do reino e ilhas adjacentes.

§ unico. O averbamento a que se refere este artigo, indicando a data do despacho do director geral do commercio e industria que concedeu a protecção no ultramar portuguez para os inventos e para as cessões ou transferencias, será assignado pelo chefe da Repartição da propriedade industrial.

Art. 8.º A Direcção geral do commercio e industria remetterá mensalmente á Direcção geral do ultramar nota das ampliações ao ultramar portuguez das patentes, das addições, das prorogações de praso, das transmissões ou cessões de privilegios, das annullações e da caducidade dos inventos, em tantos exemplares quantas são as provincias, districto e territorios referidos no artigo 1.º, e os duplicados dos recibos de depositos de taxas feitos no Banco de Portugal.

Art. 9.º A Direcção geral do ultramar enviará ao governador de cada uma das provincias e districto mencionados no artigo 1.º, bem como aos administradores delegados das companhias de Moçambique e do Nyassa, por intermédio do respectivo commissario do Governo, a nota referida no artigo 8.º, para ser publicada nos *Boletins officiaes* e nos *Boletins* d'aquellas companhias.

CAPITULO II

Dos pedidos

Art. 10.º O pedido de averbamento de ampliação de privilegio ao ultramar portuguez, ou de prorogação de praso de vigencia das patentes, será feito em requerimento, redigido em portuguez, modelo A ou B, e acompanhado dos seguintes documentos:

a) Recibo, modelo C, de haver sido depositada no Banco de Portugal a importancia da taxa respectiva;

b) Titulo da patente, ou do certificado de addição, ou do certificado de cessão de patente já transferida, para o continente do reino e ilhas adjacentes;

c) Procuração bastante a favor de quem apresentar o pedido, quando este não fôr feito pelo proprietario do titulo, ou por um agente official de marcas e patentes.

§ 1.º Os pedidos serão assignados pelos proprietarios das patentes ou das addições, ou pelos seus legitimos representantes, ou por um agente official de marcas e patentes em nome d'aquelles proprietarios.

§ 2.º As assignaturas dos pedidos e das procurações de que trata este artigo serão devidamente reconhecidas por notarios com cartorio em Lisboa, ou pelos agentes consulares portuguezes no estrangeiro, e as d'estes pelo Ministerio dos negocios estrangeiros.

§ 3.º Quando os pedidos fôrem apresentados pelos agentes officiaes de marcas e patentes, os documentos que devem acompanhar os requerimentos são os referidos nas alíneas a) e b); as assignaturas d'esses agentes não carecem de ser reconhecidas.

Art. 11.º O pedido de registo de transmissão ou cessão de patentes, ou de auctorisacão para explorar um privilegio, será feito em requerimento, modelo D, onde se indicará:

a) O nome, appellido, profissão e domicilio do cedente e do cessionario;

b) O numero, data e epigraphe da patente;

c) A natureza e data do documento que legitima a transferencia ou auctorisacão;

d) Os direitos transmittidos.

§ unico. Este requerimento será acompanhado do titulo da patente ou do certificado de addição, do documento que legitima a transferencia ou a auctorisacão para explorar o privilegio, da procuração bastante a favor de quem apresentar o pedido, quando este não fôr feito pelo proprietario do invento, e do recibo do deposito no Banco de Portugal da importancia da taxa correspondente.

Art. 12.º No mesmo requerimento não poderá ser solicitado mais de um averbamento de ampliação ao ultramar portuguez de privilegio, de addição, de prorogação de praso de vigencia das patentes, de transferencia ou de auctorisacão para explorar o privilegio.

Art. 13.º Os pedidos de averbamento de ampliação de privilegio ao ultramar portuguez serão feitos pelo tempo que faltar para terminar o praso por que foram concedidos para o continente do reino e ilhas adjacentes.

CAPITULO III

Das concessões

Art. 14.º O pedido de ampliação ao ultramar portuguez dos direitos resultantes das patentes concedidas para o continente do reino e ilhas adjacentes, das modificações ou alterações no objecto dos inventos e das prorrogações de praso de vigencia das patentes, bem como das transferencias ou auctorisações para exploração dos inventos, que satisfizerem ás condições do decreto de 17 de dezembro de 1903 e d'este regulamento, serão deferidos pelo director geral do commercio e industria, que mandará fazer o respectivo expediente.

§ unico. De todos estes despachos se dará aviso no *Diario do Governo*, no *Boletim da propriedade industrial* e nos *Boletins officiaes* das provincias, districto e territorios referidos no artigo 1.º

CAPITULO IV

Das transmissões e auctorisações para explorar os inventos

Art. 15.º A transmissão das patentes rege-se pelas leis geraes que regulam a da propriedade movel, salvo o disposto nos artigos 16.º e 17.º

Art. 16.º A transmissão, por titulo gratuito ou oneroso só pode ser feita por escriptura publica.

§ unico. Com a patente principal são transferidos para o cessionario todos os certificados de addição, concedidos na data do pedido de transferencia, e as addições que, estando pendentes na data d'aquelle pedido, fôrem concedidas, se o cedente ou cessionario pagar as taxas respectivas nos prazos legaes.

Art. 17.º As transmissões ou auctorisações a que se referem os artigos anteriores só produzirão effeitos legaes depois de feitos os averbamentos nos titulos respectivos pela Repartição da propriedade industrial.

Art. 18.º O proprietario de uma patente de invenção poderá auctorisar que outrem explore o seu privilegio em todas ou em qualquer das provincias, districto ou territorios referidos no artigo 1.º, ou em parte d'elles.

§ unico. A auctorisação para explorar um privilegio em todo o ultramar portuguez, ou em qualquer das provincias, districto ou territorios referidos no artigo 1.º, ou ainda em parte d'estes, não poderá ser dada a mais de uma pessoa, salvo disposição em contrario na respectiva escriptura.

CAPITULO V

Da caducidade e annullações

Art. 19.º As patentes caducam no ultramar portuguez:

- 1.º Quando tiverem caducado no continente do reino e ilhas adjacentes;
- 2.º Quando a prorrogação da sua vigencia não tenha sido requerida nas condições d'este regulamento.

Art. 20.º São nullas as concessões de protecção ás patentes no ultramar portuguez quando essas patentes fôrem annulladas no continente do reino e ilhas adjacentes.

Art. 21.º A annullação das patentes só pode ser feita nos termos do artigo 40.º da carta de lei de 21 de maio de 1896.

CAPITULO VI

Disposições transitorias

Art. 22.º Os direitos resultantes das patentes concedidas até o dia 17 de dezembro de 1903, para o continente do reino e ilhas adjacentes, poderão tornar-se extensivos ao ultramar portuguez, quando os respectivos proprietarios assim o requeiram, nos termos

d'este regulamento, dentro do praso de dois annos, contado da data da promulgação d'este regulamento.

§ unico. Os direitos a que se refere este artigo não podem tornar se extensivos ao ultramar portuguez para os inventos que estiverem sendo explorados, na data do pedido, em qualquer das provincias, districto ou territorios referidos no artigo 1.º

Art. 23.º É nullo o averbamento para extensão de protecção ao ultramar, feito nas patentes de invenção ou certificados de addição concedidos até 17 de dezembro de 1903, se os inventos tiverem sido dados á execução em qualquer ponto do ultramar até a data em que essa protecção fôr requerida.

CAPITULO VII

Das taxas

Art. 24.º As taxas relativas a protecção dos inventos no ultramar portuguez são:

Patente de invenção, cada anno, 3\$000 réis;

Certificado de addição, 3\$000 réis;

Averbamento de transferencia de patente, 3\$000 réis;

Averbamento de licença para explorar o invento, 3\$000 réis;

A guia para entrega d'estas taxas na thesouraria do Banco de Portugal será passada pelo interessado em impresso fornecido pela Repartição da propriedade industrial.

§ 1.º Os interessados terão de apresentar os seus requerimentos e documentos nas condições marcadas na lei e regulamento do imposto do sello.

§ 2.º Os emolumentos a pagar por certidões são, por cada pagina de 25 linhas com 30 letras cada linha, 500 réis e mais os addicionaes estabelecidos por lei.

§ 3.º As importancias a pagar por copias authenticas das descripções dos inventos e de desenhos são:

1.º Por cada pagina de 25 linhas, com 30 letras cada linha, 500 réis;

2.º Por desenhos, o que fôr estipulado para cada caso especial.

Art. 25.º As importancias a que se referem os n.ºs 1.º e 2.º do § 3.º do art. 24.º serão applicadas ao pagamento dos serviços indicados nos mesmos numeros.

TITULO II

Marcas industriaes e commerciaes

CAPITULO I

Disposições geraes

Art. 26.º A protecção concedida ás marcas industriaes e commerciaes no continente do reino e ilhas adjacentes, pela carta de lei de 21 de maio de 1896, tornar-se-ha extensiva ao ultramar portuguez, nas condições do decreto de 17 de dezembro de 1903 e d'este regulamento.

Art. 27.º A propriedade das marcas no ultramar portuguez prova-se com os titulos de registo, passados pela Repartição da propriedade industrial, e respectivos averbamentos, de que a protecção foi tornada extensiva ao ultramar, ou pelas copias authenticas d'esses titulos.

Art. 28.º A protecção ás marcas no ultramar portuguez só será concedida quando préviamente o tenha sido para o continente do reino e ilhas adjacentes.

§ unico. Os pedidos de renovação de protecção das marcas deverão ser apresentados juntamente com os pedidos de renovação de registo para o continente do reino e ilhas adjacentes.

Art. 29.º A protecção ás marcas no ultramar portuguez começará a contar-se da data da publicação, no *Diario do Governo*, do despacho que concedeu essa protecção.

Art. 30.º As concessões de protecção ás marcas no ultramar portuguez serão feitas separadamente para cada provincia, districto ou territorio mencionados no art. 1.º, e serão

reguladas pelos prazos e pelas datas dos registos concedidos para o continente do reino e ilhas adjacentes.

Art. 31.º As concessões de protecção ás marcas, no ultramar, bem como as transmissões, serão averbadas por apostilla nos títulos passados para o continente do reino e ilhas adjacentes.

§ unico. O registo, a que se refere este artigo, indicando a data do despacho do director geral do commercio e industria que o concedeu, será assignado pelo chefe da Repartição da propriedade industrial.

Art. 32.º A Direcção geral do commercio e industria enviará mensalmente á Direcção geral do ultramar:

1.º Tantos certificados de registo de cada marca quantas fôrem as provincias, districto autonomo e territorios, mencionados no art. 1.º, para que tenha sido concedida a protecção;

2.º Tantas matrizes, para a reproducção typographica das marcas, quantas fôrem as provincias, districto e territorios, mencionados no art. 1.º, para que tenha sido concedida a protecção;

3.º Nota das renovações de registo concedidas, bem como das annullações e caducidade dos registos e das transmissões ou cessões de marcas;

4.º Os duplicados dos recibos dos depositos de taxas feitos no Banco de Portugal.

Art. 33.º A Direcção geral do ultramar enviará os certificados, as matrizes e a nota a que se referem os n.ºs 1.º, 2.º e 3.º do art. 32.º, ao governador da provincia, ao governador do districto autonomo ou, por intermédio do respectivo commissario do Governo, ao administrador delegado da companhia a que corresponder, a fim de ser feita a competente publicação no respectivo *Boletim official*.

CAPITULO II

Dos pedidos

Art. 34.º O pedido de averbamento de protecção de marca para qualquer provincia, districto ou territorio mencionados no art.º 1.º deverá ser feito em requerimento escripto em portuguez, modelo E, e acompanhado dos seguintes documentos:

a) Título do registo feito para o continente do reino e ilhas adjacentes, e tantos certificados d'esse registo quantas fôrem as provincias, districtos e territorios para onde se pedir a protecção;

b) Recibo, modelo C, do deposito no Banco de Portugal da importancia da taxa respectiva;

c) Tantas matrizes para a reproducção typographica das marcas, quantas fôrem as provincias, districto e territorios onde se pretenda a protecção;

d) Procuração bastante a favor de quem apresentar o pedido, quando este não fôr feito pelo proprietario da marca, ou por um agente official de marcas e patentes em nome d'aquelle proprietario.

§ 1.º Os pedidos serão assignados pelos proprietarios das marcas, ou pelos seus legitimos representantes.

§ 2.º As assignaturas dos pedidos e das procurações serão devidamente reconhecidas por notarios com cartorio em Lisboa, ou pelos agentes consulares portuguezes no estrangeiro e as d'estes pelo Ministerio dos negocios estrangeiros.

§ 3.º Quando os pedidos fôrem apresentados pelos agentes officiaes de marcas e patentes, os documentos que devem acompanhar os requerimentos são os referidos nas alíneas a) b) e c).

§ 4.º As matrizes, de que trata a alínea c), poderão ser em madeira, zinco ou em qualquer outra substancia propria para a tiragem com typo ordinario de impressão. As matrizes não poderão ter nenhuma das dimensões superficiaes inferior a 15 millimetros nem superior a 100 millimetros, e a sua espessura deverá ser de 24 millimetros.

Art. 35.º O primeiro pedido de certificado de registo será acompanhado de uma matriz para a reproducção typographica da marca.

Art. 36.º O pedido de registo de transmissão ou cessão de marca será feito em requerimento, modelo F, onde se indicará:

- a) Nome, appellido, profissão e domicilio do cedente e do cessionario;
- b) Numero e classe da marca;
- c) Natureza e data do documento que legitima a transferencia.

§ unico. Este requerimento será acompanhado do titulo do registo da marca para o continente do reino e ilhas adjacentes, do documento que legitima a transferencia, da procuração bastante a favor de quem apresentar o pedido, quando este não fôr feito pelo proprietario da marca, e do recibo do deposito, no Banco de Portugal, da taxa correspondente.

Art. 37.º No mesmo requerimento não poderá ser solicitado averbamento de protecção para mais de uma marca, para mais de uma provincia, districto ou territorio mencionados no art. 1.º, para mais de uma transferencia ou para mais de uma classe de productos.

Art. 38.º Os pedidos de averbamento de protecção no ultramar portuguez serão feitos pelo tempo que faltar para terminar o praso por que foi feito o registo para o continente do reino e ilhas adjacentes.

Art. 39.º Os pedidos de renovação de protecção de marcas no ultramar portuguez serão acompanhados do recibo do deposito, no Banco de Portugal, da taxa correspondente.

§ unico. É applicavel ás renovações de protecção o que, com referencia a procurações, está determinado na alinea d) do artigo 34.º e §§ 1.º e 2.º do mesmo artigo.

CAPITULO III

Das concessões

Art. 40.º Quando os pedidos de registo de averbamento para qualquer das provincias, districto ou territorios referidos no artigo 1.º, bem como os de renovações dos mesmos registos e de transferencia, satisfizerem ás condições do decreto de 17 de dezembro de 1903 e d'este regulamento, serão deferidos pelo director geral do commercio e industria, que mandará fazer o respectivo expediente.

§ unico. De todos estes despachos se dará aviso no *Diario do Governo*, no *Boletim da propriedade industrial* e no *Boletim official* da provincia, districto ou territorio para onde se tenha concedido a protecção.

CAPITULO IV

Das transmissões

Art. 41.º A transmissão das marcas rege-se pelas leis geraes que regulam a da propriedade movel, salvo o disposto nos artigos seguintes.

Art. 42.º A transferencia de uma marca não pode ser feita a mais de uma pessoa ou entidade, quaesquer que sejam as provincias, districtos e territorios onde ella esteja protegida.

Art. 43.º A transferencia das marcas só produzirá effeitos legaes depois de feito o respectivo averbamento nos titulos de registo passados pela Repartição da propriedade industrial.

Art. 44.º Quando não houver, no contracto de transferencia do estabelecimento industrial ou commercial, estipulação em contrario, entender-se-ha que a marca ou marcas acompanham o estabelecimento cujos productos distinguem.

CAPITULO V

Da caducidade e annullações

Art. 45.º A protecção ás marcas caduca no ultramar portuguez:

- 1.º Quando tiver caducado no continente do reino e ilhas adjacentes;

2.º Quando o pedido de renovação não tenha sido apresentado juntamente com o pedido de renovação do registo para o continente do reino e ilhas adjacentes.

Art. 46.º É nulla a protecção concedida ás marcas no ultramar, quando fôrem annulados os registos para o continente do reino e ilhas adjacentes.

CAPITULO VI

Das taxas

Art. 47.º As taxas relativas a protecção ás marcas no ultramar portuguez são:
 Protecção de uma marca em cada provincia, districto ou territorio, 2\$500 réis;
 Averbamento de transferencia para cada provincia, districto ou territorio, 2\$500 réis;
 Averbamento de renovação de registo, para cada provincia, districto ou territorio, 2\$500 réis;

Certificado de registo, cada um, 1\$000 réis.

A guia para entrega d'estas taxas na thesouraria do Banco de Portugal será passada pelo interessado em impresso fornecido pela Repartição da propriedade industrial.

§ 1.º Os interessados terão de apresentar os seus requerimentos e documentos nas condições marcadas na lei e regulamento do imposto do sello.

§ 2.º Os emolumentos a pagar por certidões são, por cada pagina de 25 linhas, de 30 letras cada linha, 500 réis, e mais os addicionaes estabelecidos por lei.

Paço, em 21 de abril de 1904. — *Manuel Raphael Gorjão — Conde de Paçô Vieira.*

MODELO A

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.

F. ..., proprietario da patente de invenção n.º ... para ... (o objecto da patente), concedida por despacho de ... desejando que as garantias de propriedade do seu invento, nos termos da legislação vigente ou da que de futuro vigorar no continente do reino e ilhas adjacentes, se tornem extensivas por ... annos, em conformidade com o decreto de 17 de dezembro de 1903 e respectivo regulamento, ao ultramar portuguez:

Pede que se faça no titulo junto o
 respectivo averbamento—E. R. M.^{ca}

(Data).

(Assignatura).

NOTA — Quando se tratar de certificado de addição, substituir-se-ha *patente de invenção n.º ...* por *certificado de addição á patente de invenção n.º ...*

MODELO B

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.

F. ..., proprietario da patente de invenção n.º ... para ... (o objecto da patente), tendo requerido prorrogação por ... annos do praso de vigencia da sua patente no continente do reino e ilhas adjacentes, e desejando que aquella prorrogação se torne extensiva ao ultramar portuguez:

Pede que se faça no titulo junto o
 respectivo averbamento—E. R. M.^{ca}

(Data).

(Assignatura).

MODELO C

BANCO DE PORTUGAL

N.º ... 190. . . a 190...

Réis...

Na thesouraria do Banco de Portugal entregou o sr. ... a quantia de ... para credito da conta do thesouro, proveniente de ..., ficando a mesma quantia á ordem do Ministerio da marinha e ultramar, para os fins expressos no decreto de 17 de dezembro de 1903 e respectivo regulamento, em virtude de guia passada pelo portador.

Banco de Portugal, em ... de ... de 190...

O thesoureiro,

F.

BANCO DE PORTUGAL

N.º ... 190... a 190...

Réis..

Na thesouraria do Banco de Portugal entregou o sr. ... a quantia de ... para credito da conta do thesouro, proveniente de ..., ficando a mesma quantia á ordem do Ministerio da marinha e ultramar, para os fins expressos no decreto de 17 de dezembro de 1903 e respectivo regulamento, em virtude de guia passada pelo portador,

Banco de Portugal, em ... de ... de 190...

O thesoureiro,

F.

MODELO D

F... (nome, appellido, profissão e domicilio do cedente) desejando transmittir a F... (nome, appellido, profissão e domicilio do cessionario) a sua patente de invenção (numero, data e epigraphe da patente), para... (provincia, districto ou territorio para que se faz a transmissão):

Pede que se faça no titulo junto o respectivo averbamento—E. R. M.^{ca}

(Data).

(Assignatura).

N. B. — Quando se tratar de auctorisação para explorar um invento, substitue-se *transmissão* por *auctorisação* para exploração.

MODELO E

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.

F. . . proprietario da marca registada em Portugal n.º ..., para a ... (classe de productos), desejando que as garantias para a sua marca, nos termos da legislação vigente ou da que de futuro vigorar no continente do reino e ilhas adjacentes, se tornem extensivas, nos termos do decreto de 17 de dezembro de 1903 e do respectivo regulamento, a ... (provincia, districto ou territorio):

Pede que se faça no titulo junto o respectivo averbamento.—E. R. M.^{ca}

(Data).

(Assignatura).

MODELO F

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.

F... (nome, appellido, profissão e domicilio do cedente), desejando transmittir a sua marca, registada para a classe..., sob o n.º..., a F... (nome, appellido, profissão e domicilio do cessionario):

Pede que se faça no titulo junto o respectivo averbamento.— E. R. M.^{co}

(Data).

(Assignatura).

(Diário do Governo n.º 93).

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Em referencia ao officio, n.º 90, de 18 de março findo, que acompanhava um requerimento do armador Augusto da Silva Lima pedindo para que a navegação para a costa occidental da Africa possa fazer-se por navios com piloto habilitado nos termos do art. 77.º do regulamento marítimo d'essa provincia, de 1882; encarregame s. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.^a que, por seu despacho de 15 do corrente, determinou que fôsse prorogada pelo praso de seis mezes e como medida de transição a vigencia do regimen do referido art. 77.º, nos termos do officio, n.º 13, de 16 de janeiro de 1903 d'esta Secretaria d'Estado, e de solicitar de v. ex.^a que, pela capitania dos portos da provincia, sejam fornecidas mais completas informações sobre a aptidão dos antigos pilotos para poderem dirigir as embarcações que se empregam na navegação para a costa occidental da Africa, tendo em consideração a conveniencia de não prejudicar o trafego marítimo sob a bandeira nacional.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 21 d'abril de 1904.— Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador da provincia de Cabo Verde. = O director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Boletim official do Cabo Verde n.º 20).

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Encarregame s. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.^a, em referencia ao seu officio, n.º 48, de 9 de março ultimo, que, por despacho de 21 do corrente mez, foi auctorizada a gratificação de 50\$000 réis, ou 125 rupias, a cada um dos cinco empregados da Repartição superior dos correios d'esse Estado que organisaram a estatistica postal de 1902.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 22 d'abril de 1904.— Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Conselheiro governador geral do Estado da India. — O director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Boletim official da India n.º 40).

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Em resposta ao officio de v. ex.^a, n.º 19, de 14 de janeiro ultimo, encarregame s. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.^a que não é susceptível de interpretações diversas, de character mais ou menos discrecionario, o art. 6.º dos preliminares da pauta do Ambriz, a

que faz excepção unica, tambem clara e explicita, o decreto de 7 de dezembro de 1892, não sendo admissivel que, em materia pautal e nas suas bases fundamentaes, que são os preliminares, se façam e considerem em vigor, como regra geral, alterações profundas de latitudinario alcance, como as que resultam da resolução attribuida á Commissão de recursos em 1894, pois que estas Commissões têm função propria e determinada, que exclusivamente respeita a duvidas ou contestações em materia de interpretação e execução das leis e regulamentos para o effeito de applicação das pautas, especificadamente de liquidação, incidencia ou cobrança de direitos e emolumentos, stricta materia de facto, carecendo, por isso, de competencia para alterar, modificar ou por qualquer forma, ampliar o que em materia aduaneira está expresso na lei, que estabelece e define os principios de direito aduaneiro constituido e que sómente ao Governo é licito modificar por diploma proprio, como mais de uma vez tem sido declarado por esta Secretaria d'Estado.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 23 d'abril de 1904.— Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Conselheiro governador geral da provincia de Angola.—O director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

(Boletim official d'Angola n.º 21).

Sua Majestade El-Rei, tendo conhecimento de que na provincia da Guiné portugueza se tem interpretado o art. 2.º da remodelação do regimen pautal, approvada por decreto de 12 de julho de 1902, como envolvendo a moeda de prata portugueza importada na mesma provincia, com procedencia dos portos do reino e destinada ás operações commerciaes, o que é contrario, não só a todos os principios fundamentaes do regimen monetario do paiz, mas ainda ás disposições especiaes que na materia vigoram nas provincias ultramarinas, em cujas pautas a moeda portugueza procedente dos portos do reino está incluída nas respectivas tabellas de isenção, e essa é uma das bases do regimen pautal de 1892 com applicação á propria provincia da Guiné portugueza: ha por bem mandar declarar ao governador da provincia da Guiné portugueza, que na mesma provincia vigoram e devem ser rigorosamente observadas as disposições especiaes, que nas pautas vigentes de 16 d'abril de 1892 regulam a importação de moeda nas provincias ultramarinas, e determinar que sejam restituídos quaesquer direitos que, pela importação de moeda portugueza procedente de portos portuguezes, tenham sido indevidamente cobrados por menos exacta interpretação do citado art. 2.º do decreto de 12 de julho de 1902. O que, pela Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao referido governador para os devidos effeitos.

Paço, em 23 d'abril de 1904.—*Manuel Raphael Gorjão*.

(Boletim official da Guiné, n.º 23)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.^a, com referencia ao officio, n.º 100, de 4 de março findo, que pela Direcção geral dos correios e telegraphos, fôram dadas as convenientes ordens ao correio de Lisboa, para que, a começar no dia 1 do proximo mez de maio, se fechem malas para Catumbella, por todos os paquetes de 7 e 22 de cada mez, as quaes serão incluídas nas malas para Benguella.

Deus guarde a v.^a ex.^a — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 25 d'abril de 1904.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Conselheiro governador geral da provincia de Angola.—O director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

(Boletim official d'Angola n.º 22)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em resposta ao officio de v. ex.^a, n.º 76, de 27 de fevereiro ultimo, em que v. ex.^a pedia que fôsse sancionada a Portaria provincial, n.º 90, da mesma data, que auctorizou a Junta de saude districtal de Moçambique a arbitrar licenças até 90 dias, para serem gosadas na India, aos funcionarios militares e civis que d'ellas careçam; s. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar encarrega-me de dizer a v. ex.^a que, em despacho de 20 do corrente, confirmou a referida Portaria, devendo, porém, essas licenças ser concedidas apenas aos funcionarios naturaes do Estado da India.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 27 d'abril de 1904. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador geral, interino, da provincia de Moçambique. — O director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Inédito).

Portaria provincial a que se refere o officio supra

N.º 90. — Tendo sido mudada de Moçambique para Lourenço Marques a séde da Repartição de saude e com ella a Junta de saude provincial;

Sendo frequente haver necessidade de arbitrar licenças para a India a empregados civis ou militares naturaes d'aquelle Estado, residentes em Moçambique ou estando alli accidentalmente;

Não havendo vantagem em que os doentes a quem tenham de ser concedidas taes licenças venham a Lourenço Marques apresentar-se á Junta de saude da provincia; e

Attendendo ao que me propoz o chefe do serviço de saude:

Hei por conveniente determinar:

1.º Que a Junta de saude districtal de Moçambique, além das attribuições que lhe confere o § unico do artigo 9.º do regulamento de saude, tenha a faculdade de arbitrar até 90 dias de licença para a India aos empregados civis e militares que devidamente se lhe apresentem e d'ella careçam;

2.º Que os mappas de inspecção, com o despacho do governador do districto ao qual será desde logo dada a devida execução, sejam remettidos a este Governo geral na primeira oportunidade.

As autoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir assim o tenham entendido e cumpram. — Governo geral em Lourenço Marques, 27 de fevereiro de 1904. — O governador geral interino, *Thomaz Antonio Garcia Rosado*.

Tendo sido estabelecidos, no anno findo, na provincia de Angola e nas regiões do Holo e Jinga, respectivamente, os postos militares de Marimba, Bango-Angola e Catella-Cajinga, e querendo Sua Majestade El-Rei dar um publico testemunho do apreço em que tem tão valiosos serviços: ha por bem permittir, pela Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, que os referidos postos passem a designar se, respectivamente, Rainha D. Amelia, Rainha D. Maria Pia e Principe Real Luiz Filippe.

Igualmente permite o mesmo Augusto Senhor que os postos do Cuango e do Luremo, na mesma provincia, sejam denominados, respectivamente, Infante D. Manuel e Infante D. Affonso.

Paço, em 30 d'abril de 1904. — *Manuel Raphael Gorjão*.

(Diario do Governo n.º 114)

MAIO

Tendo de se proceder á eleição geral de deputados ás Côrtes, que se devem reunir em sessão ordinaria no dia 29 do proximo mez de setembro, em virtude do decreto de 20 de abril ultimo pelo qual foi dissolvida a Camara dos senhores deputados da nação portugueza: hei por bem determinar o seguinte:

Artigo 1.º São fixados, o dia 16 do proximo mez de junho a fim de se dar cumprimento, por parte das Commissões districtaes, ao disposto no art. 44.º do decreto de 8 de agosto de 1901, e o dia 19 do mesmo mez para os presidentes das Camaras municipaes cumprirem o preceituado no artigo 43.º d'aquelle decreto.

Art. 2.º São convocadas as assembléas eleitoraes do continente do reino e ilhas adjacentes para o dia 26 de junho proximo, a fim de elegerem os deputados ás Côrtes na conformidade do artigo 40.º do citado decreto e do mappa a elle annexo, praticando-se os actos eleitoraes e os de apuramento nos prazos e pela forma estabelecida no mesmo diploma.

Art. 3.º Os governadores das provincias ultramarinas, logo que recebam communicação do presente decreto, mandarão proceder ás eleições de deputados nas respectivas provincias nas épocas e prazos que fôrem compativeis com as distancias e meios de communicação.

Art. 4.º Os governadores civis dos districtos das ilhas adjacentes designarão para a reunião das assembléas de apuramento os prazos e dias que fôrem compativeis com os meios de communicação, pela fórma auctorizada no artigo 111.º do mencionado decreto de 8 de agosto de 1901.

O presidente do Conselho de ministros, Ministro e secretario d'Estado dos negocios do reino, e o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 2 de maio de 1904. = REI. = *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro.* — *Manuel Raphael Gorjão.*

(Diario do Governo n.º 98)

Tendo sido reconhecida a conveniencia de dar character definitivo, generalizando-a a todas as provincias ultramarinas, á isenção de direitos, já provisoriamente concedida n'algumas d'ellas, para a importação de paramentos e alfaiaes religiosas, destinados a maior edificação do culto da religião do Estado, e considerando que, sendo, em geral, as igrejas do ultramar pobres, o pagamento de direitos representa para ellas encargo que difficulta a acquisição de taes objectos;

Tendo ouvido a Junta consultiva do ultramar e usando da faculdade concedida ao Governo pelo § 1.º do artigo 15.º do Acto addicional á Carta constitucional da monarchia, de 5 de julho de 1852:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Os paramentos e alfaiaes religiosas, importados nas provincias ultramarinas pelos prelados, pelas Juntas de parochia e pelas missões, devidamente auctorisados, são isentos de todos os direitos, devendo esta isenção ser inserida nas respectivas tabellas de isenções das pautas vigentes no ultramar.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenham entendido e faça executar. Paço, em 2 de maio de 1904. = REI. = *Manuel Raphael Gorjão.*

(Diario do Governo n.º 99)

